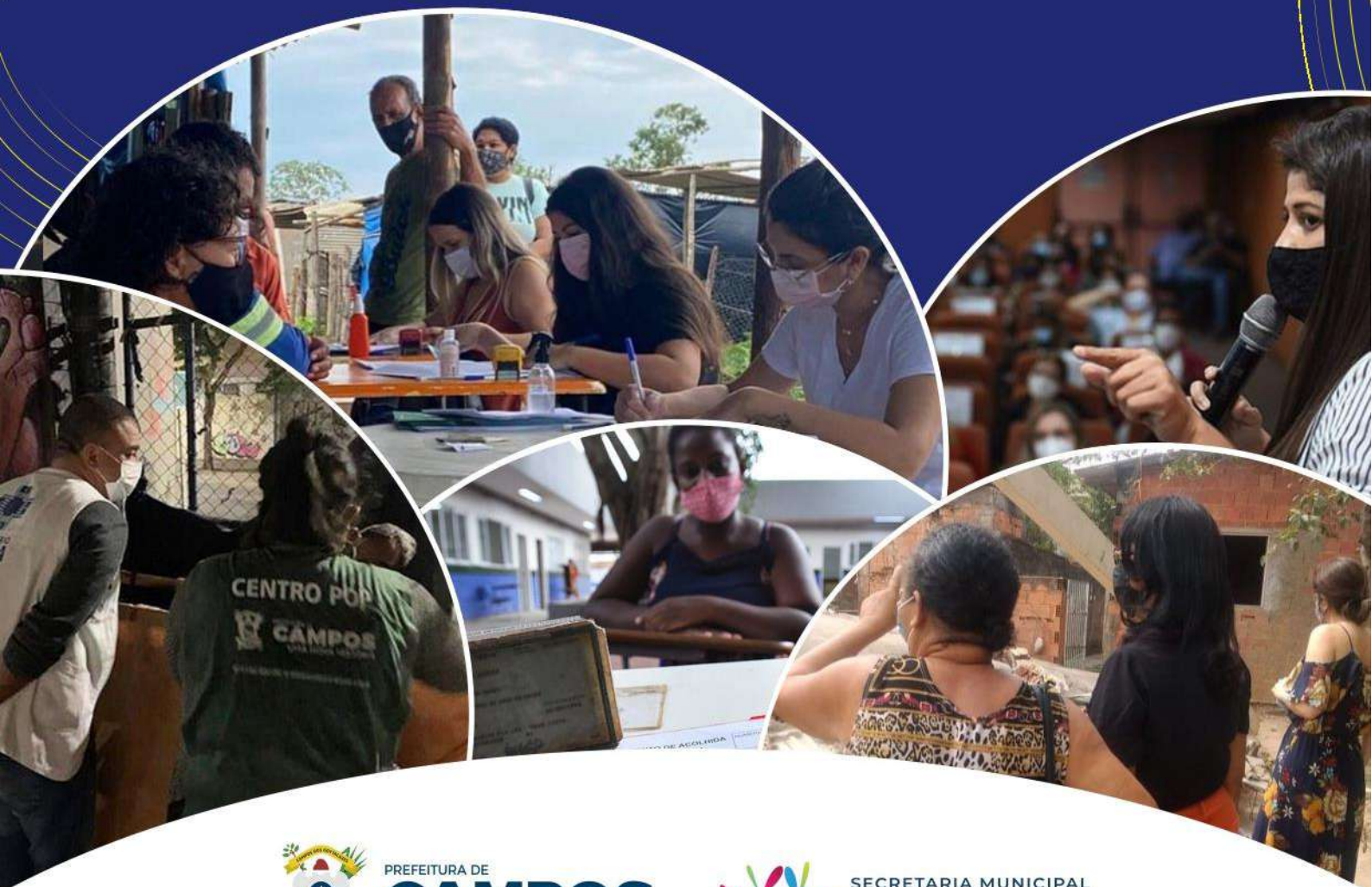


Plano Municipal de **ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Secretaria Municipal de
**Desenvolvimento Humano
e Social**

Período
2022-2025



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO E SOCIAL

EXPEDIENTE

Prefeito | Wladimir Barros Assed Matheus de Oliveira

Vice-Prefeito | Frederico Rangel Paes

Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano e Social | Rodrigo Nogueira de Carvalho

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

Subsecretário Adjunto – Henrique Augusto de Souza Oliveira

Subsecretária Adjunta – Mariana Silva Barboza

Chefe de Gabinete - Aline Miranda Azeredo Otoni

Diretora da Gestão do SUAS – Aline Maria Sampaio Cordeiro Giovannini

Diretor Jurídico – Renato Luiz de Azevedo Manhães

Diretora do Fundo Municipal de Assistência Social – Luana Braga Silva

Diretora da Proteção Social Básica – Paloma Campos Cruz

Diretora da Proteção Social Especial – Maria Amélia Lopes Ribeiro Gomes

Diretor de Programas e Projetos – Claudius Marcelo Areas Alves

Ficha Técnica

Coordenação do Plano Municipal de Assistência Social

Aline Maria Sampaio Cordeiro Giovannini (Gestora do SUAS)

Fernanda Azevedo Cordeiro (Gerente de Vigilância Socioassistencial)

Equipe Técnica Responsável

Aline Maria Sampaio Cordeiro Giovannini (Gestora do SUAS)

Fernanda Azevedo Cordeiro (Gerente de Vigilância Socioassistencial)

Chiarelly Viana dos Santos (Técnica de Gestão da Informação da Vigilância Socioassistencial)

Sheila Coelho Bastos (Técnica de Referência da Proteção Social Básica da Vigilância Socioassistencial)

Beatriz Ribeiro B. Mesquita (Técnica de Referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade da Vigilância Socioassistencial)

Mericelly Bastos Vilela (Técnica de Referência da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Vigilância Socioassistencial)

Júnia de Souza Elias (Técnica da Gestão do Trabalho)

Marianna Andrade Corrêa de Brito (Técnica da Rede Socioassistencial Privada do SUAS)

Deborah Silveira Carvalho (Técnica de Programas do SUAS)

Isabel Cristina Tavares (Administrativo)

INFORMAÇÕES GERAIS

Caracterização da Prefeitura

Município: Campos dos Goytacazes

Nome do Gestor do Município: Wladimir Barros Assed Matheus de Oliveira

Nível de Gestão: Plena

Porte do Município: Grande

Endereço: Rua Cel. Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 – CEP: 28010-040

DDD (22) Telefone: 98168-3983

Caracterização do Órgão Gestor da Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

Nome do Gestor da Assistência Social: Rodrigo Nogueira de Carvalho

Endereço: Travessa Santo Elias, nº 46 – Bairro: Jardim Carioca – CEP: 28080-385

DDD (22) Telefone: 98175 1350

E-mail: smdhs.2021@gmail.com

Caracterização do Fundo Municipal de Assistência Social

Nome da Diretora do FMAS: Luana Braga Silva

Lei de Regulação do FMAS: Lei nº 6.081 de 12 de fevereiro de 1996.

CNPJ: 01197548/0001-36

Fonte dos Recursos: Federal, Estadual e Municipal.

Caracterização do Conselho Municipal de Assistência Social

Presidente do CMAS: Henrique Augusto de Souza Oliveira

Representação: Poder Público e Sociedade Civil

Endereço: Avenida Alberto Torres 371, 1103 - CEP: 28035-582

Telefone: (22) 2733-1839

Ato de criação: LEI

Número do Ato: 6080

Data Assinatura: 12/02/1996

Data Publicação: 13/02/1996

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AFA	Albergue Francisco de Assis
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APAPE	Associação de Pais de Pessoas Especiais do Norte/Noroeste
APOE	Associação de Proteção e Orientação aos Excepcionais
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CCZ	Centro de Controle de Zoonoses
CDIP	Centro de Doenças Infecciosas e Parasitárias
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CECAD	Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CIDAC	Centro de Informações e Dados de Campos
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CIEP	Centros Integrados de Educação Pública
CIT	Comissão Intergestores Tripartite
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CODIN	Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRCA	Centro de Referência da Criança e do Adolescente
CRIAAD	Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente
CSU	Centro Social Urbano
DEAM	Delegacia Especializada no Atendimento a Mulher
DEGASE	Departamento Geral de Ações Sócio Educativas
EAN	Educação Alimentar Nutricional
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ETE	Escola Técnica
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMIJ	Fundação Municipal da Infância e Juventude
GPRES	Grupos Tradicionais e Específicos
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ID	Indicador de Desenvolvimento
IDEB	Índice de Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IES	Instituições de Ensino Superior
IGD	Índice de Gestão Descentralizada
IMTT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ISECENSA	Institutos Superiores de Ensino Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LA	Liberdade Assistida
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MinC	Ministério da Cultura
MPP	Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil
MSE	Medida Socioeducativa
NOB	Norma Operacional Básica
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PEA	População Economicamente Ativa
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIA	Plano Individual de Atendimento
PIB	Produto Interno Bruto
PMAS	Plano Municipal de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
RF	Responsável Familiar
RH	Recursos Humanos
RI	Relatórios de Informação Social
RMA	Relatório Mensal de Atendimento
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
SESC	Serviço Social do Comércio
SICON	Sistema de Condicionalidades
SICONV	Sistema de Convênios
SIG	Sistema Integrado de Gestão
SIMPETI	Sistema de Monitoramento do Programa de Erradicação do Trabalho

	Infantil
SINAN	Sistema Nacional de Agravos de Notificação
SISC	Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SITI	Sistema de Informação do Trabalho Infantil
SJO	Serviço de Assistência São José Operário
SMDHS	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
SMECE	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SPA	Serviço de Psicologia Aplicada
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UAI	Unidade de Acolhimento Infante Juvenil
UBS	Unidade Básica de Saúde
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UFF	Universidade Federal Fluminense
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UPH	Unidade Pré-Hospitalar

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Famílias conviventes residentes em domicílios particulares com classe de rendimento nominal mensal familiar per capita, em Campos dos Goytacazes, 2010.	30
Tabela 2 - Royalties + Participações Especiais recebidos por Campos dos Goytacazes - 2013 a 2021.	32
Tabela 3 - Ocupação da população de Campos, por setor, em 2013.....	32
Tabela 4 - Unidades de Saúde que atendem ao SUS em Campos, 2016.....	33
Tabela 5 - Taxa de Mortalidade Infantil - IBGE, 2008 - 2019.....	33
Tabela 6 - Número de matrículas, docentes e estabelecimentos de ensino em Campos - 2020.....	35
Tabela 7 - Distorção idade-série na Educação Básica (rede pública), 2020.	38
Tabela 8 - Distorção idade-série no Ensino Médio (rede pública) , 2020.....	38
Tabela 9 - IDHM e seus componentes, por cor (N-negros / B-brancos), 2010.....	41
Tabela 10 - IDHM e seus componentes, por sexo (H-homens / M-mulheres), 2010.....	41
Tabela 11 - Número de famílias e pessoas referenciadas ao Cadastro Único, por território.....	48
Tabela 12 - Número de crianças e adolescentes referenciadas ao Cadastro Único, por território.	49
Tabela 13 - Número de idosos referenciados ao Cadastro Único, por território.	50
Tabela 14 - Número de pessoas com deficiência referenciados ao Cadastro Único, por território.....	51
Tabela 15 - Número de mulheres referenciadas ao Cadastro Único, por território.....	52
Tabela 16 - Número de arranjos monoparentais de chefia feminina referenciados ao Cadastro Único, por território.	53
Tabela 17 - Número de negros referenciados ao Cadastro Único, por território.....	54
Tabela 18 - Número de famílias extremamente pobres referenciadas ao Cadastro Único, por território.	55
Tabela 19 - Número de famílias numerosas referenciadas ao Cadastro Único, por território.	56
Tabela 20 - Número de famílias com condições não ideais de moradia referenciadas ao Cadastro Único, por território.	57
Tabela 21. Número de pessoas que trabalharam no trabalho informal nos últimos 12 meses referenciadas ao Cadastro Único, por território.	58
Tabela 22 - Ranking de vulnerabilidades e riscos sociais das famílias e pessoas referenciadas ao Cadastro Único, por território.	59
Tabela 23 - Número de habitantes dos bairros oficiais do território da Chatuba	60
Tabela 24 - População por sexo, raça/cor e idade no território da Chatuba.....	61
Tabela 25 – Famílias pertencentes a grupos tradicionais e específicos no território da Chatuba	62
Tabela 26 - Distribuição dos responsáveis por faixa etária e sexo no território da Chatuba.....	63
Tabela 27 - Arranjo monoparental – mulheres com crianças menores de 15 anos no território da Chatuba	63
Tabela 28 - Composição familiar no território da Chatuba.....	63
Tabela 29 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais no território da Chatuba	65
Tabela 30 - Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no território da Chatuba	65
Tabela 31 - Número de habitantes dos bairros oficiais do território da CODIN.....	66
Tabela 32- População por sexo, raça/cor e idade no território da CODIN.....	67
Tabela 33 – Famílias pertencentes a grupos tradicionais e específicos no território da CODIN.	68
Tabela 34 - Distribuição dos responsáveis por faixa etária e sexo no território da CODIN	69
Tabela 35 - Arranjo monoparental – mulheres com crianças menores de 15 anos no território da CODIN	69

Tabela 36 - Composição familiar no território da CODIN	69
Tabela 37 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais no território da CODIN.....	71
Tabela 38 - Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no território da CODIN.....	71
Tabela 39 - Número de habitantes dos bairros oficiais do território de Custodópolis	72
Tabela 40 - População por sexo, raça/cor e idade no território de Custodópolis	73
Tabela 41 – Famílias pertencentes a grupos tradicionais e específicos no território de Custodópolis..	74
Tabela 42 - Distribuição dos responsáveis por faixa etária e sexo no território de Custodópolis.....	75
Tabela 43 - Arranjo monoparental – mulheres com crianças menores de 15 anos no território de Custodópolis.....	75
Tabela 44 - Composição familiar no território de Custodópolis	75
Tabela 45 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais no território de Custodópolis	77
Tabela 46 - Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no território de Custodópolis	77
Tabela 47 - Número de habitantes dos bairros oficiais do território do Esplanada.....	78
Tabela 48 - População por sexo, raça/cor e idade no território do Esplanada.....	79
Tabela 49 – Famílias pertencentes a grupos tradicionais e específicos no território do Esplanada	80
Tabela 50 - Distribuição dos responsáveis por faixa etária e sexo no território do Esplanada	81
Tabela 51 - Arranjo monoparental – mulheres com crianças menores de 15 anos no território do Esplanada	81
Tabela 52 - Composição familiar no território do Esplanada.....	82
Tabela 53 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais no território do Esplanada.....	83
Tabela 54 - Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no território do Esplanada.....	84
Tabela 55 - Número de habitantes dos bairros oficiais do território de Goitacazes	85
Tabela 56 - População por sexo, raça/cor e idade no território de Goitacazes.....	86
Tabela 57 – Famílias pertencentes a grupos tradicionais e específicos no território de Goitacazes	87
Tabela 58 - Distribuição dos responsáveis por faixa etária e sexo no território de Goitacazes	88
Tabela 59 - Arranjo monoparental – mulheres com crianças menores de 15 anos no território de Goitacazes	88
Tabela 60 - Composição familiar no território de Goitacazes.....	89
Tabela 61 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais no território de Goitacazes	90
Tabela 62 - Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no território de Goitacazes	90
Tabela 63 - Número de habitantes dos bairros oficiais do território do Jardim Carioca	92
Tabela 64 - População por sexo, raça/cor e idade no território do Jardim Carioca.....	92
Tabela 65 – Famílias pertencentes a grupos tradicionais e específicos no território do Jardim Carioca	93
Tabela 66 - Distribuição dos responsáveis por faixa etária e sexo no território do Jardim Carioca	94
Tabela 67 - Arranjo monoparental – mulheres com crianças menores de 15 anos no território do Jardim Carioca	94
Tabela 68 - Composição familiar no território do Jardim Carioca.....	95
Tabela 69 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais no território do Jardim Carioca.....	96
Tabela 70 - Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no território do Jardim Carioca.....	97
Tabela 71 - Número de habitantes dos bairros oficiais do território do Jockey	98
Tabela 72 - População por sexo, raça/cor e idade no território do Jockey	99
Tabela 73 – Famílias pertencentes a grupos tradicionais e específicos no território do Jockey	99
Tabela 74 - Distribuição dos responsáveis por faixa etária e sexo no território do Jockey.....	100
Tabela 75 - Arranjo monoparental – mulheres com crianças menores de 15 anos no território do Jockey.....	100
Tabela 76 - Composição familiar no território do Jockey.....	101

Tabela 77 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais no território do Jockey	102
Tabela 78 - Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no território do Jockey	103
Tabela 79 - Número de habitantes dos bairros oficiais do território do Matadouro.....	104
Tabela 80 - População por sexo, raça/cor e idade no território do Matadouro.....	105
Tabela 81 – Famílias pertencentes a grupos tradicionais e específicos no território do Matadouro ...	105
Tabela 82 - Distribuição dos responsáveis por faixa etária e sexo no território do Matadouro.	106
Tabela 83 - Arranjo monoparental – mulheres com crianças menores de 15 anos no território do Matadouro	107
Tabela 84 - Composição familiar no território do Matadouro	107
Tabela 85 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais no território do Matadouro.....	108
Tabela 86 - Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no território do Matadouro.....	109
Tabela 87 - Número de habitantes dos bairros oficiais do território do Morro do Coco.....	110
Tabela 88 - População por sexo, raça/cor e idade no território do Morro do Coco	111
Tabela 89 – Famílias pertencentes a grupos tradicionais e específicos no território do Morro do Coco	112
Tabela 90 - Distribuição dos responsáveis por faixa etária e sexo no território do Morro do Coco ...	113
Tabela 91 - Arranjo monoparental – mulheres com crianças menores de 15 anos no território do Morro do Coco	113
Tabela 92 - Composição familiar no território do Morro do Coco	114
Tabela 93 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais no território do Morro do Coco.....	115
Tabela 94 - Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no território do Morro do Coco	115
Tabela 95 - Número de habitantes dos bairros oficiais do território do Parque Guarus.....	117
Tabela 96 - População por sexo, raça/cor e idade no território do Parque Guarus	117
Tabela 97 - Famílias pertencentes a grupos tradicionais e específicos no território do Parque Guarus	118
Tabela 98 - Distribuição dos responsáveis por faixa etária e sexo no território do Parque Guarus	119
Tabela 99 - Arranjo monoparental – mulheres com crianças menores de 15 anos no território do Parque Guarus	119
Tabela 100 - Composição familiar no território do Parque Guarus	120
Tabela 101 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais no território do Parque Guarus.....	121
Tabela 102 - Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no território do Parque Guarus	122
Tabela 103 - Número de habitantes dos bairros oficiais do território da Penha.....	123
Tabela 104 - População por sexo, raça/cor e idade no território da Penha	124
Tabela 105 – Famílias pertencentes a grupos tradicionais e específicos no território da Penha	124
Tabela 106 - Distribuição dos responsáveis por faixa etária e sexo no território da Penha	125
Tabela 107 - Arranjo monoparental – mulheres com crianças menores de 15 anos no território da Penha.....	125
Tabela 108 -Composição familiar no território da Penha	126
Tabela 109 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais no território da Penha.....	127
Tabela 110 - Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no território da Penha.....	128
Tabela 111 - Número de habitantes dos bairros oficiais do território de Travessão	129
Tabela 112 - População por sexo, raça/cor e idade no território de Travessão	130
Tabela 113 – Famílias pertencentes a grupos tradicionais e específicos no território de Travessão...	131
Tabela 114 - Distribuição dos responsáveis por faixa etária e sexo no território de Travessão.....	131
Tabela 115 - Arranjo monoparental – mulheres com crianças menores de 15 anos no território de Travessão.....	132
Tabela 116 - Composição familiar no território de Travessão	132

Tabela 117 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais no território de Travessão	133
Tabela 118 - Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no território de Travessão	134
Tabela 119 - Número de habitantes dos bairros oficiais do território de Ururáí	135
Tabela 120 - População por sexo, raça/cor e idade no território da Ururáí.....	136
Tabela 121 – Famílias pertencentes a grupos tradicionais e específicos no território de Ururáí	137
Tabela 122 - Distribuição dos responsáveis por faixa etária e sexo no território de Ururáí	138
Tabela 123 - Arranjo monoparental – mulheres com crianças menores de 15 anos no território de Ururáí	138
Tabela 124 - Composição familiar no território de Ururáí.....	138
Tabela 125 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais no território de Ururáí.....	140
Tabela 126 - Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no território de Ururáí.....	140
Tabela 127 - Quantitativo de profissionais dos equipamentos por função de nível superior.....	150
Tabela 128 - Quantitativo de profissionais dos equipamentos por função de nível médio.	150
Tabela 129 - Quantitativo de profissionais dos equipamentos por função e vínculo de trabalho.	151
Tabela 130 - Quantitativo de profissionais da gestão por função e vínculo de trabalho.	152
Tabela 131 - Situação das equipes de referência de acordo com a NOB-RH. Proteção Social Básica.	153
Tabela 132 - Situação das equipes de referência de acordo com a NOB-RH. Proteção Social Especial.	154
Tabela 133 - Situação das equipes de referência de acordo com a NOB-RH. Proteção Social Especial.	154
Tabela 134 - Situação das equipes de referência de acordo com a NOB-RH. Proteção Social Especial de Alta Complexidade.	155
Tabela 135 - Quantitativo de profissionais dos acolhimentos da FMIJ por função de nível superior.	156
Tabela 136 - Quantitativo de demais profissionais dos acolhimentos da FMIJ.	156
Tabela 137 - Resultado ID CRAS, 2019.	174
Tabela 138 - Quantitativo anual de famílias em acompanhamento pelo PAIF – 2016 a 2021	176
Tabela 139 - Percentual de cobertura de cada CRAS em relação ao PAIF, 2019 e 2021.	177
Tabela 140 - Total de novas famílias inseridas em acompanhamento familiar do PAIF –	178
Tabela 141 - Volume de atendimentos particularizados realizados nos CRAS –	181
Tabela 142 - Busca Ativa realizadas pelos CRAS – 2018 a 2021.....	183
Tabela 143 - Número de participantes por ciclo e percentual de cobertura do serviço - 2017.	185
Tabela 144 - Número de participantes por ciclo e percentual de cobertura do serviço - 2018.	185
Tabela 145 - Número de participantes por ciclo e percentual de cobertura do serviço - 2019.	185
Tabela 146 - Número de participantes por ciclo e percentual de cobertura do serviço - 2020.	185
Tabela 147 - Número de participantes por ciclo e percentual de cobertura do serviço - 2021.	186
Tabela 148 - Número de pessoas no CadÚnico por faixa etária - dezembro de 2020.....	187
Tabela 149 - Número de participantes no SISC, Dezembro de 2019.....	188
Tabela 150 - Número de participantes no SISC, Dezembro de 2020.....	188
Tabela 151 - Número de participantes no SISC, Junho de 2021.....	188
Tabela 152 - Número do Público Prioritário - SISC, Dezembro de 2019.....	189
Tabela 153 - Número do Público Prioritário - SISC, Dezembro de 2020.....	189
Tabela 154 - Número do Público Prioritário - SISC, Junho de 2021.....	190
Tabela 155 - Tipo de Situação Prioritária - 2021.	191
Tabela 156 - Quantidade de usuários em acompanhamento no SISC-SCFV, Junho de 2020.	191
Tabela 157 - Números de participantes da FMIJ no SISC - Junho de 2021.	192

Tabela 158 - Número de Atendimentos Técnicos Individualizados do PAEFI - 2016 a 2021.	203
Tabela 159 - Total de Famílias em Acompanhamento pelo PAEFI - 2016 a 2021.....	204
Tabela 160 - Perfil dos novos casos inseridos no acompanhamento do PAEFI –	206
Tabela 161- Perfil das pessoas vitimadas que ingressaram no PAEFI em 2020 e 2021.	208
Tabela 162 - Situações de violência e violações identificadas – 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	210
Tabela 163 - Ranking de casos de violências/violações identificadas pelos CREAS – 2020 e 2021 .	211
Tabela 164 - Quantitativo de atos infracionais cometidos por território de moradia dos adolescentes.	216
Tabela 165 - Características específicas das pessoas atendidas – 2017 e 2021	219
Tabela 166 - Solicitações feitas pelos usuários – 2020 e 2021	221
Tabela 167 – Trabalho Técnico Desenvolvido – 2020 e 2021	222
Tabela 168 - Fatores desencadeantes para a situação de rua – 2020 e 2021.	223
Tabela 169 - Quantitativo de pessoas incluídas no Cadastro Único	227
Tabela 170 - Comparação entre o número de novas entradas – 2016 a 2021	229
Tabela 171 - Quantitativo geral de pessoas acolhidas, 2020 e 2021	230
Tabela 172 - Média/mês de acolhidos – 2017 a 2021 (jan. a jun.).....	231
Tabela 173 - Quantitativo de acolhidos nos acolhimentos por gênero.....	235
Tabela 174 - Quantitativo de acolhidos nos acolhimentos por faixa-etária	235
Tabela 175 - Quantitativo de acolhidos nos acolhimentos por raça/cor.....	236
Tabela 176 - Quantitativo de acolhidos nos acolhimentos por renda.....	236
Tabela 177 – Benefícios recebidos pelos acolhidos	237
Tabela 178 – Territorialização dos acolhidos.....	237
Tabela 179 - Quantitativo de mulheres atendidas por faixa-etária, 2020 e 2021.	238
Tabela 180 - Quantitativo de mulheres atendidas por raça/cor, 2020 e 2021.	238
Tabela 181 - Quantitativo de mulheres nos acolhimentos por renda, 2020 e 2021.....	239
Tabela 182 – Benefícios recebidos pelas mulheres atendidas, 2020 e 2021.	239
Tabela 183 – Territorialização das mulheres atendidas, 2020 e 2021.....	240
Tabela 184 – Motivos de acolhimento, 2020 e 2021.	240
Tabela 185 – Motivos de desligamento, 2020 e 2021.....	241
Tabela 186 - Quantitativo de acolhidos por gênero, 2020 e 2021.....	241
Tabela 187 - Quantitativo de acolhidos por faixa-etária, 2020 e 2021.	241
Tabela 188 - Quantitativo de acolhidos por raça/cor, 2020 e 2021.....	242
Tabela 189 - Quantitativo de acolhidos por deficiência, 2020 e 2021.	242
Tabela 190 - Quantitativo de acolhidos por renda, 2020 e 2021.....	242
Tabela 191 – Benefícios Socioassistenciais recebidos, 2020 e 2021.	243
Tabela 192 – Territorialização dos acolhidos, 2020 e 2021.....	243
Tabela 193 – Motivos de acolhimento, 2020 e 2021.	243
Tabela 194 – Motivos de desligamento, 2020 e 2021.....	244
Tabela 195 – Média de crianças e adolescentes por Unidade de Acolhimento, 2020 e 2021.	244
Tabela 196 - Médias de acolhidos por faixa-etária, 2020 e 2021.....	245
Tabela 197 - Média de acolhidos por sexo, 2020 e 2021.	245
Tabela 198 - Média de acolhidos por raça-cor, 2020 e 2021.	245
Tabela 199 – Média de territorialização dos acolhidos, 2020 e 2021.	246
Tabela 200 – Média da renda familiar per capita dos acolhidos atendidos, 2020 e 2021.	246
Tabela 201 - Eixo Informação e Mobilização - ações de 2019 a 2021.	252
Tabela 202 - Eixo Identificação - ações de 2019 a 2021.....	253
Tabela 203 - Eixo Proteção Social - ações de 2019 a 2021.....	254

Tabela 204 - Eixo Responsabilização - ações de 2019 a 2021.....	254
Tabela 205 - Eixo Monitoramento - ações de 2019 a 2021.....	254
Tabela 206 – Trabalho Desenvolvido na Pracinha da Cultura.....	256
Tabela 207 – Trabalho Desenvolvido na Inclusão Produtiva.....	258
Tabela 208 – Trabalho Desenvolvido pelo SAN.....	259
Tabela 209 – Síntese das Metas do Plano Municipal de Assistência Social da Gestão do SUAS - 2018.	294
Tabela 210 – Síntese das Metas do Plano Municipal de Assistência Social da Gestão Social da Gestão do SUAS – 2019.....	294
Tabela 211 - Síntese das Metas do Plano Municipal de Assistência Social da Gestão do SUAS – 2020.	295
Tabela 212 - Síntese das Metas do Plano Municipal de Assistência Social da Gestão do SUAS – 2021.	295

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ranking Norte e Noroeste Fluminense no IDEB 2019 entre os anos iniciais.....	36
Quadro 2 - Ranking Norte e Noroeste Fluminense no IDEB 2019 entre os anos finais.	37
Quadro 3 - Detalhamento dos itens utilizados para caracterização dos territórios.....	45
Quadro 4 - Potencialidades identificadas pelos CRAS por territórios	142
Quadro 5 - Quantitativo por potencialidades	143
Quadro 6 – Trabalhos permanentes.....	158
Quadro 7 - Trabalhos executados pela Gestão do Trabalho - 2020	161
Quadro 8 - Trabalhos executados pela Gestão do Trabalho, 2021	162
Quadro 9 – Ações Educação Permanente.....	162
Quadro 10 - Trabalhos permanentes executados pela Vigilância Socioassistencial	169
Quadro 11 - Trabalhos executados pela Vigilância Socioassistencial, 2020	169
Quadro 12 - Trabalhos executados pela Vigilância Socioassistencial, 2021	170
Quadro 13 - Temáticas dos Relatórios Técnicos produzidos pela Vigilância Socioassistencial, 2020.	170
Quadro 14 - Temáticas dos Relatórios Técnicos produzidos pela Vigilância Socioassistencial, 2021.	171
Quadro 15 - Síntese PBF - 2017/2018/2019/2020.	198
Quadro 16 - Motivos para o acolhimento de crianças/adolescentes atendidos, 2020 e 2021.....	247
Quadro 17 - Detalhamento das parcerias estabelecidas com organizações da sociedade civil	265
Quadro 18 - Quadro. Cofinanciamento Federal, 2021	273
Quadro 19 - Orçamento do FMAS, 2013 a 2021	277
Quadro 20 - Quadro. Execuções Financeiras do FMAS, 2013 a 2021.....	277
Quadro 21 - Previsão Orçamentária do DPSB no PPA 2022/2025.....	279
Quadro 22 - Previsão Orçamentária do DPSE no PPA 2022/2025	280
Quadro 23 - Previsão Orçamentária da Gestão do SUAS no PPA 2022/2025.....	281
Quadro 24 - Previsão Orçamentária do Controle Social no PPA 2022/2025.....	282
Quadro 25 - Previsão Orçamentária do IGDM-PBF no PPA 2022/2025.....	283

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Pirâmide etária da população de Campos dos Goytacazes, 2010.	27
Gráfico 2 - População residente, por situação do domicílio e sexo - 2010.	28
Gráfico 3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal, 2010. .	28
Gráfico 4 - Renda domiciliar per capita - 2010.	29
Gráfico 5 - Famílias conviventes residentes em domicílios particulares com classe de rendimento nominal mensal familiar per capita.	29
Gráfico 6 - Domicílios particulares permanentes com densidade de moradores por dormitório, 2010.	30
Gráfico 7 - Bens duráveis nos domicílios - 2010.	31
Gráfico 8 - Taxa de mortalidade infantil - IBGE, 2008-2019.	34
Gráfico 9 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no 1º ao 5º ano.....	35
Gráfico 10 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no 6º ao 9º ano.....	36
Gráfico 11 - Renda per capita das famílias cadastradas no território da Chatuba.....	64
Gráfico 12 - Renda per capita das famílias cadastradas no território da CODIN	70
Gráfico 13 - Renda per capita das famílias cadastradas no território de Custodópolis	76
Gráfico 14 - Renda per capita das famílias cadastradas no território do Esplanada	82
Gráfico 15 - Renda per capita das famílias cadastradas no território de Goitacazes.....	89
Gráfico 16 - Renda per capita das famílias cadastradas no território do Jardim Carioca.....	95
Gráfico 17 - Renda per capita das famílias cadastradas no território do Jockey.....	102
Gráfico 18 - Renda per capita das famílias cadastradas no território do Matadouro	108
Gráfico 19 - Renda per capita das famílias cadastradas no território do Morro do Coco	114
Gráfico 20 - Renda per capita das famílias cadastradas no território do Parque Guarus	120
Gráfico 21 - Renda per capita das famílias cadastradas no território da Penha	127
Gráfico 22 - Renda per capita das famílias cadastradas no território de Travessão.....	133
Gráfico 23 - Renda per capita das famílias cadastradas no território de Ururaí.....	139
Gráfico 24 - Perfil das novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF – 2020 e 2021.	180
Gráfico 25 - Povos/Comunidades Tradicionais e Grupos Específicos atendidos nos CRAS, 2019 a 2021.....	182
Gráfico 26 - Demanda Reprimida nos equipamentos da Proteção Social Básica – 2020 e 2021.....	184
Gráfico 27 - Beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada, 2017, a 2020.....	198
Gráfico 28 - Total de acompanhamentos realizados pelos CREAS - 2016 a 2020.....	201
Gráfico 29 - Casos novos que entraram em acompanhamento pelo PAEFI - 2016 a 2021	205
Gráfico 30 - Casos novos x Pessoas vitimadas - 2016 a 2021	207
Gráfico 31 - Raça/cor das pessoas vitimadas que ingressaram no PAEFI em 2020 e 2021.	208
Gráfico 32 - Renda das pessoas vitimadas que ingressaram no PAEFI em 2020 e 2021.	209
Gráfico 33 - Quantidade de adolescentes que estavam em cumprimento de MSE - 2016 a 2021	212
Gráfico 34 - Quantidade de novos casos para cumprimento de MSE - 2016 a 2021.....	213
Gráfico 35 - Quantitativo de adolescentes em cumprimento de MSE por sexo- 2020 e 2021.....	214
Gráfico 36 - Quantitativo de adolescentes que estavam em cumprimento de MSE por idade–.....	214
Gráfico 37 - Quantitativo de adolescentes em cumprimento de MSE por raça/cor –.....	215
Gráfico 38 – Quantitativo de adolescentes em cumprimento de MSE por renda – 2020 e 2021.....	215
Gráfico 39 - Quantitativo de Demanda Reprimida para Programas e Benefícios, 2020 e 2021	217
Gráfico 40 - Média anual de pessoas atendidas e abordadas pelo CENTRO POP -	218

Gráfico 41 - Volume mensal de pessoas atendidas e abordadas pelo Centro Pop –	220
Gráfico 42 - Volume mensal de pessoas atendidas e abordadas pelo Centro Pop –	220
Gráfico 43 - Volume mensal de pessoas atendidas e abordadas pelo Centro Pop –	221
Gráfico 44 - Volume das pessoas atendidas por sexo – 2020 e 2021.....	224
Gráfico 45 - Volume das pessoas atendidas por faixa etária – 2020 e 2021.....	224
Gráfico 46 - Distribuição das pessoas atendidas por raça/cor – 2020 e 2021.....	225
Gráfico 47 - Distribuição das pessoas atendidas por escolaridade – 2020 e 2021.....	225
Gráfico 48 - Pessoas atendidas que declararam uso de substâncias psicoativas – 2020 e 2021.....	226
Gráfico 49 – Tipo de substâncias psicoativas declaradas– 2020 e 2021.....	226
Gráfico 50 - Fatores desencadeantes da situação de rua, 2020-2021.....	230
Gráfico 51 - Casa Benta Pereira – Mulheres acolhidas por mês entre 2019 e 1º/2021	232
Gráfico 52 - Casa Benta Pereira – Dependentes acolhidos por mês entre 2019 e 1º/2021	232
Gráfico 53 - Residência Inclusiva – pessoas acolhidas por mês entre 2019 e 1º/2021	233
Gráfico 54 - Casa de Passagem - Pessoas acolhidas por mês entre 2019 e 1º/2021.....	233
Gráfico 55 – Lar Cidadão - Pessoas acolhidas por mês entre 2019 e 1º/2021	234
Gráfico 56 - Manoel Cartucho - Pessoas acolhidas por mês em 2020 e 2021	234

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Distorção Idade x Série nas escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro nos anos finais, 2020.....	39
Mapa 2 - Distorção Idade x Série nas escolas municipais do Estado do Rio de Janeiro nos anos finais, 2020.....	39
Mapa 3 - Territórios da Assistência Social no município de Campos dos Goytacazes/RJ	44
Mapa 4 - Incidência de crianças e adolescentes referenciadas ao Cadastro Único, por território.....	49
Mapa 5 - Incidência de idosos referenciados ao Cadastro Único, por território.	50
Mapa 6 - Incidência de pessoas com deficiência referenciados ao Cadastro Único, por território.....	51
Mapa 7 - Incidência de mulheres referenciados ao Cadastro Único, por território.....	52
Mapa 8 - Incidência de arranjos monoparentais de chefia feminina referenciados ao Cadastro Único, por território.	53
Mapa 9 - Incidência de negros referenciados ao Cadastro Único, por território.....	54
Mapa 10 - Incidência de famílias extremamente pobres referenciadas ao Cadastro Único, por território.	55
Mapa 11 - Incidência de famílias numerosas referenciadas ao Cadastro Único, por território.....	56
Mapa 12 - Incidência de famílias com condições não ideais de moradia referenciadas ao Cadastro Único, por território.	57
Mapa 13 - Incidência de pessoas que trabalharam no trabalho informal nos últimos 12 meses referenciadas ao Cadastro Único, por território.	58

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal.....	40
Figura 2 – Gestão SUAS	147
Figura 3 – Proteção Social Básica.....	148
Figura 4 – Proteção Social Especial.....	149
Figura 5 – Funções Vigilância Socioassistencial	165
Figura 6 – Processo de desenvolvimento da Vigilância Socioassistencial.....	167
Figura 7 – Acolhimentos para população de rua.....	228
Figura 8 – Setores.....	256
Figura 9 - Entidades	263

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL	24
ÁREA DE ABRANGÊNCIA: MUNICIPAL	24
DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL	43
ÁREA DE ABRANGÊNCIA: TERRITÓRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	43
ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	145
GESTÃO DO SUAS	157
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.....	173
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.....	200
PROGRAMAS	250
DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS	256
REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SUAS.....	261
GESTÃO FINANCEIRA	269
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	285
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	287
APÊNDICE I – AVALIAÇÃO DAS METAS DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – VIGÊNCIA: 2018 / 2021	294
AVALIAÇÃO DAS METAS DO PLANO MUNICIPAL 2018-2021	296
APÊNDICE II - METAS DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – VIGÊNCIA: 2022 / 2025	325
GESTÃO DO SUAS	325
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.....	332
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.....	338
DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS	346
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	353

INTRODUÇÃO

O Plano de Assistência Social, segundo a NOB SUAS, trata-se de um instrumento de planejamento estratégico que tem por finalidade organizar, regular e nortear a execução da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), segundo a perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Cabe aos municípios a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), a partir do Diagnóstico Socioterritorial. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) estabelece a importância do território como pressuposto para uma nova percepção da assistência social no Brasil. O território é a base de organização do SUAS e assume um lugar estratégico na organização da assistência social, tendo, portanto, a descentralização e intersectorialidade como novos paradigmas para a gestão.

A territorialização significa organizar os serviços de acordo com o território, ou seja, implica conhecer o território tanto para ler suas necessidades e demandas por proteção social, como para mapear e monitorar os serviços e equipamentos existentes. A análise de tais dados permite a identificação de demandas expressas, emergentes e potenciais. Compõe, portanto, o processo de planejamento e intervenção governamental, uma vez que tendo essas informações em mãos o gestor poderá prever melhor as ações necessárias para cada território, bem como planejar os investimentos e articular a Política de Assistência Social com as demais políticas ofertadas.

É por meio do PMAS, portanto, que se apontarão os problemas enfrentados para a execução da Política de Assistência Social em âmbito municipal, bem como se traçarão os objetivos pretendidos frente a eles, as metas propostas e resultados esperados.

A metodologia utilizada para construção deste PMAS se divide em pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A natureza de dados deste documento é de cunho quantitativo (dados primários e secundários) e qualitativo.

A construção deste Plano objetivou que as equipes, assim como os usuários, pudessem participar diretamente da construção dele. A proposta foi então que cada equipamento realizasse reuniões com os técnicos e usuários, no intuito de levantar os maiores problemas enfrentados e, a partir daí, traçar seus objetivos, metas e indicadores. O ano de 2021 foi um ano de realização da Conferência Municipal de Assistência Social, sendo este de intenso debate através dos encontros preparatórios realizados nos equipamentos que contribuíram para construção deste planejamento expresso no documento em tela.

Como material didático para construção do planejamento de cada equipamento foi produzido um roteiro detalhado sobre como identificar os problemas no território, bem como os objetivos, metas e indicadores. Tal material contou com as etapas a seguir e exemplos. Juntamente a esse roteiro, foi encaminhado o instrumento de coleta de dados que os equipamentos/serviços deveriam preencher com o resultado das reuniões. Foi produzido também um Diagnóstico prévio territorializado, no intuito de auxiliar as equipes na identificação dos problemas. Nesse Diagnóstico a Vigilância Socioassistencial já apontava para alguns focos de atenção nos territórios.

A partir desse trabalho, a coleta de dados para a produção do Diagnóstico se deu por meio de reuniões das coordenações com as equipes técnicas e usuários dos equipamentos. Com o levantamento das problemáticas de cada território, seus motivos e definição das prioridades de atendimento, procedeu-se à construção das metas e indicadores. Foi levado em consideração, para tanto, o Plano Plurianual, assim como as deliberações das Conferências de Assistência Social de âmbito municipal, estadual e nacional.

Além do Diagnóstico Socioterritorial o referido documento é composto de um diagnóstico da oferta de serviços, com análise dos trabalhos desenvolvidos em cada nível de proteção. Estes são eixos estruturantes da função de Vigilância Socioassistencial prevista na Política Nacional de Assistência Social que caracterizam o exercício do monitoramento e avaliação de vulnerabilidades e riscos sociais presentes nos territórios, bem como de padrões dos serviços. Como fontes de informação foram utilizados sistemas como: Sistema de Monitoramento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (SIMPETI), Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC), Sistema de Condicionalidade (SICON) e Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF).

Também foram utilizadas bases de dados como: Relatórios Mensais de Atendimento (RMA), CENSO do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), Relatório de Programas e Ações do MDS (v.2017), CENSO SUAS, Produções do Ministério do Desenvolvimento Social e Instrumentos Internos de coleta de dados.

Como marco normativo algumas das principais referências são: a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS), Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH), o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistencial, além de Leis e Decretos e Resoluções.

A produção do referido Diagnóstico contou com a colaboração de diversos setores e Órgãos, a saber: Departamento de Proteção Social Básica, Departamento de Proteção Social

Especial, Departamento de Programas e Projetos, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundação Municipal da Infância e Juventude, Centro de Informações e Dados de Campos (CIDAC) e Conselho Municipal de Assistência Social.

Portanto, considera-se este documento referencial para o aprimoramento da oferta da Política de Assistência Social em âmbito municipal, bem como subsídio para discussões de políticas públicas diante da riqueza dos dados apresentados.

OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PMAS

OBJETIVO GERAL

Aprimorar o desenvolvimento da Política de Assistência Social em âmbito municipal e em consequente da proteção social ofertada, por meio do planejamento estratégico da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, respeitadas as diversidades socioterritoriais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- I- Potencializar as estratégias de gestão para garantir a execução das ações previstas na Política Municipal de Assistência Social nos diferentes níveis de Proteção;
- II- Produzir conhecimento sobre as vulnerabilidades e riscos sociais, e padrões dos serviços, a fim de subsidiar a gestão, e demais atores sociais, no planejamento das ações voltadas à política no município;
- III- Realizar análise acerca da demanda e cobertura, a partir de um olhar sobre cada território da assistência social;
- IV- Contribuir com a publicização de informações, transparência e controle social;

DIRETRIZES PROPOSTAS

- I- Universalização do SUAS, com respeito à diversidade e à heterogeneidade dos indivíduos, famílias e territórios;
- II- Estruturação do órgão gestor de Assistência Social com adequação à legislação do SUAS;
- III- Garantia de dotação orçamentária e financeira para a execução da política de assistência social;
- IV- Qualificação dos processos de monitoramento e avaliação, centrais para o planejamento das ações da Proteção Social;
- V- Adequação dos recursos humanos dos equipamentos, desprecarizando os vínculos trabalhistas das equipes.

VI- Aprimoramento dos processos de Gestão do Trabalho por meio da Política de valorização de trabalhadores(as) do SUAS e da Política de Educação Permanente, contribuindo para a qualificação das dimensões teórica, técnica, ética e política em relação ao SUAS;

VII- Consolidação, ampliação e aprimoramento das formas de articulação com a rede Socioassistencial e Intersetorial;

VIII- Garantia da segurança de renda, do acompanhamento familiar e do fomento à capacitação como estratégias de enfrentamento à pobreza;

IX- Valorização das instâncias de controle social com a participação popular dos usuários.

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

ÁREA DE ABRANGÊNCIA: MUNICIPAL

A recuperação do contexto sócio-histórico de Campos dos Goytacazes/RJ mostra-se como elemento central para análise do diagnóstico apresentado adiante, pois contribui para a compreensão de aspectos das atuais condições de reprodução social da população no município.

De acordo com Faria (2005) o município sempre ocupou um lugar de importância em toda região Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, sendo um dos primeiros centros urbanos. Sua importância econômica e política ditou a ascensão da vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes à categoria de cidade, ainda no ano de 1835 (Ibid.). Essa importância está relacionada em grande parte à extensão territorial do município, bem como às atividades econômicas características dele (indústria sucroalcooleira e agropecuária), as quais atendiam não somente o município e seu entorno, mas também a capital.

O projeto de desenvolvimento adotado pelo município ao passo que gerava grande volume de produção, por outro lado produzia intensa concentração tanto de renda quanto de terras. Além disso, não somente Campos, mas toda região Norte Fluminense, ficou marcada como uma das que mais recebeu escravos. A produção por muito tempo, portanto, baseou-se neste perfil de trabalho.

No final do século XIX iniciou-se o período de menor dinamismo econômico do município, tendo como principais elementos fomentadores desse processo: o fim do trabalho escravo, o fortalecimento do ciclo do café e a perda de competitividade frente a produção de São Paulo. Sobre a escravidão é fundamental salientar que com a abolição da escravatura uma considerável massa populacional passa a ter que contar com a própria sorte na construção de estratégias de sobrevivência. Ex-escravos que sem proteção das políticas públicas passariam a adensar os bolsões de pobreza da cidade.

Os rebatimentos do processo de abolição da escravidão em Campos dos Goytacazes, uma das últimas cidades no Brasil a realizá-la, são sentidos até os dias atuais na medida em que esse contexto sem o desenvolvimento de um projeto econômico-social para essa população (RIBEIRO, 2012) resultou na reprodução de um ciclo da pobreza que até hoje perpassa gerações.

Como fruto também dos projetos de desenvolvimento adotados pelo município está a questão da moradia e da disputa pelos diferentes usos/apropriações do solo (PIQUET & RIBEIRO, 2001). No município, por exemplo, as áreas mais altas da cidade eram mais

valorizadas por estarem protegidas das inundações e, assim, recebiam maiores investimentos (FARIA, 2005). No outro extremo havia, no entanto, as áreas periféricas sendo destinadas à população de baixa renda, bem como à “construção de presídios, cemitérios, hospitais especializados em doenças de caráter epidêmico e contagioso (tuberculose, por exemplo), assim como os matadouros”. (FARIA, 2005, p. 4785).

Nas palavras de Faria (2005, p. 88) “a lógica do desenvolvimento urbano campista não acompanhou seus desdobramentos sócio-espaciais, em razão, sobretudo, da concentração demográfica urbana em expansão e da paralela falta de estrutura da cidade”.

As intervenções urbanísticas realizadas em Campos a partir de meados do século XIX, desvelam a importância do município e a necessidade de inseri-lo no processo de modernização brasileira (Ibid.). Essas intervenções resultaram, entretanto, no fenômeno de diferenciação sócio-espacial, definido por dois aspectos: o sobrevalor da área central, com incremento de ações públicas, e o desvalor das áreas periféricas, pela falta de investimento e ocupação progressiva dos trabalhadores mais empobrecidos – somado a eles os ex-escravos.

Tal desigualdade no acesso à moradia acabou contribuindo para tornar o município uma das cidades com marcas históricas de desastres ambientais. Grande parte da sua população estabeleceu-se em áreas ambientalmente vulneráveis, já que a atividade econômica predominante baseava-se na concentração das melhores terras. Foi nas áreas alagadiças, nos pântanos, nas beiras de encostas e rios, por exemplo, que muitas famílias estabeleceram suas moradias, e ainda o fazem (AZEREDO, 2018).

O Norte Fluminense é marcado desde sua origem, portanto, pela desigualdade social e dependência. Por mais que houvessem atividades de plantio diversificado, sempre prevaleceu a cana ou o gado - mais à frente, os *royalties*. Tal polarização e especialização em um determinado tipo de atividade tornou-se um entrave ao desenvolvimento local, uma vez que uma economia não diversificada torna-se refém das oscilações do mercado e cria uma força de trabalho que encontra dificuldades para ser absorvida em outros tipos de atividades em curto prazo (Ibid.).

Tal realidade gerou uma contradição, uma região com alta expectativa de desenvolvimento, porém com indicadores muito ruins relacionados à desigualdade social (CRUZ, 2004, p. 23).

Os estudos realizados por Randolph (1986), Piquet (1986) e Cruz (1992), acerca da dinâmica da exclusão em Campos destacam a formação de um exército de biscateiros, “uma força de trabalho expropriada, desqualificada, empobrecida, excluída dos benefícios do trabalho formal, por um lado, e do acesso aos equipamentos coletivos urbanos, por outro”

(CRUZ, 1992, p. 159). O Norte Fluminense entre os anos de 1970 e 1990, passou então a ser conhecido como a

“região-problema”, uma vez que sua economia apresentava-se estagnada, com queda dos índices de produtividade e alto grau de desemprego sazonal, o que levava a um processo de pauperização, desenraizamento e deslocamento do trabalhador rural para a periferia das cidades regionais (PIQUET, 2004, p. 28).

Para Cruz (1986, p. 31) o êxodo rural fica evidente em Campos dos Goytacazes na redução da população rural em 8,6% entre 70 e 80, enquanto a urbana cresceu 20,1% no mesmo período, passando a representar 69,49% da população total em 1980.

Nos séculos XX e XXI sobressai o crescimento do setor de exploração e produção de petróleo e gás, tendo em vista que a Bacia de Campos, segundo a Agência Nacional do Petróleo, produziu em 2002 o equivalente a 82,56% do petróleo do Brasil (SILVA; CARVALHO, 2004). Com o crescimento dessa atividade a Região Norte Fluminense ganhou certo dinamismo econômico, como o crescimento da indústria extrativa mineral e a entrada de maiores valores de royalties e participações especiais no orçamento dos municípios (Ibid.).

Todavia, o atual cenário do município já apresenta sérios problemas econômicos fruto em grande parte pela queda dos valores dos *royalties* recebidos, gerando incertezas quanto ao futuro da região e a necessidade de investimento na promoção de novas economias, objetivo este já sinalizado no Plano Plurianual com vigência de 2018-2021 de Campos dos Goytacazes. Conforme apontam Piquet, Cruz e Vilani (2013) há a necessidade de se planejar um futuro pós-petróleo e pós-rendas, na medida em que se compreende que o petróleo é finito. Esta se apresenta enquanto uma estratégia fundamental no enfrentamento das desigualdades sociais vigentes.

O panorama até aqui apresentado é fundamental para se compreender melhor o contexto no qual a Política de Assistência Social do município está inserida. De forma complementar a essa análise, adentraremos a seguir na explanação de alguns indicadores municipais da atualidade relacionados a: população, renda, domicílios, economia, saúde, educação e IDHM.

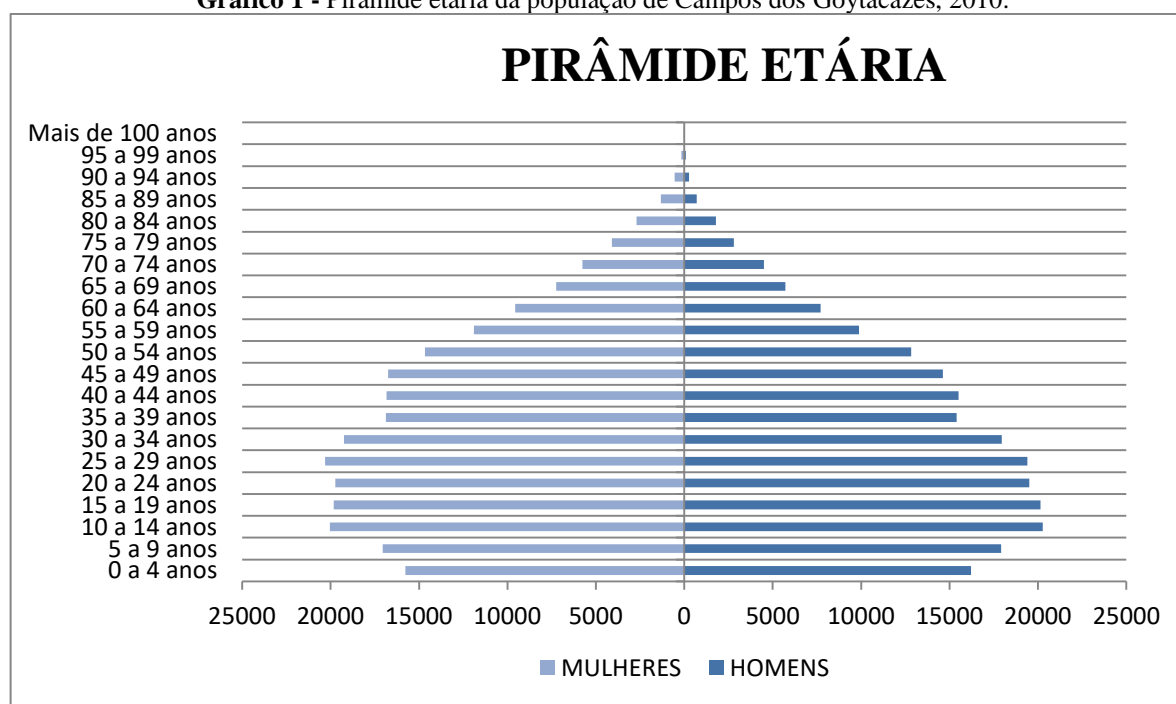
INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS

POPULAÇÃO

De acordo com dados do IBGE (2010), o Estado do Rio de Janeiro conta com uma população de aproximadamente 15.989.929 habitantes, com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de R\$ 1.429,00. O município de Campos dos Goytacazes está localizado no interior do Estado, sendo o município de maior extensão territorial, com 4.032km².

Para o município, o censo do IBGE de 2010 apresentou uma população de **463.731** pessoas, com estimativa de **514.643** pessoas para o ano de 2021, com pirâmide etária indicando a maior distribuição dessa população entre os **10 e os 14** anos de idade para homens e mulheres, e entre os **25 e os 29** anos sobressaindo as mulheres.

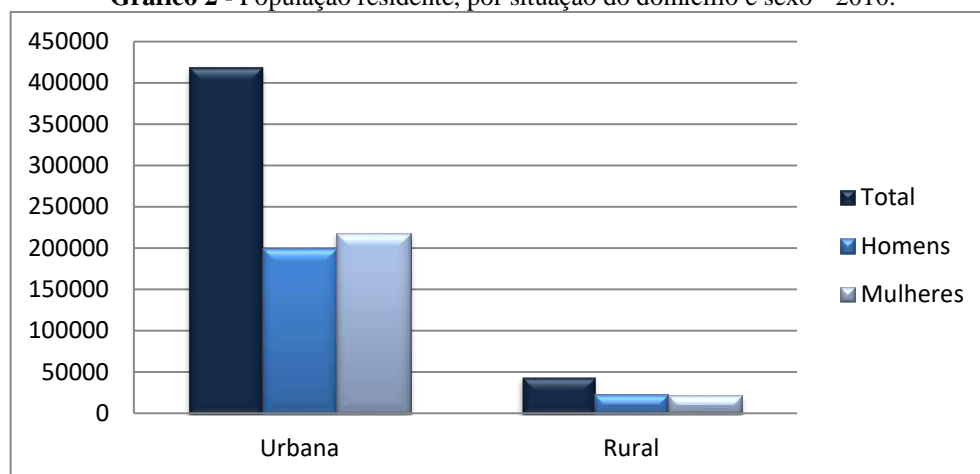
Gráfico 1 - Pirâmide etária da população de Campos dos Goytacazes, 2010.



Fonte: Elaborado pelos autores com base no Censo demográfico 2010 do IBGE.

Esse quantitativo populacional é predominantemente urbano: **90,3%** (o correspondente a 418.725 pessoas) vivendo nas cidades, em detrimento de **9,7%** (ou 45.006 pessoas) residindo em áreas caracterizadas como rurais. Em relação a essa distribuição territorial, o mesmo Censo de 2010 aponta que são **200.256** homens e **218.469** mulheres, residindo em área urbana, e **23.003** homens e **22.003** mulheres na área rural.

Gráfico 2 - População residente, por situação do domicílio e sexo - 2010.

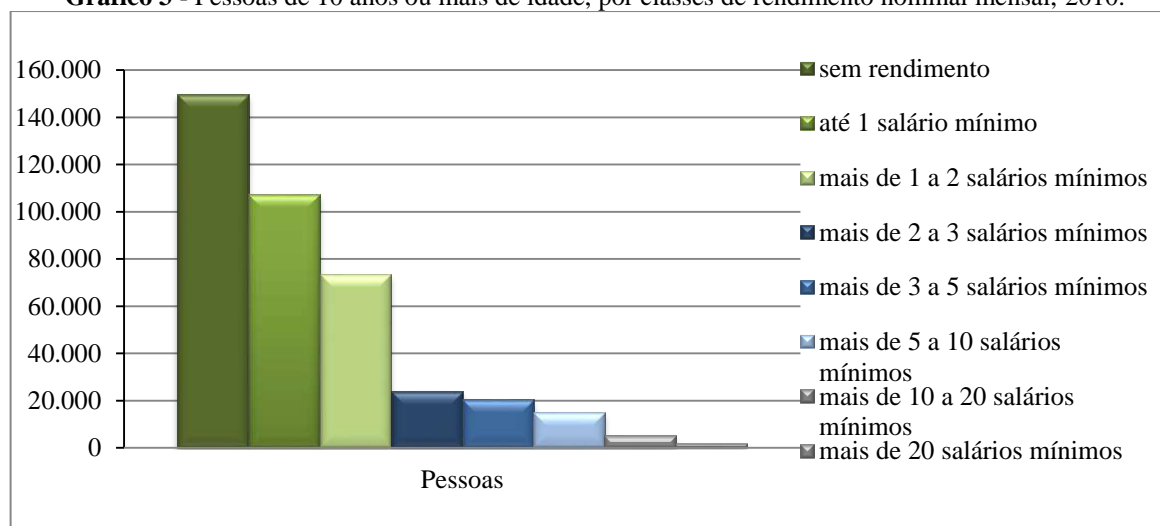


Fonte: Elaborado pelos autores com base no Censo demográfico 2010 do IBGE.

RENDIMENTOS

Deste quantitativo populacional, o censo revelou que **149.664** pessoas com 10 anos de idade ou mais não possuíam rendimento, e **107.339** apresentavam rendimento de até 01 salário mínimo. Diante do total de pessoas com rendimento, **53,7%** eram homens e **46,3%** eram mulheres.

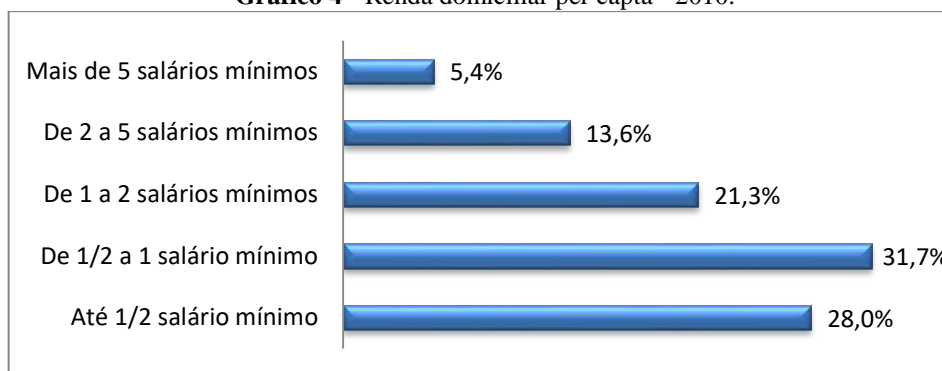
Gráfico 3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal, 2010.



Fonte: Elaborado pelos autores com base no Censo demográfico 2010 do IBGE.

O rendimento domiciliar *per capita* tem maior concentração (**31,7%**) na faixa de $\frac{1}{2}$ a 01 salário mínimo, seguido dos rendimentos de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (**28%**), correspondendo a 42.400 e 37.512 pessoas, respectivamente.

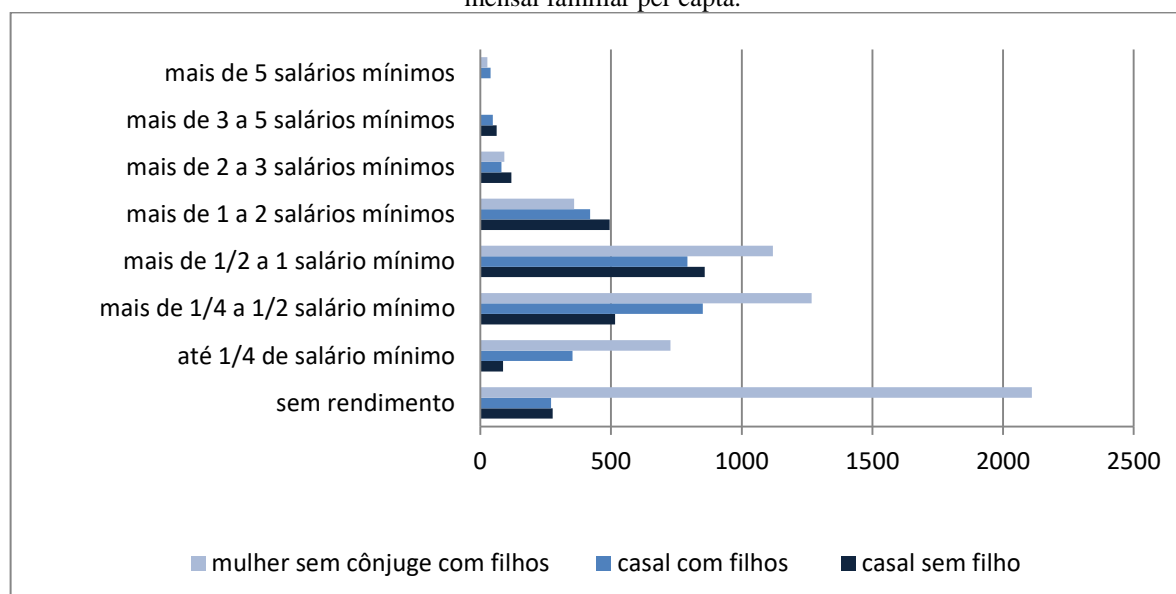
Gráfico 4 - Renda domiciliar per capita - 2010.



Fonte: Elaborado pelos autores com base no Censo demográfico 2010 do IBGE.

O cruzamento de dados entre a composição das famílias em domicílios particulares e o rendimento nominal mensal familiar *per capita* revelou que dentro das categorias do IBGE de *Casal sem filhos*, *Casal com filhos* e *Mulher sem cônjuge com filhos*, predomina a última.

Gráfico 5 - Famílias conviventes residentes em domicílios particulares com classe de rendimento nominal mensal familiar per capita.



Fonte: Elaborado pelos autores com base no Censo demográfico 2010 do IBGE.

O universo de dados analisados a partir do Censo indica que, além de ser alto o número de **famílias monoparentais femininas**, essas famílias ainda estão majoritariamente situadas na faixa de famílias “**sem rendimento**”¹ – representando **79%** desse grupo.

¹Dentre os conceitos utilizados pelo IBGE para explicitar as dimensões de rendimento da população há um que possui vinculação com o trabalho, é o de “Rendimento Mensal de Trabalho”. Ele inclui a remuneração bruta mensal de empregados e trabalhadores domésticos (sem considerar os benefícios vinculados ao trabalho); inclui também o ganho extraído de empreendimento, para aqueles que são empregadores e trabalhadores por conta própria; e para as pessoas licenciadas por Instituto de Previdência, considera o rendimento bruto mensal normalmente recebido como benefício (auxílio-doença, auxílio por acidente de trabalho etc.) no mês de

Tabela 1 - Famílias conviventes residentes em domicílios particulares com classe de rendimento nominal mensal familiar per capita, em Campos dos Goytacazes, 2010.

	S/R ²	Até ¼ de SM ³	Mais de ¼ a ½ SM	Mais de ½ a 1 SM	Mais de 1 a 2 SM	Mais de 2 a 3 SM	Mais de 3 a 5 SM	Mais de 5 SM	Totais
Casal sem Filhos	276	87	515	858	494	118	62	19	2429
Casal com Filhos	271	352	851	792	420	81	48	39	2854
Mulher sem cônjuge com filhos	2.111	727	1.268	1.119	358	92	19	27	5.721
Total das Famílias	2658	1166	2634	2769	1272	291	129	85	11004

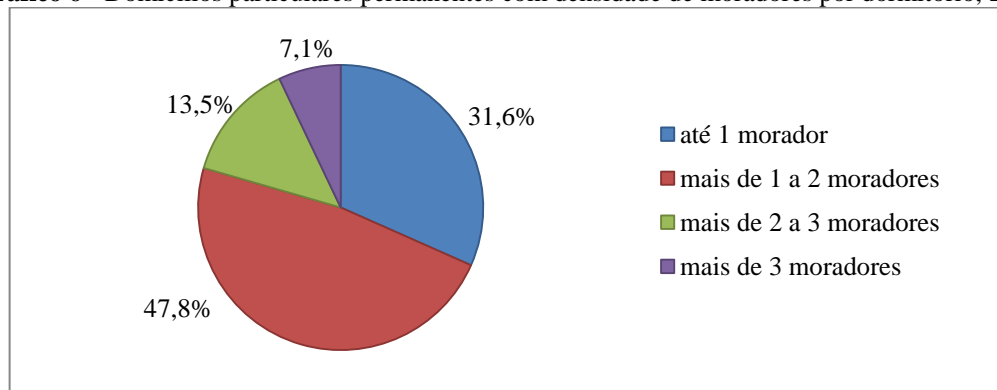
Fonte: Elaborado pelos autores com base no Censo demográfico 2010 do IBGE.

As famílias formadas por casais com filhos estão, em sua maioria, situadas nas faixas de renda que compreendem mais de ¼ até 01 salário mínimo. A maioria dos casais sem filhos, também está situada majoritariamente na faixa de renda entre mais de ½ a 01 salário mínimo.

DOMICÍLIOS

O IBGE denomina como Domicílio Particular Permanente os domicílios destinados apenas à moradia e, segundo essa classificação, **47,8%** dos domicílios de Campos eram habitados por **1 a 2** moradores, perfazendo um total de 68.131 domicílios.

Gráfico 6 - Domicílios particulares permanentes com densidade de moradores por dormitório, 2010.



Fonte: Elaborado pelos autores com base no Censo demográfico 2010 do IBGE.

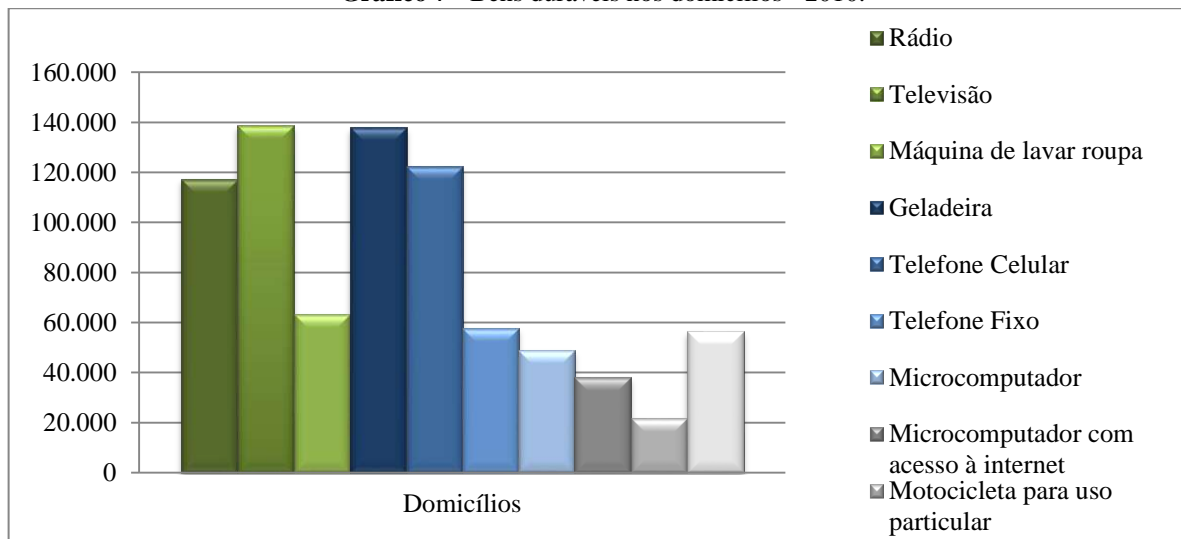
referência do ano da pesquisa. No grupo “Sem Rendimento” foram incluídas “as pessoas que recebiam apenas alimentação, roupas, medicamentos etc. (benefícios), à guisa de rendimento de trabalho” (IBGE, 2016).

²S/R = Sem rendimento

³S/M = Salário mínimo

Em **31,6%** dos domicílios residiam até 01 morador, e **7,1%** contavam com mais de 03 moradores. Nesse universo de domicílios, em **137.920** havia geladeira, e um quantitativo maior, **138.749**, possuíam aparelhos de televisão, o que evidencia mudanças na dimensão dos padrões de consumo, acompanhando o padrão geral brasileiro, uma vez que no censo anterior eram os rádios que predominavam nos domicílios como bem durável.

Gráfico 7 - Bens duráveis nos domicílios - 2010.



Fonte: Elaborado pelos autores com base no Censo demográfico 2010 do IBGE.

Nesses domicílios, **43.153** famílias eram compostas por **02** pessoas, **42.494** eram compostas por **03** pessoas, **30.826** famílias eram compostas por **04** pessoas e **12.690** e **6.397** compunham-se, respectivamente, de **05** ou mais pessoas.

ECONOMIA

No ano de 2018 o Produto Interno Bruto – PIB *per capita* no município estava avaliado em R\$ 64.186,76 (IBGE CIDADES, 2018). A economia da cidade está vinculada, em boa medida, às receitas provenientes dos *Royalties*⁴ do Petróleo e às Participações Especiais.

De acordo com o *Boletim Petróleo, Royalties e Região*, entre 2013 e 2021 foram arrecadados R\$ 5.739.346.870,62 com royalties e participações especiais. Mais ainda que os royalties, as participações especiais foram responsáveis por colocar Campos na lista de maiores beneficiados com tal recurso. Todavia, percebe-se que os valores vêm decrescendo ao longo dos anos, como demonstra a tabela 2.

⁴ Os royalties são compensações financeiras pagas aos municípios pelas concessionárias produtoras de petróleo e gás natural em troca da exploração do recurso não renovável. Já as participações especiais são compensações financeiras extras pagas aos municípios que apresentam grande volume de produção.

Tabela 2 - Royalties + Participações Especiais recebidos por Campos dos Goytacazes - 2013 a 2021.

Ano	Royalties + Participações Especiais
2013	R\$ 1.303.272.971,54
2014	R\$ 1.208.366.996,05
2015	R\$ 618.403.172,23
2016	R\$ 352.662.405,09
2017	R\$ 470.860.676,51
2018	R\$ 675.080.871,24
2019	R\$ 454.385.721,77
2020	R\$ 260.805.283,07
2021	R\$ 395.508.773,12
Total	R\$ 5.739.346.870,62

Fonte: Base de Dados InfoRoyalties.
Consulta em: Outubro de 2021.

Esse declínio nos valores dos repasses sinaliza para a necessidade de o município buscar outras fontes de recursos e arrecadação para além dos Royalties, superando a condição de dependência que hora se apresenta.

No que se refere à ocupação da população e aos quatro grandes setores da economia – Agricultura, Comércio, Indústria e Serviços⁵ –, em 2013 o setor de Serviços foi o que mais se constituiu como um espaço de ocupação para a população da cidade. No referido ano, o quantitativo das ocupações por setor era de **3%** de ocupados na Agricultura, **27%** de ocupados no Comércio, **19%** na Indústria e **51%** nos Serviços, conforme mostra a tabela abaixo.

Contudo, mesmo com grande parcela da população inserida no setor de Serviços, o setor da Indústria foi, também em 2013, o responsável por **65,01%** do Produto Interno Bruto (PIB) municipal. Neste quesito o setor de Serviços ficou em segundo lugar, contribuindo com **27,48%** do PIB (IBGE, 2010).

Tabela 3 - Ocupação da população de Campos, por setor, em 2013.

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO POR SETOR EM 2013				
Agricultura	Comércio	Indústria	Serviços	Total
3404	26189	19023	49739	98355
3%	27%	19%	51%	100%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em IBGE (2016).

⁵ De acordo com o IBGE, “O ramo de serviços inclui as seguintes atividades: Prestação de serviços; Serviços sociais; Administração pública e outras atividades”.

Do ponto de vista da saúde, dados disponibilizados pela Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro indicavam que até 2016 o município contava com 118 estabelecimentos públicos de saúde, distribuídos em Unidades Básicas de Saúde, Clínicas Especializadas, Hospitais Gerais, e outros, conforme quadro abaixo.

Tabela 4 - Unidades de Saúde que atendem ao SUS em Campos, 2016.

Tipo de Estabelecimento	Público	Privado
Unidades Básicas de Saúde	75	-
Clínicas Especializadas	27	6
Hospitais Gerais	2	5
Hospitais Especializados	-	2
Unidades de serviço de apoio de diagnose e terapia	1	6
Unidades de Pronto Atendimento	9	-
Unidades Móveis de Nível Pré-Hospitalar – Urgência/Emergência	-	-
Centros de Atenção Psicossocial	4	-

Fonte: Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro - 2016.

Nesse mesmo período a taxa de mortalidade infantil no município era de 17,7 – número superior às taxas da região e do Estado, 14,8 e 12,6, respectivamente. No próximo quadro é possível observar as taxas nos anos anteriores.

Tabela 5 - Taxa de Mortalidade Infantil - IBGE, 2008 - 2019.

Região	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Campos dos Goytacazes	15,02	20,86	16,27	17,27	14,07	16,7	14,95	17,62	19,82	13,74	12,75	14,51
Rio de Janeiro	14,39	14,44	13,96	13,88	13,81	13,12	12,71	12,57	13,64	12,41	12,67	13,16
Brasil	15,03	14,8	13,93	13,63	13,46	13,42	12,89	13,8	13,3	12,8	12,35	11,94
OMS ¹	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10

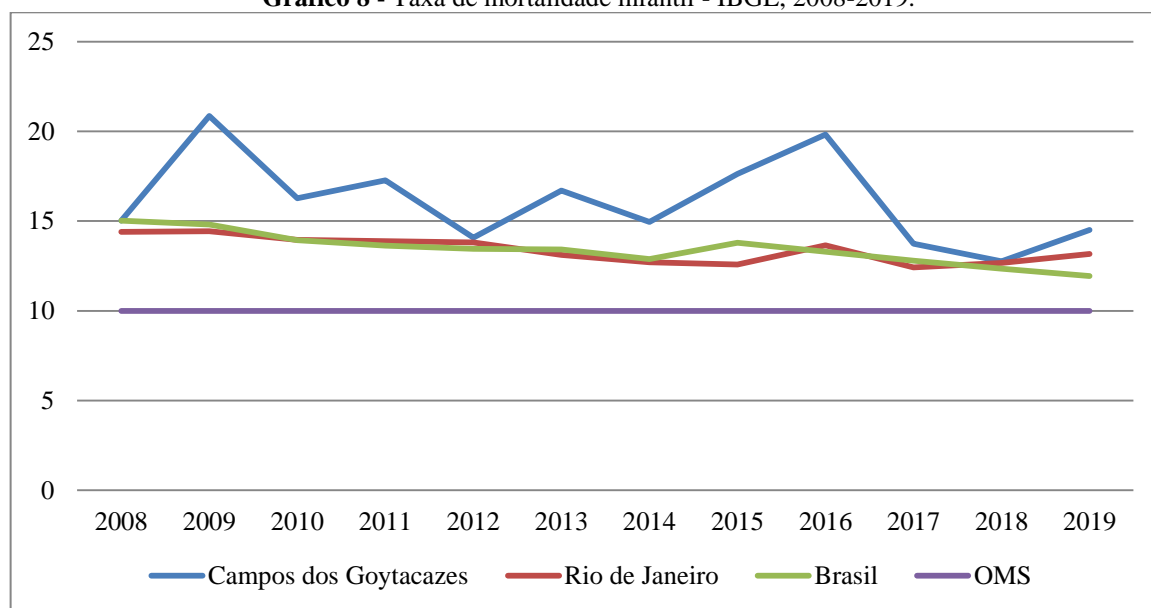
Fonte: Produção dos próprios autores com base no IBGE Cidades, 2008-2019.

O próximo gráfico apresenta a taxa de mortalidade infantil, do mesmo período, com os valores considerados aceitáveis pela Organização Mundial da Saúde – OMS, os valores nacionais, estaduais e do município.

Levando em consideração os valores estabelecidos como aceitáveis pela OMS no período, que eram de até **10** mortes por 1.000 nascidos vivos, o município de Campos

apresentava uma taxa de **14,51** óbitos por 1.000 nascidos vivos, em 2019, ocupando a **36º** posição no ranking do estado.

Gráfico 8 - Taxa de mortalidade infantil - IBGE, 2008-2019.



Fonte: IBGE Cidades, 2008-2019.

EDUCAÇÃO

Os dados do IBGE para o ano de 2010 referentes à educação mostravam que o município possuía taxa de escolarização de **97,3%**, entre crianças e adolescentes de 06 a 14 anos de idade. Outros índices apresentados pelo Censo são as matrículas e os docentes nos ensinos fundamental e médio, e números de estabelecimentos de ensino fundamental e médio. O índice de educação básica do município – IDEB⁶ (medido a cada dois anos), com referência a 2017, foi de 4,6 para os anos iniciais do ensino fundamental, e 3,5 para os anos finais do ensino fundamental, em uma escala de 0 a 10.

Com referência a 2019, foi de 3,6 para os anos finais do ensino fundamental – semelhante à última avaliação em 2017. Para os anos iniciais do ensino fundamental, o município ficou sem nota, sendo representado por uma observação que indica que o número de participantes no SAEB foi insuficiente para que os resultados fossem divulgados. Em nota,

⁶ O IDEB é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação) a cada dois anos. Resultados disponíveis no link: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=523589/> <http://portal.inep.gov.br/web/guest/cenario-educacional>.

a pasta responsável informou que houve um equívoco no cadastramento das escolas municipais, não informado em tempo hábil para correção⁷.

Tabela 6 - Número de matrículas, docentes e estabelecimentos de ensino em Campos - 2020.

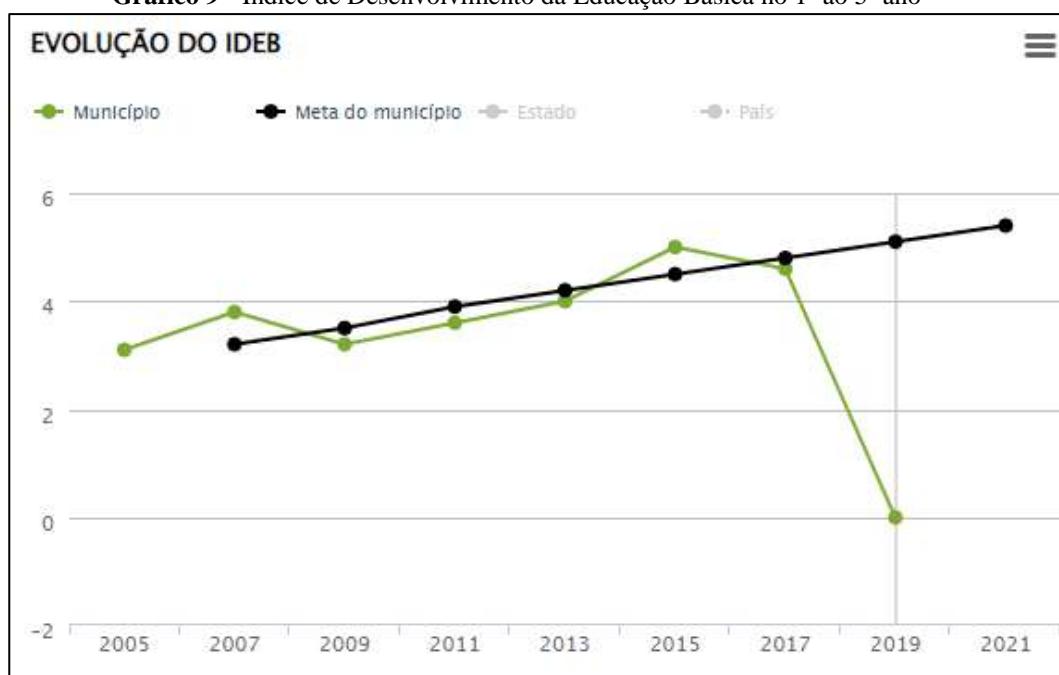
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total
Matrículas	66.700	17.290	83.990
Docentes	4.062	1.747	5.809
Estabelecimentos	323	78	401

Fonte: IBGE Cidades (2020)

*Consulta em Outubro/2021

O gráfico adiante nos permite verificar o alcance do município em relação ao índice de desenvolvimento da Educação Básica, diante da meta pactuada nos anos iniciais de estudo (1º ao 5º ano). Verifica-se que no ano de 2015 o município conseguiu superar a meta de 4,5, alcançando o índice de 5, enquanto em 2017 esteve um pouco abaixo da meta. No entanto no ano de 2019 em razão da situação supracitada o município ficou sem nota.

Gráfico 9 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no 1º ao 5º ano

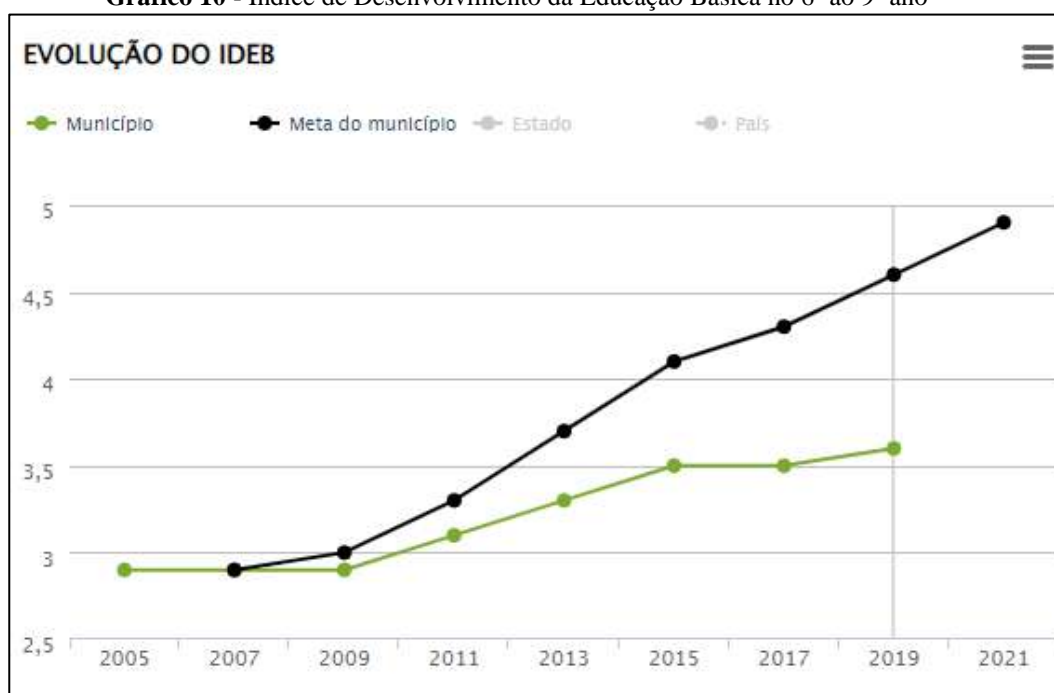


Fonte: IDEB/Inep (2019), Organizado por QEdU.

No que se refere aos anos finais (do 6º ao 9º ano) há um desequilíbrio maior do município em relação à meta pactuada, atingindo esta apenas no ano de 2007. Nos anos seguintes sobressai a disparidade entre a realidade municipal em relação a sua meta. Em relação a 2019 o valor alcançado foi de 3,6 enquanto a meta era de 4,6.

⁷ Disponível em: < <https://www.ururau.com.br/noticias/cidades/educacao-prefeitura-afirma-que-falha-humana-derruba-ideb-em-campos/36181/>>. Acesso em: Outubro de 2020.

Gráfico 10 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no 6º ao 9º ano



Fonte: IDEB/Inep (2019), Organizado por QEduc.

O quadro abaixo apresenta o ranking entre as cidades do Norte e Noroeste Fluminense em relação ao IDEB (2019), no que se refere à rede municipal nos anos iniciais.

Quadro 1 - Ranking Norte e Noroeste Fluminense no IDEB 2019 entre os anos iniciais.

RANKING NORTE E NOROESTE FLUMINENSE NO IDEB 2019 ENTRE OS ANOS INICIAIS	
Município	IDEB Rede Municipal
Miracema	6,9
São José de Ubá	6,4
Itaocara	6,3
Itaperuna	6,3
Macaé	6,3
Bom Jesus do Itabapoana	6,1
Quissamã	6,1
Santo Antônio de Pádua	6,1
Cambuci	5,7
Conceição de Macabú	5,7
Italva	5,7
Natividade	5,6
Aperibé	5,5
São João da Barra	5,5
Laje do Muriaé	5,3
São Francisco do Itabapoana	5,3
Varre-Sai	5,3
Carapebus	5,1
São Fidélis	4,9
Porciúncula	4,8
Cardoso Moreira	4,5

É possível observar que Campos aparece na última colocação nos anos iniciais no que se refere à rede municipal de ensino, e diferentemente da última avaliação, na qual obteve o mesmo índice que Cardoso Moreira e São Francisco de Itabapoana, dessa vez sem nota.

Apresentaremos adiante o mesmo retrato das regiões em relação aos anos finais.

Quadro 2 - Ranking Norte e Noroeste Fluminense no IDEB 2019 entre os anos finais.

RANKING NORTE E NOROESTE FLUMINENSE NO IDEB 2019 ENTRE OS ANOS FINAIS	
Município	IDEB Rede Municipal
Miracema	6,1
Natividade	5,6
Porciúncula	5,6
Itaperuna	5,4
Itaocara	5,3
Quissamã	5,2
Santo Antônio de Pádua	5,2
Carapebus	5,1
Aperibé	4,9
Macaé	4,8
São Francisco de Itabapoana	4,8
Varre-Sai	4,8
São João da Barra	4,5
Italva	4,4
Cardoso Moreira	4,3
Cambuci	4,2
Bom Jesus do Itabapoana	4,1
São Fidélis	4,1
Conceição de Macabu	3,9
Laje do Muriaé	3,7
Campos dos Goytacazes	-

Fonte: IDEB (2019)/ Organizado pelas autoras

*São José de Ubá não consta no IDEB na rede municipal.

Como se verifica, nos anos finais o município está sem nota, tendo em vista que só há nota na rede estadual (3,7) e pública (3,6). Nas últimas posições, em relação à avaliação de 2017, só permanece Laje do Muriaé e entra o município de Conceição de Macabu. Demais municípios com avaliação entre 3,1 e 3,9 no último IDEB conseguiram melhorar suas avaliações no que se refere à rede municipal.

É necessário ressaltar ainda que o IDEB é calculado a partir de duas bases: o resultado do Sistema de Avaliação de Educação Básica (SAEB) e o Índice de Aprovação do Município.

Conforme sinaliza o Censo Escolar⁸ (2020) realizado pelo INEP, com referência à taxa de distorção idade-série⁹ da Educação Básica nos anos iniciais no município tendo como abrangência a rede pública e privada, de cada 100 alunos do 1º ao 5º ano aproximadamente 20 estavam com atraso escolar de dois anos ou mais – um percentual de **20%**. Em relação à rede pública esse percentual é de **27%**. Verifica-se um destaque entre as escolas estaduais, onde a taxa sobe para **36%**.

Tabela 7 - Distorção idade-série na Educação Básica (rede pública), 2020.

ETAPA ESCOLAR	MUNICÍPIO	ESTADO	PAÍS
Anos iniciais	27%	20%	11%
Anos finais	52%	36%	26%

Fonte: INEP (2020). Organizado pelas autoras.

Do 6º ao 9º ano **41%** dos alunos do município em 2020 apresentavam distorção idade-série nas redes públicas e privadas. Quando analisada apenas a rede pública a taxa sobe para **52%**. Em nível municipal, no Ensino Médio verificou-se uma taxa de **42%** na rede pública e privada, enquanto nas escolas públicas o percentual foi de **47%**.

Tabela 8 - Distorção idade-série no Ensino Médio (rede pública) , 2020.

MUNICÍPIO	ESTADO	PAÍS
47%	41%	29%

Fonte: INEP (2020). Organizado pelas autoras.

Diante disso, é possível considerar que o maior percentual de distorção idade-série municipal está nos anos finais do Ensino Fundamental. O município de Campos sobressai nas duas análises com os maiores percentuais de distorção em comparação com o Estado e o Brasil.

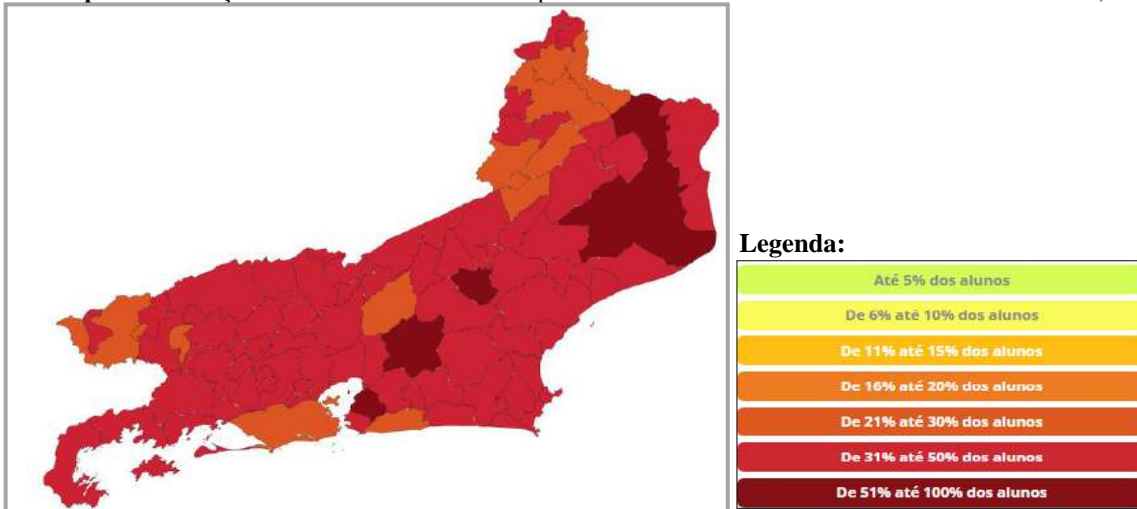
Verifica-se no mapa a seguir os municípios do Estado do Rio de Janeiro segundo a taxa de distorção entre as escolas públicas nos anos finais do Ensino Fundamental com relação a 2020. O município de Campos dos Goytacazes encontra-se entre as piores taxas nos anos finais, com 52,4% sendo superior à cidade do Rio de Janeiro e ficando com um

⁸ O Censo Escolar é aplicado anualmente em todo o Brasil, coletando informações sobre variados aspectos das escolas brasileiras, em especial as matrículas e infraestrutura, em todos os níveis de ensino.

⁹ Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>

percentual inferior apenas em relação aos municípios de Conceição de Macabu e São Gonçalo.

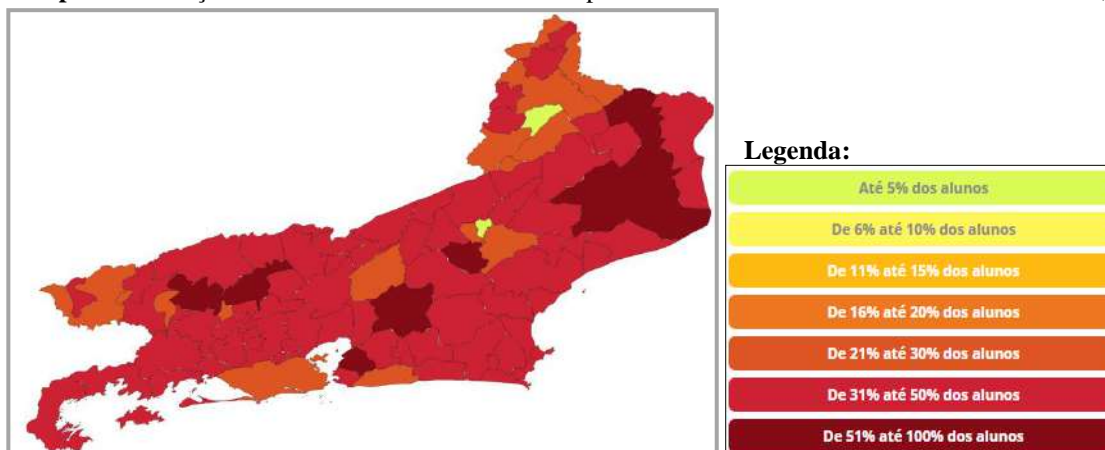
Mapa 1 - Distorção Idade x Série nas escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro nos anos finais, 2020.



Fonte: Inep, 2020. Organizado por QEdU.

A situação não se diferencia quando analisada apenas a rede municipal de ensino nos anos finais.

Mapa 2 - Distorção Idade x Série nas escolas municipais do Estado do Rio de Janeiro nos anos finais, 2020.



Fonte: Inep, 2020. Organizado por QEdU.

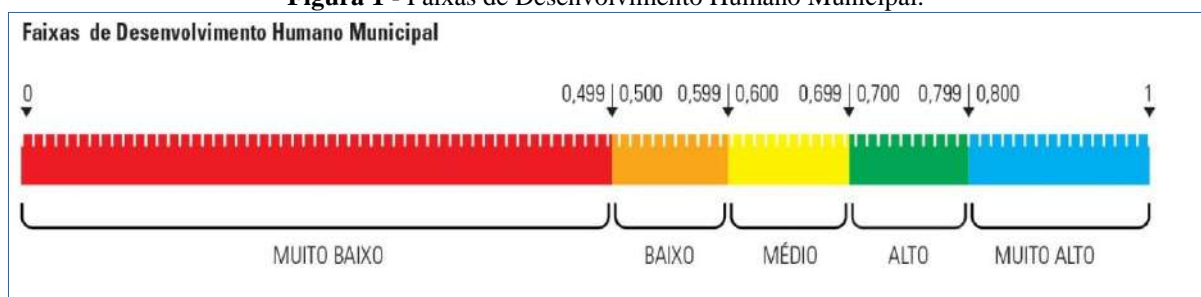
Nessa análise o município de Campos dos Goytacazes também sobressai como um dos que apresenta maior taxa de distorção idade-série (legenda de 51% a 100%).

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL

Outro indicador relevante sobre os municípios é o seu Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM. A metodologia utilizada para seu cálculo é uma adaptação da metodologia utilizada para calcular o IDH Global, que considera informações dos três últimos Censos demográficos do IBGE.

O IDHM, como o IDH Global, engloba em seus cálculos as dimensões de longevidade, educação e renda. Os valores do IDHM variam de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1 melhor é o indicador e o desenvolvimento humano.

Figura 1 - Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal.



Fonte: PNUD.

Campos ocupava a posição 37ª no ranking dos municípios do Estado do Rio de Janeiro em 2010. Seu IDHM avaliado em 0,716 é considerado alto.

O IDHM do município relativo à renda era de 0,715. Esse valor corresponde à renda *per capita*, calculada por meio da soma das rendas de todos os indivíduos da residência dividido pelo total dos indivíduos da mesma.

O IDHM Longevidade é calculado com base na esperança de vida ao nascer, considerando a manutenção nos padrões de mortalidade. O município chegou ao valor de 0,830. Por fim, o IDHM Educação, avaliado em 0,619, é calculado com base na escolaridade da população adulta (acima de 18 anos) e do fluxo escolar da população jovem (PNUD, 2018). As dimensões que requerem maior atenção, portanto, são a educação e renda.

O Censo de 2010 indica um IDHM na faixa de 0,717 para as mulheres campistas e de 0,719 para os homens, situando ambos na faixa Desenvolvimento Humano Alto.

O perfil do município de Campos elaborado pelo PNUD e disponibilizado no Atlas do Desenvolvimento Humano, apresenta ainda a desagregação do IDHM por cor e sexo, permitindo visualizar como as desigualdades raciais e de gênero se manifestam no município.

Desta forma, em relação à cor, o IDHM de Campos apresenta o valor de 0,673 para a população negra e 0,766 para a população branca, o correspondente a níveis médio e alto de IDHM, respectivamente.

Esses valores de IDHM indicam menor acesso da população negra à educação, nos níveis fundamental e médio, e ainda menores rendimentos, conforme ilustra o quadro seguinte:

Tabela 9 - IDHM e seus componentes, por cor (N-negros / B-brancos), 2010.

IDHM e componentes	N/2010	B/2010
IDHM Educação	0,559	0,699
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	47,88	63,22
% de 5 a 6 anos na escola	94,63	97,19
% de 11 a 13 anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	75,49	85,99
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	40,73	60,79
% de 18 a 20 anos com médio completo	30,79	49,89
IDHM Longevidade	0,826	0,847
Esperança de vida ao nascer	74,58	75,84
IDHM Renda	0,66	0,758
Renda per capita	485,13	896,72

Fonte: Adaptado de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Em relação ao gênero, a diferença entre o IDHM de homens e mulheres é menor.

Tabela 10 - IDHM e seus componentes, por sexo (H-homens / M-mulheres), 2010.

IDHM e componentes	M/2010	H/2010
IDHM Educação	0,664	0,623
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	57,94	55,50
% de 5 a 6 anos na escola	96,50	95,78
% de 11 a 13 anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	84,48	79,60
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	58,62	49,24
% de 18 a 20 anos com médio completo	44,76	39,31
IDHM Longevidade	0,902	0,758
Esperança de vida ao nascer	79,14	70,45
IDHM Renda	0,615	0,786
Renda per capita	1.023,81	1.402,67

Fonte: Adaptado de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Pela análise do quadro é possível perceber que a mulher possui maior esperança de vida ao nascer, contudo, em relação a renda há diferença. Por mais que a mulher possua um IDHM Educação maior que o homem, elas se encontram em situação inferior em relação à

renda. Isso indica questões a serem problematizadas como oportunidades de acesso ao mundo do trabalho, equiparação salarial e as condições efetivas para a mulher de hoje se manter no mercado de trabalho sendo ela aquela que historicamente vem sendo responsável pelo cuidado com o lar, os filhos e idosos.

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

ÁREA DE ABRANGÊNCIA: TERRITÓRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política Nacional de Assistência Social - PNAS - estabelece a importância do território como pressuposto para uma nova percepção da assistência social no Brasil. O território é a base de organização do SUAS e assume um lugar estratégico na organização da assistência social, tendo, portanto, a descentralização e intersetorialidade como novos paradigmas para a gestão. Essa perspectiva de trabalho objetiva

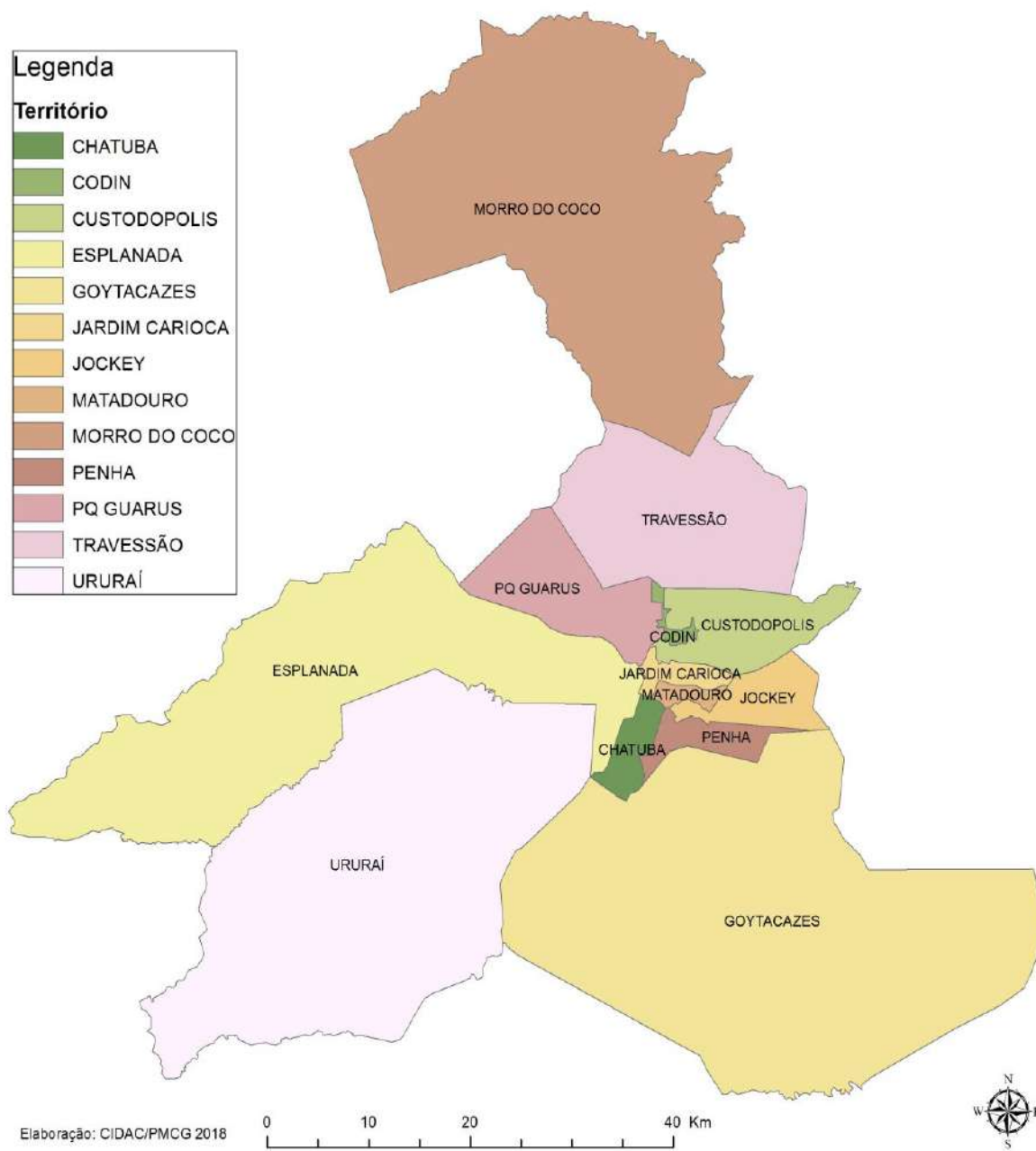
identificar os problemas concretos, as potencialidades e as soluções, a partir de recortes territoriais que identifiquem conjuntos populacionais em situações similares, e intervir através das políticas públicas, com o objetivo de alcançar resultados integrados e promover impacto positivo nas condições de vida. (BRASIL, 2005a, p.44).

A territorialização significa organizar os serviços de acordo com o território, ou seja, implica conhecer o território tanto para ler suas necessidades e demandas por proteção social, como para mapear e monitorar os serviços e equipamentos existentes.

É no território que a Política Pública de Assistência se materializa, sendo assim, torna-se importante retratar as várias dimensões que configuram um território e possibilitam um diagnóstico que permita planejar ações dentro da realidade local. Atualmente, o município de Campos dos Goytacazes está dividido em 13 territórios. Diante da importância de se mapear o território em seus diversos aspectos, tornou-se imprescindível levantar algumas características de cada um.

O mapa a seguir apresenta a territorialização do município.

Territórios da assistência social no município de Campos dos Goytacazes/RJ.



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS e CIDAC, 2018.

Para construção do Diagnóstico Socioterritorial utilizou-se como fonte de informação o CENSO IBGE 2010¹⁰, a partir do quantitativo populacional dos bairros oficiais que compõem cada território, e o Cadastro Único para Programas Sociais, com informações que

¹⁰O IBGE só produz os dados do Censo a partir das divisões oficiais existentes.

caracterizam as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda familiar mensal de até três salários mínimos, públicos considerados prioritários para atuação dos Programas Sociais.

O Cadastro Único permite a construção de indicadores quantitativos, e territorializados. Tal característica auxilia no desenvolvimento de análises e de ações articuladas às dinâmicas e particularidades de cada região. Isso é fundamental, uma vez que a desigualdade no Brasil não está atrelada somente à renda, mas às diferenças regionais e territoriais.

Os dados que fundamentam a elaboração dos indicadores aqui apresentados possuem a seguinte fonte: CECAD – ferramenta de Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único, da base de Maio de 2021 que se refere a Março do mesmo ano. Ao todo, no Cadastro Único, há 72.383 famílias referenciadas, totalizando 187.900 pessoas. Nesse universo, 47.984 famílias e 128.968 pessoas passaram por atualização cadastral nos últimos dois anos.

Em outros períodos a Vigilância Socioassistencial priorizava a apresentação dos dados atualizados na medida em que oferecem maior confiabilidade e proximidade com a realidade, no entanto, com a pandemia houve uma redução considerável da taxa de atualização no município. Sendo assim, trabalhamos nessa caracterização com os dados globais.

É importante salientar, portanto, que neste plano compreende-se a pobreza enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerado como mera insuficiência de renda (SILVA, 2010).

Para tratar das vulnerabilidades e riscos sociais presentes nos territórios utilizamos os indicadores elencadas abaixo.

Sinalizamos que na caracterização dos territórios as tabelas podem não fechar com o total de pessoas ou famílias cadastradas, pois alguns campos do cadastro podem estar sem informação.

Quadro 3 - Detalhamento dos itens utilizados para caracterização dos territórios

Dimensão	Indicador	Fonte de Informação
População	População territorial dos bairros oficiais.	CENSO 2010 CIDAC
	Número de famílias e pessoas referenciadas no CadÚnico.	CADÚNICO- dados referentes
	Média de pessoas por família.	
	Percentual de famílias em relação à situação do domicílio - rural ou urbana.	

	População por sexo, raça/cor e idade	a maio de 2021.
Grupos Tradicionais e Específicos	Número de famílias com marcação de grupos tradicionais e específicos.	
Infraestrutura domiciliar	Número de domicílios com infraestrutura domiciliar ideal ¹¹	
	Número de famílias por situação do domicílio – particular permanente ou coletivo.	
	Número de famílias que declararam possuir despesas com aluguel.	
Responsável familiar –RF	Número de RF cadastrados por sexo e idade.	
	Número de RF mulheres, sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos de idade ¹² por raça/cor e idade.	
Composição Familiar	Número de membros da composição familiar das famílias.	
Renda	Renda per capita das famílias referenciadas ¹³	
Programas Sociais	Número de Beneficiários do BPC e PBF.	
Educação	Número e pessoas cadastradas com marcação de analfabetismo ¹⁴ .	
	Número de pessoas com 25 ¹⁵ anos ou mais, segundo grau de escolaridade.	
Trabalho	Número de pessoas que declararam ter exercido atividade remunerada nos últimos 12 meses.	
	Funções de trabalho declaradas pelas pessoas que exerceram atividade remunerada nos últimos 12 meses.	

TERRITORIALIZAÇÃO DE INDICADORES DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Compreende-se que as políticas sociais devem se constituir como respostas do poder público às condições de desigualdade social. O trabalho da Vigilância Socioassistencial, portanto, está alicerçado na construção de diagnósticos socioterritoriais, os quais devem.

¹¹ Acesso simultâneo à rede geral de distribuição de água, rede coletora de esgoto ou pluvial, energia elétrica com medidor próprio e coleta direta de lixo.

¹² A escolha deste indicador se deu pelo potencial que possui de criar ou intensificar situações de vulnerabilidade, visto que ficaria a cargo dela somente a provisão das necessidades da família. Tal contexto é agravado, pois à mulher, historicamente, ficou reservada a função do cuidado com as crianças e idosos. Além disso, tanto a maior dificuldade para entrada no mercado de trabalho, quanto o recebimento de proventos equiparados aos dos homens ainda é uma realidade.

¹³ Com o Decreto 9396/18 os valores referenciais de caracterização das situações de pobreza e de extrema pobreza e os de benefícios do Programa Bolsa Família foram alterados, no entanto, este passou a vigorar em Julho de 2018, não podendo ser considerado neste relatório, uma vez que o perfil trabalhado tem como referência o mês de Junho. A listagem de Julho só pode ser emitida no mês de Outubro, assim que liberada pelo Sistema.

¹⁴ Para registro de informações no CadÚnico é considerada a pessoa que não sabe ler e escrever, a pessoa que não aprendeu a ler e escrever ou que, embora tenha aprendido, esqueceu, e pessoas que só saibam escrever o próprio nome (BRASIL, 2016b). Utilizou-se o recorte de 16 anos ou mais por ser o mais próximo do utilizado pelo IBGE (15 anos).

¹⁵ Segundo o IBGE, o nível de instrução é estimado para a faixa de 25 anos ou mais de idade pois as pessoas desse grupo etário já poderiam ter concluído o processo regular de escolarização.

mostrar o descompasso entre o tamanho de nossas demandas sociais (riscos e vulnerabilidade) e o que já está sendo efetivamente ofertado em um determinado território. A análise da adequação entre as necessidades da população e as ofertas dos serviços e benefícios socioassistenciais vistos na perspectiva do território deve ser objeto central e de permanente reflexão da vigilância socioassistencial. Essa visão de totalidade, integrando necessidades e ofertas, permite traçar melhores ações e estratégias para prevenir e para reduzir agravos, contribuindo para o planejamento, a gestão e a execução da política de assistência por meio de seus serviços e benefícios, objetivando sempre o fortalecimento da função de proteção social do SUAS (BRASIL, p. 25 , 2016).

Diante disso, o objetivo do diagnóstico apresentado neste Plano é permitir o desvelamento das condições de vulnerabilidade e risco social, cujas necessidades de proteção social dialoguem com as provisões dos serviços e benefícios do SUAS.

Por padrões dos serviços compreende-se informações relacionadas ao tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela Rede Socioassistencial. Já as vulnerabilidades e riscos sociais são situações que incidem sobre as famílias e indivíduos.

A NOBSUAS (BRASIL, 2005b) aponta como alguns elementos de vulnerabilidade questões relacionadas à precariedade de infraestrutura; presença de crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência em famílias com renda até meio salário mínimo; responsável familiar analfabeto ou com baixa escolaridade; mulheres chefes de famílias sem cônjuge; famílias com responsáveis desempregados; família em situação de trabalho infantil ou com presença de crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória fora da escola, dentre outros.

O objetivo em trabalhar as condições de vulnerabilidade a partir dos territórios se dá na compreensão deste enquanto “terreno das políticas públicas, onde se concretizam as manifestações da questão social e se criam os tensionamentos e as possibilidades para seu enfrentamento” (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010, p. 50). Conforme aponta Sposati (2008) a apropriação da perspectiva territorial na gestão de políticas sociais pode se constituir num instrumento fortalecedor da democratização, na medida em que permite o conhecimento objetivo das diferenças de acesso, a partir de condições concretas, principalmente em contextos de desigualdade.

Para tratarmos dessas questões, portanto, iniciaremos com um panorama mais geral acerca de algumas situações de vulnerabilidade presentes nos territórios, explanadas em forma de ranking, a partir de dados extraídos do Cadastro Único. As tabelas foram construídas a partir do cálculo do percentual de incidência em cada território, ao considerarmos incidência, dividimos o total de cada situação pelo público geral do território, sendo assim temos um percentual de ocorrência de determinada situação segundo as particularidades do território.

As tabelas e mapas a seguir apresentam indicadores de vulnerabilidade social e/ou públicos que tradicionalmente estão mais suscetíveis a violações de direitos em cada território. É certo que caberiam diversas outras categorias nesses rankings, o critério para eleição dos indicadores do ranking foi a significatividade dessas expressões da questão social e a possibilidade de agravarem ainda mais o quadro social, considerando sua capacidade de exclusão do mundo do trabalho e seus impactos sobre a população em situação de pobreza.

De acordo com a base do Cadastro Único, segundo listagem extraída em Maio de 2021, há 72.383 famílias referenciadas no município, totalizando 187.900 pessoas. Na tabela abaixo consta a distribuição territorial destas. Observa-se que os territórios de Goitacazes, Parque Guarus e CODIN apresentam os maiores quantitativos.

Tabela 11 - Número de famílias e pessoas referenciadas ao Cadastro Único, por território.

TERRITÓRIOS	Famílias	%	Pessoas	%
CHATUBA	3874	5,4%	9542	5,1%
CODIN	6634	9,2%	18089	9,6%
CUSTODÓPOLIS	5348	7,4%	14477	7,7%
ESPLANADA	6205	8,6%	15385	8,2%
GOITACAZES	10797	14,9%	29083	15,5%
JARDIM CARIOCA	5691	7,9%	13965	7,4%
JOCKEY	4835	6,7%	12775	6,8%
MATADOURO	3382	4,7%	6851	3,6%
MORRO DO COCO	3738	5,2%	9304	5,0%
PQ GUARUS	7631	10,5%	19599	10,4%
PENHA	3855	5,3%	10102	5,4%
TRAVESSÃO	4701	6,5%	13049	6,9%
URURAI	5681	7,8%	15642	8,3%
Território não identificado*	11	0,0%	37	0,0%
Total	72.383	100,0%	187.900	100,0%

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

* Em 11 cadastros não foi possível identificar o território de referência através do endereço declarado.

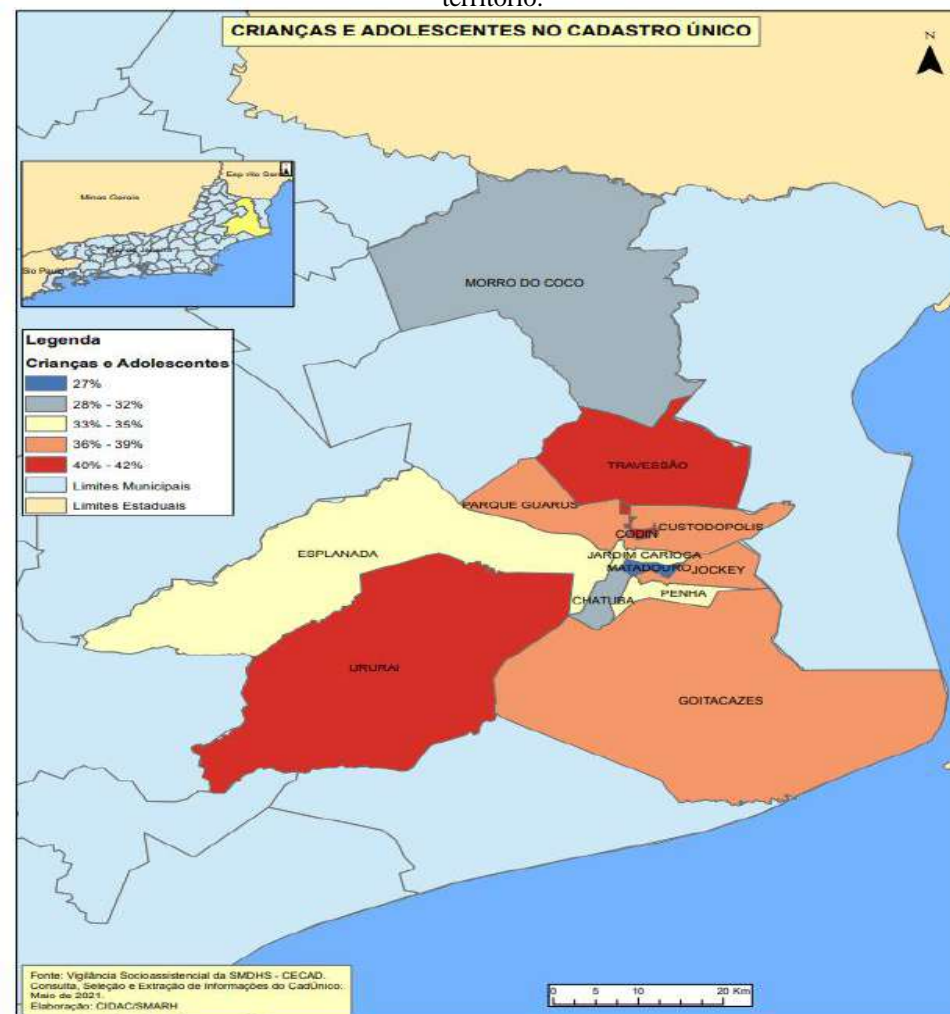
A tabela e mapa adiante apresentam a incidência de crianças e adolescentes e está organizada em ordem decrescente, destacam-se os territórios da CODIN (42%), Ururá (41%) e Travessão (40%).

Tabela 12 - Número de crianças e adolescentes referenciadas ao Cadastro Único, por território.

TERRITÓRIOS	Crianças e Adolescentes	%
CODIN	7681	42%
URURAI	6444	41%
TRAVESSÃO	5251	40%
CUSTODOPOLIS	5663	39%
JOCKEY	4796	38%
PARQUE GUARUS	7294	37%
GOITACAZES	10551	36%
PENHA	3541	35%
JARDIM CARIOCA	4788	34%
ESPLANADA	5222	34%
MORRO DO COCO	3017	32%
CHATUBA	3068	32%
MATADOURO	1882	27%
Total	69.198	37%

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Mapa 4 - Incidência de crianças e adolescentes referenciadas ao Cadastro Único, por território.



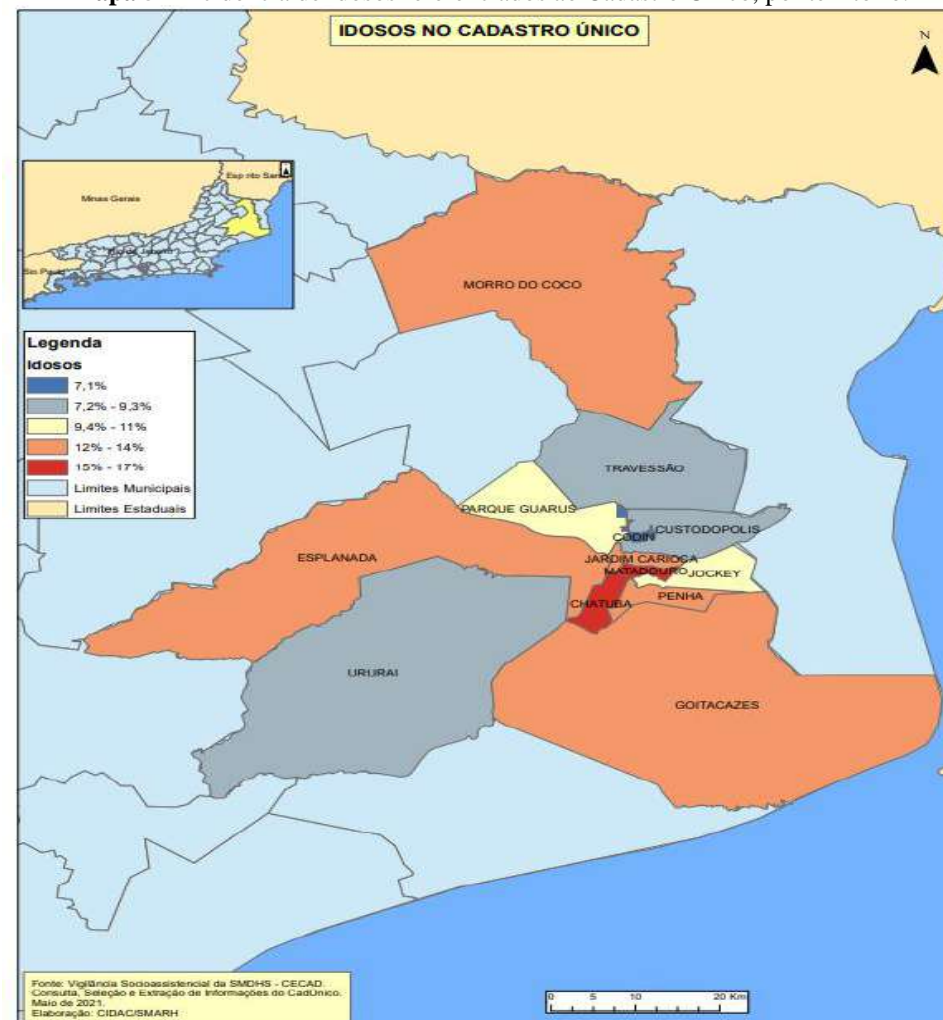
O percentual de incidência de idosos em cada território pode ser analisado na tabela adiante. Os principais percentuais estão nos seguintes territórios: Chatuba (17%), Matadouro (16%) e Morro do Coco (14%).

Tabela 13 - Número de idosos referenciados ao Cadastro Único, por território.

TERRITÓRIOS	Idosos	%
CHATUBA	1598	17%
MATADOURO	1067	16%
MORRO DO COCO	1274	14%
ESPLANADA	2069	13%
JARDIM CARIOCA	1830	13%
PENHA	1275	13%
GOITACAZES	3507	12%
JOCKEY	1377	11%
PARQUE GUARUS	2094	11%
TRAVESSÃO	1208	9%
URURAI	1397	9%
CUSTODOPOLIS	1234	9%
CODIN	1284	7%
Total	21.214	11%

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Mapa 5 - Incidência de idosos referenciados ao Cadastro Único, por território.



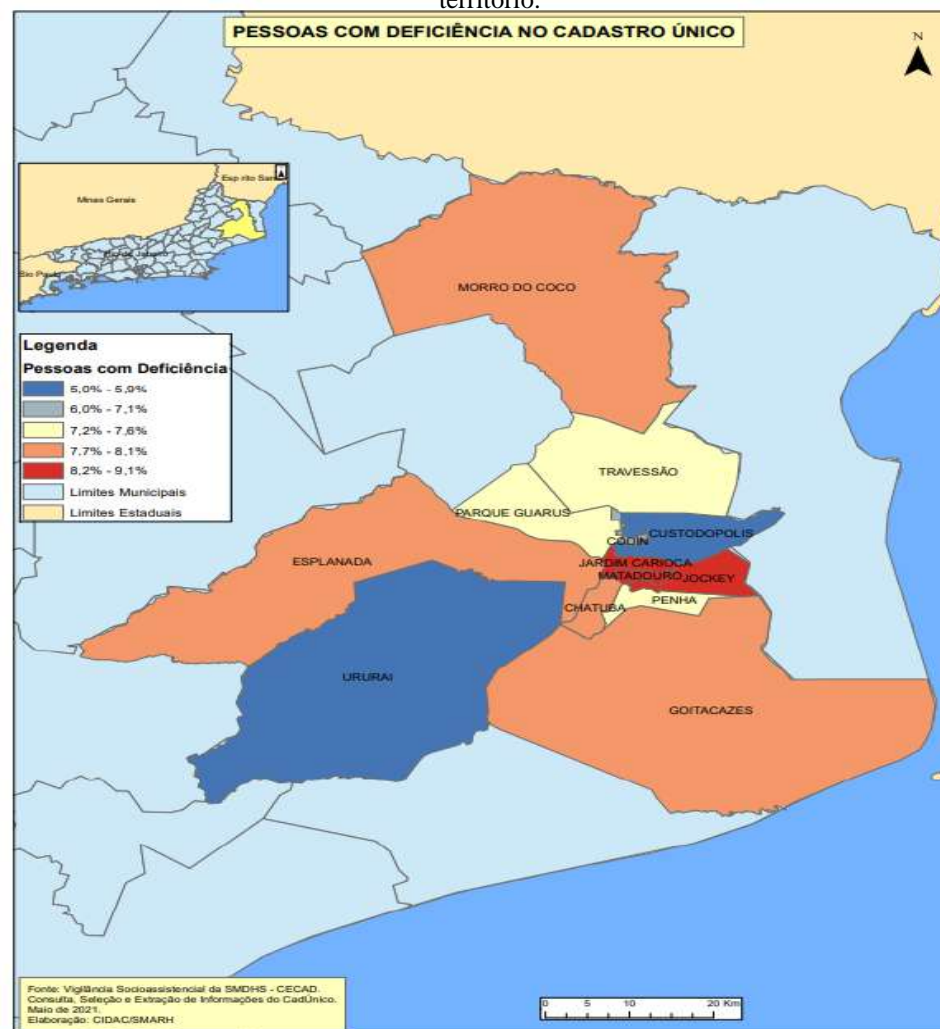
A distribuição das pessoas com deficiência e os percentuais de incidência podem ser observados na tabela adiante.

Tabela 14 - Número de pessoas com deficiência referenciados ao Cadastro Único, por território.

TERRITÓRIOS	Pessoas com Deficiência	%
JARDIM CARIOCA	1.270	9,1%
JOCKEY	1.150	9,0%
MATADOURO	582	8,5%
GOITACAZES	2.343	8,1%
ESPLANADA	1.222	7,9%
MORRO DO COCO	729	7,8%
CHATUBA	741	7,8%
TRAVESSÃO	990	7,6%
PENHA	764	7,6%
PARQUE GUARUS	1.456	7,4%
CODIN	1.283	7,1%
CUSTODOPOLIS	856	5,9%
URURAI	789	5,0%
TOTAL	14.175	7,5%

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Mapa 6 - Incidência de pessoas com deficiência referenciados ao Cadastro Único, por território.



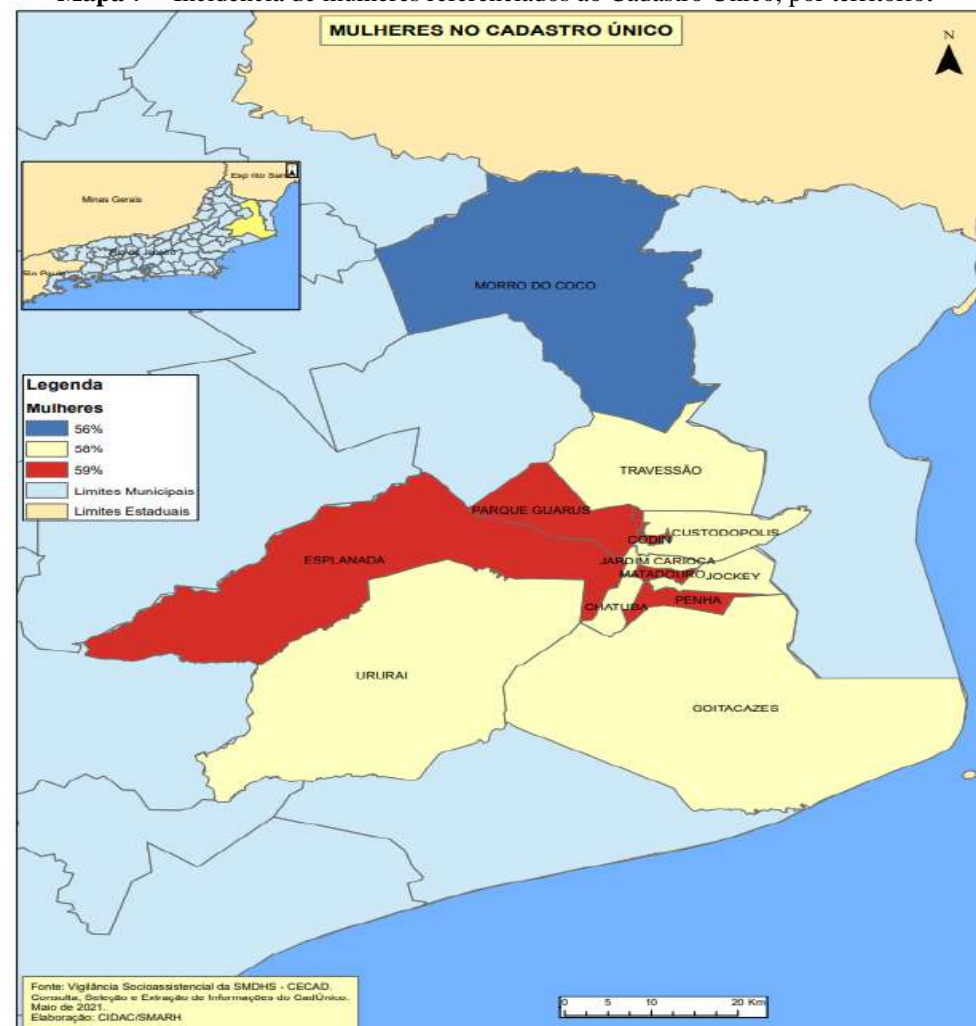
A distribuição das mulheres e os percentuais de incidência podem ser observados na tabela adiante.

Tabela 15 - Número de mulheres referenciadas ao Cadastro Único, por território.

TERRITÓRIOS	Mulheres	%
MATADOURO	4076	59%
CODIN	10749	59%
ESPLANADA	9097	59%
PARQUE GUARUS	11514	59%
PENHA	5925	59%
CUSTODOPOLIS	8448	58%
URURAI	9121	58%
JARDIM CARIOCA	8114	58%
GOITACAZES	16891	58%
TRAVESSÃO	7570	58%
CHATUBA	5511	58%
JOCKEY	7373	58%
MORRO DO COCO	5219	56%
TOTAL	109.608	58%

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Mapa 7 - Incidência de mulheres referenciados ao Cadastro Único, por território.



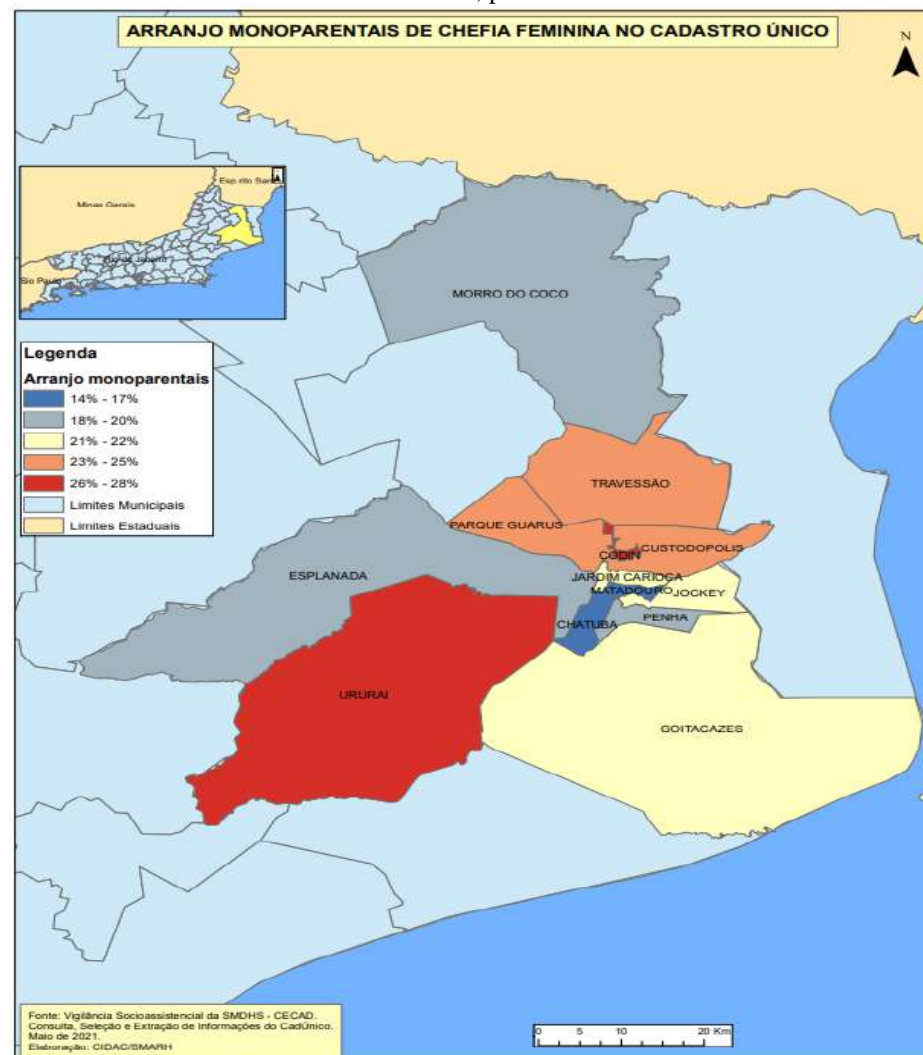
A distribuição dos arranjos monoparentais de chefia feminina e os percentuais de incidência podem ser observados na tabela adiante.

Tabela 16 - Número de arranjos monoparentais de chefia feminina referenciados ao Cadastro Único, por território.

TERRITÓRIOS	Arranjos Monoparentais de Chefia feminina	%
CODIN	1844	28%
URURAI	1516	27%
TRAVESSÃO	1193	25%
PARQUE GUARUS	1806	24%
CUSTODOPOLIS	1253	23%
GOITACAZES	2403	22%
JOCKEY	1051	22%
JARDIM CARIOCA	1174	21%
PENHA	770	20%
ESPLANADA	1181	19%
MORRO DO COCO	709	19%
CHATUBA	656	17%
MATADOURO	475	14%
TOTAL	16031	22%

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Mapa 8 - Incidência de arranjos monoparentais de chefia feminina referenciados ao Cadastro Único, por território.



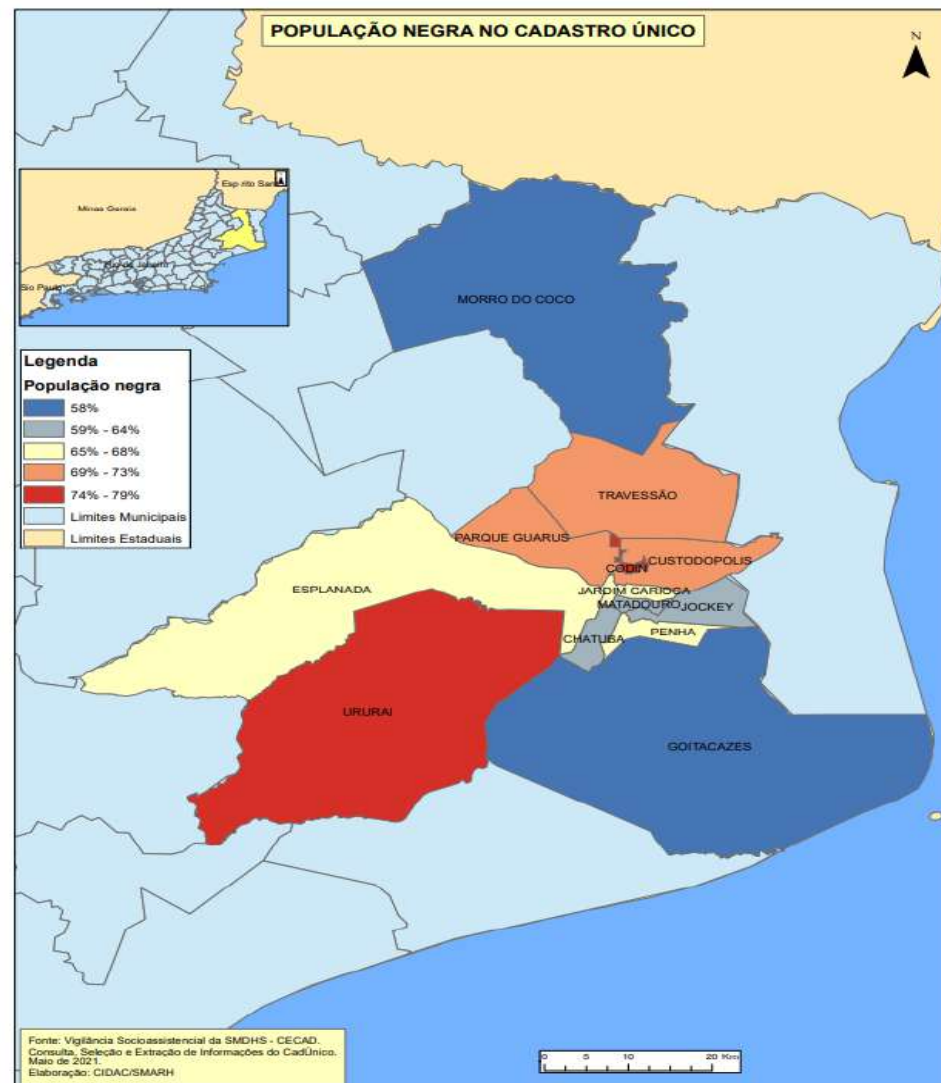
Apresentaremos adiante a incidência da população negra em cada território.

Tabela 17 - Número de negros referenciados ao Cadastro Único, por território.

TERRITÓRIOS	População Negra	%
URURAI	12336	79%
CODIN	13802	76%
PARQUE GUARUS	14382	73%
CUSTODOPOLIS	10462	72%
TRAVESSÃO	9257	71%
ESPLANADA	10415	68%
JARDIM CARIOCA	9173	66%
PENHA	6579	65%
JOCKEY	8125	64%
CHATUBA	5860	61%
MATADOURO	4157	61%
MORRO DO COCO	5417	58%
GOITACAZES	16777	58%
TOTAL	126742	67%

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - CECAD. Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Mapa 9 - Incidência de negros referenciados ao Cadastro Único, por território.



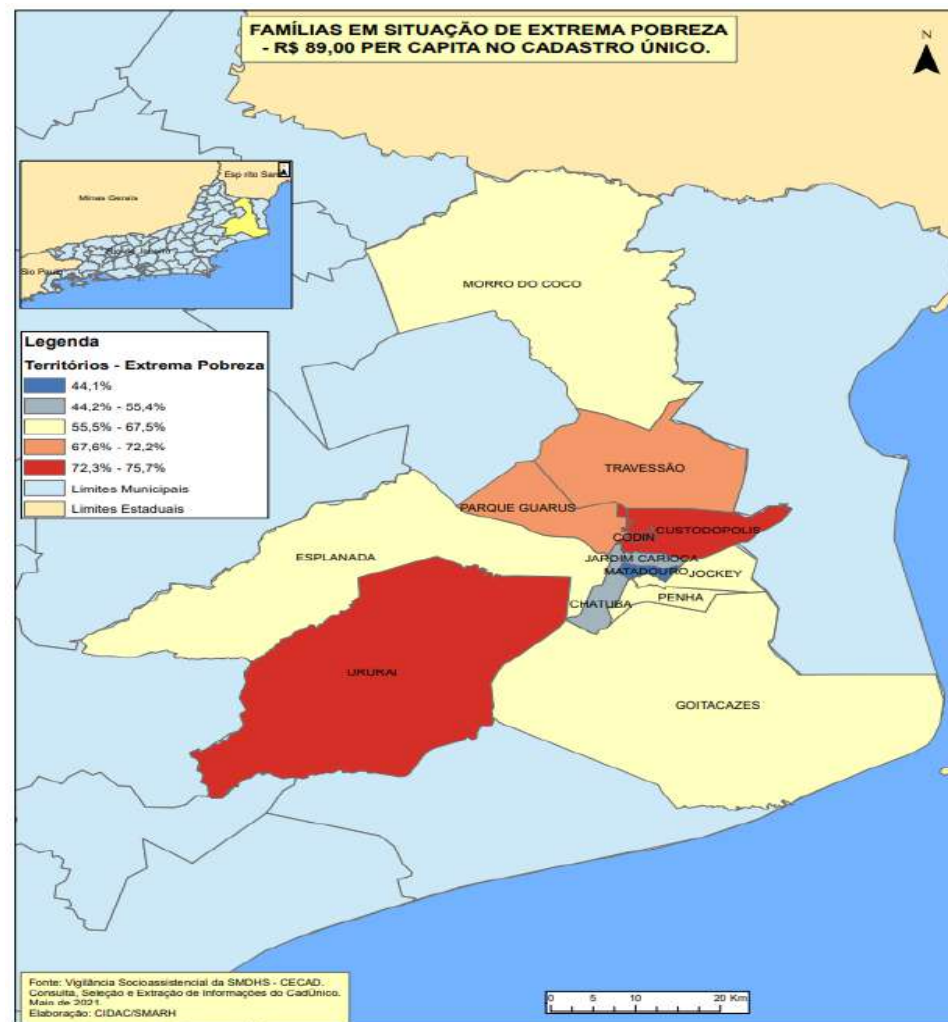
No que tange a extrema pobreza, a tabela a seguir apresenta os territórios com maior incidência, sendo estes: CODIN (76%), Custodópolis (74%) e Ururái (73%).

Tabela 18 - Número de famílias extremamente pobres referenciadas ao Cadastro Único, por território.

TERRITÓRIOS	Extrema Pobreza	%
CODIN	5019	76%
CUSTODOPOLIS	3940	74%
URURAI	4165	73%
PARQUE GUARUS	5508	72%
TRAVESSÃO	3319	71%
GOITACAZES	7287	67%
JOCKEY	3234	67%
MORRO DO COCO	2471	66%
PENHA	2430	63%
ESPLANADA	3865	62%
JARDIM CARIOCA	3151	55%
CHATUBA	1996	52%
MATADOURO	1493	44%
TOTAL	47.878	66%

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Mapa 10 - Incidência de famílias extremamente pobres referenciadas ao Cadastro Único, por território.



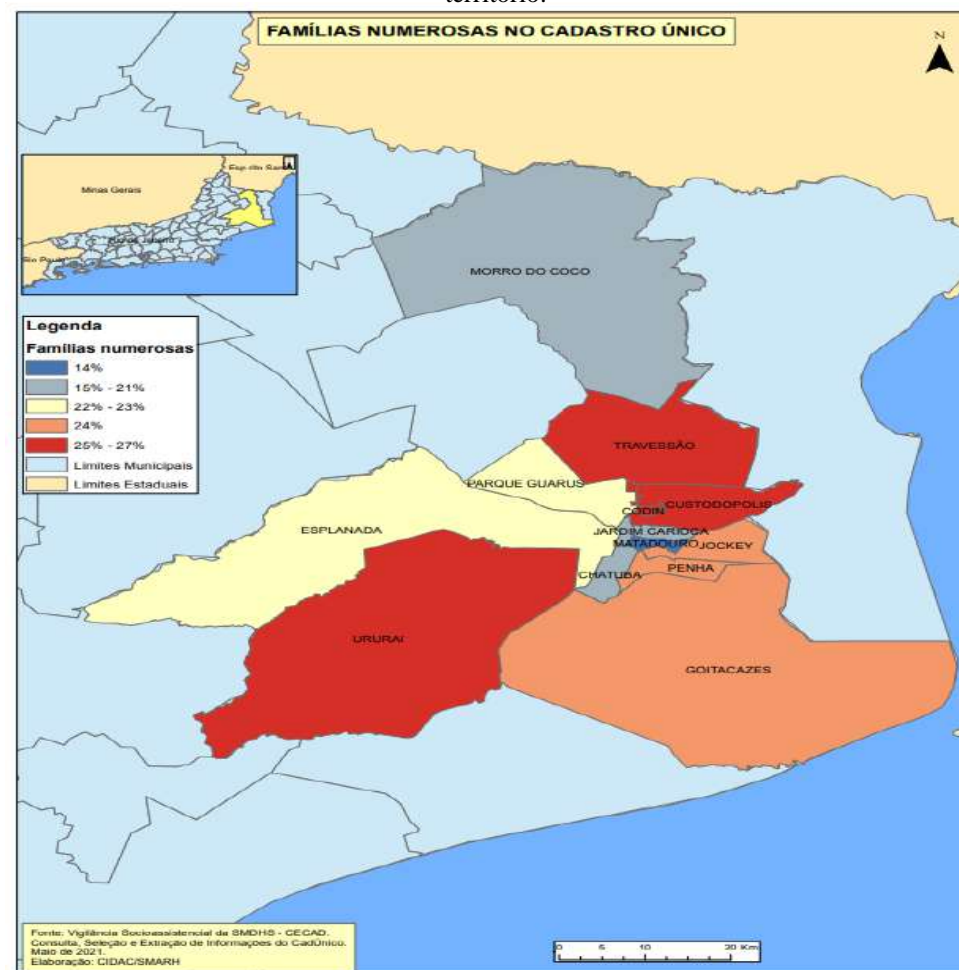
As famílias numerosas, com 4 ou mais membros, referenciadas ao Cadastro Único serão apresentadas a seguir.

Tabela 19 - Número de famílias numerosas referenciadas ao Cadastro Único, por território.

TERRITÓRIOS	Famílias Numerosas	%
TRAVESSÃO	1282	27%
CODIN	1799	27%
CUSTODOPOLIS	1417	26%
URURAI	1502	26%
JOCKEY	1181	24%
GOITACAZES	2635	24%
PENHA	927	24%
PARQUE GUARUS	1756	23%
ESPLANADA	1358	22%
CHATUBA	822	21%
MORRO DO COCO	757	20%
JARDIM CARIOCA	1146	20%
MATADOURO	460	14%
TOTAL	17042	24%

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Mapa 11 - Incidência de famílias numerosas referenciadas ao Cadastro Único, por território.



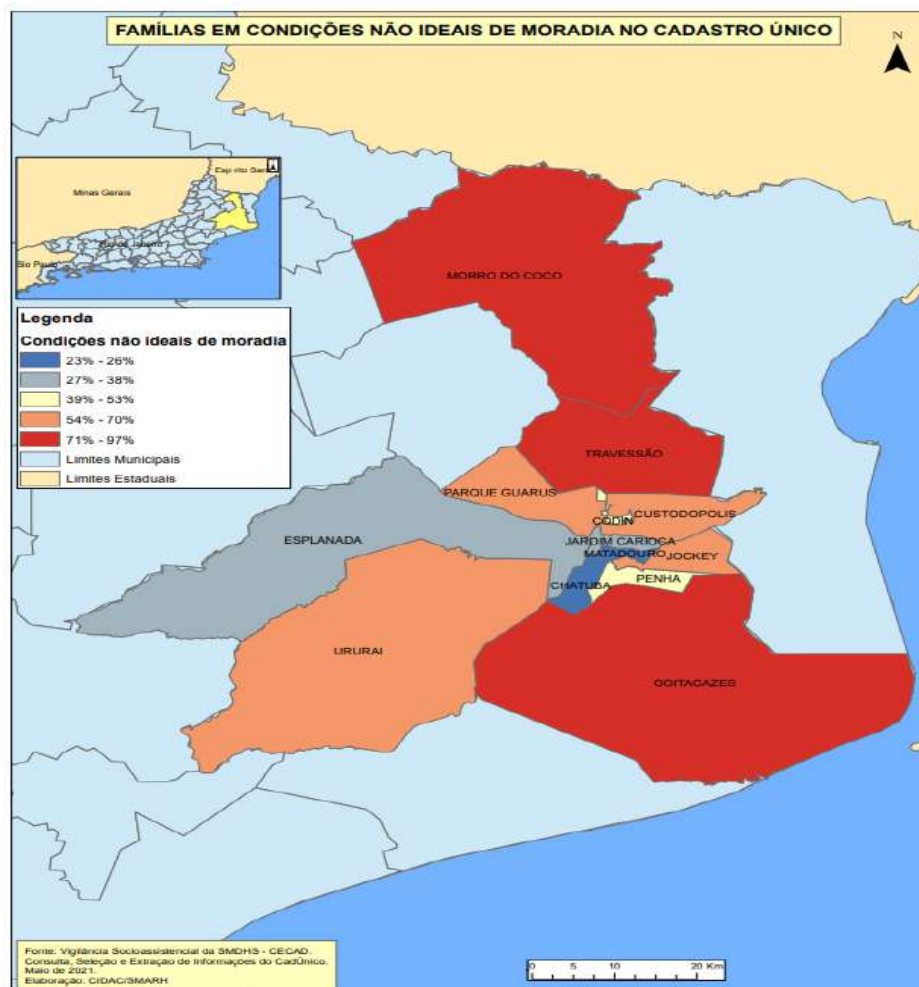
As famílias com condições não ideais de moradia serão apresentadas a seguir. Observa-se que os territórios com maior incidência são os mais distantes das áreas centrais da cidade e possuem maior extensão de área rural, sendo estes Travessão, Goitacazes e Morro do Coco.

Tabela 20 - Número de famílias com condições não ideais de moradia referenciadas ao Cadastro Único, por território.

TERRITÓRIOS	Famílias com condições não ideais de moradia	%
TRAVESSÃO	4581	97%
GOITACAZES	9631	89%
MORRO DO COCO	3075	82%
CUSTODOPOLIS	3751	70%
PARQUE GUARUS	5033	66%
JOCKEY	3041	63%
URURAI	3507	62%
PENHA	2031	53%
CODIN	3155	48%
ESPLANADA	2336	38%
JARDIM CARIOCA	2139	38%
MATADOURO	888	26%
CHATUBA	900	23%
TOTAL	44068	61%

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Mapa 12 - Incidência de famílias com condições não ideais de moradia referenciadas ao Cadastro Único, por território.



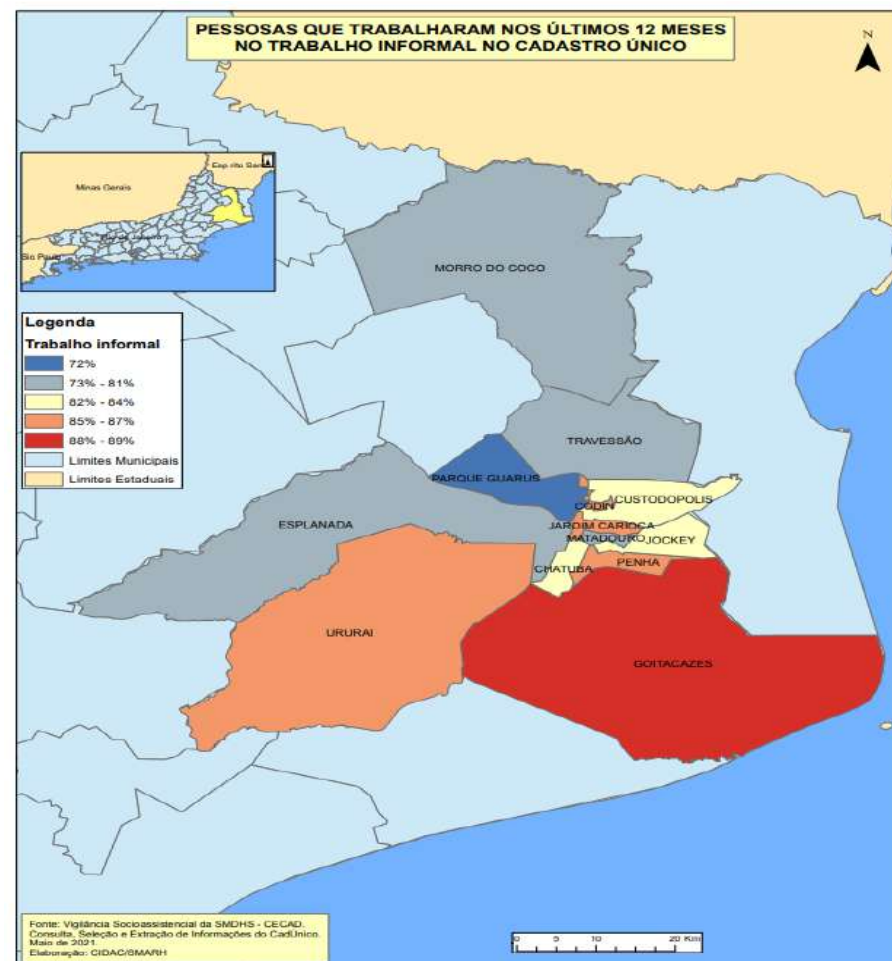
Dentre as pessoas que declararam ter exercido alguma atividade remunerada nos últimos 12 meses pode se observar adiante a incidência do trabalho informal que representa no total 84% das funções declaradas.

Tabela 21. Número de pessoas que trabalharam no trabalho informal nos últimos 12 meses referenciadas ao Cadastro Único, por território.

TERRITÓRIOS	Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no trabalho informal	%
GOITACAZES	3977	89%
JARDIM CARIOCA	2846	87%
URURAI	1661	86%
CODIN	1953	85%
PENHA	1795	85%
CUSTODOPOLIS	1482	84%
JOCKEY	1560	83%
CHATUBA	1546	83%
TRAVESSÃO	1094	81%
MORRO DO COCO	647	80%
ESPLANADA	1740	80%
MATADOURO	747	79%
PARQUE GUARUS	1145	72%
TOTAL	22.193	84%

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - CECAD. Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Mapa 13 - Incidência de pessoas que trabalharam no trabalho informal nos últimos 12 meses referenciadas ao Cadastro Único, por território.



A tabela a seguir apresenta a síntese e somatório dos percentuais supracitados e nos permite identificar os territórios que apresentam maiores condições de vulnerabilidade social a partir das categorias analisadas.

Tabela 22 - Ranking de vulnerabilidades e riscos sociais das famílias e pessoas referenciadas ao Cadastro Único, por território.

TERRITÓRIOS	Extrema Pobreza	Famílias Numerosas	Arranjo Monoparental de Chefia Feminina	Pessoas com Deficiência	Idosos	Crianças e Adolescentes	Pessoas com 18 anos ou mais com ausência de trabalho remunerado no último ano	Pessoas com 25 anos ou mais que possuem apenas o Ensino Fundamental	Pessoas que trabalharam no último ano no trabalho informal	Total
TRAVESSÃO	71%	27%	25%	8%	9%	40%	80%	76%	81%	418%
URURAI	73%	26%	27%	5%	9%	41%	77%	72%	86%	417%
CODIN	76%	27%	28%	7%	7%	42%	74%	70%	85%	417%
GOITACAZES	67%	24%	22%	8%	12%	36%	72%	70%	89%	402%
CUSTODOPOLIS	74%	26%	23%	6%	9%	39%	72%	64%	84%	397%
PARQUE GUARUS	72%	23%	24%	7%	11%	37%	83%	64%	72%	393%
MORRO DO COCO	66%	20%	19%	8%	14%	32%	78%	71%	80%	388%
JOCKEY	67%	24%	22%	9%	11%	38%	70%	63%	83%	386%
PENHA	63%	24%	20%	8%	13%	35%	66%	61%	85%	374%
ESPLANADA	62%	22%	19%	8%	13%	34%	76%	56%	80%	370%
JARDIM CARIOCA	55%	20%	21%	9%	13%	34%	63%	59%	87%	362%
CHATUBA	52%	21%	17%	8%	17%	32%	69%	59%	83%	357%
MATADOURO	44%	14%	14%	8%	16%	27%	79%	53%	79%	334%

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021.

Apresentaremos adiante os indicadores por território de referência.

CHATUBA

O território da Chatuba possui uma extensão territorial de 29 km². Compreende as localidades de: Carvão, Chatuba, Parque Fazendinha, Parque Fazenda Grande, João Maria, Parque Alphaville, Parque Alphaville II, Parque Aurora, Parque Carlos de Lacerda, Parque Dr. Beda, Parque IPS, Parque João Seixas, Parque Rosário, Parque Rui Barbosa, Parque São Benedito, Parque São Lino, Residencial João Maria, Bosque das Acácias, Cantagalo, Capão. De acordo com o CENSO 2010, temos os seguintes bairros oficiais:

Tabela 23 - Número de habitantes dos bairros oficiais do território da Chatuba

Bairros oficiais	Pop. CENSO 2010
Cantagalo	108
Carvão	1340
Chatuba	1419
Pq. Aurora	3928
Pq. Carlos de Lacerda	908
Pq. Dr. Beda	1796
Pq. Faz. Grande /Alphaville	6302
Pq. Fazendinha	1908
Pq. IPS	2370
Pq. João Maria	5517
Pq. João Seixas	3806
Pq. Rosário	1765
Pq. Rui Barbosa	5369
Pq. São Benedito	3684
Pq. São Lino	1485
TOTAL DE PESSOAS NO TERRITÓRIO	41.705

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico 2010

Perfil da população

De acordo com o Cadastro Único em Maio de 2021 o território apresentava 3.874 famílias, totalizando 9.542 pessoas, uma média de 2,5 pessoas por família. Desse total, 3.857 famílias responderam sobre a situação do domicílio, 98,7% residiam na zona urbana e apenas 1,3% em zonas rurais.

A presença feminina se apresentou como maioria no território, 57,8% das pessoas cadastradas. No que tange a raça/cor, a população parda representa o maior quantitativo no território com 41,5%, seguida da população branca com 38,2%. A faixa etária predominante é a de 25 a 59 anos com 38,1%.

Destacam-se as mulheres na faixa etária entre 25 a 59 anos (2.374), onde 950 se declaram pardas. Entre os homens prevaleceu a faixa etária de 25 a 59 anos (1.266), 497 se declaram pardos.

O número de crianças e adolescentes (0 a 17 anos) é expressivo, correspondente a 32,2% da população cadastrada no ano de 2021. Já o percentual de idosos (maior de 60 anos) é de 16,7%.

Tabela 24 - População por sexo, raça/cor e idade no território da Chatuba

RAÇA/COR	SEXO	IDADE						Total	
		0 a 6 anos	7 a 15 anos	16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
Branca	Masculino	184	281	53	175	464	311	1468	3643
	Feminino	188	278	63	244	911	491	2175	
Preta	Masculino	108	154	42	116	301	118	839	1899
	Feminino	97	129	32	130	503	169	1060	
Amarela	Masculino	5	3	1	2	4	1	16	31
	Feminino	3	2	1	1	6	2	15	
Parda	Masculino	271	384	87	264	497	202	1705	3961
	Feminino	263	367	70	303	950	303	2256	
Indígena	Masculino	1	0	0	1	0	1	3	8
	Feminino	0	0	1	0	4	0	5	
Total	Masculino	569	822	183	558	1266	633	4031	9542
	Feminino	551	776	167	678	2374	965	5511	
	Total	1120	1598	350	1236	3640	1598	9542	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Grupos Tradicionais e Específicos

Do universo de 3.874 famílias, 18 informaram que pertencem a grupos tradicionais, dentre estas se destacam famílias ciganas (06), famílias de pescadores artesanais (06) e famílias pertencentes à comunidade de terreiro (04). Observa-se, ainda, que 24 famílias compõem grupos específicos, como famílias de preso do Sistema Carcerário (05) e famílias catadoras de material reciclável (19).

Tabela 25 – Famílias pertencentes a grupos tradicionais e específicos no território da Chatuba

GRUPOS TRADICIONAIS	Família Quilombola	0
	Família Cigana	6
	Família Extrativista	0
	Família de Pescadores Artesanais	6
	Família Pertencente à Comunidade de Terreiro	4
	Família Ribeirinha	0
	Família Agricultores Familiares	0
	Família Assentada da Reforma Agraria	1
	Família Beneficiaria do Programa Nacional do Credito Fundiário	0
	Família Acampada	1
Total	18	
GRUPOS ESPECÍFICOS	Família Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura	0
	Família de Preso do Sistema Carcerário	5
	Família Catadores de Material Reciclável	19
Total	24	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Infraestrutura domiciliar

No que se refere ao acesso a serviços básicos de infraestrutura, 2.947 (76,1%) das famílias apresentavam acesso ideal a estes. Das 3.857 famílias que responderam sobre a espécie do domicílio, 3.696 (95,8%) informaram que o mesmo era particular permanente, enquanto 132 (3,4%) domicílios eram coletivos. Em 569 núcleos, as famílias afirmaram ter despesas com aluguel.

Responsável Familiar

Entre os que se declararam enquanto responsável familiar verifica-se a predominância da mulher, representando 79,8% do total. A faixa etária que se destaca é de 25 a 39 anos de idade, com 28% de percentual.

Tabela 26 - Distribuição dos responsáveis por faixa etária e sexo no território da Chatuba

Responsável Familiar	FAIXA ETÁRIA						Total
	16 e 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	Mais de 60 anos	
Masculino	0	57	138	101	123	362	781
Feminino	4	290	944	578	514	749	3079
Total	4	347	1082	679	637	1111	3860

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Entre as 3.079 mulheres responsáveis pela família, 21,3% (656) declararam não ter cônjuge e possuírem filhos menores de 15 anos de idade. Observa-se, ainda, nestes arranjos, 81,7% das mulheres estão na faixa etária entre os 25 e 59 anos e 39,8% se declararam pardas.

Tabela 27 - Arranjo monoparental – mulheres com crianças menores de 15 anos no território da Chatuba

RAÇA/COR	IDADE				Total
	16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60	
Branca	0	23	196	3	222
Preta	1	32	133	4	170
Amarela	0	0	3	0	3
Parda	0	52	204	5	261
Indígena	0	0	0	0	0
Total	1	107	536	12	656

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Composição familiar

O número de membros por composição familiar no território se distribui entre 1 e 10 membros. O quantitativo de famílias numerosas, formadas por 04 ou mais pessoas, representa 21,2% dos núcleos familiares.

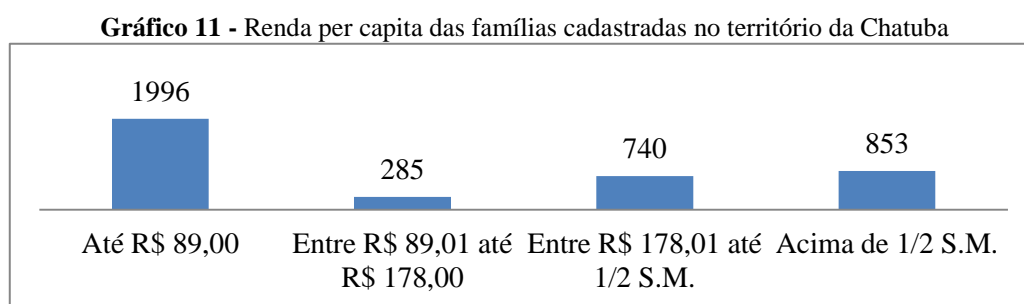
Tabela 28 - Composição familiar no território da Chatuba

COMPOSIÇÃO FAMILIAR	
1 pessoa	1237
2 pessoas	971
3 pessoas	844
4 pessoas	489
5 pessoas	200
6 pessoas	86
7 pessoas	28
8 pessoas	10
9 pessoas	7

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

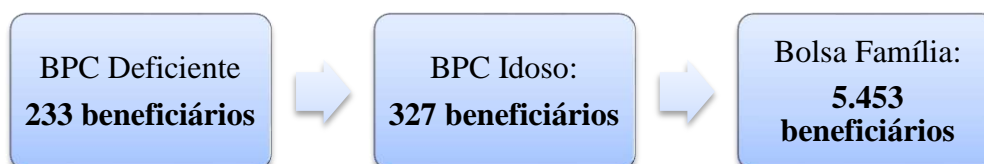
Renda per capita

Sobre a renda per capita das famílias, 51,5% destas tinham até R\$ 89,00, consideradas famílias extremamente pobres. Apenas 22% possuíam renda per capita acima de ½ salário mínimo.



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC)



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Escolaridade

Dentre as pessoas do território com mais de 16 anos, 6,7% destas declararam não saber ler e escrever, esse percentual equivale a 457 pessoas. O território possui 5.238 pessoas cadastradas com idade de 25 anos ou mais. Conforme tabela a seguir, 4.816 (91,9%) responderam sobre seu grau de instrução e destas pessoas, 25,5% não concluíram o ensino fundamental.

Tabela 29 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais no território da Chatuba

ESCOLARIDADE	SEXO	IDADE		Total	
		25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
Sem Instrução	Masculino	2	0	2	3
	Feminino	0	1	1	
Alfabetização	Masculino	4	5	9	20
	Feminino	6	5	11	
Fundamental Incompleto	Masculino	219	263	482	1204
	Feminino	326	396	722	
Fundamental Completo	Masculino	421	169	590	1613
	Feminino	744	279	1023	
Ensino Médio	Masculino	477	99	576	1837
	Feminino	1086	175	1261	
Ensino Superior	Masculino	30	13	43	139
	Feminino	77	19	96	
Total	Masculino	1153	549	1702	4816
	Feminino	2239	875	3114	
	Total	3392	1424	4816	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses por sexo e idade

Entre as 9.542 pessoas referenciadas no território, 1.974 (20,7%) informaram que trabalharam nos últimos 12 meses. Destas pessoas, 1.869 (94,7%) informaram sobre a função exercida nesse período, verifica-se a predominância do trabalhador por conta própria, 79,2%. Apenas 14,5% declararam vínculo de empregado com carteira de trabalho assinada.

Tabela 30 - Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no território da Chatuba

FUNÇÃO PRINCIPAL	SEXO	IDADE				Total	
		16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
1 - Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)	Masculino	0	58	473	67	598	1482
	Feminino	0	79	727	78	884	
2 - Trabalhador temporário em área rural	Masculino	0	1	1	0	2	4
	Feminino	0	1	1	0	2	
3 - Empregado sem carteira de trabalho assinada	Masculino	0	2	14	1	17	40
	Feminino	0	1	21	1	23	
4 - Empregado com carteira de trabalho assinada	Masculino	0	13	88	8	109	254
	Feminino	0	9	131	5	145	
5 - Trabalhador	Masculino	0	0	0	0	0	20

domestico sem carteira de trabalho assinada	Feminino	0	0	19	1	20	
	Masculino	0	0	3	0	3	17
6 - Trab. domestico com cart. de trab. Assinada	Feminino	0	1	11	2	14	
	Masculino	0	0	0	0	0	0
Trabalhador não remunerado	Feminino	0	0	0	0	0	
	Masculino	0	0	8	1	9	31
8 - Militar ou servidor publico	Feminino	0	0	20	2	22	
	Masculino	0	0	0	0	0	0
Empregador	Feminino	0	0	0	0	0	
	Masculino	0	3	3	0	6	14
10 - Estagiário	Feminino	0	1	7	0	8	
	Masculino	0	3	0	0	3	7
11 - Aprendiz	Feminino	0	4	0	0	4	
	Masculino	0	80	590	77	747	1869
Total	Feminino	0	96	937	89	1122	
	Total	0	176	1527	166	1869	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

CODIN

O território da CODIN possui uma extensão territorial 25 km². Compreende as localidades de: Santos Dumont, Lagoa das Pedras, Jardim Aeroporto, Jardim Boa Vista, São Silvestre, Eldorado, Jardim CEASA, Vila Industrial, Jardim Residencial Planície, CODIN, Terra Prometida e Condomínios Novo Eldorado 1, 2 e 3. De acordo com o CENSO 2010, temos os seguintes bairros oficiais:

Tabela 31 - Número de habitantes dos bairros oficiais do território da CODIN

Bairros oficiais	Pop. CENSO 2010
CODIN	998
Eldorado	3658
Jd. Aeroporto	2192
Jd. Boa Vista	3480
Jd. CEASA	3293
Lagoa das Pedras	570
Santos Dumont	969
São Silvestre	2594
Terra Prometida	1341

Vila Industrial	5157
TOTAL DE PESSOAS NO TERRITÓRIO	24.252

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico 2010

Perfil da população

De acordo com o Cadastro Único em Maio de 2021 o território apresentava 6.634 famílias, totalizando 18.089 pessoas, uma média de 2,7 pessoas por família. Desse total, 6.633 famílias responderam sobre a situação do domicílio, 98,8% residiam na zona urbana e apenas 1,2% em zonas rurais.

A presença feminina se apresentou como maioria no território, 59,4% das pessoas cadastradas. No que tange a raça/cor, a população parda representa o maior quantitativo no território com 49,2%, seguida da população preta com 27,2%. A faixa etária predominante é a de 25 a 59 anos com 37,2%.

Destacam-se as mulheres na faixa etária entre 25 a 59 anos (4.795), onde 2.231 se declaram pardas. Entre os homens prevaleceu a faixa etária de 07 a 15 anos (2.005), 1104 se declaram pardos.

O número de crianças e adolescentes (0 a 17 anos) é expressivo, correspondente a 42,5% da população cadastrada no ano de 2021. Já o percentual de idosos (maior de 60 anos) é de 7,1%.

Tabela 32- População por sexo, raça/cor e idade no território da CODIN

RAÇA/COR	SEXO	IDADE						Total	
		0 a 6 anos	7 a 15 anos	16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
Branca	Masculino	308	403	89	238	451	151	1640	4139
	Feminino	354	433	88	311	1092	221	2499	
Preta	Masculino	369	473	112	287	614	139	1994	4915
	Feminino	285	438	100	410	1444	244	2921	
Amarela	Masculino	20	24	2	2	8	2	58	128
	Feminino	16	12	2	12	27	1	70	
Parda	Masculino	759	1104	225	483	861	207	3639	8887
	Feminino	736	1111	214	642	2231	314	5248	
Indígena	Masculino	0	1	1	0	4	1	7	12
	Feminino	0	2	0	1	1	1	5	
Total	Masculino	1456	2005	429	1010	1938	500	7338	18081
	Feminino	1391	1996	404	1376	4795	781	10743	
	Total	2847	4001	833	2386	6733	1281	18081	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Grupos Tradicionais e Específicos

Do universo de 6.634 famílias, 09 informaram que pertencem a grupos tradicionais, dentre estas se destacam as famílias de pescadores artesanais (04). Observa-se, ainda, que 276 famílias compõem grupos específicos, como famílias de preso do Sistema Carcerário (59) e famílias catadoras de material reciclável (217).

Tabela 33 – Famílias pertencentes a grupos tradicionais e específicos no território da CODIN.

GRUPOS TRADICIONAIS	Família Quilombola	1
	Família Cigana	1
	Família Extrativista	1
	Família de Pescadores Artesanais	4
	Família Pertencente à Comunidade de Terreiro	0
	Família Ribeirinha	0
	Família Agricultores Familiares	1
	Família Assentada da Reforma Agraria	1
	Família Beneficiaria do Programa Nacional do Credito Fundiário	0
	Família Acampada	0
Total	9	
GRUPOS ESPECÍFICOS	Família Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura	0
	Família de Preso do Sistema Carcerário	59
	Família Catadores de Material Reciclável	217
Total	276	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Infraestrutura domiciliar

No que se refere ao acesso a serviços básicos de infraestrutura, 3.479 (52,4%) das famílias apresentavam acesso ideal a estes. Das 6.633 famílias que responderam sobre a espécie do domicílio, 6.564 (99,0%) informaram que o mesmo era particular permanente, enquanto 66 (1,0%) domicílios eram particulares improvisados. Em 588 núcleos, as famílias afirmaram ter despesas com aluguel.

Responsável Familiar

Entre os que se declararam enquanto responsável familiar verifica-se a predominância da mulher, representando 86,3% do total. A faixa etária que se destaca é de 25 a 39 anos de

idade, com 37,9% de percentual.

Tabela 34 - Distribuição dos responsáveis por faixa etária e sexo no território da CODIN

Responsável Familiar	FAIXA ETÁRIA						Total
	16 e 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	Mais de 60 anos	
Masculino	1	68	206	166	190	275	906
Feminino	13	622	2300	1215	869	684	5703
Total	14	690	2506	1381	1059	959	6609

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Entre as 5.703 mulheres responsáveis pela família, 32,3% (1.844) declararam não ter cônjuge e possuírem filhos menores de 15 anos de idade. Observa-se, ainda, nestes arranjos, 79,1% das mulheres estão na faixa etária entre os 25 e 59 anos e 46,8% se declararam pardas.

Tabela 35 - Arranjo monoparental – mulheres com crianças menores de 15 anos no território da CODIN

RAÇA/COR	IDADE				Total
	16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60	
Branca	4	71	301	1	377
Preta	1	127	456	5	589
Amarela	0	6	9	0	15
Parda	2	162	693	6	863
Indígena	0	0	0	0	0
Total	7	366	1459	12	1844

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Composição familiar

O número de membros por composição familiar no território se distribui entre 01 e 12 membros. O quantitativo de famílias numerosas, formadas por 04 ou mais pessoas, representa 27,1% dos núcleos familiares.

Tabela 36 - Composição familiar no território da CODIN

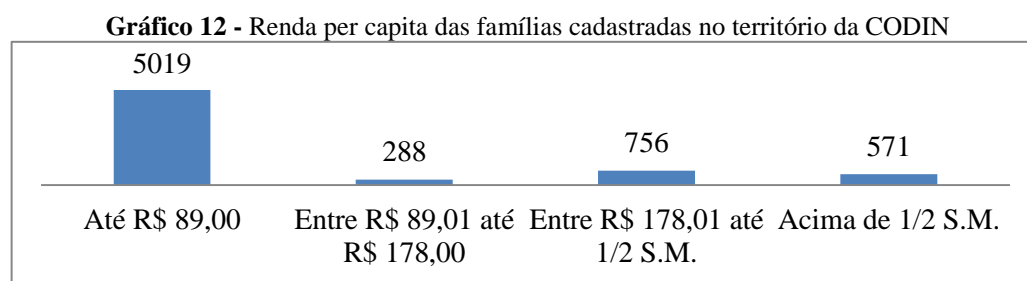
COMPOSIÇÃO FAMILIAR	
1 pessoa	1545
2 pessoas	1715
3 pessoas	1575
4 pessoas	1042
5 pessoas	472
6 pessoas	188
7 pessoas	68

8 pessoas	11
9 pessoas	13
10 pessoas	4
11 pessoas	0
12 pessoas	1

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

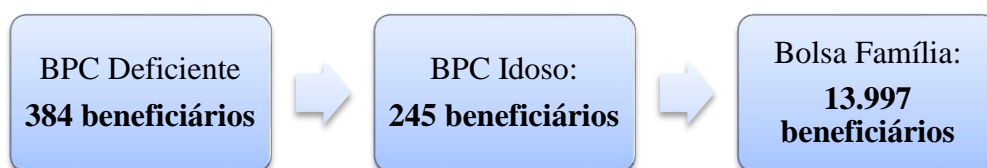
Renda per capita

Sobre a renda per capita das famílias, 75,7% destas tinham até R\$ 89,00, consideradas famílias extremamente pobres. Apenas 8,6% possuíam renda per capita acima de ½ salário mínimo.



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC)



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Escolaridade

Dentre as pessoas do território com mais de 16 anos, 9,0% destas declararam não saber ler e escrever, esse percentual equivale a 1.012 pessoas. O território possui 8.014 pessoas cadastradas com idade de 25 anos ou mais. Conforme tabela a seguir, 7.286 (90,9%)

responderam sobre seu grau de instrução e destas pessoas, 32,1% não concluíram o ensino fundamental.

Tabela 37 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais no território da CODIN

ESCOLARIDADE	SEXO	IDADE		Total
		25 a 59 anos	Maior que 60 anos	
Sem Instrução	Masculino	3	0	3
	Feminino	4	1	5
Alfabetização	Masculino	9	0	9
	Feminino	9	11	20
Fundamental Incompleto	Masculino	533	252	785
	Feminino	1136	378	1514
Fundamental Completo	Masculino	761	114	875
	Feminino	1735	154	1889
Ensino Médio	Masculino	469	35	504
	Feminino	1574	52	1626
Ensino Superior	Masculino	12	2	14
	Feminino	42	0	42
Total	Masculino	1787	403	2190
	Feminino	4500	596	5096
	Total	6287	999	7286

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses por sexo e idade

Entre as 18.089 pessoas referenciadas no território, 2.712 (15,0%) informaram que trabalharam nos últimos 12 meses. Destas pessoas, 2.287 (84,3%) informaram sobre a função exercida nesse período e se verifica a predominância do trabalhador por conta própria, 83,4%. Apenas 13,8% declararam vínculo de empregado com carteira de trabalho assinada.

Tabela 38 - Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no território da CODIN

FUNÇÃO PRINCIPAL	SEXO	IDADE				Total
		16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60 anos	
1 - Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)	Masculino	0	82	499	59	640
	Feminino	1	93	1115	59	1268
2 - Trabalhador temporário em área rural	Masculino	0	0	2	0	2
	Feminino	0	0	0	0	0
3 - Empregado sem carteira de trabalho assinada	Masculino	0	0	2	3	5
	Feminino	0	1	16	0	17

4 - Empregado com carteira de trabalho assinada	Masculino	0	7	119	4	130	284
	Feminino	0	6	145	3	154	
5 - Trabalhador domestico sem carteira de trabalho assinada	Masculino	0	0	2	0	2	22
	Feminino	0	0	19	1	20	
6 - Trab. domestico com cart. de trab. Assinada	Masculino	0	0	2	0	2	30
	Feminino	0	1	24	3	28	
Trabalhador não remunerado	Masculino	0	0	0	0	0	0
	Feminino	0	0	0	0	0	
8 - Militar ou servidor publico	Masculino	0	0	2	0	2	8
	Feminino	0	0	5	1	6	
Empregador	Masculino	0	0	0	0	0	0
	Feminino	0	0	0	0	0	
10 - Estagiário	Masculino	0	0	0	0	0	2
	Feminino	0	0	2	0	2	
11 - Aprendiz	Masculino	0	3	0	0	3	9
	Feminino	1	5	0	0	6	
Total	Masculino	0	92	628	66	786	2287
	Feminino	2	106	1326	67	1501	
	Total	2	198	1954	133	2287	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

CUSTODÓPOLIS

O território de Custodópolis possui uma extensão territorial de 80 km². Compreende as localidades de: Parque Bandeirantes, Parque Barão do Rio Branco, Parque Bonsucesso, Parque Custodópolis, Parque Nova Campos, Parque Novo Mundo, Parque Santa Clara, Parque Santa Rosa, Parque São Domingos, Condomínio Nogueiras. De acordo com o Censo 2010, temos os seguintes bairros oficiais.

Tabela 39 - Número de habitantes dos bairros oficiais do território de Custodópolis

Bairros oficiais	Pop. CENSO 2010
Pq. Novo Mundo	6984
Pq. São Domingos	2816
Pq. Santa Rosa	2728
Cond. Santa Rosa 2	2392
Pq. Barão Rio Branco	2290
Pq. Nova Campos	2265
Jd. Residencial Planície	2107
Pq. Bandeirantes	1272

Pq. Santa Clara	1225
Cond. Santa Rosa	980
Pq. Bonsucesso	659
Cond. Nogueiras	456
TOTAL DE PESSOAS NO TERRITÓRIO	26.174

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico 2010

Perfil da população

De acordo com o Cadastro Único em Maio de 2021 o território apresentava 5.348 famílias, totalizando 14.477 pessoas, uma média de 2,7 pessoas por família. Desse total, 5.347 famílias responderam sobre a situação do domicílio, 99,7% residiam na zona urbana e apenas 0,3% em zonas rurais.

A presença feminina se apresentou como maioria no território, 58,4% das pessoas cadastradas. No que tange a raça/cor, a população parda representa o maior quantitativo no território com 45,6%, seguida da população branca com 27,5%. A faixa etária predominante é a de 25 a 59 anos com 38,3%.

Destacam-se as mulheres na faixa etária entre 25 a 59 anos (3.716), onde 1.585 se declaram pardas. Entre os homens prevaleceu a faixa etária de 25 a 59 anos (1.828), 795 se declaram pardos.

O número de crianças e adolescentes (0 a 17 anos) é expressivo, correspondente a 39,1% da população cadastrada no ano de 2021. Já o percentual de idosos (maior de 60 anos) é de 8,5%.

Tabela 40 - População por sexo, raça/cor e idade no território de Custodópolis

RAÇA/COR	SEXO	IDADE						Total	
		0 a 6 anos	7 a 15 anos	16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
Branca	Masculino	307	382	87	203	519	177	1675	3982
	Feminino	327	387	103	294	953	243	2307	
Preta	Masculino	245	328	67	242	511	135	1528	3858
	Feminino	252	292	86	324	1174	202	2330	
Amarela	Masculino	1	1	1	2	1	1	7	26
	Feminino	6	7	0	2	4	0	19	
Parda	Masculino	515	738	148	431	795	189	2816	6604
	Feminino	464	745	172	536	1585	286	3788	
Indígena	Masculino	0	0	0	0	2	0	2	4
	Feminino	1	1	0	0	0	0	2	
Total	Masculino	1068	1449	303	878	1828	502	6028	14474
	Feminino	1050	1432	361	1156	3716	731	8446	
	Total	2118	2881	664	2034	5544	1233	14474	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Grupos Tradicionais e Específicos

Do universo de 5.348 famílias, 18 informaram que pertencem a grupos tradicionais, dentre estas se destacam as famílias de pescadores artesanais (07). Observa-se, ainda, que 99 famílias compõem grupos específicos, como famílias de preso do Sistema Carcerário (32) e famílias catadoras de material reciclável (67).

Tabela 41 – Famílias pertencentes a grupos tradicionais e específicos no território de Custodópolis

GRUPOS TRADICIONAIS	Família Quilombola	0
	Família Cigana	6
	Família Extrativista	0
	Família de Pescadores Artesanais	7
	Família Pertencente à Comunidade de Terreiro	0
	Família Ribeirinha	0
	Família Agricultores Familiares	2
	Família Assentada da Reforma Agraria	1
	Família Beneficiária do Programa Nacional do Crédito Fundiário	1
	Família Acampada	1
	Total	18
GRUPOS ESPECÍFICOS	Família Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura	0
	Família de Preso do Sistema Carcerário	32
	Família Catadores de Material Reciclável	67
	Total	99

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Infraestrutura domiciliar

No que se refere ao acesso a serviços básicos de infraestrutura, 1.597 (29,9%) das famílias apresentavam acesso ideal a estes. Das 5.347 famílias que responderam sobre a espécie do domicílio, 5.340 (99,9%) informaram que o mesmo era particular permanente, enquanto 06 (0,1%) domicílios eram particulares improvisados. Em 296 núcleos, as famílias afirmaram ter despesas com aluguel.

Responsável Familiar

Entre os que se declararam enquanto responsável familiar verifica-se a predominância da mulher, representando 84,9% do total. A faixa etária que se destaca é de 25 a 39 anos de idade, com 33,7% de percentual.

Tabela 42 - Distribuição dos responsáveis por faixa etária e sexo no território de Custodópolis

Responsável Familiar	FAIXA ETÁRIA						Total
	16 e 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	Mais de 60 anos	
Masculino	0	48	165	178	158	254	803
Feminino	16	510	1631	1043	680	647	4527
Total	16	558	1796	1221	838	901	5330

Fonte: Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Entre as 4.527 mulheres responsáveis pela família, 27,7% (1.253) declararam não ter cônjuge e possuírem filhos menores de 15 anos de idade. Observa-se, ainda, nestes arranjos, 76,1% das mulheres estão na faixa etária entre os 25 e 59 anos e 42,7% se declararam pardas.

Tabela 43 - Arranjo monoparental – mulheres com crianças menores de 15 anos no território de Custodópolis

RAÇA/COR	IDADE				Total
	16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60	
Branca	3	58	220	5	286
Preta	2	90	334	4	430
Amarela	0	1	1	0	2
Parda	6	125	398	6	535
Indígena	0	0	0	0	0
Total	11	274	953	15	1253

Fonte: Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Composição familiar

O número de membros por composição familiar no território se distribui entre 01 e 14 membros. O quantitativo de famílias numerosas, formadas por 04 ou mais pessoas, representa 26,5% dos núcleos familiares.

Tabela 44 - Composição familiar no território de Custodópolis

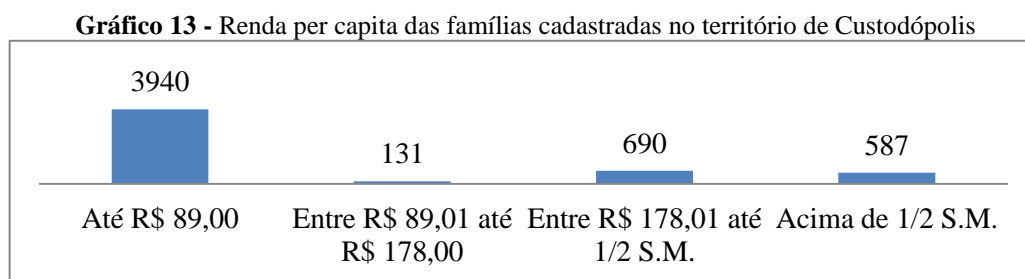
COMPOSIÇÃO FAMILIAR	
1 pessoa	1236
2 pessoas	1366
3 pessoas	1329
4 pessoas	874
5 pessoas	339
6 pessoas	141
7 pessoas	36
8 pessoas	18
9 pessoas	6
10 pessoas	1
11 pessoas	1

12 pessoas	0
13 pessoas	0
14 pessoas	1

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

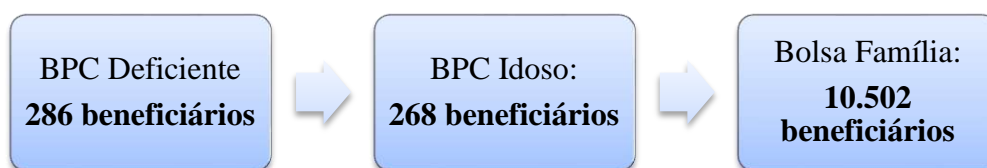
Renda per capita

Sobre a renda per capita das famílias, 73,7% destas tinham até R\$ 89,00, consideradas famílias extremamente pobres. Apenas 11,0% possuíam renda per capita acima de ½ salário mínimo.



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC)



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Escolaridade

Dentre as pessoas do território com mais de 16 anos, 7,4% destas declararam não saber ler e escrever, esse percentual equivale a 699 pessoas. O território possui 6.777 pessoas cadastradas com idade de 25 anos ou mais. Conforme tabela a seguir, 6.271 (92,5%)

responderam sobre seu grau de instrução e destas pessoas, 29,6% não concluíram o ensino fundamental.

Tabela 45 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais no território de Custodópolis

ESCOLARIDADE	SEXO	IDADE		Total	Total
		25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
Sem Instrução	Masculino	0	0	0	0
	Feminino	0	0	0	
Alfabetização	Masculino	2	3	5	20
	Feminino	7	8	15	
Fundamental Incompleto	Masculino	461	258	719	1838
	Feminino	742	377	1119	
Fundamental Completo	Masculino	648	119	767	2161
	Feminino	1235	159	1394	
Ensino Médio	Masculino	569	31	600	2198
	Feminino	1542	56	1598	
Ensino Superior	Masculino	12	1	13	54
	Feminino	38	3	41	
Total	Masculino	1692	412	2104	6271
	Feminino	3564	603	4167	
	Total	5256	1015	6271	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses por sexo e idade

Entre as 14.477 pessoas referenciadas no território, 2.492 (17,2%) informaram que trabalharam nos últimos 12 meses. Destas pessoas, 1.777 (71,3%) informaram sobre a função exercida nesse período e se verifica a predominância do trabalhador por conta própria, 79,6%. Apenas 15,4% declararam vínculo de empregado com carteira de trabalho assinada.

Tabela 46 - Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no território de Custodópolis

FUNÇÃO PRINCIPAL	SEXO	IDADE				Total	Total
		16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
1 - Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)	Masculino	1	39	562	51	653	1418
	Feminino	1	51	681	32	765	
2 - Trabalhador temporário em área rural	Masculino	0	0	1	0	1	2
	Feminino	0	0	1	0	1	
3 - Empregado sem carteira de trabalho assinada	Masculino	0	1	19	2	22	48
	Feminino	0	1	25	0	26	
4 - Empregado com	Masculino	0	12	87	5	104	251

carteira de trabalho assinada	Feminino	0	10	135	2	147	
	Masculino	0	0	1	0	1	12
5 - Trabalhadores domesticam sem carteira de trabalho assinada	Feminino	0	1	9	1	11	
	Masculino	0	0	7	0	7	24
6 - Trab. domestico com cart. de trab. Assinada	Feminino	0	0	16	1	17	
	Masculino	0	0	1	0	1	4
Trabalhador não remunerado	Feminino	0	0	3	0	3	
	Masculino	0	0	5	1	6	9
8 - Militar ou servidor público	Feminino	0	0	3	0	3	
	Masculino	0	0	0	0	0	0
Empregador	Feminino	0	0	0	0	0	
	Masculino	0	0	0	0	0	0
10 - Estagiário	Feminino	0	0	0	0	0	
	Masculino	0	0	0	0	0	0
11 - Aprendiz	Feminino	1	1	0	0	2	9
	Masculino	0	7	0	0	7	
Total	Masculino	2	53	683	59	797	1777
	Feminino	1	70	873	36	980	
	Total	3	123	1556	95	1777	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

ESPLANADA

O território Esplanada possui uma extensão territorial de 617 km². Compreende as localidades de: Caju, Itereré, Morangaba, Parque Corrientes, Parque Dom Bosco, Parque dos Rodoviários, Parque Esplanada, Jardim Maria de Queiroz, Parque Julião Nogueira, Parque Leopoldina, Nossa Senhora do Rosário, Nova Brasília, Pecuária, Parque Santo Amaro, Parque São Caetano, Parque Sumaré, Parque Tamandaré, Santa Cruz, Centro (ou Matadouro), Parque Tomaz Coelho, Condomínio Nashville, Residencial Sonho Dourado, Shopping Estrada, Rio Preto. De acordo com o CENSO 2010, temos os seguintes bairros oficiais.

Tabela 47 - Número de habitantes dos bairros oficiais do território do Esplanada

Bairros oficiais	Pop. CENSO 2010
Caju	4198
Itereré	340
Morangaba	1709
Pq Corrientes	3377
Pq Dom Bosco	763
Pq dos Rodoviários	331

Pq Esplanada	3342
Pq Jardim Maria de Queiroz	1690
Pq Julião Nogueira	2050
Pq Leopoldina	1092
Pq Nossa Senhora do Rosário	1152
Pq Nova Brasília	5317
Pq Pecuária	3892
Pq Santo Amaro	3377
Pq São Caetano	2199
Pq Sumaré	1348
Pq Tamandaré	2961
Santa Cruz	632
TOTAL DE PESSOAS NO TERRITÓRIO	39.770

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico 2010

Perfil da população

De acordo com o Cadastro Único em Maio de 2021 o território apresentava 6.205 famílias, totalizando 15.385 pessoas, uma média de 2,5 pessoas por família. Desse total, 6.034 famílias responderam sobre a situação do domicílio, 91,6% residiam na zona urbana e 8,4% em zonas rurais.

A presença feminina se apresentou como maioria no território, 59,1% das pessoas cadastradas. No que tange a raça/cor, a população parda representa o maior quantitativo no território com 48,0%, seguida da população branca com 31,7%. A faixa etária predominante é a de 25 a 59 anos com 39,0%.

Destacam-se as mulheres na faixa etária entre 25 a 59 anos (4.004), onde 1.815 se declaram pardas. Entre os homens prevaleceu a faixa etária de 25 a 59 anos (1.989), 892 se declaram pardos.

O número de crianças e adolescentes (0 a 17 anos) é expressivo, correspondente a 33,9% da população cadastrada no ano de 2021. Já o percentual de idosos (maior de 60 anos) é de 13,4%.

Tabela 48 - População por sexo, raça/cor e idade no território do Esplanada

RAÇA/COR	SEXO	IDADE						Total	
		0 a 6 anos	7 a 15 anos	16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
Branca	Masculino	244	388	83	297	603	294	1909	4884
	Feminino	281	365	66	384	1283	596	2975	
Preta	Masculino	172	221	59	197	489	136	1274	3033
	Feminino	141	224	50	226	879	239	1759	

Amarela	Masculino	8	9	0	3	4	1	25	75
	Feminino	7	9	1	5	25	3	50	
Parda	Masculino	529	713	184	431	892	328	3077	7382
	Feminino	518	796	153	553	1815	470	4305	
Indígena	Masculino	1	0	0	0	1	1	3	9
	Feminino	0	0	0	3	2	1	6	
Total	Masculino	954	1331	326	928	1989	760	6288	15383
	Feminino	947	1394	270	1171	4004	1309	9095	
	Total	1901	2725	596	2099	5993	2069	15383	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Grupos Tradicionais e Específicos

Do universo de 6.205 famílias, 31 informaram que pertencem a grupos tradicionais, dentre estas se destacam as famílias quilombolas (10), famílias de pescadores artesanais (07) e as famílias de agricultores familiares (05). Observa-se, ainda, que 47 famílias compõem grupos específicos, como família atingida por empreendimentos e infraestrutura (01), famílias de preso do Sistema Carcerário (17) e famílias catadoras de material reciclável (29).

Tabela 49 – Famílias pertencentes a grupos tradicionais e específicos no território do Esplanada

GRUPOS TRADICIONAIS	Família Quilombola	10
	Família Cigana	1
	Família Extrativista	1
	Família de Pescadores Artesanais	7
	Família Pertencente à Comunidade de Terreiro	0
	Família Ribeirinha	4
	Família Agricultores Familiares	5
	Família Assentada da Reforma Agraria	3
	Família Beneficiaria do Programa Nacional do Credito Fundiário	0
	Família Acampada	0
Total	31	
GRUPOS ESPECÍFICOS	Família Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura	1
	Família de Preso do Sistema Carcerário	17
	Família Catadores de Material Reciclável	29
Total	47	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Infraestrutura domiciliar

No que se refere ao acesso a serviços básicos de infraestrutura, 3.869 (62,4%) das famílias apresentavam acesso ideal a estes. Das 6.034 famílias que responderam sobre a espécie do domicílio, 5.965 (98,9%) informaram que o mesmo era particular permanente, enquanto 50 (0,8%) eram domicílios coletivos e 19 (0,3%) domicílios eram particulares improvisados. Em 959 núcleos, as famílias afirmaram ter despesas com aluguel.

Responsável Familiar

Entre os que se declararam enquanto responsável familiar verifica-se a predominância da mulher, representando 80,6% do total. A faixa etária que se destaca é de 25 a 39 anos de idade, com 30,6% de percentual.

Tabela 50 - Distribuição dos responsáveis por faixa etária e sexo no território do Esplanada

Responsável Familiar	FAIXA ETÁRIA						Total
	16 e 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	Mais de 60 anos	
Masculino	0	103	256	207	232	406	1204
Feminino	5	437	1639	1016	806	1083	4986
Total	5	540	1895	1223	1038	1489	6190

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Entre as 4.986 mulheres responsáveis pela família, 23,7% (1.181) declararam não ter cônjuge e possuírem filhos menores de 15 anos de idade. Observa-se, ainda, nestes arranjos, 80,4% das mulheres estão na faixa etária entre os 25 e 59 anos e 48,3% se declararam pardas.

Tabela 51 - Arranjo monoparental – mulheres com crianças menores de 15 anos no território do Esplanada

RAÇA/COR	IDADE				Total
	16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60	
Branca	0	41	237	6	284
Preta	0	69	243	6	318
Amarela	0	0	8	0	8
Parda	2	102	461	6	571
Indígena	0	0	0	0	0
Total	2	212	949	18	1181

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Composição familiar

O número de membros por composição familiar no território se distribui entre 01 e 15 membros. O quantitativo de famílias numerosas, formadas por 04 ou mais pessoas, representa 21,9% dos núcleos familiares.

Tabela 52 - Composição familiar no território do Esplanada

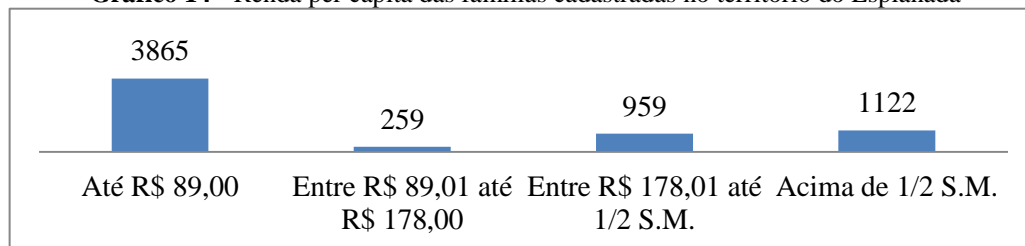
COMPOSIÇÃO FAMILIAR	
1 pessoa	1897
2 pessoas	1586
3 pessoas	1364
4 pessoas	847
5 pessoas	328
6 pessoas	120
7 pessoas	37
8 pessoas	23
9 pessoas	2
10 pessoas	0
11 pessoas	0
12 pessoas	0
13 pessoas	0
14 pessoas	0
15 pessoas	1

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Renda per capita

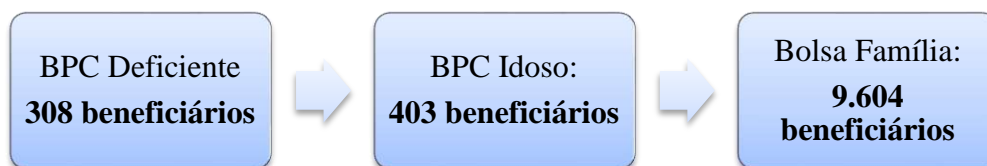
Sobre a renda per capita das famílias, 62,3% destas tinham até R\$ 89,00, consideradas famílias extremamente pobres. Apenas 18,1% possuíam renda per capita acima de ½ salário mínimo.

Gráfico 14 - Renda per capita das famílias cadastradas no território do Esplanada



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC)



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Escolaridade

Dentre as pessoas do território com mais de 16 anos, 6,4% destas declararam não saber ler e escrever, esse percentual equivale a 692 pessoas. O território possui 8.062 pessoas cadastradas com idade de 25 anos ou mais. Conforme tabela a seguir, 7.426 (92,1%) responderam sobre seu grau de instrução e destas pessoas, 22,9% não concluíram o ensino fundamental.

Tabela 53 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais no território do Esplanada

ESCOLARIDADE	SEXO	IDADE		Total	
		25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
Sem Instrução	Masculino	1	3	4	6
	Feminino	2	0	2	
Alfabetização	Masculino	10	3	13	24
	Feminino	2	9	11	
Fundamental Incompleto	Masculino	365	268	633	1669
	Feminino	564	472	1036	
Fundamental Completo	Masculino	645	249	894	2493
	Feminino	1218	381	1599	
Ensino Médio	Masculino	754	128	882	2987
	Feminino	1832	273	2105	
Ensino Superior	Masculino	52	16	68	247
	Feminino	153	26	179	
Total	Masculino	1827	667	2494	7426
	Feminino	3771	1161	4932	
	Total	5598	1828	7426	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses por sexo e idade

Entre as 15.385 pessoas referenciadas no território, 2.419 (15,7%) informaram que trabalharam nos últimos 12 meses. Destas pessoas, 2.179 (90,1%) informaram sobre a função exercida nesse período e se verifica a predominância do trabalhador por conta própria, 73,8%. Apenas 17,4% declararam vínculo de empregado com carteira de trabalho assinada.

Tabela 54 - Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no território do Esplanada

FUNÇÃO PRINCIPAL	SEXO	IDADE				Total	Total
		16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
1 - Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)	Masculino	0	54	483	64	601	1613
	Feminino	0	69	880	63	1012	
2 - Trabalhador temporário em área rural	Masculino	0	0	2	0	2	4
	Feminino	0	0	2	0	2	
3 - Empregado sem carteira de trabalho assinada	Masculino	0	3	37	5	45	108
	Feminino	0	6	54	3	63	
4 - Empregado com carteira de trabalho assinada	Masculino	0	23	155	7	185	370
	Feminino	0	16	159	10	185	
5 - Trabalhadores domesticam sem carteira de trabalho assinada	Masculino	0	0	0	0	0	14
	Feminino	0	0	12	2	14	
6 - Trab. domestico com cart. de trab. Assinada	Masculino	0	0	1	0	1	10
	Feminino	0	0	8	1	9	
Trabalhador não remunerado	Masculino	0	0	0	0	0	1
	Feminino	0	0	1	0	1	
8 - Militar ou servidor público	Masculino	0	0	8	0	8	33
	Feminino	0	0	19	6	25	
Empregador	Masculino	0	0	0	0	0	0
	Feminino	0	0	0	0	0	
10 - Estagiário	Masculino	0	1	3	0	4	19
	Feminino	0	9	6	0	15	
11 - Aprendiz	Masculino	0	3	0	0	3	7
	Feminino	0	4	0	0	4	
Total	Masculino	0	84	689	76	849	2179
	Feminino	0	104	1141	85	1330	
	Total	0	188	1830	161	2179	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

GOITACAZES

O território de Goitacazes possui uma extensão territorial de 1042 km². Compreende as localidades de: Alto da Areia, Alto do Eliseu, Babosa, Baixa Grande, Balança do Jai, Barcelos, Barra do Furado, Barra do Jacaré, Beira do Tai, Boa Vista, Bugalho, Caboio, Campo da Areia, Campo Limpo, Canal das flechas, Canto do Engenho, Caxias de Tocos, Ciprião, Colégio, Coqueiro de Tocos, Córrego Fundo, Correnteza, Cupim, Cupim de Poço Gordo, Donana, Espinho, Estância da Areia, Farol de São Thomé, Farolzinho, Furadinho, Goitacazes, Jardim Novo Farol, Korea, Largo do Garcia, Marcelo, Marrecas, Mineiros, Monte Negro, Mulaco, Mussurepe, Olhos d'água, Parque Mosteiro de São Bento, Parque Náutico, Parque Rádio Velho, Parque Real, Paus Amarelos, Pitangueira, Poço Gordo, Ponta Grossa de Fidalgos, Ponto de Coqueiros, Retiro, Sabão, Santo Amaro, São Martinho, São Sebastião, Saturnino Braga, Tocaia, Tocos, Vala do Mato, Veiga, Viegas, Vila do Sol, Vila do Sol IV, Vila dos Pescadores, Vila Esperança, Xexé, São Bento. De acordo com o Censo 2010, temos os seguintes bairros oficiais:

Tabela 55 - Número de habitantes dos bairros oficiais do território de Goitacazes

Bairros oficiais	Pop. CENSO 2010
Alto do Eliseu	314
Babosa	1409
Baixa Grande	3292
Barra do Jacaré	1000
Beira do Tai	996
Boa Vista	665
Caboio	450
Campo Limpo	3438
Coqueiro de Tocos	34
Donana	4533
Espinho	2876
Estrada da areia	79
Farol de São Thomé	11947
Goytacazes	11290
Marcelo	303
Marrecas	1414
Mineiros	2248
Mussurepe	892
Olhos D'agua	95
Poço Gordo	1546
Ponta Grossa	1303
Santo Amaro	819

São Bento	100
São Martinho	1354
São Sebastião	1700
Saturnino Braga	4934
Tócos	3378
Xexé	303
TOTAL DE PESSOAS NO TERRITÓRIO	62.712

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico 2010

Perfil da população

De acordo com o Cadastro Único em Maio de 2021 o território apresentava 10.797 famílias, totalizando 29.083 pessoas, uma média de 2,7 pessoas por família. Desse total, 10.795 famílias responderam sobre a situação do domicílio, 75,3% residiam na zona urbana e 24,7% em zonas rurais.

A presença feminina se apresentou como maioria no território, 58,1% das pessoas cadastradas. No que tange a raça/cor, a população parda representa o maior quantitativo no território com 48,0%, seguida da população branca com 42,1%. A faixa etária predominante é a de 25 a 59 anos com 39,4%.

Destacam-se as mulheres na faixa etária entre 25 a 59 anos (7.676), onde 3.480 se declaram pardas. Entre os homens prevaleceu a faixa etária de 25 a 59 anos (3.782), 1.710 se declaram pardos.

O número de crianças e adolescentes (0 a 17 anos) é expressivo, correspondente a 36,3% da população cadastrada no ano de 2021. Já o percentual de idosos (maior de 60 anos) é de 12,1%.

Tabela 56 - População por sexo, raça/cor e idade no território de Goitacazes

RAÇA/COR	SEXO	IDADE						Total	
		0 a 6 anos	7 a 15 anos	16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
Branca	Masculino	819	1058	222	596	1647	687	5029	12237
	Feminino	882	1077	207	766	3229	1047	7208	
Preta	Masculino	112	221	66	154	417	135	1105	2832
	Feminino	103	200	50	216	953	205	1727	
Amarela	Masculino	5	10	2	2	8	2	29	53
	Feminino	5	7	1	2	8	1	24	
Parda	Masculino	1070	1524	295	803	1710	624	6026	13945
	Feminino	922	1359	332	1025	3480	801	7919	
Indígena	Masculino	0	0	0	0	0	0	0	9
	Feminino	0	1	1	0	6	1	9	
Total	Masculino	2006	2813	585	1555	3782	1448	12189	29076

Feminino	1912	2644	591	2009	7676	2055	16887
Total	3918	5457	1176	3564	11458	3503	29076

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Grupos Tradicionais e Específicos

Do universo de 10.797 famílias, 536 informaram que pertencem a grupos tradicionais, dentre estas se destacam as famílias de pescadores artesanais (487), as famílias assentadas da Reforma Agrária (20) e as famílias ciganas (20). Observa-se, ainda, que 112 famílias compõem grupos específicos, como famílias de preso do Sistema Carcerário (12) e famílias catadoras de material reciclável (100).

Tabela 57 – Famílias pertencentes a grupos tradicionais e específicos no território de Goitacazes

GRUPOS TRADICIONAIS	Família Quilombola	0
	Família Cigana	20
	Família Extrativista	1
	Família de Pescadores Artesanais	487
	Família Pertencente à Comunidade de Terreiro	1
	Família Ribeirinha	0
	Família Agricultores Familiares	5
	Família Assentada da Reforma Agraria	20
	Família Beneficiária do Programa Nacional do Crédito Fundiário	0
	Família Acampada	2
	Total	536
GRUPOS ESPECÍFICOS	Família Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura	0
	Família de Preso do Sistema Carcerário	12
	Família Catadores de Material Reciclável	100
	Total	112

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Infraestrutura domiciliar

No que se refere ao acesso a serviços básicos de infraestrutura, 1.166 (10,8%) das famílias apresentavam acesso ideal a estes. Das 10.795 famílias que responderam sobre a espécie do domicílio, 10.749 (99,6%) informaram que o mesmo era particular permanente, enquanto 32 (0,3%) eram particulares improvisados e 14 (0,1%) domicílios eram coletivos. Em 803 núcleos, as famílias afirmaram ter despesas com aluguel.

Responsável Familiar

Entre os que se declararam enquanto responsável familiar verifica-se a predominância da mulher, representando 86,2% do total. A faixa etária que se destaca é de 25 a 39 anos de idade, com 32,4% de percentual.

Tabela 58 - Distribuição dos responsáveis por faixa etária e sexo no território de Goitacazes

Responsável Familiar	FAIXA ETÁRIA						Total
	16 e 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	Mais de 60 anos	
Masculino	0	78	245	229	285	652	1489
Feminino	23	791	3250	1868	1661	1692	9285
Total	23	869	3495	2097	1946	2344	10774

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Entre as 9.285 mulheres responsáveis pela família, 25,9% (2.403) declararam não ter cônjuge e possuírem filhos menores de 15 anos de idade. Observa-se, ainda, nestes arranjos, 80,1% das mulheres estão na faixa etária entre os 25 e 59 anos e 47,9% se declararam pardas.

Tabela 59 - Arranjo monoparental – mulheres com crianças menores de 15 anos no território de Goitacazes

RAÇA/COR	IDADE				Total
	16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60	
Branca	3	130	777	17	927
Preta	3	65	247	6	321
Amarela	0	1	4	0	5
Parda	9	233	896	12	1150
Indígena	0	0	0	0	0
Total	15	429	1924	35	2403

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Composição familiar

O número de membros por composição familiar no território se distribui entre 01 e 11 membros. O quantitativo de famílias numerosas, formadas por 04 ou mais pessoas, representa 24,4% dos núcleos familiares.

Tabela 60 - Composição familiar no território de Goitacazes

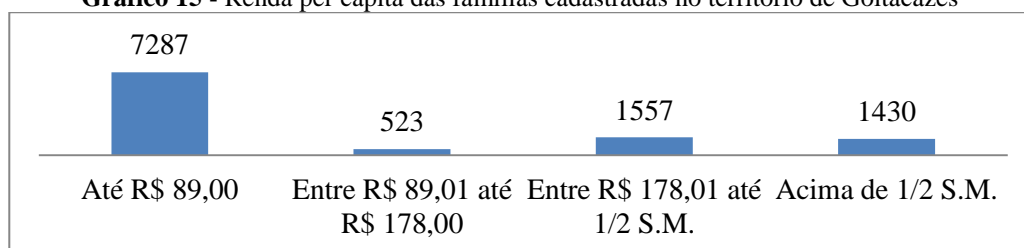
COMPOSIÇÃO FAMILIAR	
1 pessoa	2186
2 pessoas	3123
3 pessoas	2854
4 pessoas	1662
5 pessoas	599
6 pessoas	244
7 pessoas	81
8 pessoas	31
9 pessoas	12
10 pessoas	5
11 pessoas	1

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Renda per capita

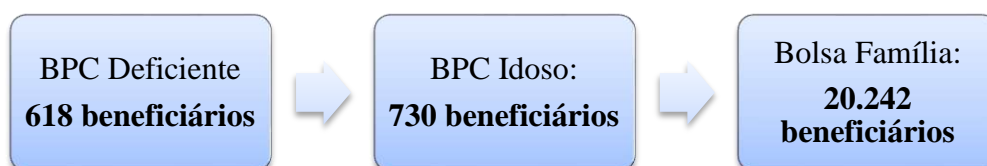
Sobre a renda per capita das famílias, 67,5% destas tinham até R\$ 89,00, consideradas famílias extremamente pobres. Apenas 13,2% possuíam renda per capita acima de ½ salário mínimo.

Gráfico 15 - Renda per capita das famílias cadastradas no território de Goitacazes



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC)



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Escolaridade

Dentre as pessoas do território com mais de 16 anos, 9,3% destas declararam não saber ler e escrever, esse percentual equivale a 1.826 pessoas. O território possui 14.961 pessoas cadastradas com idade de 25 anos ou mais. Conforme tabela a seguir, 13.803 (92,3%) responderam sobre seu grau de instrução e destas pessoas, 37,6% não concluíram o ensino fundamental.

Tabela 61 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais no território de Goitacazes

ESCOLARIDADE	SEXO	IDADE		Total	
		25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
Sem Instrução	Masculino	1	5	6	7
	Feminino	1	0	1	
Alfabetização	Masculino	10	7	17	32
	Feminino	9	6	15	
Fundamental Incompleto	Masculino	1244	783	2027	5155
	Feminino	1935	1193	3128	
Fundamental Completo	Masculino	1235	298	1533	4537
	Feminino	2556	448	3004	
Ensino Médio	Masculino	936	76	1012	3917
	Feminino	2753	152	2905	
Ensino Superior	Masculino	33	5	38	155
	Feminino	108	9	117	
Total	Masculino	3459	1174	4633	13803
	Feminino	7362	1808	9170	
	Total	10821	2982	13803	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses por sexo e idade

Entre as 29.083 pessoas referenciadas no território, 5.217 (17,9%) informaram que trabalharam nos últimos 12 meses. Destas pessoas, 4.450 (85,3%) informaram sobre a função exercida nesse período e se verifica a predominância do trabalhador por conta própria, 86,1%. Apenas 9,7% declararam vínculo de empregado com carteira de trabalho assinada.

Tabela 62 - Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no território de Goitacazes

FUNÇÃO PRINCIPAL	SEXO	IDADE				Total	
		16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
1 - Trabalhador por	Masculino	1	174	1550	170	1895	3829

conta própria (bico, autônomo)	Feminino	0	135	1691	108	1934	
2 - Trabalhador temporário em área rural	Masculino	0	0	19	5	24	26
	Feminino	0	0	2	0	2	
3 - Empregado sem carteira de trabalho assinada	Masculino	0	2	34	2	38	79
	Feminino	0	3	35	3	41	
4 - Empregado com carteira de trabalho assinada	Masculino	0	13	213	15	241	410
	Feminino	0	14	151	4	169	
5 - Trabalhadores domesticam sem carteira de trabalho assinada	Masculino	0	0	0	0	0	44
	Feminino	0	3	38	3	44	
6 - Trab. domestico com cart. de trab. Assinada	Masculino	0	0	9	0	9	24
	Feminino	0	0	13	2	15	
Trabalhador não remunerado	Masculino	0	0	0	0	0	0
	Feminino	0	0	0	0	0	
8 - Militar ou servidor público	Masculino	0	0	6	4	10	22
	Feminino	0	2	9	1	12	
Empregador	Masculino	0	0	0	0	0	0
	Feminino	0	0	0	0	0	
10 - Estagiário	Masculino	0	0	0	0	0	1
	Feminino	0	0	1	0	1	
11 - Aprendiz	Masculino	0	8	0	0	8	15
	Feminino	0	7	0	0	7	
Total	Masculino	1	197	1831	196	2225	4450
	Feminino	0	164	1940	121	2225	
	Total	1	361	3771	317	4450	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

JARDIM CARIOCA

O território do Jardim Carioca possui uma extensão territorial de 19 km². Compreende as localidades de: Parque Alvorada, Jardim Carioca, Parque Niterói, Parque Prazeres, Parque Presidente Vargas, Parque residencial da Lapa II, Parque Santo Antônio, Parque São Jorge, Parque Vicente Gonçalves Dias, Residencial da Lapa I, Residencial Santa Rita, Residencial Vila Alice, Zuzá Mota e Parque Calabouço. De acordo com o Censo 2010, temos os seguintes bairros oficiais:

Tabela 63 - Número de habitantes dos bairros oficiais do território do Jardim Carioca

Bairros oficiais	Pop. CENSO 2010
Pq Alvorada	2848
Pq Jardim Carioca	2615
Pq Niterói	6180
Pq Prazeres	6696
Pq Pres Vargas	2749
Pq Residencial da Lapa	2873
Pq Santo Antonio	2108
Pq Vicente Gonçalves Dias	8843
Pq Zuza Mota	1419
Usina São João	346
TOTAL DE PESSOAS NO TERRITÓRIO	36.677

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico 2010

Perfil da população

De acordo com o Cadastro Único em Maio de 2021 o território apresentava 5.691 famílias, totalizando 13.965 pessoas, uma média de 2,5 pessoas por família. Desse total, 5.688 famílias responderam sobre a situação do domicílio, 98,9% residiam na zona urbana e apenas 1,1% em zonas rurais.

A presença feminina se apresentou como maioria no território, 58,1% das pessoas cadastradas. No que tange a raça/cor, a população parda representa o maior quantitativo no território com 47,2%, seguida da população branca 33,3%. A faixa etária predominante é a de 25 a 59 anos com 40,0%.

Destacam-se as mulheres na faixa etária entre 25 a 59 anos (3.684), onde 1.670 se declaram pardas. Entre os homens prevaleceu a faixa etária de 25 a 59 anos (1.897), 859 se declaram pardos.

O número de crianças e adolescentes (0 a 17 anos) é expressivo, correspondente a 34,3% da população cadastrada no ano de 2021. Já o percentual de idosos (maior de 60 anos) é de 13,1%.

Tabela 64 - População por sexo, raça/cor e idade no território do Jardim Carioca

RAÇA/COR	SEXO	IDADE						Total	
		0 a 6 anos	7 a 15 anos	16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
Branca	Masculino	299	386	76	253	627	280	1921	4649
	Feminino	282	418	79	296	1210	443	2728	

Preta	Masculino	138	213	57	125	391	123	1047	2585
	Feminino	111	190	49	206	772	210	1538	
Amarela	Masculino	13	17	0	4	17	2	53	121
	Feminino	13	10	1	9	31	4	68	
Parda	Masculino	450	653	151	397	859	310	2820	6588
	Feminino	427	616	132	471	1670	452	3768	
Indígena	Masculino	2	0	1	2	3	0	8	16
	Feminino	0	4	0	2	1	1	8	
Total	Masculino	902	1269	285	781	1897	715	5849	13959
	Feminino	833	1238	261	984	3684	1110	8110	
	Total	1735	2507	546	1765	5581	1825	13959	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Grupos Tradicionais e Específicos

Do universo de 5.691 famílias, 53 informaram que pertencem a grupos tradicionais, dentre estas se destacam as famílias assentadas da Reforma Agrária (32) e as famílias de pescadores artesanais (13). Observa-se, ainda, que 39 famílias compõem grupos específicos, como famílias de preso do Sistema Carcerário (24) e famílias catadoras de material reciclável (15).

Tabela 65 – Famílias pertencentes a grupos tradicionais e específicos no território do Jardim Carioca

GRUPOS TRADICIONAIS	Família Quilombola	0
	Família Cigana	1
	Família Extrativista	0
	Família de Pescadores Artesanais	13
	Família Pertencente à Comunidade de Terreiro	2
	Família Ribeirinha	0
	Família Agricultores Familiares	3
	Família Assentada da Reforma Agraria	32
	Família Beneficiária do Programa Nacional do Crédito Fundiário	0
	Família Acampada	2
	Total	53
GRUPOS ESPECÍFICOS	Família Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura	0
	Família de Preso do Sistema Carcerário	24
	Família Catadores de Material Reciclável	15
	Total	39

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Infraestrutura domiciliar

No que se refere ao acesso a serviços básicos de infraestrutura, 3.552 (62,4%) das famílias apresentavam acesso ideal a estes. Das 5.688 famílias que responderam sobre a espécie do domicílio, 5.622 (98,8%) informaram que o mesmo era particular permanente, enquanto 58 (1,0%) domicílios eram coletivos e 08 (0,1%) eram particulares improvisados. Em 563 núcleos, as famílias afirmaram ter despesas com aluguel.

Responsável Familiar

Entre os que se declararam enquanto responsável familiar verifica-se a predominância da mulher, representando 80,1% do total. A faixa etária que se destaca é de 25 a 39 anos de idade, com 30,0% de percentual.

Tabela 66 - Distribuição dos responsáveis por faixa etária e sexo no território do Jardim Carioca

Responsável Familiar	FAIXA ETÁRIA						Total
	16 e 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	Mais de 60 anos	
Masculino	1	60	208	173	223	411	1076
Feminino	18	428	1488	960	783	900	4577
Total	19	488	1696	1133	1006	1311	5653

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Entre as 4.577 mulheres responsáveis pela família, 25,7% (1.174) declararam não ter cônjuge e possuem filhos menores de 15 anos de idade. Observa-se, ainda, nestes arranjos, 79,1% das mulheres estão na faixa etária entre os 25 e 59 anos e 48,4% se declararam pardas.

Tabela 67 - Arranjo monoparental – mulheres com crianças menores de 15 anos no território do Jardim Carioca

RAÇA/COR	IDADE				Total
	16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60	
Branca	4	66	273	3	346
Preta	4	46	192	6	248
Amarela	0	3	8	0	11
Parda	7	102	456	3	568
Indígena	0	1	0	0	1
Total	15	218	929	12	1174

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Composição familiar

O número de membros por composição familiar no território se distribui entre 01 e 13 membros. O quantitativo de famílias numerosas, formadas por 04 ou mais pessoas, representa 20,1% dos núcleos familiares.

Tabela 68 - Composição familiar no território do Jardim Carioca

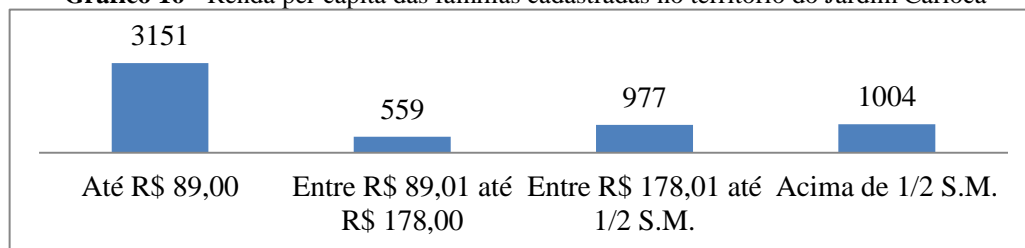
COMPOSIÇÃO FAMILIAR	
1 pessoa	1640
2 pessoas	1550
3 pessoas	1355
4 pessoas	771
5 pessoas	248
6 pessoas	82
7 pessoas	29
8 pessoas	11
9 pessoas	1
10 pessoas	2
11 pessoas	1
12 pessoas	0
13 pessoas	1

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Renda per capita

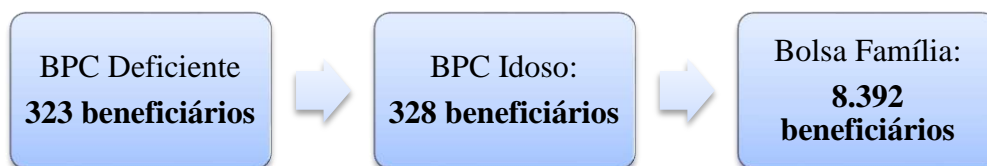
Sobre a renda per capita das famílias, 55,4% destas tinham até R\$ 89,00, consideradas famílias extremamente pobres. Apenas 17,6% possuíam renda per capita acima de ½ salário mínimo.

Gráfico 16 - Renda per capita das famílias cadastradas no território do Jardim Carioca



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC)



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Escolaridade

Dentre as pessoas do território com mais de 16 anos, 5,9% destas declararam não saber ler e escrever, esse percentual equivale a 574 pessoas. O território possui 7.406 pessoas cadastradas com idade de 25 anos ou mais. Conforme tabela a seguir, 6.961 (93,0%) responderam sobre seu grau de instrução e destas pessoas, 22,2% não concluíram o ensino fundamental.

Tabela 69 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais no território do Jardim Carioca

ESCOLARIDADE	SEXO	IDADE		Total
		25 a 59 anos	Maior que 60 anos	
Sem Instrução	Masculino	2	3	5
	Feminino	2	4	6
Alfabetização	Masculino	11	4	15
	Feminino	4	12	16
Fundamental Incompleto	Masculino	293	278	571
	Feminino	470	461	931
Fundamental Completo	Masculino	748	263	1011
	Feminino	1223	351	1574
Ensino Médio	Masculino	696	81	777
	Feminino	1744	159	1903
Ensino Superior	Masculino	30	2	32
	Feminino	105	15	120
Total	Masculino	1780	631	2411
	Feminino	3548	1002	4550
	Total	5328	1633	6961

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses por sexo e idade

Entre as 13.965 pessoas referenciadas no território, 3.404 (24,4%) informaram que trabalharam nos últimos 12 meses. Destas pessoas, 3.270 (96,1%) informaram sobre a função exercida nesse período e se verifica a predominância do trabalhador por conta própria, 85,5%. Apenas 11,6% declararam vínculo de empregado com carteira de trabalho assinada.

Tabela 70 - Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no território do Jardim Carioca

FUNÇÃO PRINCIPAL	SEXO	IDADE				Total	Total
		16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
1 - Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)	Masculino	2	115	884	129	1130	2803
	Feminino	5	166	1393	109	1673	
2 - Trabalhador temporário em área rural	Masculino	0	0	3	1	4	6
	Feminino	0	0	2	0	2	
3 - Empregado sem carteira de trabalho assinada	Masculino	0	2	11	3	16	35
	Feminino	0	1	15	3	19	
4 - Empregado com carteira de trabalho assinada	Masculino	0	14	135	11	160	361
	Feminino	0	10	180	11	201	
5 - Trabalhadores domesticam sem carteira de trabalho assinada	Masculino	0	0	0	1	1	8
	Feminino	0	1	5	1	7	
6 - Trab. domestico com cart. de trab. Assinada	Masculino	0	0	1	0	1	17
	Feminino	0	1	14	1	16	
Trabalhador não remunerado	Masculino	0	0	0	0	0	1
	Feminino	0	0	1	0	1	
8 - Militar ou servidor público	Masculino	0	1	5	2	8	25
	Feminino	0	1	13	3	17	
Empregador	Masculino	0	0	0	0	0	1
	Feminino	0	0	1	0	1	
10 - Estagiário	Masculino	0	0	2	0	2	7
	Feminino	0	2	2	1	5	
11 - Aprendiz	Masculino	1	4	0	0	5	6
	Feminino	0	1	0	0	1	
Total	Masculino	3	136	1041	147	1327	3270
	Feminino	5	183	1626	129	1943	
	Total	8	319	2667	276	3270	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

JOCKEY

O território do Jockey possui uma extensão territorial de 42 km². Compreende as localidades de: Jockey Club, Novo Jockey, Jockey I, Jockey II, Benta Pereira, Vista Alegre, Morado do Oriente, Mergulhão, Cambaíba, Campo Novo, Martins Lage, Vila Rainha e Venda Nova. De acordo com o Censo 2010, temos os seguintes bairros oficiais:

Tabela 71 - Número de habitantes dos bairros oficiais do território do Jockey

Bairros oficiais	Pop. CENSO 2010
Cambaíba	476
Campo Novo	2036
Martins Lage	745
Mergulhão	58
Pq. Benta Pereira	1641
Pq. Jockey Club	4824
Pq. Jockey Club I	1470
Pq. Jockey Club II	1975
Pq. Morada do Oriente	1552
Pq. Novo Jockey	8532
Pq. Vista Alegre	1619
Venda Nova	1452
TOTAL DE PESSOAS NO TERRITÓRIO	26.380

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico 2010

Perfil da população

De acordo com o Cadastro Único em Maio de 2021 o território apresentava 4.835 famílias, totalizando 12.775 pessoas, uma média de 2,6 pessoas por família. Desse total, 4.834 famílias responderam sobre a situação do domicílio, 91,0% residiam na zona urbana e 9,0% em zonas rurais.

A presença feminina se apresentou como maioria no território, 57,7% das pessoas cadastradas. No que tange a raça/cor, a população parda representa o maior quantitativo no território com 46,9%, seguida da população branca 35,9%. A faixa etária predominante é a de 25 a 59 anos com 38,7%.

Destacam-se as mulheres na faixa etária entre 25 a 59 anos (3.314), onde 1.477 se declaram pardas. Entre os homens prevaleceu a faixa etária de 25 a 59 anos (1.624), 766 se declaram pardos.

O número de crianças e adolescentes (0 a 17 anos) é expressivo, correspondente a

37,6% da população cadastrada no ano de 2021. Já o percentual de idosos (maior de 60 anos) é de 10,8%.

Tabela 72 - População por sexo, raça/cor e idade no território do Jockey

RAÇA/COR	SEXO	IDADE						Total	
		0 a 6 anos	7 a 15 anos	16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
Branca	Masculino	365	410	89	249	570	239	1922	4587
	Feminino	326	390	91	291	1165	402	2665	
Preta	Masculino	114	167	56	148	282	74	841	2135
	Feminino	113	188	54	168	648	123	1294	
Amarela	Masculino	4	6	0	2	5	1	18	48
	Feminino	4	3	2	5	15	1	30	
Parda	Masculino	435	696	146	356	766	217	2616	5990
	Feminino	368	627	142	443	1477	317	3374	
Indígena	Masculino	0	0	0	1	1	1	3	13
	Feminino	0	0	0	1	9	0	10	
Total	Masculino	918	1279	291	756	1624	532	5400	12773
	Feminino	811	1208	289	908	3314	843	7373	
Total		1729	2487	580	1664	4938	1375	12773	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Grupos Tradicionais e Específicos

Do universo de 4.835 famílias, 29 informaram que pertencem a grupos tradicionais, dentre estas se destacam as famílias pertencentes a comunidade de terreiro (09), famílias assentadas da Reforma Agrária (07) e as famílias de pescadores artesanais (05). Observa-se, ainda, que 39 famílias compõem grupos específicos, como famílias de preso do Sistema Carcerário (15) e famílias catadoras de material reciclável (27).

Tabela 73 – Famílias pertencentes a grupos tradicionais e específicos no território do Jockey

GRUPOS TRADICIONAIS	Família Quilombola	0
	Família Cigana	1
	Família Extrativista	0
	Família de Pescadores Artesanais	5
	Família Pertencente à Comunidade de Terreiro	9
	Família Ribeirinha	0
	Família Agricultores Familiares	1
	Família Assentada da Reforma Agraria	7
	Família Beneficiária do Programa Nacional do Credito Fundiário	0
	Família Acampada	6
	Total	29

GRUPOS ESPECÍFICOS	Família Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura	0
	Família de Preso do Sistema Carcerário	15
	Família Catadores de Material Reciclável	27
	Total	42

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Infraestrutura domiciliar

No que se refere ao acesso a serviços básicos de infraestrutura, 1.794 (37,1%) das famílias apresentavam acesso ideal a estes. Das 4.834 famílias que responderam sobre a espécie do domicílio, 4.800 (99,3%) informaram que o mesmo era particular permanente, enquanto 32 (0,7%) domicílios eram coletivos e 02 (0,0%) eram particulares improvisados. Em 557 núcleos, as famílias afirmaram ter despesas com aluguel.

Responsável Familiar

Entre os que se declararam enquanto responsável familiar verifica-se a predominância da mulher, representando 83,6% do total. A faixa etária que se destaca é de 25 a 39 anos de idade, com 32,4% de percentual.

Tabela 74 - Distribuição dos responsáveis por faixa etária e sexo no território do Jockey

Responsável Familiar	FAIXA ETÁRIA						Total
	16 e 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	Mais de 60 anos	
Masculino	0	41	149	151	161	290	792
Feminino	10	379	1415	857	659	710	4030
Total	10	420	1564	1008	820	1000	4822

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Entre as 4.030 mulheres responsáveis pela família, 26,1% (1.051) declararam não ter cônjuge e possuírem filhos menores de 15 anos de idade. Observa-se, ainda, nestes arranjos, 80,0% das mulheres estão na faixa etária entre os 25 e 59 anos e 46,6% se declararam pardas.

Tabela 75 - Arranjo monoparental – mulheres com crianças menores de 15 anos no território do Jockey

RAÇA/COR	IDADE				Total
	16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60	

Branca	3	60	270	6	339
Preta	0	47	166	3	216
Amarela	0	0	3	0	3
Parda	3	84	399	4	490
Indígena	0	0	3	0	3
Total	6	191	841	13	1051

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Composição familiar

O número de membros por composição familiar no território se distribui entre 01 e 12 membros. O quantitativo de famílias numerosas, formadas por 04 ou mais pessoas, representa 24,4% dos núcleos familiares.

Tabela 76 - Composição familiar no território do Jockey

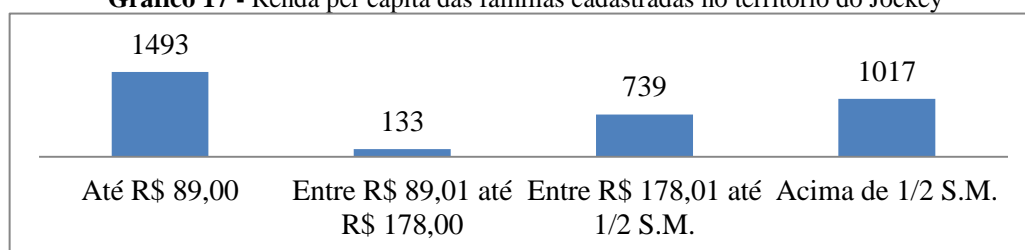
COMPOSIÇÃO FAMILIAR	
1 pessoa	1194
2 pessoas	1300
3 pessoas	1160
4 pessoas	710
5 pessoas	299
6 pessoas	96
7 pessoas	43
8 pessoas	16
9 pessoas	12
10 pessoas	3
11 pessoas	1
12 pessoas	1

Fonte: Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Renda per capita

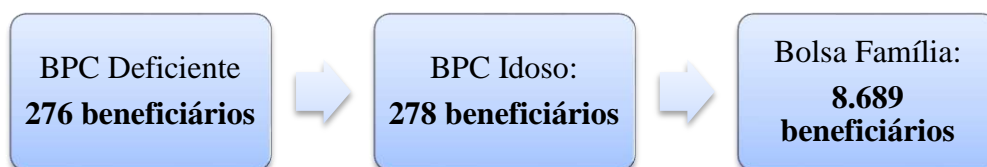
Sobre a renda per capita das famílias, 66,9% destas tinham até R\$ 89,00, consideradas famílias extremamente pobres. Apenas 14,4% possuíam renda per capita acima de ½ salário mínimo.

Gráfico 17 - Renda per capita das famílias cadastradas no território do Jockey



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC)



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Escolaridade

Dentre as pessoas do território com mais de 16 anos, 7,2% destas declararam não saber ler e escrever, esse percentual equivale a 620 pessoas. O território possui 6.313 pessoas cadastradas com idade de 25 anos ou mais. Conforme tabela a seguir, 5.876 (93,1%) responderam sobre seu grau de instrução e destas pessoas, 27,9% não concluíram o ensino fundamental.

Tabela 77 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais no território do Jockey

ESCOLARIDADE	SEXO	IDADE		Total
		25 a 59 anos	Maior que 60 anos	
Sem Instrução	Masculino	0	0	0
	Feminino	2	5	7
Alfabetização	Masculino	4	3	7
	Feminino	8	4	12
Fundamental Incompleto	Masculino	402	254	656
	Feminino	596	363	959
Fundamental Completo	Masculino	594	148	742
	Feminino	1111	225	1336
Ensino Médio	Masculino	499	58	557
	Feminino	1362	126	1488
Ensino Superior	Masculino	20	4	24

	Feminino	81	7	88	
Total	Masculino	1519	467	1986	5876
	Feminino	3160	730	3890	
	Total	4679	1197	5876	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses por sexo e idade

Entre as 12.775 pessoas referenciadas no território, 2.412 (18,9%) informaram que trabalharam nos últimos 12 meses. Destas pessoas, 1.880 (77,9%) informaram sobre a função exercida nesse período e se verifica a predominância do trabalhador por conta própria, 74,4%. Apenas 14,4% declararam vínculo de empregado com carteira de trabalho assinada.

Tabela 78 - Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no território do Jockey

FUNÇÃO PRINCIPAL	SEXO	IDADE				Total	Total
		16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
1 - Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)	Masculino	0	67	511	59	637	1482
	Feminino	1	71	726	47	845	
2 - Trabalhador temporário em área rural	Masculino	0	0	1	0	1	2
	Feminino	0	0	1	0	1	
3 - Empregado sem carteira de trabalho assinada	Masculino	0	4	17	2	23	70
	Feminino	0	2	43	2	47	
4 - Empregado com carteira de trabalho assinada	Masculino	0	9	109	7	125	274
	Feminino	0	6	137	6	149	
5 - Trabalhadores domesticam sem carteira de trabalho assinada	Masculino	0	0	0	0	0	7
	Feminino	0	0	6	1	7	
6 - Trab. domestico com cart. de trab. Assinada	Masculino	0	0	2	0	2	13
	Feminino	0	0	10	1	11	
Trabalhador não remunerado	Masculino	0	0	0	0	0	0
	Feminino	0	0	0	0	0	
8 - Militar ou servidor público	Masculino	0	0	3	2	5	19
	Feminino	0	0	10	4	14	
Empregador	Masculino	0	0	0	0	0	0
	Feminino	0	0	0	0	0	
10 - Estagiário	Masculino	0	3	0	0	3	6
	Feminino	0	2	1	0	3	
11 - Aprendiz	Masculino	0	3	0	0	3	7

	Feminino	0	4	0	0	4	
Total	Masculino	0	86	643	70	799	1880
	Feminino	1	85	934	61	1081	
	Total	1	171	1577	131	1880	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

MATADOURO

O território do Matadouro possui uma extensão territorial de 41 km². Compreende as localidades de: Chácara João Ferreira, Colégio, Horto, Jardim Flamboyant I, Jardim Flamboyant II, Lapa, Matadouro, Parque Califórnia, Parque Oliveira Botelho, Parque Riachuelo, Parque Salo Brand, Parque Turf Club, Centro, Tira Gosto, Parque Maciel. De acordo com o Censo 2010, temos os seguintes bairros oficiais:

Tabela 79 - Número de habitantes dos bairros oficiais do território do Matadouro

Bairros oficiais	Pop. CENSO 2010
Centro	10071
Chácara João Ferreira	2990
Horto	3218
Jardim Flamboyant I	1506
Jardim Flamboyant II	2241
Lapa	1350
Matadouro	2215
Pq. Califórnia	1411
Pq. Oliveira Botelho	1989
Pq. Riachuelo	2852
Pq. Salo Brand	2637
Pq. Turf Club	5462
Tira Gosto	1520
TOTAL DE PESSOAS NO TERRITÓRIO	39.462

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico 2010

Perfil da população

De acordo com o Cadastro Único em Maio de 2021 o território apresentava 3.382 famílias, totalizando 6.851 pessoas, uma média de 2,0 pessoas por família. Desse total, 3.372 famílias responderam sobre a situação do domicílio, 99,9% residiam na zona urbana e apenas 0,1% em zonas rurais.

A presença feminina se apresentou como maioria no território, 59,9% das pessoas cadastradas. No que tange a raça/cor, a população parda representa o maior quantitativo no

território com 45,0%, seguida da população branca 38,8%. A faixa etária predominante é a de 25 a 59 anos com 40,0%.

Destacam-se as mulheres na faixa etária entre 25 a 59 anos (1.762), onde 775 se declaram pardas. Entre os homens prevaleceu a faixa etária de 25 a 59 anos (976), 408 se declaram pardos.

O número de crianças e adolescentes (0 a 17 anos) corresponde a 27,5% da população cadastrada no ano de 2021, enquanto o percentual de idosos (maior de 60 anos) representa 15,6%.

Tabela 80 - População por sexo, raça/cor e idade no território do Matadouro

RAÇA/COR	SEXO	IDADE						Total	
		0 a 6 anos	7 a 15 anos	16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
Branca	Masculino	99	146	44	184	376	171	1020	2659
	Feminino	104	146	38	282	676	393	1639	
Preta	Masculino	51	70	12	78	189	43	443	1075
	Feminino	50	85	20	94	303	80	632	
Amarela	Masculino	2	2	0	3	3	1	11	26
	Feminino	2	1	1	4	7	0	15	
Parda	Masculino	210	231	71	218	408	158	1296	3082
	Feminino	201	226	66	300	775	218	1786	
Indígena	Masculino	1	1	0	0	0	1	3	6
	Feminino	0	2	0	0	1	0	3	
Total	Masculino	363	450	127	483	976	374	2773	6848
	Feminino	357	460	125	680	1762	691	4075	
	Total	720	910	252	1163	2738	1065	6848	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Grupos Tradicionais e Específicos

Do universo de 6.851 famílias, 08 informaram que pertencem a grupos tradicionais, dentre estas se destacam as famílias de pescadores artesanais (04). Observa-se, ainda, que 32 famílias compõem grupos específicos, como famílias de preso do Sistema Carcerário (21) e famílias catadoras de material reciclável (11).

Tabela 81 – Famílias pertencentes a grupos tradicionais e específicos no território do Matadouro

GRUPOS TRADICIONAIS	
	Família Quilombola
	Família Cigana
	Família Extrativista
	Família de Pescadores Artesanais
	Família Pertencente à Comunidade de Terreiro

	Família Ribeirinha	0
	Família Agricultores Familiares	1
	Família Assentada da Reforma Agraria	0
	Família Beneficiaria do Programa Nacional do Credito Fundiário	1
	Família Acampada	0
	Total	8
GRUPOS ESPECÍFICOS	Família Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura	0
	Família de Preso do Sistema Carcerário	21
	Família Catadores de Material Reciclável	11
	Total	32

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Infraestrutura domiciliar

No que se refere ao acesso a serviços básicos de infraestrutura, 2.494 (73,7%) das famílias apresentavam acesso ideal a estes. Das 3.372 famílias que responderam sobre a espécie do domicílio, 3.312 (98,2%) informaram que o mesmo era particular permanente, enquanto 53 (1,6%) domicílios eram coletivos e 07 (0,2%) eram particulares improvisados. Em 1.154 núcleos, as famílias afirmaram ter despesas com aluguel.

Responsável Familiar

Entre os que se declararam enquanto responsável familiar verifica-se a predominância da mulher, representando 73,2% do total. A faixa etária que se destaca é de 25 a 39 anos de idade, com 33,8% de percentual.

Tabela 82 - Distribuição dos responsáveis por faixa etária e sexo no território do Matadouro.

Responsável Familiar	FAIXA ETÁRIA						Total
	16 e 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	Mais de 60 anos	
Masculino	2	177	284	86	103	254	906
Feminino	3	405	856	342	308	556	2470
Total	5	582	1140	428	411	810	3376

Fonte: Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Entre as 2.470 mulheres responsáveis pela família, 19,2% (475) declararam não ter cônjuge e possuírem filhos menores de 15 anos de idade. Observa-se, ainda, nestes arranjos, 76,4% das mulheres estão na faixa etária entre os 25 e 59 anos e 48,4% se declararam pardas.

Tabela 83 - Arranjo monoparental – mulheres com crianças menores de 15 anos no território do Matadouro

RAÇA/COR	IDADE				Total
	16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60	
Branca	0	24	103	4	131
Preta	2	27	78	5	112
Amarela	0	1	1	0	2
Parda	0	49	181	0	230
Indígena	0	0	0	0	0
Total	2	101	363	9	475

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Composição familiar

O número de membros por composição familiar no território se distribui entre 01 e 11 membros. O quantitativo de famílias numerosas, formadas por 04 ou mais pessoas, representa 13,6% dos núcleos familiares.

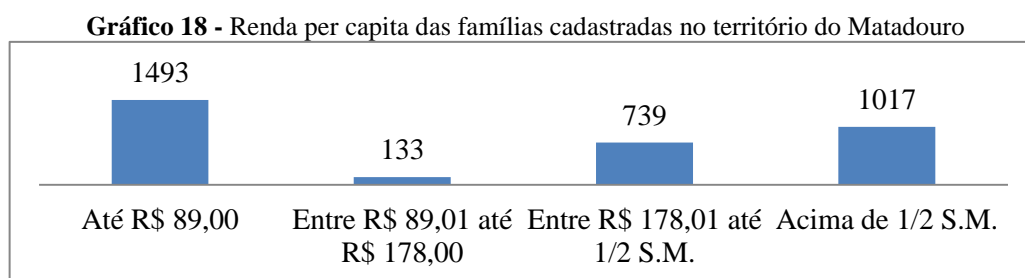
Tabela 84 - Composição familiar no território do Matadouro

COMPOSIÇÃO FAMILIAR	
1 pessoa	1641
2 pessoas	740
3 pessoas	541
4 pessoas	284
5 pessoas	113
6 pessoas	48
7 pessoas	7
8 pessoas	5
9 pessoas	2
10 pessoas	0
11 pessoas	1

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

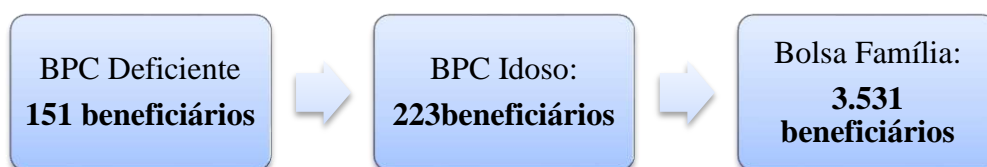
Renda per capita

Sobre a renda per capita das famílias, 44,1% destas tinham até R\$ 89,00, consideradas famílias extremamente pobres. Apenas 30,1% possuíam renda per capita acima de ½ salário mínimo.



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC)



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Escolaridade

Dentre as pessoas do território com mais de 16 anos, 4,8% destas declararam não saber ler e escrever, esse percentual equivale a 249 pessoas. O território possui 3.803 pessoas cadastradas com idade de 25 anos ou mais. Conforme tabela a seguir, 3.215 (84,5%) responderam sobre seu grau de instrução e destas pessoas, 21,6% não concluíram o ensino fundamental.

Tabela 85 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais no território do Matadouro

ESCOLARIDADE	SEXO	IDADE		Total
		25 a 59 anos	Maior que	

		60 anos			
Sem Instrução	Masculino	1	0	1	2
	Feminino	1	0	1	
Alfabetização	Masculino	3	0	3	13
	Feminino	3	7	10	
Fundamental Incompleto	Masculino	121	140	261	678
	Feminino	186	231	417	
Fundamental Completo	Masculino	258	117	375	1015
	Feminino	444	196	640	
Ensino Médio	Masculino	323	77	400	1271
	Feminino	694	177	871	
Ensino Superior	Masculino	65	10	75	236
	Feminino	135	26	161	
Total	Masculino	771	344	1115	3215
	Feminino	1463	637	2100	
Total		2234	981	3215	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses por sexo e idade

Entre as 6.851 pessoas referenciadas no território, 1.043 (15,2%) informaram que trabalharam nos últimos 12 meses. Destas pessoas, 951 (91,2%) informaram sobre a função exercida nesse período e se verifica a predominância do trabalhador por conta própria, 73,8%. Apenas 17,4% declararam vínculo de empregado com carteira de trabalho assinada.

Tabela 86 - Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no território do Matadouro

FUNÇÃO PRINCIPAL	SEXO	IDADE				Total	Total
		16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
1 - Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)	Masculino	0	24	221	39	284	702
	Feminino	0	35	351	32	418	
2 - Trabalhador temporário em área rural	Masculino	0	0	0	0	0	0
	Feminino	0	0	0	0	0	
3 - Empregado sem carteira de trabalho assinada	Masculino	0	2	17	1	20	43
	Feminino	0	4	18	1	23	
4 - Empregado com carteira de trabalho assinada	Masculino	0	9	56	5	70	151
	Feminino	0	7	71	3	81	
5 - Trabalhadores domesticam sem carteira de trabalho assinada	Masculino	0	0	0	0	0	2
	Feminino	0	0	2	0	2	
6 - Trab. domestico com	Masculino	0	0	4	2	6	14

cart. de trab. Assinada	Feminino	0	0	7	1	8	
Trabalhador não remunerado	Masculino	0	0	0	0	0	0
	Feminino	0	0	0	0	0	
8 - Militar ou servidor público	Masculino	0	1	9	0	10	24
	Feminino	0	0	13	1	14	
Empregador	Masculino	0	0	0	0	0	1
	Feminino	0	0	1	0	1	
10 - Estagiário	Masculino	0	1	6	0	7	13
	Feminino	0	1	5	0	6	
11 - Aprendiz	Masculino	0	0	1	0	1	1
	Feminino	0	0	0	0	0	
Total	Masculino	0	37	314	47	398	951
	Feminino	0	47	468	38	553	
	Total	0	84	782	85	951	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

MORRO DO COCO

O território do Morro do Coco possui uma extensão territorial de 843 km². Compreende as localidades de: Areia Branca, Chave do Paraíso, Conselheiro Josino, Espírito Santinho, Mata da Cruz, Morro do Coco, Murundu, Palmares, Posse do Meio, Santa Barbara, Santa Rosa, Santa Maria, Santo Eduardo, São Roque, São Luís de Mutuca, Sesmaria, Usina Santa Maria, Vila Nova, Mutuca, Divisa. De acordo com o Censo 2010, temos os seguintes bairros oficiais:

Tabela 87 - Número de habitantes dos bairros oficiais do território do Morro do Coco

Bairros oficiais	Pop. CENSO 2010
Chave do Paraíso	735
Conselheiro Josino	2975
Diviso	99
Espírito Santinho	928
Mata da Cruz	801
Morro do Coco	3600
Murundu	520
Palmares	503
Santa Maria	2703
Santo Eduardo	2092
São Luiz da Mutuca	351
Sesmaria	102

Vila Nova	1628
TOTAL DE PESSOAS NO TERRITÓRIO	17.037

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico 2010

Perfil da população

De acordo com o Cadastro Único em Maio de 2021 o território apresentava 3.738 famílias, totalizando 9.304 pessoas, uma média de 2,5 pessoas por família. Desse total, 85,9% das famílias residiam em zonas rurais e apenas 14,1% na zona urbana.

A presença feminina se apresentou como maioria no território, 56,1% das pessoas cadastradas. No que tange a raça/cor, a população parda representa o maior quantitativo no território com 45,4%, seguida da população branca 41,1%. A faixa etária predominante é a de 25 a 59 anos com 41,7%.

Destacam-se as mulheres na faixa etária entre 25 a 59 anos (2.494), onde 1.110 se declaram pardas. Entre os homens prevaleceu a faixa etária de 25 a 59 anos (1.381), 611 se declaram pardos.

O número de crianças e adolescentes (0 a 17 anos) corresponde a 32,4% da população cadastrada no ano de 2021, enquanto o percentual de idosos (maior de 60 anos) representa 13,7%.

Tabela 88 - População por sexo, raça/cor e idade no território do Morro do Coco

RAÇA/COR	SEXO	IDADE						Total	
		0 a 6 anos	7 a 15 anos	16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
Branca	Masculino	255	311	71	221	583	269	1710	3827
	Feminino	235	290	67	237	998	290	2117	
Preta	Masculino	53	69	27	66	180	85	480	1191
	Feminino	55	84	17	93	366	96	711	
Amarela	Masculino	3	4	1	0	6	2	16	54
	Feminino	2	11	0	5	17	3	38	
Parda	Masculino	266	400	107	234	611	259	1877	4226
	Feminino	253	351	84	281	1110	270	2349	
Indígena	Masculino	0	0	0	1	1	0	2	6
	Feminino	0	1	0	0	3	0	4	
Total	Masculino	577	784	206	522	1381	615	4085	9304
	Feminino	545	737	168	616	2494	659	5219	
	Total	1122	1521	374	1138	3875	1274	9304	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Grupos Tradicionais e Específicos

Do universo de 3.738 famílias, 33 informaram que pertencem a grupos tradicionais, dentre estas se destacam as famílias assentadas da Reforma Agrária (16) e famílias agricultores familiares (06). Observa-se, ainda, que 08 famílias compõem grupos específicos, como famílias de preso do Sistema Carcerário (04) e famílias catadoras de material reciclável (04).

Tabela 89 – Famílias pertencentes a grupos tradicionais e específicos no território do Morro do Coco

GRUPOS TRADICIONAIS	Família Quilombola	2
	Família Cigana	3
	Família Extrativista	0
	Família de Pescadores Artesanais	4
	Família Pertencente à Comunidade de Terreiro	0
	Família Ribeirinha	0
	Família Agricultores Familiares	6
	Família Assentada da Reforma Agraria	16
	Família Beneficiária do Programa Nacional do Credito Fundiário	0
	Família Acampada	2
Total		33
GRUPOS ESPECÍFICOS	Família Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura	0
	Família de Preso do Sistema Carcerário	4
	Família Catadores de Material Reciclável	4
Total		8

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Infraestrutura domiciliar

Em relação ao acesso a serviços básicos de infraestrutura, 663 (17,7%) das famílias apresentavam acesso ideal a estes. No que se refere à espécie do domicílio, 3.716 (99,4%) informaram que o mesmo era particular permanente, enquanto 20 (0,5%) eram particulares improvisados e 02 (0,1%) domicílios eram coletivos. Em 408 núcleos, as famílias afirmaram ter despesas com aluguel.

Responsável Familiar

Entre os que se declararam enquanto responsável familiar verifica-se a predominância da mulher, representando 81,8% do total. A faixa etária que se destaca é de 25 a 39 anos de idade, com 30,3% de percentual, seguida da população maior de 60 anos com 23,2%.

Tabela 90 - Distribuição dos responsáveis por faixa etária e sexo no território do Morro do Coco

Responsável Familiar	FAIXA ETÁRIA						Total
	16 e 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	Mais de 60 anos	
Masculino	0	20	99	87	166	306	678
Feminino	4	257	1028	664	534	559	3046
Total	4	277	1127	751	700	865	3724

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Entre as 3.046 mulheres responsáveis pela família, 23,3% (709) declararam não ter cônjuge e possuírem filhos menores de 15 anos de idade. Observa-se, ainda, nestes arranjos, 79,0% das mulheres estão na faixa etária entre os 25 e 59 anos e 47,5% se declararam pardas.

Tabela 91 - Arranjo monoparental – mulheres com crianças menores de 15 anos no território do Morro do Coco

RAÇA/COR	IDADE				Total
	16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60	
Branca	2	39	200	3	244
Preta	0	27	95	0	122
Amarela	0	1	5	0	6
Parda	0	72	260	5	337
Indígena	0	0	0	0	0
Total	2	139	560	8	709

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Composição familiar

O número de membros por composição familiar no território se distribui entre 01 e 09 membros. O quantitativo de famílias numerosas, formadas por 04 ou mais pessoas, representa 20,3% dos núcleos familiares.

Tabela 92 - Composição familiar no território do Morro do Coco

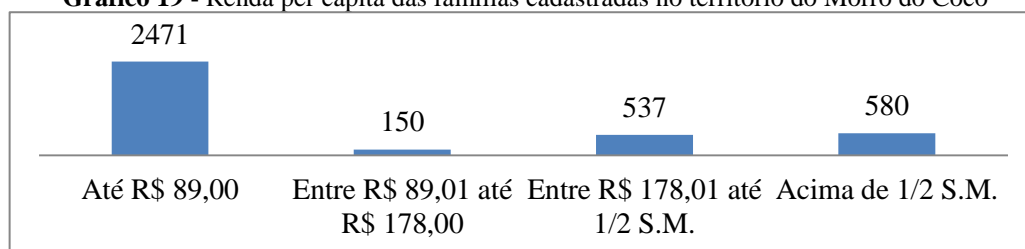
COMPOSIÇÃO FAMILIAR	
1 pessoa	972
2 pessoas	1093
3 pessoas	916
4 pessoas	513
5 pessoas	159
6 pessoas	53
7 pessoas	24
8 pessoas	7
9 pessoas	1

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Renda per capita

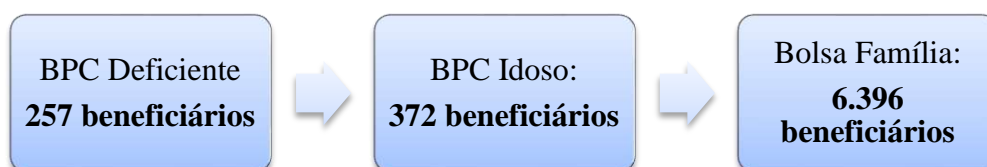
Sobre a renda per capita das famílias, 66,1% destas tinham até R\$ 89,00, consideradas famílias extremamente pobres. Apenas 15,5% possuíam renda per capita acima de ½ salário mínimo.

Gráfico 19 - Renda per capita das famílias cadastradas no território do Morro do Coco



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC)



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Escolaridade

Dentre as pessoas do território com mais de 16 anos, 16,8% destas declararam não saber ler e escrever, esse percentual equivale a 1.119 pessoas. O território possui 5.149 pessoas cadastradas com idade de 25 anos ou mais. Conforme tabela a seguir, 4.242 (82,4%) responderam sobre seu grau de instrução e destas pessoas, 32,3% não concluíram o ensino fundamental.

Tabela 93 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais no território do Morro do Coco

ESCOLARIDADE	SEXO	IDADE		Total	
		25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
Sem Instrução	Masculino	1	1	2	5
	Feminino	3	0	3	
Alfabetização	Masculino	5	4	9	20
	Feminino	5	6	11	
Fundamental Incompleto	Masculino	363	199	562	1344
	Feminino	552	230	782	
Fundamental Completo	Masculino	515	133	648	1627
	Feminino	835	144	979	
Ensino Médio	Masculino	296	26	322	1204
	Feminino	855	27	882	
Ensino Superior	Masculino	8	0	8	42
	Feminino	33	1	34	
Total	Masculino	1188	363	1551	4242
	Feminino	2283	408	2691	
	Total	3471	771	4242	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses por sexo e idade

Entre as 9.304 pessoas referenciadas no território, 1.367 (14,7%) informaram que trabalharam nos últimos 12 meses. Destas pessoas, 808 (59,1%) informaram sobre a função exercida nesse período e se verifica a predominância do trabalhador por conta própria, 71,6%. Apenas 18,2% declararam vínculo de empregado com carteira de trabalho assinada.

Tabela 94 - Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no território do Morro do Coco

FUNÇÃO PRINCIPAL	SEXO	IDADE				Total	
		16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
1 - Trabalhador por	Masculino	0	23	253	50	326	579

conta própria (bico, autônomo)	Feminino	1	15	228	9	253	
2 - Trabalhador temporário em área rural	Masculino	0	0	24	5	29	32
	Feminino	0	0	2	1	3	
3 - Empregado sem carteira de trabalho assinada	Masculino	0	2	7	2	11	29
	Feminino	0	1	14	3	18	
4 - Empregado com carteira de trabalho assinada	Masculino	0	3	87	5	95	139
	Feminino	0	1	41	2	44	
5 - Trabalhadores domesticam sem carteira de trabalho assinada	Masculino	0	0	0	0	0	7
	Feminino	0	0	7	0	7	
6 - Trab. domestico com cart. de trab. Assinada	Masculino	0	0	2	0	2	7
	Feminino	0	0	4	1	5	
Trabalhador não remunerado	Masculino	0	0	0	0	0	1
	Feminino	0	0	1	0	1	
8 - Militar ou servidor público	Masculino	0	1	4	1	6	12
	Feminino	0	0	6	0	6	
Empregador	Masculino	0	0	1	0	1	1
	Feminino	0	0	0	0	0	
10 - Estagiário	Masculino	0	0	0	0	0	1
	Feminino	0	0	1	0	1	
11 - Aprendiz	Masculino	0	0	0	0	0	0
	Feminino	0	0	0	0	0	
Total	Masculino	0	29	378	63	470	808
	Feminino	1	17	304	16	338	
	Total	1	46	682	79	808	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

PARQUE GUARUS

O território do Parque Guarus possui uma extensão territorial de 123 km². Compreende as localidades de: Três Vendas, Boa Vista de Sapucaia, Cidade Luz, Fundão, Parque Guarus, Parque São Matheus, Parque Vera Cruz, Sapucaia, Parque Aldeia, Parque Lebre, Parque Santa Helena, Parque Visconde de Ururai, Parque São José. De acordo com o CENSO 2010, temos os seguintes bairros oficiais:

Tabela 95 - Número de habitantes dos bairros oficiais do território do Parque Guarus

Bairros oficiais	Pop. CENSO 2010
Boa Vista	612
Pq. Aldeia	2830
Pq. Fundão	4227
Pq. Jardim Guarus	3761
Pq. Lebret	3460
Pq. Santa Helena	2950
Pq. São Mateus	2226
Pq. Cidade Luz	3125
Pq. Guarus	6410
Pq. São José	1456
Pq. Vera Cruz	4482
Sapucaia	471
Três Vendas	3108
TOTAL DE PESSOAS NO TERRITÓRIO	39.118

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico 2010

Perfil da população

De acordo com o Cadastro Único em Maio de 2021 o território apresentava 7.631 famílias, totalizando 19.599 pessoas, uma média de 2,6 pessoas por família. Desse total, 97,1% das famílias residiam na zona urbana e apenas 2,9% em zonas rurais.

A presença feminina se apresentou como maioria no território, 58,8% das pessoas cadastradas. No que tange a raça/cor, a população parda representa o maior quantitativo no território com 53,3%, seguida da população branca 26,1%. A faixa etária predominante é a de 25 a 59 anos com 38,6%.

Destacam-se as mulheres na faixa etária entre 25 a 59 anos (5.120), onde 2.547 se declaram pardas. Entre os homens prevaleceu a faixa etária de 25 a 59 anos (2.443), 1.260 se declaram pardos.

O número de crianças e adolescentes (0 a 17 anos) corresponde a 37,2% da população cadastrada no ano de 2021, enquanto o percentual de idosos (maior de 60 anos) representa 10,7%.

Tabela 96 - População por sexo, raça/cor e idade no território do Parque Guarus

RAÇA/COR	SEXO	IDADE						Total	
		0 a 6 anos	7 a 15 anos	16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
Branca	Masculino	319	444	112	262	603	299	2039	5115
	Feminino	305	451	106	352	1360	502	3076	

Preta	Masculino	204	322	79	253	567	140	1565	3943
	Feminino	197	312	91	345	1190	243	2378	
Amarela	Masculino	8	3	0	2	10	2	25	80
	Feminino	7	16	1	6	18	7	55	
Parda	Masculino	867	1098	223	635	1260	364	4447	10439
	Feminino	867	1023	235	786	2547	534	5992	
Indígena	Masculino	0	2	0	0	3	0	5	14
	Feminino	1	1	0	2	5	0	9	
Total	Masculino	1398	1869	414	1152	2443	805	8081	19591
	Feminino	1377	1803	433	1491	5120	1286	11510	
	Total	2775	3672	847	2643	7563	2091	19591	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Grupos Tradicionais e Específicos

Do universo de 7.631 famílias, 21 informaram que pertencem a grupos tradicionais, dentre estas se destacam as famílias de pescadores artesanais. Observa-se, ainda, que 173 famílias compõem grupos específicos, como famílias de preso do Sistema Carcerário (37) e famílias catadoras de material reciclável (136).

Tabela 97 - Famílias pertencentes a grupos tradicionais e específicos no território do Parque Guarus

GRUPOS TRADICIONAIS	Família Quilombola	3
	Família Cigana	0
	Família Extrativista	1
	Família de Pescadores Artesanais	7
	Família Pertencente à Comunidade de Terreiro	2
	Família Ribeirinha	0
	Família Agricultores Familiares	0
	Família Assentada da Reforma Agraria	3
	Família Beneficiária do Programa Nacional do Credito Fundiário	0
	Família Acampada	5
Total	21	
GRUPOS ESPECÍFICOS	Família Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura	0
	Família de Preso do Sistema Carcerário	37
	Família Catadores de Material Reciclável	136
Total	173	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Infraestrutura domiciliar

Em relação ao acesso a serviços básicos de infraestrutura, 2.598 (34,1%) das famílias apresentavam acesso ideal a estes. Do total de 7.627 famílias que responderam sobre a espécie do domicílio, 7.552 (99,0%) informaram que o mesmo era particular permanente, enquanto 73 (1,0%) eram particulares improvisados e 02 (0,0%) domicílios eram coletivos. Em 799 núcleos, as famílias afirmaram ter despesas com aluguel.

Responsável Familiar

Entre os que se declararam enquanto responsável familiar verifica-se a predominância da mulher, representando 82,9% do total. A faixa etária que se destaca é de 25 a 39 anos de idade, com 32,3% de percentual.

Tabela 98 - Distribuição dos responsáveis por faixa etária e sexo no território do Parque Guarus

Responsável Familiar	FAIXA ETÁRIA						Total
	16 e 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	Mais de 60 anos	
Masculino	2	66	228	243	284	478	1301
Feminino	17	691	2228	1308	1014	1049	6307
Total	19	757	2456	1551	1298	1527	7608

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Entre as 6.307 mulheres responsáveis pela família, 28,6% (1.806) declararam não ter cônjuge e possuírem filhos menores de 15 anos de idade. Observa-se, ainda, nestes arranjos, 76,4% das mulheres estão na faixa etária entre os 25 e 59 anos e 52,2% se declararam pardas.

Tabela 99 - Arranjo monoparental – mulheres com crianças menores de 15 anos no território do Parque Guarus

RAÇA/COR	IDADE				Total
	16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60	
Branca	1	78	324	4	407
Preta	4	96	341	6	447
Amarela	0	0	7	0	7
Parda	9	216	705	13	943
Indígena	0	0	2	0	2
Total	14	390	1379	23	1806

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Composição familiar

O número de membros por composição familiar no território se distribui entre 01 e 11 membros. O quantitativo de famílias numerosas, formadas por 04 ou mais pessoas, representa 23,0% dos núcleos familiares.

Tabela 100 - Composição familiar no território do Parque Guarus

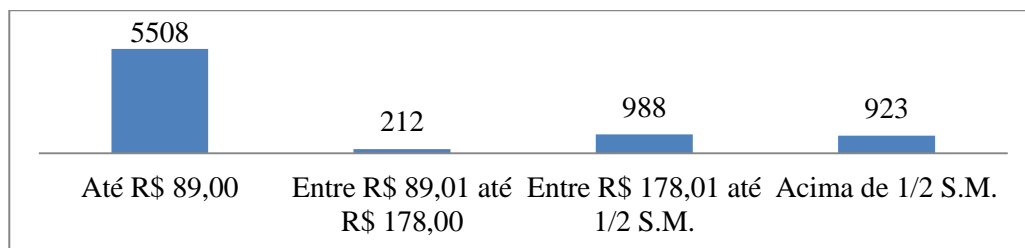
COMPOSIÇÃO FAMILIAR	
1 pessoa	1959
2 pessoas	2124
3 pessoas	1792
4 pessoas	1110
5 pessoas	424
6 pessoas	142
7 pessoas	51
8 pessoas	20
9 pessoas	5
10 pessoas	2
11 pessoas	2

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Renda per capita

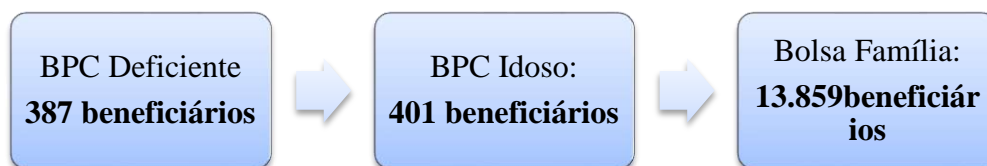
Sobre a renda per capita das famílias, 72,2% destas tinham até R\$ 89,00, consideradas famílias extremamente pobres. Apenas 12,1% possuíam renda per capita acima de ½ salário mínimo.

Gráfico 20 - Renda per capita das famílias cadastradas no território do Parque Guarus



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC)



Fonte: Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Escolaridade

Dentre as pessoas do território com mais de 16 anos, 7,44% destas declararam não saber ler e escrever, esse percentual equivale a 978 pessoas. O território possui 9.654 pessoas cadastradas com idade de 25 anos ou mais. Conforme tabela a seguir, 8.899 (92,2%) responderam sobre seu grau de instrução e destas pessoas, 26,9% não concluíram o ensino fundamental.

Tabela 101 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais no território do Parque Guarus

ESCOLARIDADE	SEXO	IDADE		Total	
		25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
Sem Instrução	Masculino	7	0	7	12
	Feminino	4	1	5	
Alfabetização	Masculino	6	6	12	30
	Feminino	6	12	18	
Fundamental Incompleto	Masculino	526	355	881	2351
	Feminino	903	567	1470	
Fundamental Completo	Masculino	983	240	1223	3317
	Feminino	1743	351	2094	
Ensino Médio	Masculino	738	70	808	3059
	Feminino	2124	127	2251	
Ensino Superior	Masculino	27	4	31	130
	Feminino	96	3	99	
Total	Masculino	2287	675	2962	8899
	Feminino	4876	1061	5937	
	Total	7163	1736	8899	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses por sexo e idade

Entre as 19.599 pessoas referenciadas no território, 2.108 (10,8%) informaram que trabalharam nos últimos 12 meses. Destas pessoas, 1.599 (75,9%) informaram sobre a função exercida nesse período e se verifica a predominância do trabalhador por conta própria, 63,9%. Apenas 26,1% declararam vínculo de empregado com carteira de trabalho assinada.

Tabela 102 - Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no território do Parque Guarus

FUNÇÃO PRINCIPAL	SEXO	IDADE				Total	Total
		16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
1 - Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)	Masculino	0	18	324	31	373	1027
	Feminino	0	48	569	37	654	
2 - Trabalhador temporário em área rural	Masculino	0	0	4	1	5	6
	Feminino	0	0	1	0	1	
3 - Empregado sem carteira de trabalho assinada	Masculino	0	4	14	0	18	40
	Feminino	0	1	20	1	22	
4 - Empregado com carteira de trabalho assinada	Masculino	0	11	173	14	198	397
	Feminino	0	6	187	6	199	
5 - Trabalhadores domesticam sem carteira de trabalho assinada	Masculino	0	0	0	0	0	70
	Feminino	0	2	66	2	70	
6 - Trab. domestico com cart. de trab. Assinada	Masculino	0	1	3	0	4	21
	Feminino	0	0	15	2	17	
Trabalhador não remunerado	Masculino	0	0	1	0	1	2
	Feminino	0	0	0	1	1	
8 - Militar ou servidor público	Masculino	0	1	5	1	7	17
	Feminino	0	0	9	1	10	
Empregador	Masculino	0	0	0	0	0	0
	Feminino	0	0	0	0	0	
10 - Estagiário	Masculino	0	1	1	0	2	8
	Feminino	1	2	3	0	6	
11 - Aprendiz	Masculino	0	8	0	0	8	11
	Feminino	0	3	0	0	3	
Total	Masculino	0	44	525	47	616	1599
	Feminino	1	62	870	50	983	
	Total	1	106	1395	97	1599	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

PENHA

O território da Penha possui uma extensão territorial de 34 km². Compreende as localidades de: Bela Vista, Estancia da Penha, Loteamento Porto Belo, Loteamento Porto Seguro, Vivendas do Coqueiro, Parque Angélica, Parque do Prado, Parque Imperial, Parque Imperial II, Parque José do Patrocínio, Parque Santa Maria, Parque Tarcísio Miranda, Parque Tropical, Varanda do Visconde, Penha, Residencial Santo Antônio, Vila Manhães, Vila Menezes, Solar da Penha, Mirandela, Jardim das Acácias, Turf Club, Cond. Cidade Verde, Vila Verde, Usina Santo Antônio, Fazendinha. De acordo com o CENSO 2010, temos os seguintes bairros oficiais:

Tabela 103 - Número de habitantes dos bairros oficiais do território da Penha

Bairros oficiais	Pop. CENSO 2010
Estancia Da Penha	4263
Fazendinha	326
Parque Angélica	1471
Pq. Do Prado	2365
Pq. Tarcísio Miranda	1990
Vila Manhães	1531
Penha	5928
Prq Bela Vista	1642
Prq Imperial	4487
Prq José do Patrocínio	1652
TOTAL DE PESSOAS NO TERRITÓRIO	25.655

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico 2010

Perfil da população

De acordo com o Cadastro Único em Maio de 2021 o território apresentava 3.855 famílias, totalizando 10.102 pessoas, uma média de 2,6 pessoas por família. Desse total, 98,9% das famílias residiam na zona urbana e apenas 1,1% em zonas rurais.

A presença feminina se apresentou como maioria no território, 58,7% das pessoas cadastradas. No que tange a raça/cor, a população parda representa o maior quantitativo no território com 46,5%, seguida da população branca 34,4%. A faixa etária predominante é a de 25 a 59 anos com 39,3%.

Destacam-se as mulheres na faixa etária entre 25 a 59 anos (2.670), onde 1.156 se declaram pardas. Entre os homens prevaleceu a faixa etária de 25 a 59 anos (1.297), 556 se declaram pardos.

O número de crianças e adolescentes (0 a 17 anos) corresponde a 35,1% da população cadastrada no ano de 2021, enquanto o percentual de idosos (maior de 60 anos) representa 12,6%.

Tabela 104 - População por sexo, raça/cor e idade no território da Penha

RAÇA/COR	SEXO	IDADE						Total	
		0 a 6 anos	7 a 15 anos	16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
Branca	Masculino	219	315	59	178	453	189	1413	3475
	Feminino	210	290	59	244	939	320	2062	
Preta	Masculino	93	130	42	112	284	111	772	1889
	Feminino	114	131	32	138	560	142	1117	
Amarela	Masculino	3	2	0	2	3	1	11	35
	Feminino	4	4	0	2	12	2	24	
Parda	Masculino	366	467	114	290	556	182	1975	4690
	Feminino	318	459	109	347	1156	326	2715	
Indígena	Masculino	0	0	0	2	1	0	3	7
	Feminino	1	0	0	0	3	0	4	
Total	Masculino	681	914	215	584	1297	483	4174	10096
	Feminino	647	884	200	731	2670	790	5922	
	Total	1328	1798	415	1315	3967	1273	10096	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Grupos Tradicionais e Específicos

Do universo de 3.855 famílias, 11 informaram que pertencem a grupos tradicionais, dentre estas se destacam as famílias de pescadores artesanais (04). Observa-se, ainda, que 49 famílias compõem grupos específicos, como famílias de preso do Sistema Carcerário (11) e famílias catadoras de material reciclável (38).

Tabela 105 – Famílias pertencentes a grupos tradicionais e específicos no território da Penha

GRUPOS TRADICIONAIS	Família Quilombola	0
	Família Cigana	2
	Família Extrativista	0
	Família de Pescadores Artesanais	2
	Família Pertencente à Comunidade de Terreiro	4
	Família Ribeirinha	0
	Família Agricultores Familiares	1
	Família Assentada da Reforma Agraria	0
	Família Beneficiaria do Programa Nacional do Credito Fundiário	0
	Família Acampada	2
	Total	11
GRUPOS ESPECÍFICOS	Família Atingida por Empreendimentos de	0

Infraestrutura	
Família de Preso do Sistema Carcerário	11
Família Catadores de Material Reciclável	38
Total	49

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Infraestrutura domiciliar

Em relação ao acesso a serviços básicos de infraestrutura, 1.824 (47,3%) das famílias apresentavam acesso ideal a estes. Do total de 3.854 famílias que responderam sobre a espécie do domicílio, 3.834 (99,5%) informaram que o mesmo era particular permanente, enquanto 16 (0,4%) eram particulares improvisados e 04 (0,1%) domicílios eram coletivos. Em 503 núcleos, as famílias afirmaram ter despesas com aluguel.

Responsável Familiar

Entre os que se declararam enquanto responsável familiar verifica-se a predominância da mulher, representando 83,7% do total. A faixa etária que se destaca é de 25 a 39 anos de idade, com 29,3% de percentual.

Tabela 106 - Distribuição dos responsáveis por faixa etária e sexo no território da Penha

Responsável Familiar	FAIXA ETÁRIA						Total
	16 e 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	Mais de 60 anos	
Masculino	0	25	92	98	165	248	628
Feminino	8	256	1034	695	576	644	3213
Total	8	281	1126	793	741	892	3841

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Entre as 3.213 mulheres responsáveis pela família, 24,0% (770) declararam não ter cônjuge e possuírem filhos menores de 15 anos de idade. Observa-se, ainda, nestes arranjos, 79,6% das mulheres estão na faixa etária entre os 25 e 59 anos e 44,4% se declararam pardas.

Tabela 107 - Arranjo monoparental – mulheres com crianças menores de 15 anos no território da Penha

RAÇA/COR	IDADE				Total
	16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60	

Branca	0	44	190	6	240
Preta	0	29	146	6	181
Amarela	0	2	5	0	7
Parda	3	62	272	5	342
Indígena	0	0	0	0	0
Total	3	137	613	17	770

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Composição familiar

O número de membros por composição familiar no território se distribui entre 01 e 13 membros. O quantitativo de famílias numerosas, formadas por 04 ou mais pessoas, representa 24,1% dos núcleos familiares.

Tabela 108 -Composição familiar no território da Penha

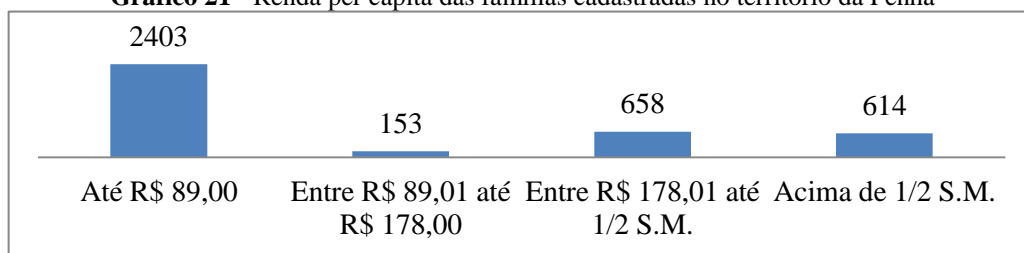
COMPOSIÇÃO FAMILIAR	
1 pessoa	937
2 pessoas	1082
3 pessoas	909
4 pessoas	569
5 pessoas	230
6 pessoas	79
7 pessoas	32
8 pessoas	9
9 pessoas	6
10 pessoas	0
11 pessoas	1
12 pessoas	0
13 pessoas	1

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Renda per capita

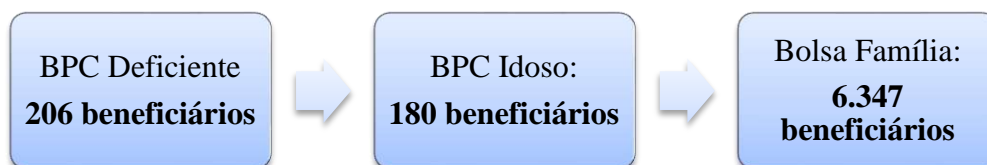
Sobre a renda per capita das famílias, 63,0% destas tinham até R\$ 89,00, consideradas famílias extremamente pobres. Apenas 15,9% possuíam renda per capita acima de ½ salário mínimo.

Gráfico 21 - Renda per capita das famílias cadastradas no território da Penha



Fonte: Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC)



Fonte: Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Escolaridade

Dentre as pessoas do território com mais de 16 anos, 6,1% destas declararam não saber ler e escrever, esse percentual equivale a 422 pessoas. O território possui 5.240 pessoas cadastradas com idade de 25 anos ou mais. Conforme tabela a seguir, 4.985 (95,1%) responderam sobre seu grau de instrução e destas pessoas, 27,2% não concluíram o ensino fundamental.

Tabela 109 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais no território da Penha

ESCOLARIDADE	SEXO	IDADE		Total
		25 a 59 anos	Maior que 60 anos	
Sem Instrução	Masculino	1	0	1
	Feminino	0	0	
Alfabetização	Masculino	1	5	18
	Feminino	5	7	
Fundamental Incompleto	Masculino	317	227	1337
	Feminino	413	380	
Fundamental Completo	Masculino	478	135	1689
	Feminino	864	212	
Ensino Médio	Masculino	421	66	1823
	Feminino	1207	129	
Ensino Superior	Masculino	17	6	117

	Feminino	88	6	94	
Total	Masculino	1235	439	1674	4985
	Feminino	2577	734	3311	
	Total	3812	1173	4985	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses por sexo e idade

Entre as 10.102 pessoas referenciadas no território, 2.229 (22,1%) informaram que trabalharam nos últimos 12 meses. Destas pessoas, 2.111 (94,7%) informaram sobre a função exercida nesse período e se verifica a predominância do trabalhador por conta própria, 82,5%. Apenas 13,6% declararam vínculo de empregado com carteira de trabalho assinada.

Tabela 110 - Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no território da Penha

FUNÇÃO PRINCIPAL	SEXO	IDADE				Total	Total
		16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
1 - Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)	Masculino	0	70	544	81	695	1744
	Feminino	1	89	880	79	1049	
2 - Trabalhador temporário em área rural	Masculino	0	0	0	0	0	1
	Feminino	0	0	1	0	1	
3 - Empregado sem carteira de trabalho assinada	Masculino	0	0	14	0	14	42
	Feminino	0	1	25	2	28	
4 - Empregado com carteira de trabalho assinada	Masculino	0	7	98	10	115	273
	Feminino	0	9	146	3	158	
5 - Trabalhadores domesticam sem carteira de trabalho assinada	Masculino	0	0	1	0	1	9
	Feminino	0	0	8	0	8	
6 - Trab. domestico com cart. de trab. Assinada	Masculino	0	0	4	0	4	13
	Feminino	0	0	9	0	9	
Trabalhador não remunerado	Masculino	0	0	0	0	0	0
	Feminino	0	0	0	0	0	
8 - Militar ou servidor público	Masculino	0	0	5	0	5	20
	Feminino	0	0	14	1	15	
Empregador	Masculino	0	0	1	0	1	1
	Feminino	0	0	0	0	0	
10 - Estagiário	Masculino	0	0	1	0	1	4
	Feminino	0	1	2	0	3	

11 - Aprendiz	Masculino	0	2	0	0	2	4
	Feminino	0	2	0	0	2	
Total	Masculino	0	79	668	91	838	2111
	Feminino	1	102	1085	85	1273	
	Total	1	181	1753	176	2111	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

TRAVESSÃO

O território de Travessão possui uma extensão territorial de 275 km². Compreende as localidades de: Arraial, Balança Rangel, Bariri, Brejo Grande, Campelo, Caxias de Balança Rangel, Guandu, Matutu, Mundeos, Nova Canaã, Ribeiro do amaro, Santana, Travessão, Vila de Palha, Caxeta, Escova Urubu, São Diogo, Canaã, Km 9. De acordo com o CENSO 2010, temos os seguintes bairros oficiais:

Tabela 111 - Número de habitantes dos bairros oficiais do território de Travessão

Bairros oficiais	Pop. CENSO 2010
Balança Rangel	744
Brejo Grande	438
Campelo	228
Canaã	294
Caxeta	604
Escova Urubu	243
Guandu	2975
Km 9	875
Matutu	1072
Mundeos	268
Nova Canaã	1212
Ribeiro do Amaro	708
Santa Ana	248
São Diogo	308
Travessão	14690
TOTAL DE PESSOAS NO TERRITÓRIO	24.907

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico 2010

Perfil da população

De acordo com o Cadastro Único em Maio de 2021 o território apresentava 4.701 famílias, totalizando 13.049 pessoas, uma média de 2,8 pessoas por família. Desse total, 78,7% das famílias residiam na zona urbana e apenas 21,3% em zonas rurais.

A presença feminina se apresentou como maioria no território, 58,0% das pessoas

cadastradas. No que tange a raça/cor, a população parda representa o maior quantitativo no território com 49,6%, seguida da população branca 28,8%. A faixa etária predominante é a de 25 a 59 anos com 37,7%.

Destacam-se as mulheres na faixa etária entre 25 a 59 anos (3.340), onde 1.506 se declaram pardas. Entre os homens prevaleceu a faixa etária de 25 a 59 anos (1.583), 735 se declaram pardos.

O número de crianças e adolescentes (0 a 17 anos) é expressivo, correspondente a 40,3% da população cadastrada no ano de 2021, enquanto o percentual de idosos (maior de 60 anos) representa 9,3%.

Tabela 112 - População por sexo, raça/cor e idade no território de Travessão

RAÇA/COR	SEXO	IDADE						Total	
		0 a 6 anos	7 a 15 anos	16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
Branca	Masculino	277	382	70	184	458	233	1604	3758
	Feminino	326	359	83	232	906	248	2154	
Preta	Masculino	155	218	67	175	386	92	1093	2786
	Feminino	153	234	51	210	917	128	1693	
Amarela	Masculino	2	1	0	0	3	3	9	29
	Feminino	2	2	3	1	11	1	20	
Parda	Masculino	516	772	174	355	735	218	2770	6471
	Feminino	498	750	156	506	1506	285	3701	
Indígena	Masculino	0	0	0	0	1	0	1	1
	Feminino	0	0	0	0	0	0	0	
Total	Masculino	950	1373	311	714	1583	546	5477	13045
	Feminino	979	1345	293	949	3340	662	7568	
	Total	1929	2718	604	1663	4923	1208	13045	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Grupos Tradicionais e Específicos

Do universo de 4.701 famílias, 86 informaram que pertencem a grupos tradicionais, dentre estas se destacam as famílias assentadas da Reforma Agrária (59), famílias agricultores familiares (11) e famílias de pescadores artesanais (08). Observa-se, ainda, que 42 famílias compõem grupos específicos, como famílias de preso do Sistema Carcerário (14) e famílias catadoras de material reciclável (28).

Tabela 113 – Famílias pertencentes a grupos tradicionais e específicos no território de Travessão.

GRUPOS TRADICIONAIS	Família Quilombola	1
	Família Cigana	3
	Família Extrativista	0
	Família de Pescadores Artesanais	8
	Família Pertencente à Comunidade de Terreiro	0
	Família Ribeirinha	2
	Família Agricultores Familiares	11
	Família Assentada da Reforma Agraria	59
	Família Beneficiária do Programa Nacional do Crédito Fundiário	1
	Família Acampada	1
Total	86	
GRUPOS ESPECÍFICOS	Família Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura	0
	Família de Preso do Sistema Carcerário	14
	Família Catadores de Material Reciclável	28
	Total	42

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Infraestrutura domiciliar

Em relação ao acesso a serviços básicos de infraestrutura, 120 (2,6%) das famílias apresentavam acesso ideal a estes. Do total de 4.700 famílias que responderam sobre a espécie do domicílio, 4.678 (99,5%) informaram que o mesmo era particular permanente, enquanto 12 (0,3%) eram particulares improvisados e 10 (0,2%) domicílios eram coletivos. Em 492 núcleos, as famílias afirmaram ter despesas com aluguel.

Responsável Familiar

Entre os que se declararam enquanto responsável familiar verifica-se a predominância da mulher, representando 86,1% do total. A faixa etária que se destaca é de 25 a 39 anos de idade, com 35,2% de percentual.

Tabela 114 - Distribuição dos responsáveis por faixa etária e sexo no território de Travessão

Responsável Familiar	FAIXA ETÁRIA						Total
	16 e 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	Mais de 60 anos	
Masculino	0	25	111	109	146	261	652
Feminino	16	448	1541	892	591	550	4038

Total	16	473	1652	1001	737	811	4690
--------------	-----------	------------	-------------	-------------	------------	------------	-------------

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Entre as 4.038 mulheres responsáveis pela família, 29,5% (1.193) declararam não ter cônjuge e possuírem filhos menores de 15 anos de idade. Observa-se, ainda, nestes arranjos, 75,4% das mulheres estão na faixa etária entre os 25 e 59 anos e 48,4% se declararam pardas.

Tabela 115 - Arranjo monoparental – mulheres com crianças menores de 15 anos no território de Travessão

RAÇA/COR	IDADE				Total
	16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60	
Branca	4	64	228	1	297
Preta	2	66	246	1	315
Amarela	0	0	3	0	3
Parda	5	146	422	5	578
Indígena	0	0	0	0	0
Total	11	276	899	7	1193

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Composição familiar

O número de membros por composição familiar no território se distribui entre 01 e 11 membros. O quantitativo de famílias numerosas, formadas por 04 ou mais pessoas, representa 27,3% dos núcleos familiares.

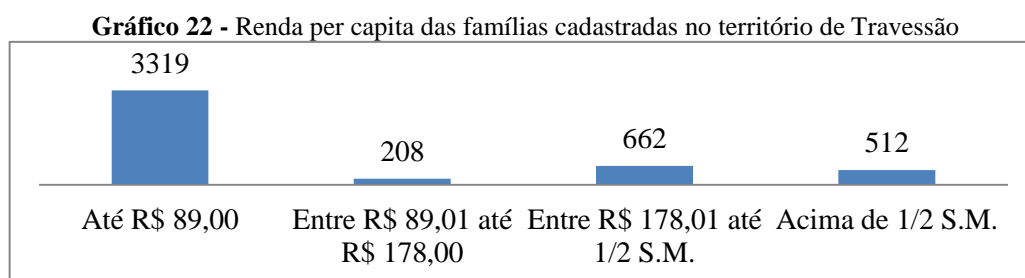
Tabela 116 - Composição familiar no território de Travessão

COMPOSIÇÃO FAMILIAR	
1 pessoa	948
2 pessoas	1302
3 pessoas	1169
4 pessoas	731
5 pessoas	346
6 pessoas	131
7 pessoas	51
8 pessoas	17
9 pessoas	4
10 pessoas	1
11 pessoas	1

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

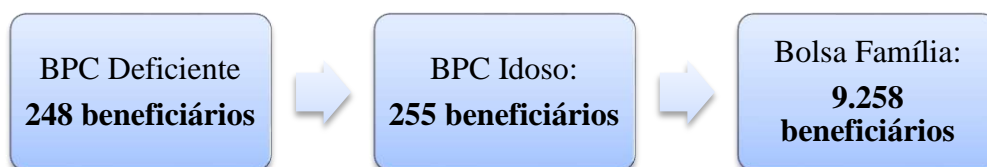
Renda per capita

Sobre a renda per capita das famílias, 70,6% destas tinham até R\$ 89,00, consideradas famílias extremamente pobres. Apenas 10,9% possuíam renda per capita acima de ½ salário mínimo.



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC)



Fonte: Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Escolaridade

Dentre as pessoas do território com mais de 16 anos, 11,5% destas declararam não saber ler e escrever, esse percentual equivale a 966 pessoas. O território possui 6.131 pessoas cadastradas com idade de 25 anos ou mais. Conforme tabela a seguir, 5.322 (86,8%) responderam sobre seu grau de instrução e destas pessoas, 38,3% não concluíram o ensino fundamental.

Tabela 117 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais no território de Travessão

ESCOLARIDADE	SEXO	IDADE		Total
		25 a 59 anos	Maior que 60 anos	
Sem Instrução	Masculino	1	1	2
				3

Alfabetização	Feminino	1	0	1	19
	Masculino	6	2	8	
Fundamental Incompleto	Feminino	7	4	11	2014
	Masculino	536	276	812	
Fundamental Completo	Feminino	855	347	1202	1830
	Masculino	513	76	589	
Ensino Médio	Feminino	1143	98	1241	1421
	Masculino	312	20	332	
Ensino Superior	Feminino	1051	38	1089	35
	Masculino	7	1	8	
Total	Feminino	27	0	27	5322
	Masculino	1375	376	1751	
	Feminino	3084	487	3571	
	Total	4459	863	5322	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses por sexo e idade

Entre as 13.049 pessoas referenciadas no território, 1.572 (12,1%) informaram que trabalharam nos últimos 12 meses. Destas pessoas, 1.349 (85,8%) informaram sobre a função exercida nesse período e se verifica a predominância do trabalhador por conta própria, 75,7%. Apenas 17,8% declararam vínculo de empregado com carteira de trabalho assinada.

Tabela 118 - Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no território de Travessão

FUNÇÃO PRINCIPAL	SEXO	IDADE				Total	Total
		16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
1 - Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)	Masculino	1	44	368	34	447	1021
	Feminino	1	55	500	18	574	
2 - Trabalhador temporário em área rural	Masculino	0	1	24	0	25	30
	Feminino	0	0	4	1	5	
3 - Empregado sem carteira de trabalho assinada	Masculino	0	0	8	1	9	21
	Feminino	0	0	11	1	12	
4 - Empregado com carteira de trabalho assinada	Masculino	0	14	116	8	138	215
	Feminino	0	11	66	0	77	
5 - Trabalhadores domesticam sem carteira de trabalho assinada	Masculino	0	0	0	0	0	24
	Feminino	0	0	24	0	24	
6 - Trab. domestico com cart. de trab. Assinada	Masculino	0	0	3	0	3	25
	Feminino	0	0	21	1	22	

Trabalhador não remunerado	Masculino	0	0	0	0	0	0
	Feminino	0	0	0	0	0	
8 - Militar ou servidor público	Masculino	0	0	2	1	3	9
	Feminino	0	0	6	0	6	
Empregador	Masculino	0	0	0	0	0	0
	Feminino	0	0	0	0	0	
10 - Estagiário	Masculino	0	0	1	0	1	1
	Feminino	0	0	0	0	0	
11 - Aprendiz	Masculino	0	1	0	0	1	3
	Feminino	0	2	0	0	2	
Total	Masculino	1	60	522	44	627	1349
	Feminino	1	68	632	21	722	
	Total	2	128	1154	65	1349	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

URURAI

O território de Ururá possui uma extensão territorial de 876 km². Compreende as localidades de: Acampamento Sem Terra Estrada do Leite, Assentamento Aleluia, Assentamento Antonio Farias, Assentamento Batatal, Assentamento Cambuca, Assentamento Terra Conquistada, Cerejeira, Conceição do Imbé, Dores de macabu, Guriri, Ibitioca, Lagoa de Cima, Macaco, Mato Escuro, Morro Grande, Pedra Negra, Pernambuco, Ponta da Lama, Planície, Quilombo, Sentinela do Imbé, Serrinha, Tapera, Timbozão, Ururá, Viana. De acordo com o CENSO 2010, temos os seguintes bairros oficiais:

Tabela 119 - Número de habitantes dos bairros oficiais do território de Ururá

Bairros oficiais	Pop. CENSO 2010
Conceição Imbé	792
Imbé	792
Dores de Macabú	2672
Macaco	141
Lagoa de Cima	722
Pernambuca	1004
Ponta da Lama	3681
Guriri	444
Ibitioca	966
Tapera	4676
Pedra Negra	185
Quilombo	1140

Serrinha	1148
Ururaí	6222
TOTAL DE PESSOAS NO TERRITÓRIO	24.585

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico 2010

Perfil da população

De acordo com o Cadastro Único em Maio de 2021 o território apresentava 5.681 famílias, totalizando 15.642 pessoas, uma média de 2,8 pessoas por família. Desse total, 71,4% das famílias residiam na zona urbana e 28,6% em zonas rurais.

A presença feminina se apresentou como maioria no território, 58,3% das pessoas cadastradas. No que tange a raça/cor, a população parda representa o maior quantitativo no território com 59,8%, seguida da população branca 20,7%. A faixa etária predominante é a de 25 a 59 anos com 36,1%.

Destacam-se as mulheres na faixa etária entre 25 a 59 anos (3.959), onde 2.145 se declaram pardas. Entre os homens prevaleceu a faixa etária de 25 a 59 anos (1.688), 952 se declaram pardos.

O número de crianças e adolescentes (0 a 17 anos) é expressivo, correspondente a 41,2% da população cadastrada no ano de 2021, enquanto o percentual de idosos (maior de 60 anos) representa apenas 9,0%.

Tabela 120 - População por sexo, raça/cor e idade no território da Ururaí

RAÇA/COR	SEXO	IDADE						Total	
		0 a 6 anos	7 a 15 anos	16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
Branca	Masculino	175	345	87	225	316	150	1298	3236
	Feminino	186	336	73	252	883	208	1938	
Preta	Masculino	157	262	77	173	413	115	1197	2986
	Feminino	154	262	63	243	919	148	1789	
Amarela	Masculino	8	3	4	1	6	1	23	65
	Feminino	9	12	3	4	11	3	42	
Parda	Masculino	956	990	251	527	952	324	4000	9350
	Feminino	802	1011	218	728	2145	446	5350	
Indígena	Masculino	0	0	0	0	1	0	1	3
	Feminino	0	0	0	0	1	1	2	
Total	Masculino	1296	1600	419	926	1688	590	6519	15640
	Feminino	1151	1621	357	1227	3959	806	9121	
	Total	2447	3221	776	2153	5647	1396	15640	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Grupos Tradicionais e Específicos

Do universo de 5.681 famílias, 143 informaram que pertencem a grupos tradicionais, dentre estas se destacam as famílias assentadas da Reforma Agrária (55) e famílias quilombolas (53). Observa-se, ainda, que 23 famílias compõem grupos específicos, como famílias de preso do Sistema Carcerário (12) e famílias catadoras de material reciclável (10).

Tabela 121 – Famílias pertencentes a grupos tradicionais e específicos no território de Ururáí

GRUPOS TRADICIONAIS	Família Quilombola	53
	Família Cigana	5
	Família Extrativista	0
	Família de Pescadores Artesanais	16
	Família Pertencente à Comunidade de Terreiro	0
	Família Ribeirinha	2
	Família Agricultores Familiares	9
	Família Assentada da Reforma Agraria	55
	Família Beneficiária do Programa Nacional do Crédito Fundiário	0
	Família Acampada	3
	Total	143
GRUPOS ESPECÍFICOS	Família Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura	1
	Família de Preso do Sistema Carcerário	12
	Família Catadores de Material Reciclável	10
	Total	23

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Infraestrutura domiciliar

Em relação ao acesso a serviços básicos de infraestrutura, 2.174 (38,3%) das famílias apresentavam acesso ideal a estes. Do total de 5.680 famílias que responderam sobre a espécie do domicílio, 5.654 (99,5%) informaram que o mesmo era particular permanente, enquanto 17 (0,3%) eram particulares improvisados e 09 (0,2%) domicílios eram coletivos. Em 241 núcleos, as famílias afirmaram ter despesas com aluguel.

Responsável Familiar

Entre os que se declararam enquanto responsável familiar verifica-se a predominância da mulher, representando 86,3% do total. A faixa etária que se destaca é de 25 a 39 anos de

idade, com 36,7% de percentual.

Tabela 122 - Distribuição dos responsáveis por faixa etária e sexo no território de Ururá

Responsável	FAIXA ETÁRIA						Total
	16 e 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	Mais de 60 anos	
Familiar							
Masculino	3	37	150	124	169	296	779
Feminino	18	567	1930	1028	632	712	4887
Total	21	604	2080	1152	801	1008	5666

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Entre as 4.887 mulheres responsáveis pela família, 31,0% (1.516) declararam não ter cônjuge e possuírem filhos menores de 15 anos de idade. Observa-se, ainda, nestes arranjos, 76,0% das mulheres estão na faixa etária entre os 25 e 59 anos e 57,0% se declararam pardas.

Tabela 123 - Arranjo monoparental – mulheres com crianças menores de 15 anos no território de Ururá

RAÇA/COR	IDADE				Total
	16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60	
Branca	2	42	239	7	290
Preta	4	78	266	4	352
Amarela	0	4	5	0	9
Parda	7	211	641	5	864
Indígena	0	0	1	0	1
Total	13	335	1152	16	1516

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Composição familiar

O número de membros por composição familiar no território se distribui entre 01 e 11 membros. O quantitativo de famílias numerosas, formadas por 04 ou mais pessoas, representa 26,4% dos núcleos familiares.

Tabela 124 - Composição familiar no território de Ururá

COMPOSIÇÃO FAMILIAR	
1 pessoa	1200
2 pessoas	1497
3 pessoas	1481
4 pessoas	883
5 pessoas	370

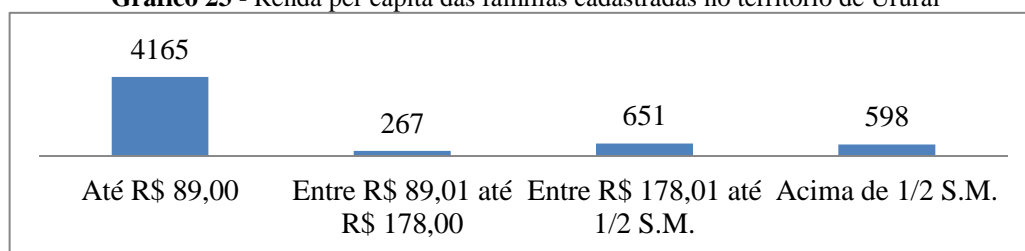
6 pessoas	160
7 pessoas	63
8 pessoas	18
9 pessoas	5
10 pessoas	2
11 pessoas	1

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Renda per capita

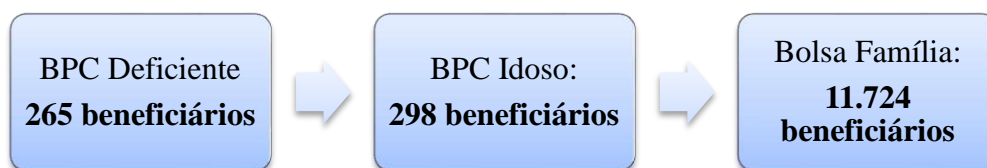
Sobre a renda per capita das famílias, 73,3% destas tinham até R\$ 89,00, consideradas famílias extremamente pobres. Apenas 10,5% possuíam renda per capita acima de ½ salário mínimo.

Gráfico 23 - Renda per capita das famílias cadastradas no território de Uruaí



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC)



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Escolaridade

Dentre as pessoas do território com mais de 16 anos, 12,6% destas declararam não saber ler e escrever, esse percentual equivale a 1.257 pessoas. O território possui 7.043 pessoas cadastradas com idade de 25 anos ou mais. Conforme tabela a seguir, 6.164 (87,5%)

responderam sobre seu grau de instrução e destas pessoas, 33,4% não concluíram o ensino fundamental.

Tabela 125 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais no território de Ururá

ESCOLARIDADE	SEXO	IDADE		Total	Total
		25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
Sem Instrução	Masculino	1	2	3	7
	Feminino	0	4	4	
Alfabetização	Masculino	10	3	13	32
	Feminino	13	6	19	
Fundamental Incompleto	Masculino	427	247	674	2017
	Feminino	988	355	1343	
Fundamental Completo	Masculino	668	138	806	2363
	Feminino	1392	165	1557	
Ensino Médio	Masculino	371	29	400	1711
	Feminino	1274	37	1311	
Ensino Superior	Masculino	12	0	12	34
	Feminino	21	1	22	
Total	Masculino	1489	419	1908	6164
	Feminino	3688	568	4256	
	Total	5177	987	6164	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses por sexo e idade

Entre as 15.642 pessoas referenciadas no território, 2.104 (13,5%) informaram que trabalharam nos últimos 12 meses. Destas pessoas, 1.924 (91,4%) informaram sobre a função exercida nesse período e se verifica a predominância do trabalhador por conta própria, 83,1%. Apenas 13% declararam vínculo de empregado com carteira de trabalho assinada.

Tabela 126 - Pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no território de Ururá

FUNÇÃO PRINCIPAL	SEXO	IDADE				Total	Total
		16 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	Maior que 60 anos		
1 - Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)	Masculino	1	69	458	59	587	1603
	Feminino	0	91	882	43	1016	
2 - Trabalhador temporário em área rural	Masculino	0	0	9	2	11	13
	Feminino	0	0	2	0	2	
3 - Empregado sem carteira de trabalho assinada	Masculino	0	1	10	2	13	37
	Feminino	0	1	23	0	24	
4 - Empregado com	Masculino	0	7	101	8	116	242

carteira de trabalho assinada	Feminino	0	6	116	4	126	
5 - Trabalhadores domesticam sem carteira de trabalho assinada	Masculino	0	0	1	0	1	8
	Feminino	0	1	6	0	7	
6 - Trab. domestico com cart. de trab. Assinada	Masculino	0	0	2	0	2	9
	Feminino	0	0	7	0	7	
Trabalhador não remunerado	Masculino	0	1	0	0	1	1
	Feminino	0	0	0	0	0	
8 - Militar ou servidor público	Masculino	0	0	0	0	0	2
	Feminino	0	0	2	0	2	
Empregador	Masculino	0	0	1	0	1	1
	Feminino	0	0	0	0	0	
10 - Estagiário	Masculino	0	0	0	0	0	2
	Feminino	0	1	1	0	2	
11 - Aprendiz	Masculino	0	3	0	0	3	6
	Feminino	0	3	0	0	3	
Total	Masculino	1	81	582	71	735	1924
	Feminino	0	103	1039	47	1189	
	Total	1	184	1621	118	1924	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio 2021

POTENCIALIDADES DOS TERRITÓRIOS

O reconhecimento das potencialidades dos territórios também faz parte da ação de conhece-lo e deve ser central para o planejamento das ações socioassistenciais, pois possibilita a identificação, por exemplo, do protagonismo político da população usuária dos serviços. Conhece-las é fundamental, pois podem contribuir como elementos indispensáveis na produção de estratégias de enfrentamento a contextos de vulnerabilidade e risco social.

Seguindo a perspectiva do território adotada pelo SUAS, que interpreta a cidade com significado vivo a partir dos autores que dela se utilizam (SANTOS; SILVEIRA, 2010), compreende-se que

(...) a forma como as relações sociais se materializam num dado espaço, conformando em um local específico as estruturas de oportunidade e ambientes de exposição a riscos, fazendo emergir na análise as potencialidades e vulnerabilidades próprias da dimensão territorial. Isto significa dizer que as potencialidades ou vulnerabilidades de uma mesma família ou indivíduo podem apresentar variações

significativas, conforme o território em que está inserida. Como consequência desta perspectiva, o território em si, também deve ser encarado como objeto de intervenção/atuação da política de Assistência Social, para além das ações desenvolvidas com as famílias e indivíduos (SANTOS apud BRASIL, 2010, p. 74).

O quadro a seguir apresenta as potencialidades dos territórios identificadas pelos equipamentos da Assistência Social no município. Para produção dessa análise utilizou-se um instrumento de coleta de dados, no qual já constava uma lista de possíveis potencialidades existentes nos territórios como exemplos. Os equipamentos poderiam sinalizar alguma opção dessa lista ou incluir outras.

Quadro 4 - Potencialidades identificadas pelos CRAS por territórios

TERRITÓRIOS	POTENCIALIDADES
CHATUBA	Rede socioassistencial local em funcionamento
	Rede intersetorial local em funcionamento
CODIN	Presença de forte Associação de Moradores
	Presença de Cooperativas de trabalhadores
	Presença de Organizações da Sociedade Civil
CUSTODÓPOLIS	Alta participação dos usuários nas ações promovidas pelo equipamento
	Rede socioassistencial local em funcionamento
	Rede intersetorial local em funcionamento
	Presença de Cooperativas de trabalhadores
ESPLANADA	Alta participação dos usuários nas ações promovidas pelo equipamento
	Rede socioassistencial local em funcionamento
	Rede intersetorial local em funcionamento
	Facilidade de parceria com rede privada
GOITACAZES	Presença de forte Associação de Moradores
	Presença de Movimentos Sociais ativos
	Alta participação dos usuários nas ações promovidas pelo equipamento
JARDIM CARIOCA	Rede socioassistencial local em funcionamento
	Rede intersetorial local em funcionamento
JOCKEY	Alta participação dos usuários nas ações promovidas pelo equipamento
	Rede socioassistencial local em funcionamento

	Rede intersetorial local em funcionamento
MATADOURO	Alta participação dos usuários nas ações promovidas pelo equipamento
	Rede socioassistencial local em funcionamento
	Instituição religiosa
MORRO DO COCO	Rede socioassistencial local em funcionamento
	Rede intersetorial local em funcionamento
PENHA	Rede socioassistencial local em funcionamento
	Rede intersetorial local em funcionamento
PQ GUARUS	Presença de forte Associação de Moradores
TRAVESSÃO	Alta participação dos usuários nas ações promovidas pelo equipamento
	Rede socioassistencial local em funcionamento
	Rede intersetorial local em funcionamento
	Facilidade de parceria com rede privada
	Instituição religiosa
URURAI	Rede socioassistencial local em funcionamento
	Rede intersetorial local em funcionamento

Fonte: Vigilância Socioassistencial, Instrumento de Coleta de Dados, 2021.

Quadro 5 - Quantitativo por potencialidades

POTENCIALIDADES	QUANTITATIVO	%
Rede socioassistencial local em funcionamento	10	28%
Rede intersetorial local em funcionamento	9	25%
Alta participação dos usuários nas ações promovidas pelo equipamento	6	17%
Presença de forte Associação de Moradores	3	8%
Facilidade de parceria com rede privada	2	6%
Instituição religiosa	2	6%
Presença de Cooperativas de trabalhadores	2	6%

Presença de Movimentos Sociais ativos	1	3%
Presença de Organizações da Sociedade Civil	1	3%

Fonte: Vigilância Socioassistencial, Instrumento de Coleta de Dados, 2021.

Destacam-se as potencialidades relacionadas a rede socioassistencial (25%) e intersetorial (25%) em funcionamento. Em seguida temos a alta participação dos usuários nas ações promovidas pelo equipamento (17%).

É possível observar que as potencialidades que se relacionam com grupos coletivos, como movimentos sociais, cooperativas e associação de moradas apresentam percentuais reduzidos e foram identificados somente em apenas alguns territórios, o que nos permite uma dupla dimensão para análise: de um lado pode-se concluir que houve uma redução destes no cenário contemporâneo ou que os mesmos não estão sendo identificados e devidamente trabalhados pelas equipes técnicas dos equipamentos da assistência social. .

ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

A Constituição Federal de 1988 reconhece as políticas sociais como políticas públicas, demarcando uma mudança de paradigma em relação ao padrão histórico, sendo fundamental destacar a ampliação dos direitos sociais e o reconhecimento da assistência social como política pública de seguridade social, dever do Estado e direito do cidadão que dela necessitar.

O art. 194 da Constituição Federal caracteriza a seguridade social como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinada a assegurar saúde, previdência e a assistência social. A assistência social encontra-se delineada nos arts. 203 e 204 da Constituição Federal como àquela proteção devida a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. Em 1993, com a edição da Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, organizou-se a assistência social por meio de um sistema descentralizado e participativo o qual é integrado pelos entes federativos, conselhos de assistência social e as entidades e organizações de assistência social.

Importante destacar que, em 2011, com a edição da Lei nº 12.435, o sistema descentralizado e participativo que organiza a assistência social - o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - passa a integrar a LOAS. A LOAS prevê a repartição de competência entre os entes conforme os arts. 12º, 13º, 14º, e 15º para a consecução dos objetivos da assistência social e, ainda, nos arts. 5º, 6º, 8º, 10º, 11º, 16º e 30º estabelece normas essenciais à implementação do SUAS e a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Especificamente o art. 11º da LOAS estabelece que as ações socioassistenciais nas três esferas de governo realizam-se de forma articulada, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução de programas em suas respectivas esferas, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. A gestão das ações na área de assistência social é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social –SUAS, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, cujas normas gerais e coordenação são de competência da União. Parágrafo único. O SUAS é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangida pela Lei Federal nº 8.742, de 1993.

A NOB/SUAS aponta que o Sistema Único de Assistência é a forma de organização da política de assistência social, e se fundamenta no compartilhamento da gestão entre os entes federativos – União, Estados e Municípios –, organizada nos níveis *inicial*, *básico* ou *pleno*.

Campos dos Goytacazes possui gestão *plena*, o que representa ampliação dos requisitos da gestão inicial e básica, e deve implicar

presença de um sistema municipal de monitoramento e avaliação, a capacidade de atuar na proteção social especial de alta complexidade, contar com gestor do fundo lotado no órgão responsável pela assistência social e ter uma política de recursos humanos com carreira para servidores públicos (BRASIL, 2008, p.29).

A Coleção *CapacitaSUAS* destaca também que os municípios têm papel central na implementação do SUAS. A esse respeito, a área de **Gestão do SUAS** é a responsável pelo aprimoramento da gestão da Política de Assistência Social, planejando, articulando, monitorando e avaliando as ações propostas; assessorando tecnicamente as ações dos municípios.

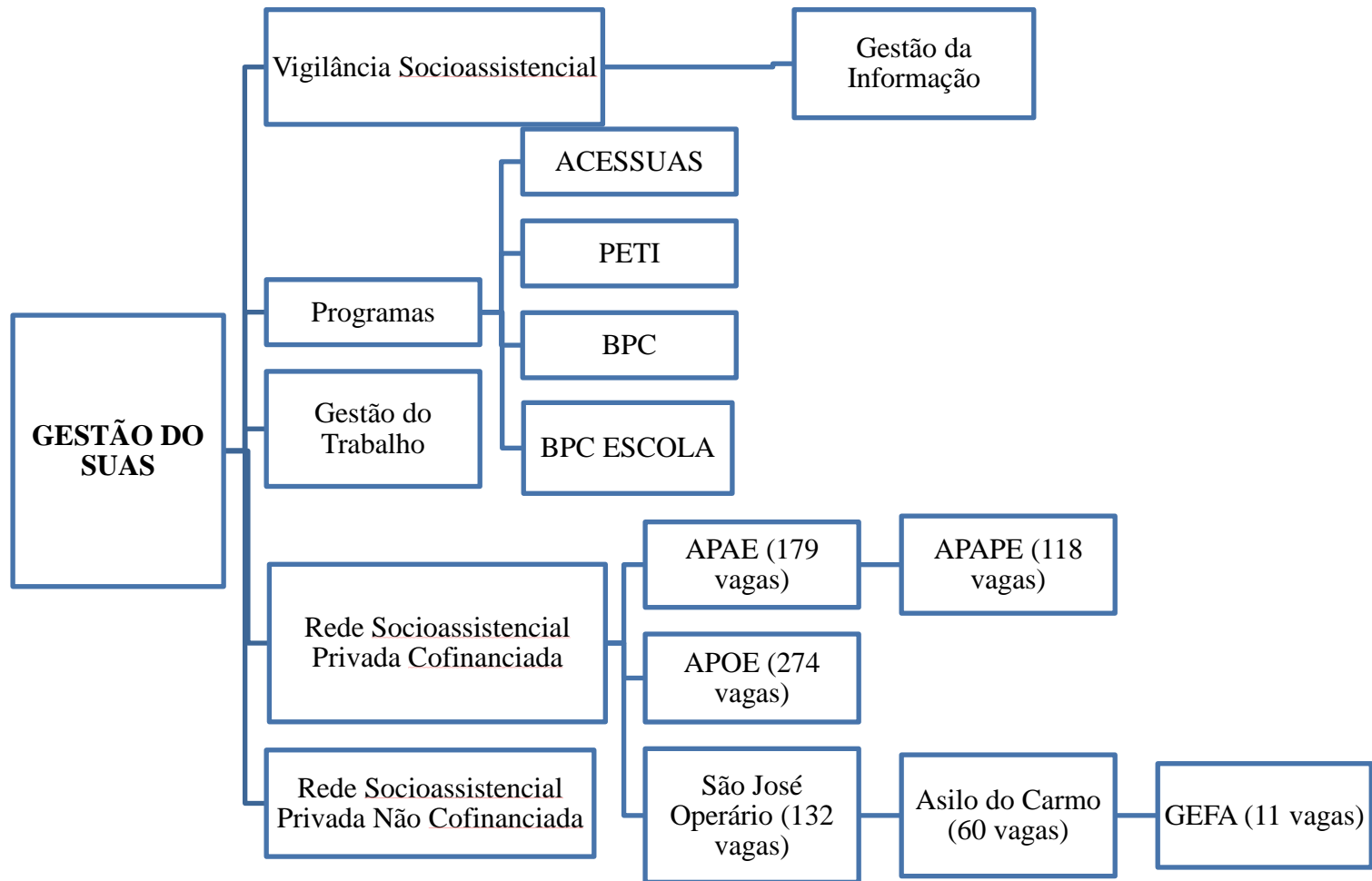
O setor de Gestão do SUAS desenvolve suas atividades a partir de alguns eixos, quais sejam, *Vigilância Socioassistencial*, *Gestão do Trabalho e Regulação do SUAS*, *Rede Socioassistencial Privada e Programas*. Cada um dos eixos está explicitado abaixo.

Eixos de trabalho:

- Vigilância Socioassistencial: Apoio técnico ao município, visando subsidiar com informações, ampliar conhecimento e auxiliar no planejamento e execução das ações no âmbito da Gestão do SUAS. (NOB art. 88).
- Gestão do Trabalho e Regulação do SUAS: Planejamento, organização e execução das ações relativas à valorização do trabalho e estruturação do processo de trabalho institucional (NOB art. 109). Regula e padroniza os serviços da Assistência Social.
- Rede Socioassistencial Privada do SUAS: Assessoria tecnicamente as ações executadas pela Rede Privada, monitorando e avaliando a execução dos termos de parcerias realizados entre as OSCs e o município.
- Programas: Supervisão técnica dos Programas desenvolvidos no âmbito do SUAS: ACESSUAS, BPC Escola e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Apresentaremos a seguir a composição da Gestão do SUAS no município.

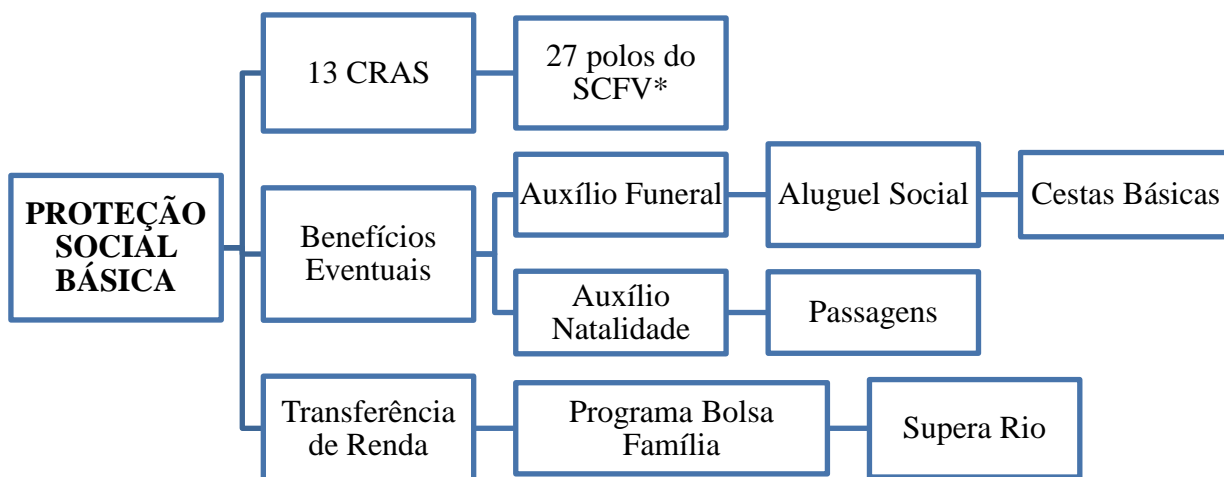
Figura 2 – Gestão SUAS



A Política de Assistência Social, por meio da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais organiza exclusivamente os serviços por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Mas, além dos serviços, a assistência social oferta programas e benefícios socioassistenciais. Apresentaremos adiante a estrutura atual da SMDHS, na oferta de serviços, programas e benefícios, no município.

No âmbito da Proteção Social Básica temos a seguinte estrutura de oferta:

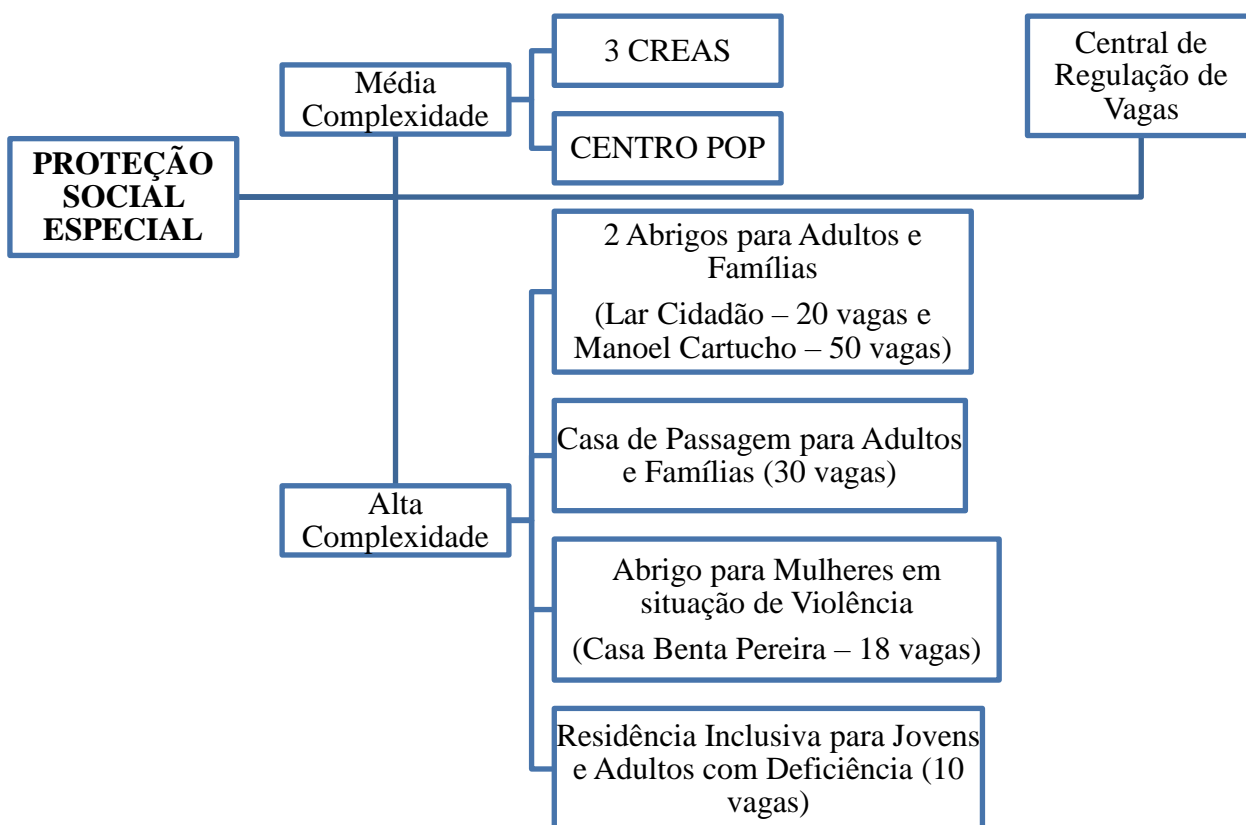
Figura 3 – Proteção Social Básica



*Informação extraída do 3º ciclo do SISC, 2021.

No âmbito da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade temos a seguinte estrutura:

Figura 4 – Proteção Social Especial



RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS

A NOB RH do SUAS define que os(as) trabalhadores(as) do SUAS são todos(as) aqueles(as) inseridos(as) nas Secretarias de Assistência Social, nas Secretarias Executivas dos Conselhos de Assistência Social, nas Unidades Públicas Estatais, nas Entidades e Organizações de Assistência Social, respectivamente responsáveis pelas funções de gestão e pelo provimento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais da rede socioassistencial.

A Resolução do CNAS nº 17/2011 e na resolução 09/2014 reconhecem as profissões no SUAS seja de nível superior, fundamental e médio. A primeira reconhece as categorias que poderão compor as equipes de referência dos serviços socioassistenciais e as equipes de gestão de nível superior, e a segunda reconhece as ocupações dos profissionais de nível médio e fundamental no SUAS.

A seguir, as tabelas nos dão uma visão geral dos trabalhadores do SUAS dos equipamentos da Assistência Social e da Gestão da SMDHS. De acordo com o CADSUAS, totalizam 418 trabalhadores no CADSUAS. No âmbito dos equipamentos temos um quantitativo de 342 profissionais, enquanto na Gestão este é de 76.

Dentre os 342 profissionais que atuam nos equipamentos, 122 possuem enquanto função atuarem como técnicos de nível superior e outros 19 como coordenadores, cabe mencionar que um dos coordenadores possui apenas o ensino médio. Apresentaremos adiante as profissões destes, bem como o quantitativo de coordenadores.

Tabela 127 - Quantitativo de profissionais dos equipamentos por função de nível superior.

Função	Quantitativo
Assistente Social	76
Psicólogo	34
Advogado	2
Pedagogo	7
Outros	3
Coordenador	19
Total Geral	141

Fonte: CadSUAS, Setembro de 2021.

No que se refere aos profissionais dos equipamentos da Assistência Social cuja função é de nível médio, estes somam 120 profissionais. No entanto, 11 destes mesmo ocupando uma função de nível médio possuem apenas o ensino fundamental, sendo 02 de apoio administrativo, 1 auxiliar de cuidador, 5 cuidadores e 3 educadores. Apresentaremos adiante o detalhamento das funções.

Tabela 128 - Quantitativo de profissionais dos equipamentos por função de nível médio.

Função	Quantitativo
Apoio Administrativo	33
Cadastrador	17
Educador Social	32
Auxiliar de Cuidador Social	7
Cuidador Social	24

Outros	7
Total	120

Fonte: CadSUAS, Setembro de 2021.

Os demais profissionais se distribuem entre seguranças (12), motoristas (18), cozinheiros (04), auxiliares de serviços gerais (27) e outros (20).

Apresentaremos adiante os vínculos dos profissionais que atuam nos equipamentos.

Tabela 129 - Quantitativo de profissionais dos equipamentos por função e vínculo de trabalho.

FUNÇÃO X VÍNCULO	Comissionado	Outro Vínculo não permanente	Servidor estatutário	Total Geral
Técnico(a) de Nível Superior	0	70	52	122
Coordenador(a)/Dirigente	4	2	13	19
Técnico(a) de Nível Médio	0	6	1	7
Apoio administrativo	0	28	5	33
Cadastrador	0	17		17
Educador social	0	31	1	32
Auxiliar de cuidador social	0	7	0	7
Cuidador(a)	0	24	0	24
Segurança	0	12	0	12
Motorista	0	18	0	18
Cozinheiro(a)	0	4	0	4
Serviços Gerais	0	27	0	27
Outros	0	19	1	20
Total Geral	4	265	73	342

Fonte: CadSUAS, Setembro de 2021

Conforme os anos anteriores, observamos nesta tabela que o quantitativo de profissionais de outros vínculos não permanentes relacionados ao nível superior ainda é mais elevado, sendo que os coordenadores somam 13 estatutários, isso se dá porque os coordenadores dos 13 CRAS são estatutários e este deve ser considerado como um grande ganho para o Município visto que cumpre as normas da NOB RH SUAS. Precisando ainda, estabelecer com os demais coordenadores esta prática.

Diante disso, a questão da rotatividade ainda é um desafio do Sistema a ser vencido afinando com a Política de Assistência Social e a NOB SUAS RH, ponto de extrema relevância.

Recolocamos a importância dos coordenadores dos CRAS seguirem concursados e que o mesmo possa acontecer nos demais equipamentos, para que possamos minimizar essa carência relacionada à rotatividade.

Podemos ainda observar que as demais funções relacionadas seguem em ritmo de contratações com vínculos não permanentes, o que pode fragilizar a continuidade mais expressiva dos serviços.

No âmbito da Gestão observaremos adiante as funções desempenhadas pelos 76 profissionais, relacionando-os aos vínculos de trabalhos.

Tabela 130 - Quantitativo de profissionais da gestão por função e vínculo de trabalho.

FUNÇÃO X VÍNCULO	Comissionado	Outro vínculo não permanente	Servidor Estatutário	Total Geral
Secretário(a) de assistência social	1	0	0	1
Coordenador(a)/dirigente	7	3	7	17
Técnico de nível superior	0	15	6	21
Técnico de nível médio	1	6	0	7
Apoio administrativo	0	9	3	12
Outros	2	13	3	18
Total Geral	11	46	19	76

Fonte: CadSUAS, Setembro de 2021

De modo geral, continua ainda a maior parte dos profissionais em regime de outros vínculos não permanentes. Destes, os profissionais de nível superior são a maioria. Com esse quadro geral torna-se possível vislumbrar a necessidade urgente de concurso público em todos os níveis. A categoria de Assistentes Sociais continua preponderante sobre as demais profissões, o que demonstra historicamente a atuação desses profissionais na consolidação dos espaços de instituições públicas, privadas, entidades socioassistenciais, sendo o Estado o maior empregador de profissionais assistentes sociais” (IAMAMOTO, 2011, p. 425). Importante ressaltar também sua participação histórica de luta na Assistência Social.

Contudo, é de extremo valor o ingresso dos psicólogos, pedagogos, advogados e demais profissionais a Assistência Social.

QUANTITATIVO DE PESSOAL, LOTAÇÃO POR EQUIPAMENTO, SERVIÇOS E ANÁLISE DAS EQUIPES DE REFERÊNCIA (CRAS, CREAS, CENTRO POP e ACOLHIMENTOS)

A resolução de nº 17, de 20 de junho de 2011 ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB – RH/SUAS.

CRAS: Município de Campos dos Goytacazes Grande Porte - A cada 5.000 famílias referenciadas, 4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS e 4 técnicos de nível médio. Composição obrigatória: Assistente Social e psicólogo.

Tabela 131 - Situação das equipes de referência de acordo com a NOB-RH. Proteção Social Básica.

Nível de proteção	Equipamento CRAS	Número de famílias referenciadas (Base CADUNICO nov./2021)	Equipe completa
BÁSICA	CHATUBA	4095	SIM
	CODIN	6844	SIM
	CUSTODÓPOLIS	5612	SIM
	ESPLANADA	6585	SIM
	GOITACAZES	11108	SIM
	JD CARIOCA	5946	NÃO
	JOCKEY	5053	SIM
	MATADOURO	3530	NÃO
	MORRO DO COCO	3843	SIM
	PENHA	7965	NÃO
	PQ GUARUS	4067	SIM
	TRAVESSÃO	4886	NÃO
	URURAI	5899	NÃO

Fonte: Elaborado pela Gestão do Trabalho com base no CADÚNICO (Novembro, 2021) e NOB-RH (2005b).

Cabe mencionar que nos anos anteriores foram consideradas apenas as famílias com cadastro atualizado nos últimos 24 meses, já nesse ano consideramos todas as famílias referenciadas aos territórios para compor a tabela.

Mediante a realidade que se encontram os equipamentos: grandiosidade do território, das vulnerabilidades, do volume do trabalho que tendem a crescer exponencialmente, fica claro que as equipes, apesar de completas, não atendem na sua plenitude as demandas recebidas, uma vez que há profissionais em regime de hora extra para sanar tais situações. Destacamos os territórios de Pq. Guarus e Goytacazes, da qual as equipes compostas não tem sido suficientes, o que gera desconforto nos profissionais, atingindo uma rotina árdua e exaustiva refletindo na saúde do trabalhador tanto física como emocional, gerando

instabilidade profissional. É preciso pensar em novas contratações, preferencialmente sob a forma de concurso público.

CREAS: Município de Campos dos Goytacazes Grande Porte e Gestão Plena: Capacidade de atendimento de 80 pessoas/indivíduos: 1 Coordenador, 2 Assistentes Sociais, 2 psicólogos e 1 Advogado, 4 profissionais de nível superior ou médio (abordagens dos usuários) e 2 auxiliares administrativos. Composição obrigatória: Assistente Social, psicólogo e advogado.

Tabela 132 - Situação das equipes de referência de acordo com a NOB-RH. Proteção Social Especial.

Nível de proteção	Equipamento	Números de atendimentos 2021 PAEFI (JAN –SET)	Números de atendimentos 2021 MSE (JAN –SET)	Total	Equipe Completa
Especial de Média Complexidade	CREAS I	1190	161	1351	Sim
	CREAS II	1127	383	1510	Sim
	CREAS III	562	34	596	Sim

Fonte: Elaborado pela Gestão do Trabalho com base na NOB-RH (2005b).

O CREAS III possui em seu quadro profissionais com licença de saúde, sem substituição o que impõe desafios a dinâmica e os processos de trabalho.

CENTRO POP: As Orientações Técnicas para os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (MDS, 2011) recomendam a equipe de referência necessária para seu funcionamento de acordo com a capacidade de atendimento. Essa Orientação Técnica está em consonância com o prescrito na NOB RH – SUAS e na Resolução CNAS nº 17/2011. Composição obrigatória: Assistente Social e Psicólogo.

Tabela 133 - Situação das equipes de referência de acordo com a NOB-RH. Proteção Social Especial.

Nível de proteção	Equipamento	Média mês do número pessoas atendidas 2021 (JAN –SET)	Média mês do número pessoas abordadas 2021 (JAN –SET)	Total	Equipe Completa
Especial de média complexidade	Centro Pop	58	53	111	Sim

Fonte: Elaborado pela Gestão do Trabalho com base na NOB-RH (2005b).

ACOLHIMENTOS: 1 **Coordenador** nível superior ou médio para até 20 usuários acolhidos em, no máximo, 2 equipamentos, 1 **Cuidador** nível médio e qualificação específica para até 10 usuários, por turno. A quantidade de cuidador por usuário deverá ser aumentada

quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde, pessoas soropositivas, idade inferior a um ano, pessoa idosa com Grau de Dependência II ou III, dentre outros), 1 **Auxiliar Cuidador** nível fundamental e qualificação específica para até 10 usuários, por turno. A quantidade de auxiliar de cuidador deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde, pessoas soropositivas, idade inferior a um ano, pessoa idosa com Grau de Dependência II ou III, dentre outros).

Composição obrigatória: Assistente Social e Psicólogo

Tabela 134 - Situação das equipes de referência de acordo com a NOB-RH. Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Nível de proteção	Acolhimentos SMDHS	Média de atendimentos/mês	Equipe Completa
Especial de alta Complexidade	Casa da Mulher Benta Pereira	3	Sim
	Casa de passagem	31	Sim
	Lar cidadão	22	Sim
	Residência Inclusiva	11	Sim
	Manoel Cartucho	52	Sim

Fonte: Elaborado pela Gestão do Trabalho com base na NOB-RH (2005b).

A cada 20 acolhidos o acolhimento deve ter um técnico assistente social e um psicólogo, observamos que todos os acolhimentos estão dentro da proposta da NOB SUAS. RH.

Porém é necessário ressaltar que esses trabalhadores suportam grande sobrecarga emocional ou física por ter em suas relações de trabalho aspectos inerentes ao cuidar. Esses trabalhadores estão imersos em uma dinâmica diária de conflitos e tomadas de decisões, isso pode ocasionar diversas respostas positivas ou negativas no corpo e na psique, o que está comprovado cientificamente.

Por isso, faz-se necessário uma real percepção na qualidade de vida desse trabalhador o que poderá ajudar nos desafios postos ao SUAS.

O SUAS possui objetivos que são mediados por meio do trabalho social e para os quais demanda uma série de competências, ou seja, conhecimentos, habilidades e atitudes de seus profissionais, gestores e conselheiros.

Apesar das equipes estarem devidamente formadas, ainda se faz necessária a inclusão de novos trabalhadores que deverão compor os cargos por meio de concurso público de nível médio e superior.

É importante destacar quanto a essas afirmações, que a composição da equipe de referência não é algo engessado e o quantitativo dos profissionais, além de estar de acordo

com a NOB, deve ser definido segundo o reconhecimento da situação local e vulnerabilidades sociais a serem combatidas e erradicadas. Além da quantidade, deve-se pensar na inserção de profissionais com formação em áreas que irão efetivamente responder às diversidades e complexidades de demandas.

FMIJ

A Fundação Municipal da Infância e Juventude gerencia os 08 acolhimentos voltados para Crianças e Adolescentes no município. Apresentaremos adiante a equipe destas unidades.

Tabela 135 - Quantitativo de profissionais dos acolhimentos da FMIJ por função de nível superior.

FUNÇÃO	QUANTITATIVO
Assistente Social	9
Psicólogo	9
Pedagogo	8
Coordenador	6
Enfermeiro	5
Fisioterapeuta	1
Outros	1
Total Geral	39

Fonte: CadSUAS, Setembro de 2021

Tabela 136 - Quantitativo de demais profissionais dos acolhimentos da FMIJ.

FUNÇÃO	QUANTITATIVO
Coordenador	2
Técnico(a) de Nível Médio	9
Apoio administrativo	7
Educador social	86
Auxiliar de cuidador(a)	82
Cuidador(a)	48
Cozinheiro(a)	27
Motorista	31
Segurança	9
Serviços Gerais	13
Outros	45
Total Geral	359

Fonte: CadSUAS, Setembro de 2021

GESTÃO DO SUAS

A Diretoria de Gestão do SUAS foi criada por meio da Lei Municipal nº 8344 de 2013, que institui a estrutura administrativa da Prefeitura de Campos dos Goytacazes, cria e modifica os cargos em comissão, alterado posteriormente pela Lei nº 8385 de 2013 e Decreto Municipal nº 080 de 2015.

A Diretoria de Gestão do SUAS assiste à SMDHS no sentido de formular, planejar, normatizar e participar na implementação e implantação dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais. Para desempenhar suas atribuições institucionais, a Diretoria de Gestão do SUAS é composta pela Vigilância Socioassistencial, Gestão do Trabalho e Regulação e Rede Socioassistencial. Ademais, destaca-se a articulação estratégica promovida pela Gestão do SUAS com as instâncias estadual e federal da política de assistência social, bem como com as instâncias de pactuação e controle social. Compete à Diretoria de Gestão do SUAS:

- implementar, acompanhar e avaliar a gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;
- regular as ações de gestão do SUAS e as relações entre os entes públicos e as entidades e organizações de assistência social;
- propor instrumentos de regulamentação, quanto aos aspectos de sua gestão;
- participar na elaboração orçamentária da do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
- participar da formulação de diretrizes para financiamento dos serviços, programas, projetos e benefícios, em consonância com o modelo de gestão do SUAS;
- administrar adjuntamente ao gestor municipal, a Rede SAA/Rede SUAS, vinculada ao Ministério da Cidadania;
- coordenar e subsidiar a realização de estudos e pesquisas do processo de planejamento, implementação e regulação da Política Municipal de Assistência Social;
- formular política para a formação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social;
- propor normas e diretrizes, planejar, coordenar, acompanhar e executar as ações e os serviços de vigilância social;
- participar da definição de normas e padrões sobre a qualidade de serviços socioassistenciais prestados aos usuários;
- prestar apoio técnico as Diretorias, na organização na execução de ações referentes ao SUAS.
- regular a implementação de serviços e programas de proteção social básica e especial;
- regular os benefícios eventuais, com vistas à cobertura de necessidades humanas na ocorrência de contingências sociais;
- participar da elaboração do Plano Plurianual – PPA;
- coordenar a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;
- coordenar a construção dos Relatórios Anuais de Gestão.

TRABALHOS DESENVOLVIDOS

Quadro 6 – Trabalhos permanentes

TRABALHOS PERMANENTES
Delegação de perfil dos trabalhadores do SUAS, na Rede SAA/MC.
Operacionalização e responsabilização por todos os sistemas da Rede SUAS/MC, como administradora adjunta dos sistemas.
Elaboração do Plano de Ação para cofinanciamento federal.
Elaboração do Plano de Ação para cofinanciamento estadual.
Coparticipação na elaboração do Demonstrativo Físico Financeiro – cofinanciamento federal.
Coparticipação na elaboração do Demonstrativo Físico Financeiro – cofinanciamento estadual.
Planejamento e alimentação do Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - SIGTV – Emendas Parlamentares.
Orientação e apoio técnico às Organizações da Sociedade Civil – OSC, beneficiárias das emendas parlamentares via SIGTV.
Participação no processo de elaboração das parcerias da SMDHS com as OSC.
Apoio técnico às OSC, no processo de reordenamento gradativo da oferta dos serviços.
Coordenação do processo de cadastramento e atualização do cadastramento das OSC no CNEAS.
Construção de Notas Técnicas, junto ao DPSB, DPSE e Rede Socioassistencial Privada.
Encaminhamento e orientação técnica nos processos de reordenamento dos equipamentos para oferta dos serviços/ programas e benefícios, na perspectiva do SUAS.
Apoio técnico junto ao gestor(a) municipal da política de assistência social (secretário(a)), DPSB, DPSE, Diretoria Jurídica e Fundo Municipal de Assistência Social.
Estudos técnicos para viabilização de estratégias para aprimoramento da política de assistência social, como a regulamentação dos benefícios eventuais e a criação da Lei do SUAS municipal.
Colaboração nos Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referência em matérias relacionadas aos SUAS e utilização dos recursos do cofinanciamento federal e estadual.
Participação no planejamento financeiro e orçamentário dos recurso de cofinanciamento federal e estadual.
Monitoramento do cofinanciamento federal e estadual .
Participação nas reuniões da Comissão Intergestora Bipartite- CIB.
Participação nas reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, apresentando as matérias relacionadas a Gestão do SUAS da SMDHS.
Construção do Relatório Anual de Gestão
Coordenação do processo de Reprogramação de saldos do cofinanciamento federal e estadual.
Alimentação do Sistema de Monitoramento da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa - SISBAPI.

No ano de 2021, alguns aspectos foram extremamente significativos para a consolidação da política pública de assistência social no município, como:

- Elaboração do Plano Plurianual - PPA 2022/2025 do FMAS;
- Elaboração conjunta do Orçamento/LOA 2022 do FMAS;
- Elaboração e consolidação da Lei Municipal dos Benefícios Eventuais;
- Elaboração e consolidação da Lei Municipal do Programa de Transferência de Renda “Cartão Goitacá”;
- Elaboração da Minuta do Projeto de Lei Municipal o PETI;

- Construção de Nota Técnica com o protocolo de referenciamento no CREAS, dos usuários do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com deficiência e suas famílias ofertado pelas OSC parceiras;
- Construção de Nota Técnica com o protocolo de referenciamento CREAS e CEAM, das mulheres vítimas de violência;
- Construção de Nota Técnica com o protocolo de referenciamento CREAS e Abrigo Benta Pereira, das mulheres vítimas de violência sob risco de morte;
- Realização do 1º Chamamento Público para seleção das OSC, para realizarem parcerias com a SMDHS;
- Realização de Aceite do Programa Federal Criança Feliz.

GESTÃO DO TRABALHO

A Gestão do Trabalho é uma área de Gestão do Sistema Único de Assistência Social - (SUAS) que trata das questões relacionadas ao trabalho social e aos trabalhadores (as) que atuam na política de Assistência Social. Sendo assim, essa área da Gestão compreende o planejamento, a organização e a execução das ações relativas à valorização do trabalhador e à estruturação do processo de trabalho institucional, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

É importante destacar que a Gestão do Trabalho não foi criada aleatoriamente, mas junto com a PNAS teve seu conteúdo gerado nas demandas e complexidades históricas da assistência social, ou seja, “a concepção da gestão do trabalho na assistência social preconiza o processo de conquista progressiva de relações de trabalho estáveis e protegidas, de condições institucionais para a realização das atividades necessárias para o atingimento dos objetivos do projeto político do SUAS”.

No Município de Campos dos Goytacazes, a Gestão do Trabalho conseguiu ampliar sua função junto aos trabalhadores do SUAS no que se refere a Capacitação Permanente. Embora as ações de capacitação seguissem regidas as diretrizes do Plano Nacional de Educação Permanente, só mesmo neste ano de 2021 o Plano Municipal de Educação Permanente do SUAS do Município foi elaborado e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social o que tornou-se um ganho para a Assistência.

A concepção de Educação Permanentes no SUAS, considera as experiências, vivências e o acúmulo construído, está direcionada à superação de práticas tradicionais e conservadoras, com

consequente desenvolvimento de competências e habilidades orientadas pelos princípios e diretrizes do SUAS e pelas orientações éticas e técnicas, passando pela difusão de conhecimentos significativos e validados coletivamente.

Foi possível desta forma, validar o referido Plano, tornando-o uma realidade em nosso Município, injetando o novo formato institucional de percurso formativo, desde o acesso aos conteúdos iniciais e basilares, passando pelo aperfeiçoamento e atualização, e com isso queremos chegar até a formação técnica, a especialização e o mestrado. Enfim, um processo formativo com mecanismos de monitoramento da trajetória formativa do trabalhador, além de mecanismos avaliativos e de certificação, com impactos substantivos na vida do trabalhador.

Importante ressaltar que a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS(NOB-RH/SUAS), a Norma Operacional Básica do SUAS(NOB/SUAS) e a Lei Orgânica de Assistência Social, regulamentam a Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS e estabelecem seus princípios de diretrizes.

Passamos pelos limites do ano de 2020, que foi um ano desafiador para a gestão do trabalho, devido as mudanças passadas por todo o Brasil mediante um cenário provocado por uma pandemia. Na medida que esta pandemia foi avançando os serviços ofertados pelo SUAS em todo o Brasil foram afetados de formas distintas. Alguns seguiram desenvolvendo seus trabalhos de forma presencial, enquanto outros serviços passaram a ser ofertados de forma remota, diante disso, formas de tratar e desenvolver o trabalho foram modificadas.

Em 2021 demos início a modalidade de capacitação sob supervisão técnica e estamos certos que foi o ponta pé inicial para uma grande colheita nas mudanças e aprimoramento nos processos de trabalho. Também foi um ano onde conseguimos de forma remota e presencial realizar ações de capacitação concretizando e implementando o Plano Municipal de Educação Permanente do SUAS, que é ofertar aos trabalhadores os Percursos Formativos e as respectivas ações de formação e capacitação, adequados às qualificações profissionais requeridas pelo SUAS, criando sempre mecanismos que gerem aproximações entre as manifestações dos usuários e o conteúdo das ações de capacitação e formação, ou seja, sempre dentro do contexto vivido dos profissionais e suas realidades, a gestão do trabalho segue acreditando que é através do planejamento, qualificação e aperfeiçoamento que o SUAS seguirá vencendo seus desafios.

Atribuições da Equipe da Gestão do Trabalho na SMDHS

- Capacitação Continuada de Educação Permanente dos(as) trabalhadores(as) do SUAS;

- Apoio e supervisão técnica aos trabalhadores
- Análise dos processos de trabalho das equipes que compõem o SUAS para aprimoramento dos serviços;
- Inclusão e acompanhamento do CADSUAS integrada à Gestão de Informação;
- Apoio no recrutamento, seleção e desligamento de trabalhadores;

Quadro 7 - Trabalhos executados pela Gestão do Trabalho - 2020

TRABALHOS EXECUTADOS 2020
Educação Permanente para os Trabalhadores do SUAS de acordo com as demandas recebidas e analisadas através das variadas plataformas disponibilizadas.
Primeiros planejamentos para a organização do CapacitaSUAS.
Continuidade das parcerias com as Universidades.
Participação do GT SUAS e JUSTIÇA, com o III Encontro entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema de Justiça.
Construção de eventos, oficinas e encontros voltados para trabalhadores psicólogos e assistentes sociais através das variadas plataformas disponibilizadas.
Implementação do Plano Municipal e Educação Permanente através dos aprimoramentos e capacitações.
Acolhida de novos servidores e estagiários.
De forma remota, foi possível acompanhar os estagiários, mesmo nesse contexto pandêmico, o que faz parte do projeto GESTÃO DO TRABALHO X ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA PERSPECTIVA DO APRIMORAMENTO DO SUAS; Neste ano de 2020 não tivemos a Mostra de Estágio, que seria a IV Mostra, ficará para 2021.
Reuniões com diretores, coordenadores, gestores para conhecimento de supervisão técnica com equipes de referência da média complexidade.
Apoio aos processos de trabalho das equipes dos Equipamentos.
Apoio e Orientações voltadas para Serviço de Abordagem Social e Residência inclusiva.
Apoio e Orientações voltadas para o Acolhimento Provisório Manuel Cartucho.
Capacitação no GT SUAS e Justiça culminando no III Encontro Intersetorial entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema de Justiça
Elaboração de Formulário para envio as equipes, através do Google Formis, para saber da realidade dos profissionais e novas demandas de orientação e capacitação.
Acompanhamento das produções de protocolos e procedimentos para os serviços socioassistenciais em tempos de pandemia.
Criação de canal de comunicação direto com os trabalhadores do SUAS através da elaboração de um projeto pela Gestão do Trabalho de escuta e acompanhamento com suporte informacional e emocional aos trabalhadores do SUAS, organizadas de modo remoto, inclusive visando amenizar o estresse frente ao contexto da pandemia.

Quadro 8 - Trabalhos executados pela Gestão do Trabalho, 2021

TRABALHOS EXECUTADOS 2021
Implementação do Plano Municipal de Educação Permanente para os Trabalhadores do SUAS, na modalidade presencial cumprindo os Percursos Formativos conforme o plano determina.
Participação no GT SUAS e JUSTIÇA, através de reuniões online.
Construção de eventos, oficinas e encontros voltados para trabalhadores psicólogos e assistentes sociais através das variadas plataformas disponibilizadas e de forma presencial.
Apoio Técnico aos Departamentos das Proteções Sociais Básica e Especial, a fim de colher os problemas inerentes e alinhamento das equipes e dos processos de trabalho.
Supervisão Técnica no CREAS I
Reunião com diretoria do DPSE e DPSB para construção e elaboração do Fluxo PAIF/PAEFI
Visitas Técnicas aos CRAS para conhecimento da realidade e problemas
No ano de 2021 os temas relacionados a Estágio estão sendo realizados diretamente com a Diretoria do RH da SMDHS conforme orientação recebida.
Apoio à gestão com a elaboração de estudos técnicos, orientações e pareceres.
Aplicações de capacitação de percurso formativo na modalidade Introdutória
Aplicações de capacitação de percurso formativo na modalidade de atualização.

No que tange a educação permanente, detalharemos as ações no quadro a seguir.

Quadro 9 – Ações Educação Permanente

AÇÃO /EVENTO	PÚBLICO ALVO	OBJETIVO
Capacitação Introdutória PNAS e Tipificação –	Orientadores sociais dos CREAS, Centro POP e acolhimentos Técnicos CREAS, Centro POP e Acolhimentos	Promover o conhecimento relacionado a historia da Assistência e o lugar que se está.
Capacitação de atualização Centro POP Abordagem Social	Servidores Novos e antigos. Orientadores Sociais Técnicos de abordagem social dos CREAS Técnicos do Centro POP	Promover o conhecimento e aprimoramento relacionado ao Serviço
Capacitação de Atualização CADUNICO, SICON	Técnicos dos CRAS e CREAS	Promover o conhecimento e aprimoramento relacionado ao Programa e o sistema aplicando no seu cotidiano de forma correta
Capacitação de Atualização Prontuário SUAS Eletrônico, BPC Escola BPC,	Técnicos dos CRAS e CREAS	Ampliar conhecimento, acertar erros e conhecer melhor o papel da Sistemas e benefícios
Seminário OSCS	1 técnico de cada equipamento	Ampliar conhecimento, ao promover o alinhamento entre

		as OSCs e os equipamentos da Assistência Social.
Supervisão Técnica no CREAS I	Técnicos do CREAS	Promover o conhecimento e aprimoramento relacionado ao Serviço.

Fonte: Elaborado pela Gestão do Trabalho, 2021.

EDUCAÇÃO PERMANENTE

A Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS) representa um grande avanço na direção da institucionalização da perspectiva político pedagógica e da cultura da Educação Permanente no âmbito do SUAS, estabelecendo suas diretrizes e princípios, bem como definindo os meios, mecanismos, instrumentos e arranjos institucionais necessários à sua operacionalização e efetivação

Seguindo as orientações do Plano Municipal de Educação Permanente, que é ofertar aos trabalhadores os Percursos Formativos e as respectivas ações de formação e capacitação, adequados às qualificações profissionais requeridas pelo SUAS, criando sempre mecanismos que gerem aproximações entre as manifestações dos usuários e o conteúdo das ações de capacitação e formação, ou seja, sempre dentro do contexto vivido dos profissionais e suas realidades, a Gestão do Trabalho, juntamente com a Gestão do SUAS segue implementado as ações do plano.

A Educação Permanente também ressalta o processo de trabalho como seu objeto de transformação. Ela parte da reflexão sobre a realidade do serviço e das necessidades existentes para então formular estratégias que ajudem a solucionar esses problemas

No contexto do Sistema Único de Assistência Social, a concepção da Educação Permanente é o processo de atualização e renovação contínua das práticas e atitudes profissionais das equipes de trabalho e diferentes agrupamentos, a partir da afirmação de valores e princípios e do contato com novos aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis.

Dessa forma, a Gestão do Trabalho juntamente com a Gestão do SUAS Inaugura uma etapa importante dentro da Assistência Social que é ofertar aos trabalhadores Percursos Formativos e ações de formação e capacitação adequados às qualificações profissionais requeridas pelo SUAS.

Além disso, continuaremos a:

- 1- Desenvolver junto aos trabalhadores da SMDHS condições para que possam distinguir e fortalecer a centralidade dos direitos socioassistenciais do cidadão no processo de gestão e no desenvolvimento das atenções em benefícios e serviços;
- 2- Desenvolver junto aos trabalhadores da Assistência Social as competências e capacidades específicas e compartilhadas requeridas para a melhoria contínua da qualidade da gestão do SUAS e da oferta e provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais;
- 3- Consolidar referências teóricas, técnicas e ético-políticas na Assistência Social a partir do provimento dos serviços e benefícios;
- 4-Tratar da instrumentalidade dos serviços;
- 5-Tratar o papel dos trabalhadores do SUAS no contexto atual.

Assim, poderemos valorizar ainda mais o trabalhador, objetivo central da Gestão do Trabalho.

O SUAS possui objetivos que são mediados por meio do trabalho social e para os quais demanda uma série de competências, ou seja, conhecimento, habilidades e atitudes de seus profissionais, gestores e conselheiros . Conhecimento e formação teórica, técnica e política e condições institucionais para a realização do seu trabalho são peças fundamentais requeridas pelo SUAS. Por tanto é extremamente importante que o trabalhador que ingresse no SUAS saiba da sua importância e de seu papel, seja nos programas, projetos e serviços.

Importante ressaltar que a Gestão do Trabalho sempre seguirá princípios de centralidade dos processos de trabalho e práticas profissionais, o princípio da interdisciplinaridade, o princípio da aprendizagem significativa, o princípio da historicidade e o desenvolvimento das capacidades e competências requeridas pelo SUAS.

PRINCIPAIS AVANÇOS

- Avançamos com o aprimoramento das equipes nos seus processos de trabalho e nos fluxos que pode promover um alinhamento dos serviços minimizando os erros e produzindo mais acertos.
- A gestão do Trabalho se orgulha por saber que o GT SUAS /Justiça está avançando para sua autonomia e ampliando suas ações para transformação de um futuro Fórum.

- Neste ano de 2021, a pesar do contexto pandêmico e diversas mudanças operacionadas nas formas de trabalho e também nas formas de conviver das pessoas, a Gestão do Trabalho pode concretizar a aprovação do Plano Municipal de Educação Permanente do SUAS.
-

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

A Vigilância Socioassistencial se constitui enquanto uma das funções da Política de Assistência Social junto com a Proteção Social e a Defesa de Direitos. Conforme sinaliza o Caderno de Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial (2016) essas três funções possuem fortes relações, sendo fundamental afirmar que cada uma delas só se realiza plenamente por meio da interação e complementariedade com as demais.

Figura 5 – Funções Vigilância Socioassistencial



Ao tratarmos acerca do papel desempenhado pela Vigilância Socioassistencial na Política de Assistência Social é fundamental compreendê-lo enquanto norteador para o planejamento estratégico das ações a serem desenvolvidas.

Todavia, para que se proceda a um planejamento de forma adequada torna-se fundamental a produção qualificada de informações acerca da realidade social. No âmbito do SUAS o monitoramento realizado pela Vigilância Socioassistencial possibilita levantar continuamente informações sobre os serviços ofertados à população, sendo fundamental para a identificação de problemas, assim como para subsidiar as estratégias e avaliar o alcance das ações desenvolvidas.

Diante de sua importância para o desenvolvimento dos serviços ofertados pelo SUAS a Conferência Estadual de Assistência Social do Rio de Janeiro apontou como prioridade da

União a garantia da implantação da Vigilância Socioassistencial como requisito para fins de cofinanciamento municipal.

Sendo assim, o setor tem por função auxiliar no planejamento da política, monitorando e avaliando as ações que levem à adequação da oferta dos serviços socioassistenciais às necessidades da população. É por meio, portanto, da sistematização de dados, elaboração de estudos e diagnósticos que o setor possibilita a visualização dos avanços da Política de Assistência Social no Município, como também das necessidades de intervenção que ainda se fazem presentes.

Atribuições da Vigilância Socioassistencial na SMDHS

- Produzir e sistematizar informações, construir indicadores e índices territorializados das situações de risco e vulnerabilidade social, que incidem sobre famílias e sobre os indivíduos nos diferentes ciclos de vida;

-Monitorar a incidência das situações de violações de direitos que acometem famílias e indivíduos, em especial à públicos prioritários, tais como: crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência;

-Monitorar os padrões de qualidade dos serviços da Assistência Social;

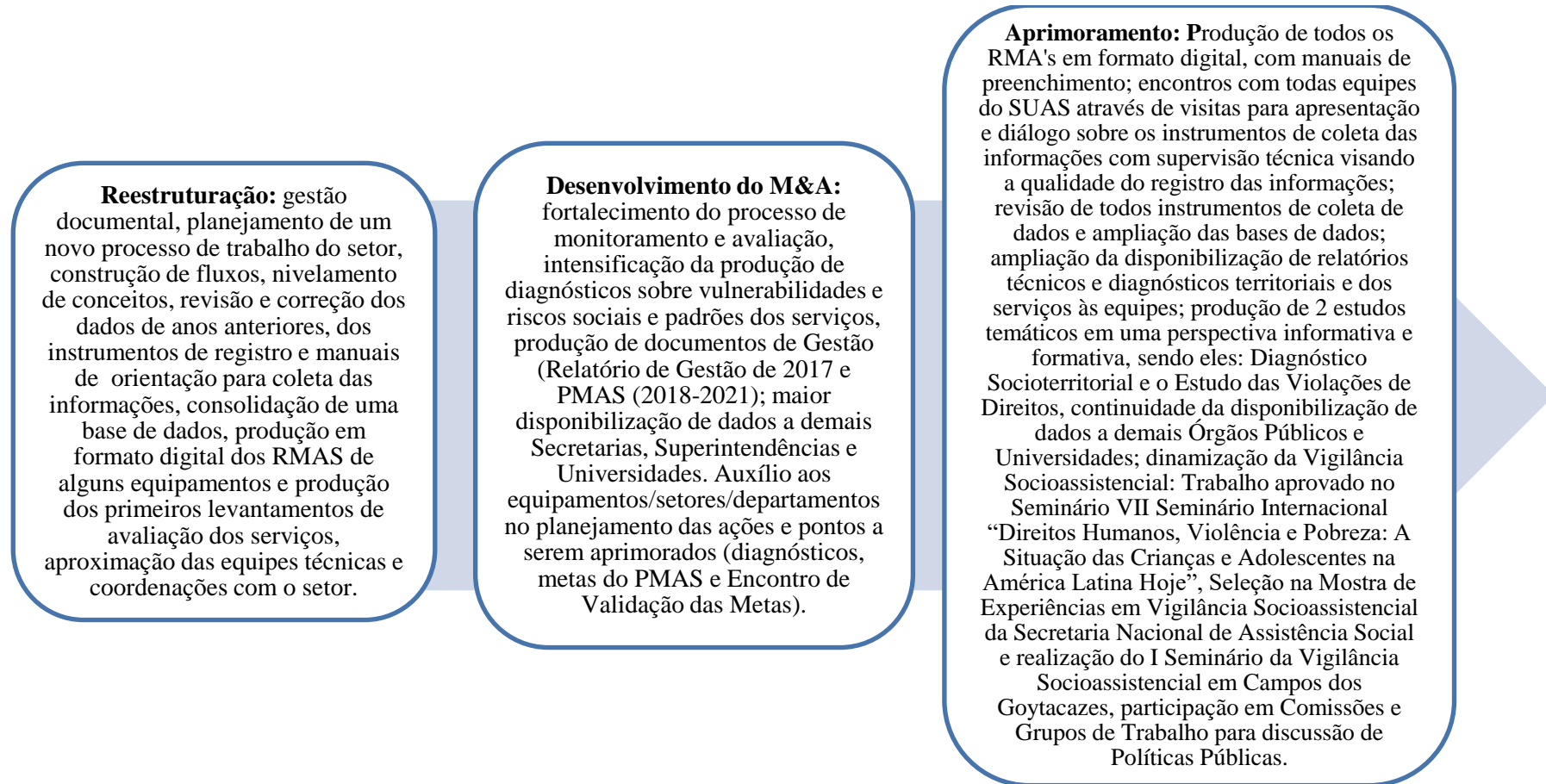
-Analisar a adequação entre as necessidades de proteção social da população e a efetiva oferta de serviços socioassistenciais;

-Auxiliar na identificação de potencialidades dos territórios.

O setor no município de Campos dos Goytacazes foi implantado em 2013 e atualmente tem percorrido um caminho direcionado tanto para a melhor estruturação de sua base de dados, quanto para qualificação da equipe técnica que atua dia a dia com estes. Coloca-se, portanto, um grande desafio de cada vez mais manter uma base de dados **bem estruturada, qualificada e confiável. Isso é à base do trabalho, pois apenas sob uma leitura fiel da realidade é que se pode agir objetivando transformar o que precisa ser transformado.**

A imagem a seguir ilustra o processo de desenvolvimento da Vigilância Socioassistencial nos últimos anos quatro anos.

Figura 6 – Processo de desenvolvimento da Vigilância Socioassistencial



É importante destacar que muitas atividades de aprimoramento planejadas para o ano de 2020 e 2021 não foram possíveis de se concretizar diante da situação que assolou o mundo pela pandemia da COVID-19. Cabe mencionar ainda que por se tratar de um setor central no planejamento das ações socioassistenciais, para além dos trabalhos de rotina os trabalhos executados se direcionaram a pensar questões específicas desencadeadas pela pandemia.

As tabelas a seguir apresentam os principais trabalhos estruturados e executados de forma permanente pela Vigilância Socioassistencial no município no cumprimento da sua função, além das particularidades desenvolvidas nos anos de 2020 e 2021.

Apresentaremos adiante as temáticas abordadas nos Relatórios Técnicos produzidos pela Vigilância Socioassistencial no município durante os anos de 2020 e 2021, cabe mencionar que parte destes Relatórios são produzidos mediante demanda da própria SMDHS, enquanto outros por solicitações externas de discentes, docentes e demais órgãos públicos.

Quadro 10 - Trabalhos permanentes executados pela Vigilância Socioassistencial

TRABALHOS PERMANENTES
Produção e manutenção da base de dados da SMDHS atualizada. Recebimento, avaliação, armazenamento, disponibilização, codificação (VBA) e sistematização de informações.
Conferência e Supervisão mensal de todos Relatórios Mensais de Atendimento. Por mês, recebemos 55 relatórios de todos equipamentos/setores da SMDHS, bem como das organizações cofinanciadas e dos acolhimentos e SCFV da FMIJ.
Atendimentos técnicos junto as coordenações e técnicos dos equipamentos.
Sistematização periódica dos dados dos Relatórios Mensais de Atendimento.
Reuniões com todas as equipes do SUAS no início do ano de 2020 para revisar os Relatórios Mensais de Atendimento de cada equipamento
Reuniões com equipes do SUAS para assessoramento e estruturação de trabalhos.
Produção e Reavaliação de todos os RMA's em formato digital com ampliação das bases de dados e dos instrumentos de coleta da informação visando aprimorar o processo de coleta e garantir dados mais fidedignos. Ampliação de Indicadores de Monitoramento e Avaliação. Ao todo, somam 32 instrumentos de coleta de dados.
Revisão de todos Manuais de Preenchimento do RMA. Ao todo foram revisados 20 manuais de preenchimento.
Construção de todos Manuais de Correção do RMA. Ao todo foram produzidos 32 Manuais.
Gestão documental. Por mês recebemos em média 25.000 campos de dados. Sistematização dos documentos da rede a partir das necessidades fundamentais para o trabalho; padronização dos nomes dos arquivos de acordo com sua natureza; monitoramento periódico da rede para limpeza e organização dos documentos; delimitação dos diretórios para guarda de cada tipo de arquivo segundo seu perfil.
Preenchimento e atualização periódica de Sistemas do Governo Federal: RMA (Mensal), CadSUAS (Mensal), SISC (trimestral) e Censo (anual).
Sistematização periódica das bases do Cadastro Único para territorialização.
Monitoramento dos Registros de Acompanhamento Familiar no SICON - Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família.
Territorialização das listagens para Busca Ativa e envio aos equipamentos.
Coordenação, validação e lançamento do CENSO SUAS. Preencheram o CENSO 46 equipamentos/organizações com assessoramento do setor.
Participação em reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS com apresentações de informações sobre vulnerabilidades e riscos sociais/oferta de serviços.
Composição na Comissão de Monitoramento e Avaliação da Parceria junto às OSCs cofinanciadas.
Continuidade da aproximação com as faculdades, inclusive com a disponibilização de dados para docentes e discentes e estabelecimento de parcerias.
Participação em Comissões para discussão de Políticas Públicas.
Coordenação anual junto a Gestão do SUAS do Relatório de Gestão da SMDHS.
Aproximação com Conselhos de direitos com a disponibilização de Relatórios sobre a execução da Política de Assistência Social e de Diagnósticos.
Fornecimento de dados para subsídio ao planejamento das diretorias, elaboração de justificativas e estudos técnicos preliminares.

Quadro 11 - Trabalhos executados pela Vigilância Socioassistencial, 2020

TRABALHOS ESPECÍFICOS DE 2020
Territorialização sistemática de grupos específicos mais atingidos pela pandemia, tais como idosos, famílias em extrema pobreza, famílias com cuidadores exclusivos, etc.
Produção de um diagnóstico sobre vulnerabilidades e riscos sociais presentes nos territórios diante da pandemia.
Produção de estudos mensais sobre o impacto da pandemia nos serviços socioassistenciais.

Cruzamentos sistemáticos dos beneficiários do auxílio emergencial para fins de avaliação de programas, bem como produção de estudos.
Participação na produção de documentos de planejamento para enfrentamento a pandemia da COVID-19. Ao todo, foram produzidos 05 documentos específicos para essa finalidade.
Participação no Comitê de Enfrentamento a Pandemia, formado pela SMDHS e o CMAS.
Participação na elaboração da Nota Técnica que dispõe, em caráter de urgência, as medidas a serem adotadas por todas as Organizações da Sociedade Civil cofinanciadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social que compõem a rede de atendimento enquanto perdurar a situação de emergência causada pelo novo coronavírus.
Produção de um diagnóstico das condições socioeconômicas da população negra no município de Campos dos Goytacazes.
Produção de diagnósticos para Conselhos de Direitos, tais como: Diagnóstico da Pessoa com Deficiência e Diagnóstico da População Idosa.
Ampliação da Produção de Relatórios Técnicos: foram produzidos 65 Relatórios Técnicos em 2020.
Reuniões com os Departamentos para avaliação das metas do PMAS 2018-2021.
Participação de Reuniões com diferentes Órgãos Públicos, tais como Superintendência de Igualdade Racial, CMPDCA, Conselho do Idoso, Comissão do Plano da Primeira Infância, além dos já supracitados.
Participação no curso de Atualização em Vigilância Socioassistencial, no âmbito do Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS).

Quadro 12 - Trabalhos executados pela Vigilância Socioassistencial, 2021

TRABALHOS EXECUTADOS 2021	
Produção de estudos mensais sobre o impacto da pandemia nos serviços socioassistenciais estabelecendo o comparativo com o ano anterior na oferta de padrões dos serviços.	
Produção de Ofícios ao Poder Judiciário em relação aos serviços ofertados pela SMDHS.	
Avaliação e apresentação das metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS junto as equipes do para subsidiar a supervisão técnica.	
Atualização do Diagnóstico Socioterritorial do município e apresentação deste na XIV Conferência Municipal de Assistência Social.	
Produção de estudo de campo da Ocupação Novo Horizonte e de relatórios periódicos sobre o trabalho desenvolvido pela SMDHS nesse contexto.	
Composição no Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da População em situação de rua de Campos dos Goytacazes.	
Apoio na Organização da XIV Conferência Municipal de Assistência Social e das Pré Conferências.	
Apoio na Organização do II Fórum Municipal dos Direitos da População em Situação de Rua.	
Cruzamentos sistemáticos dos beneficiários do auxílio emergencial para fins de avaliação de programas, bem como produção de estudos.	
Territorialização de dados para planejamento de acesso a novos programas sociais.	
Produção de listagem de busca ativa para acesso ao Cartão Goitacá com base nas famílias referenciadas ao Cadastro Único.	
Apoio no fornecimento de dados para construção do Plano Plurianual.	
Ampliação da Produção de Relatórios Técnicos: foram produzidos 101 Relatórios Técnicos até Novembro de 2021.	
Coordenação junto a Gestão do SUAS do Plano Municipal de Assistência Social.	
Apoio técnico junto as equipes na elaboração das metas do Plano com elaboração de matriz de orientação a construção.	

Quadro 13 - Temáticas dos Relatórios Técnicos produzidos pela Vigilância Socioassistencial, 2020.

Temáticas	Quantitativo
Trabalho Social ofertado pela SMDHS (Geral)	11
Atendimento à mulher em situação de violência	8

Contexto da Pandemia e impacto nos serviços socioassistenciais	7
Territorialização do Cadastro Único	5
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	5
Pessoas com deficiência	3
População em Situação de Rua	3
População negra	2
Benefícios eventuais	2
Vulnerabilidades e riscos sociais presentes nos territórios	2
Atendimentos ofertados pela Proteção Social Básica	2
Famílias Quilombolas	1
Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas com Deficiência (Residência Inclusiva)	1
População idosa	1
Trabalho desenvolvido no Mosteiro da Santa Face	1
Trabalho Infantil	1
Serviço de Acolhimento para Idosos	1
Catadores de Materiais Recicláveis	1
Violações de direitos atendidas na SMDHS	1
Serviço de Acolhimento Institucional implantado na Pandemia - Manoel Cartucho	1
Grupos Tradicionais e Específicos (Geral)	1
Índice de Desenvolvimento Humano e Social	1
Jovens no Cadastro Único	1
Condições Habitacionais e de moradia	1
Atendimentos ofertados pela Proteção Social Especial	1
Ambiência do Setor de Vigilância Socioassistencial	1
Total	65

Fonte: Vigilância Socioassistencial, Relatórios Técnicos – 2020

Quadro 14 - Temáticas dos Relatórios Técnicos produzidos pela Vigilância Socioassistencial, 2021.

Temáticas	Quantitativo
Trabalho Social ofertado pela SMDHS (Geral)	18
Conjunto Habitacional Novo Horizonte	17
Vulnerabilidades e riscos sociais presentes nos territórios	10
Pessoas atendidas pelo Centro de Referência Augusto Guimarães inseridas no Cadastro Único	9
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	6
Atendimento à crianças e adolescentes	5
Atendimentos ofertados pela Proteção Social Especial	5
População em Situação de Rua	5
Benefícios eventuais	4
Benefício de Prestação Continuada	3
Condições Habitacionais e de moradia	3
Territorialização do Cadastro Único	3
Atendimento à mulher em situação de violência	2
Atendimentos ofertados pela Proteção Social Básica	2
Catadores de Materias Recicláveis	2
Pessoas com deficiência	2
Raça/cor	2
Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias	2
Trabalho Infantil	2
Violações de direitos atendidas na SMDHS	2

Ambiência do Setor de Vigilância Socioassistencial	1
Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua	1
Inclusão Produtiva	1
Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência	1
Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas com Deficiência (Residência Inclusiva)	1
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	1
Serviço de Proteção Social para Pessoas com Deficiência	1
Total	101

Fonte: Vigilância Socioassistencial, Relatórios Técnicos - 2021

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Este capítulo tem como objetivo apresentar dados referentes a série histórica do trabalho social desenvolvido no âmbito da Proteção Social Básica. Os dados de 2021 foram coletados até o mês de Junho. Os dados serão apresentados com os valores das médias mensais na medida em que estamos analisando períodos distintos em relação a série histórica.

A Proteção Social Básica tem como objetivo se antecipar à ocorrência de situações de risco a que estão sujeitas as populações que vivem em situação de vulnerabilidade decorrente da pobreza, de ausência ou escassez de acesso aos serviços públicos, ou que estejam com seus vínculos afetivos fragilizados.

Em Campos dos Goytacazes é por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que esse nível de proteção se materializa, a partir da oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF – e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. Os CRAS, portanto, representam as unidades de Proteção Social Básica do SUAS, sendo referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de Proteção Básica nos territórios de abrangência da política, com caráter preventivo, protetivo e proativo.

A Proteção Social Básica é composta no município pelos equipamentos dos CRAS, pelos Programas de Transferência de Renda e pelos Benefícios Eventuais.

Apresentaremos adiante os principais indicadores da oferta deste nível de proteção no município. Para tanto, foram utilizados como fontes de dados o Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SISC e o Relatório Mensal de Atendimento (RMA).

Cabe salientar que a variação dos números de um ano para o outro, aqui apresentados, se deu em parte por um trabalho realizado pela Vigilância Socioassistencial ao longo dos anos de 2017 a 2019, voltado para uma orientação mais intensa aos equipamentos para o correto preenchimento dos RMA's.

Um importante indicador para mensurar a qualidade dos serviços é o ID CRAS, um indicador sintético¹⁶ construído a partir da avaliação dos indicadores das seguintes dimensões analisadas: estrutura física, recursos humanos e serviços e benefícios, que permitem qualificar de forma direta os serviços prestados nos CRAS. O indicador final é calculado a partir da

¹⁶ Indicador sintético é uma medida que, ao comportar na sua composição diversos indicadores possui maior capacidade de sumarizar os aspectos da realidade, conforme aponta a nota técnica IDCRAS E IDCREAS, disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index5.php>.

média aritmética simples dos níveis atingidos nas dimensões citadas. Conforme aponta a nota técnica IDCRAS e IDCREAS (BRASIL, 2015).

Apresentaremos adiante o IDCRAS de cada equipamento durante o ano de 2019. Este indicador é produzido a partir das respostas do Censo SUAS e, portanto, o IDCRAS 2020 possivelmente só será disponibilizado em 2021. A tabela a seguir nos permite realizar uma avaliação por equipamento em cada uma das dimensões.

Tabela 137 - Resultado ID CRAS, 2019.

Identificação Nº IDENTIFICADOR do CRAS	Dimensões (varia de 1 a 5)			IDCRAS
	Estrutura Física	Recursos Humanos	Serviços	
CRAS CHATUBA	4,00	5,00	5,00	4,67
CRAS CODIN	3,00	4,00	3,00	3,33
CRAS CUSTODÓPOLIS	2,00	4,00	3,00	3,00
CRAS ESPLANADA	4,00	5,00	5,00	4,67
CRAS GOITACAZES	4,00	5,00	3,00	4,00
CRAS JARDIM CARIOCA	4,00	5,00	5,00	4,67
CRAS JOCKEY	4,00	5,00	3,00	4,00
CRAS MATADOURO	4,00	5,00	2,00	3,67
CRAS MORRO DO COCO	2,00	5,00	3,00	3,33
CRAS PARQUE GUARUS	4,00	5,00	2,00	3,67
CRAS PENHA	2,00	5,00	3,00	3,33
CRAS TRAVESSÃO	4,00	5,00	3,00	4,00
CRAS URURAI	1,00	5,00	2,00	2,67
Média	3,23	4,85	3,23	3,77

Fonte: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2020.

*Nota: 1 = representa as situações mais distantes do padrão almejado; 5 = representa as situações que mais se aproximam dos padrões de qualidade desejáveis)

No âmbito da estrutura física, chamam atenção com resultados até 02 os seguintes equipamentos: CRAS Ururaí (1), CRAS Custodópolis (2), CRAS Morro do Coco (2) e CRAS Penha (2).

No CRAS Ururaí o fator determinante para esta nota baixa foi o fato do equipamento não possuir ao menos 03 salas para atendimento, critério para o nível 02. Em relação ao CRAS de Custodópolis, o fator determinante foi não possuir acessibilidade – ao menos parcial que pressupõe rota acessível aos espaços internos do CRAS, inclusive ao banheiro. Em Morro do Coco além da questão da acessibilidade, o fato de não possuir recepção também foi determinante para tal nível. Por fim, no CRAS da Penha a razão foi não possuir ao menos 01 sala com capacidade para 15 ou mais pessoas.

Em relação aos recursos humanos todos os equipamentos possuem notas positivas, os únicos que não alcançaram o valor máximo (5) foram CODIN e Custodópolis, mas registraram como resultado 04. A razão para tal situação, diz respeito ao fato dos equipamentos não possuírem, no mínimo 02 profissionais de nível superior, com vínculo estatutário informados no Censo de 2019.

No âmbito dos serviços se apresentam como focos de atenção prioritários os seguintes CRAS: Matadouro (2), Parque Guarus (2) e Ururaí (2).

Observa-se que em todos os CRAS supracitados o fator determinante para o nível 02 foi o fato dos equipamentos não possuírem forte articulação com os CREAS, serviços de Educação e Saúde. É considerada “forte articulação” para este indicador as situações em que o CRAS consegue realizar reuniões periódicas, ou realizar estudos de caso em conjunto, ou ainda, desenvolver atividades em parceria com outros Serviços/Unidades no território.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA

ACOMPANHAMENTO FAMILIAR

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), desenvolvido nos Centros de Referência de Assistência Social consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, **com a finalidade de fortalecer a função protetiva destas, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso a direitos e o usufruto deles, contribuindo assim na melhoria de sua qualidade de vida.**

O trabalho de acompanhamento familiar se realiza mediante construção em conjunto com a família de um Plano de Acompanhamento familiar que traça os objetivos e metas tendo em vista as particularidades de cada família, mediante essa construção as principais atividades desenvolvidas são: agendamento de encontros, realização de visitas domiciliares, reuniões, oferta de oficinas de mobilização/protagonismo/cultural, comunicação e defesa de direitos, atividades de estímulo ao convívio social e comunitário, encaminhamentos para políticas setoriais, inclusão em Programas de Transferência de Renda, bem como de geração de trabalho e renda, dentre outras respeitando a família em seus processos decisórios.

No contexto da pandemia, especialmente em 2020, o acompanhamento familiar foi realizado parcialmente através da metodologia remota, em complemento ao presencial nos

casos de maior necessidade diante da necessidade de adequação do trabalho as medidas de prevenção. No entanto, os CRAS permaneceram abertos durante todo o período pandêmico.

Apresentaremos a seguir o quantitativo de famílias em acompanhamento familiar pelo PAIF nos anos de 2016 a 2021, cabe mencionar que os dados deste último ano foram coletados até Junho.

Tabela 138 - Quantitativo anual de famílias em acompanhamento pelo PAIF – 2016 a 2021

CRAS	2016	2017	2018	2019	2020	2021/Jun
CHATUBA	202	170	156	231	229	111
CODIN	216	280	467	347	257	74
CUSTODÓPOLIS	112	85	158	191	133	100
ESPLANADA	340	267	199	285	235	212
GOYTACAZES	266	271	200	215	206	138
JARDIM CARIOCA	202	241	324	337	322	264
JOCKEY	21	68	129	135	148	120
MATADOURO	108	95	102	181	130	115
MORRO DO COCO	61	99	146	199	160	119
PARQUE GUARUS	72	83	47	96	91	87
PENHA	287	61	66	77	73	81
TRAVESSÃO	57	115	156	152	144	135
URURAI	135	100	104	121	80	112
TOTAL	2079	1935	2254	2567	2208	1668
MÉDIA	173	161	188	214	184	278

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA CRAS, 2016 a 2021 (jan a jul.)

Comparando os anos de 2018 e 2019, pode-se observar o **aumento de 14%** no que se refere ao **serviço de acompanhamento às famílias, passando de 2.254 acompanhamentos em 2018, para 2.567 em 2019. Se comparado a 2017 este aumento foi de 33%**. Verifica-se, ainda, uma redução no número de famílias acompanhadas no ano de 2020, o que pode ser um reflexo do período pandêmico iniciado em março do referido ano. A média do ano de 2021 se destaca em relação aos anos anteriores, mas devemos considerar o período reduzido de meses que entraram na divisão para cálculo da média.

Com a revisão dos Relatórios Mensais de Atendimento (RMA) realizada pela Vigilância Socioassistencial, o RMA dos CRAS passou a contar no ano de 2020 com uma listagem mensal de todas as famílias do PAIF, o que nos permitiu uma informação mais fidedigna a realidade. Cabe mencionar que este era um grande desafio no âmbito da sistematização das informações e do nivelamento técnico sobre o acompanhamento familiar.

Além deste movimento, o gráfico acima também permite comparar os acompanhamentos realizados por cada equipamento, chamando a atenção o CRAS Jardim Carioca, responsável pelo maior número de acompanhamentos de famílias em 2020 (322 famílias), seguido do CRAS CODIN (257 famílias). Os mesmos equipamentos também se destacaram em 2019, em ordem inversa. No entanto, em 2021 o CRAS CODIN apresentou um redução expressiva, permanecendo Jardim Carioca e Esplanada com os maiores quantitativos.

Em 2019 verifica-se um aumento mais significativo no número de acompanhamento familiar realizado pelos CRAS Parque Guarus, Matadouro e Chatuba com crescimento de 104%, 78% e 48%, respectivamente. Dentre os equipamentos onde esse número apresentou diminuição, o destaque ficou com o CRAS CODIN, que reduziu em 26% o número de famílias em acompanhamento entre um ano e outro, no entanto segue registrando o maior volume de famílias em acompanhamento. Já no ano de 2020, somente o CRAS Jockey apresentou um volume superior de acompanhamento se comparado ao ano anterior. O ano de 2021 já apresenta ampliação nos CRAS Penha e Ururaí, mas consiste em um período reduzido de meses para título de comparação entre os demais.

A tabela a seguir apresenta o percentual de cobertura do PAIF segundo o quantitativo de famílias referenciadas em cada território de referência. É possível observar que em 2021 CODIN, Goitacazes e Parque Guarus apresentam os menores percentuais de alcance. Se destacam Jardim Carioca, Esplanada, Chatuba e Morro do Coco.

Tabela 139 - Percentual de cobertura de cada CRAS em relação ao PAIF, 2019 e 2021.

TERRITÓRIOS	2019			2020			2021		
	PAIF	FAMÍLIAS CÂD	% cobertura	PAIF	FAMÍLIAS CÂD	% cobertura	PAIF	FAMÍLIAS CÂD	%
CHATUBA	171	3587	4,8%	90	3734	2,4%	108	3874	2,8%
CODIN	119	6230	1,9%	140	6478	2,2%	54	6634	0,8%
CUSTODÓPOLIS	135	4876	2,8%	94	5153	1,8%	86	5348	1,6%
ESPLANADA	169	5619	3,0%	155	5939	2,6%	208	6205	3,4%
GOYTACAZES	129	9468	1,4%	69	10487	0,7%	116	10797	1,1%
JARDIM CARIOCA	286	5025	5,7%	192	5305	3,6%	239	5691	4,2%
JOCKEY	95	4332	2,2%	97	4610	2,1%	73	4835	1,5%
MATADOURO	126	3195	3,9%	81	3303	2,5%	93	3382	2,7%

MORRO DO COCO	118	3346	3,5%	109	3593	3,0%	104	3738	2,8%
PARQUE GUARUS	71	6932	1,0%	78	7249	1,1%	87	7631	1,1%
PENHA	50	3509	1,4%	62	3614	1,7%	78	3855	2,0%
TRAVESSÃO	120	4402	2,7%	97	4374	2,2%	116	4701	2,5%
URURAI	87	5347	1,6%	42	5589	0,8%	100	5681	1,8%
TOTAL	<u>1.676</u>	<u>65.868</u>	<u>2,5%</u>	<u>1.306</u>	<u>69.428</u>	<u>1,9%</u>	<u>1.462</u>	<u>72.372</u>	<u>2,0%</u>

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA CRAS, Junho de 2019/2020/2021 e Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, Maio de 2019/2020/2021.

*Foi utilizado o quantitativo de geral de famílias.

Ao analisar a taxa geral de cobertura do acompanhamento familiar, podemos observar historicamente um percentual bem inferior em relação a referência de 10% do Pacto de Aprimoramento do SUAS, mesmo considerando apenas os cadastros atualizados nos últimos 24 meses e não o total de famílias no referido cadastro.

Das novas famílias inseridas em acompanhamento por ano, a variação foi igualmente positiva até 2019, com um acréscimo de 8%. Isso significa que no ano de 2018, 983 novas famílias foram inseridas em acompanhamento familiar, e no ano de 2019, 1.062. No entanto, ao analisarmos o ano de 2020, evidencia-se um número bem reduzido de novas famílias inseridas no acompanhamento familiar, o que nos sugere que um volume expressivo do total de famílias estavam sendo acompanhadas desde anos anteriores.

Ao analisarmos tal dado articulado ao contexto da pandemia, podemos sugerir que o número de novas buscas aos CRAS reduziu para atendimentos pontuais, tais como resolução de questões relacionadas ao auxílio emergencial, fator esse desencadeado pelo próprio momento e pelas medidas de restrição, assim como essa redução pode estar articulada as adequações do acompanhamento e utilização de novas metodologias que demandam o acesso a internet ou linhas telefônicas.

Em 2021 podemos observar uma média superior ao ano de 2020 e próxima a média de anos anteriores, apresentamos a retomada gradativa a adesão ao serviço continuado de acompanhamento familiar por novas famílias diante da atual fase pandêmica.

Tabela 140 - Total de novas famílias inseridas em acompanhamento familiar do PAIF – 2016 a 2021

TERRITÓRIOS	2016	2017	2018	2019	2020	2021
CHATUBA	88	40	35	82	26	21
CODIN	113	189	290	215	56	12
CUSTODÓPOLIS	53	55	82	94	43	20

ESPLANADA	128	64	60	117	23	59
GOITACAZES	212	84	55	63	53	58
JARDIM CARIOCA	90	114	135	94	54	76
JOCKEY	21	48	72	44	61	13
MATADOURO	57	33	43	81	33	40
MORRO DO COCO	38	70	65	105	27	7
PARQUE GUARUS	12	28	19	49	5	9
PENHA	72	21	36	24	18	19
TRAVESSÃO	41	83	60	50	34	34
URURAI	54	54	31	44	35	54
TOTAL	979	883	983	1062	468	422
Média	82	74	82	89	39	70

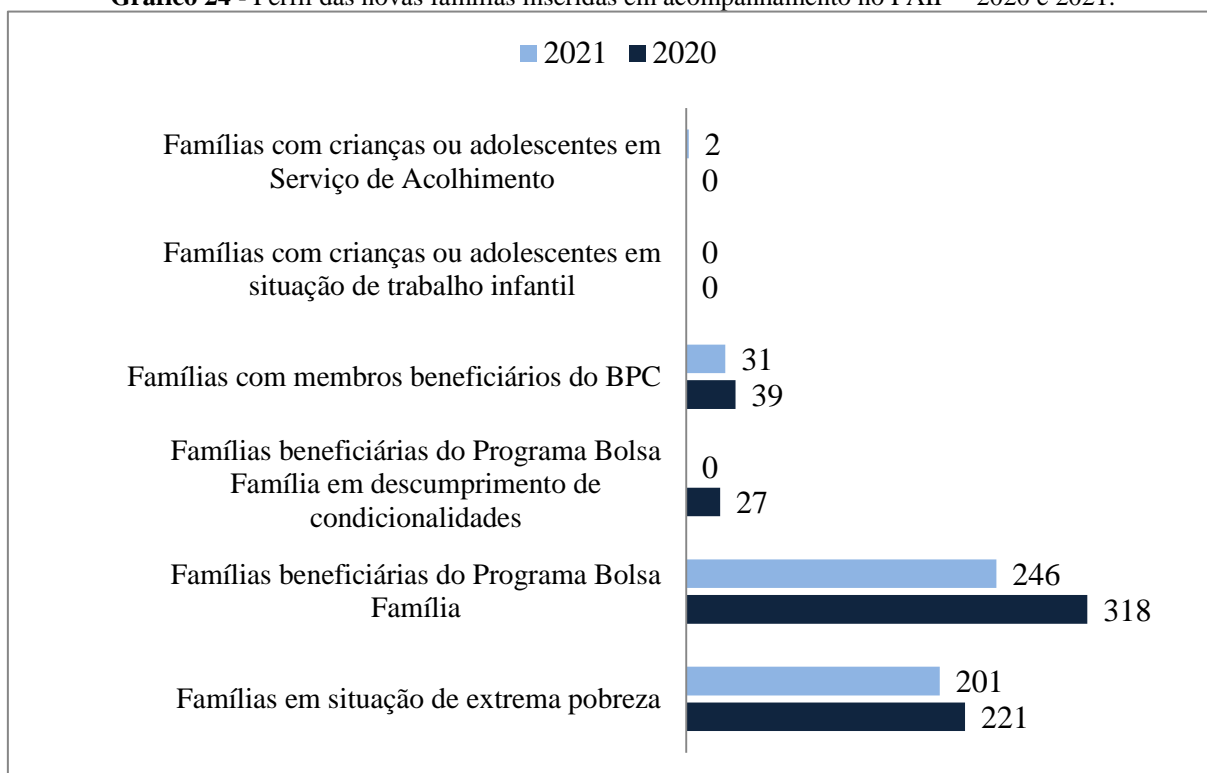
Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA CRAS, 2016 a 2021 (jan.a jul.).

Observando cada equipamento no ano de 2019, os destaques são dos CRAS Parque Guarus, com 158% de aumento no número de novas famílias inseridas em acompanhamento, Chatuba, com 134%, e Esplanada, com 95%. Os equipamentos onde o número de inserção de famílias em acompanhamento diminuiu de modo mais significativo foram CRAS Jockey, Penha e Jardim Carioca. Em todos os equipamentos houve uma redução expressiva no ano de 2020.

De modo geral, os maiores percentuais de novos casos inseridos no ano de 2021 até Julho estão nos seguintes CRAS: Jardim Carioca (18%), Esplanada (14%), e Goitacazes (14%).

O perfil das novas famílias inseridas em acompanhamento pelo PAIF nos anos de 2020 e 2021 pode ser visualizado por meio do gráfico a seguir.

Gráfico 24 - Perfil das novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF – 2020 e 2021.



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA CRAS, 2020 e 2021 (jan. a jul).

No que se refere ao número de novas famílias inseridas em acompanhamento, identifica-se que os dois grupos que mais se destacam são: famílias beneficiárias do PBF representando um total de 318 (2020) e 246 (2021) e famílias em situação de extrema pobreza, com o quantitativo de 221 (2020) e 201 (2021). Dentre as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, 27 destas estavam em descumprimento de condicionalidades no ano de 2020 e nenhuma foi identificada em 2021. Durante o período pandêmico o Ministério da Cidadania suspendeu a repercussão dos efeitos em relação ao descumprimento de condicionalidades.

O quantitativo de famílias com membros beneficiários do BPC foi de 39 (2020) e 31 (2021), enquanto somente 02 famílias com crianças ou adolescentes no serviço de acolhimento no ano de 2021 e nenhuma em situação de trabalho infantil nos referidos anos.

ATENDIMENTOS PARTICULARIZADOS

Os atendimentos particularizados são “aqueles realizados de maneira isolada com um indivíduo ou com uma única família, ou seja, todos aqueles atendimentos concretizados pela

equipe técnica do CRAS e que não são realizados em grupos (atendimentos coletivos)” (MDS, 2017, p. 10).

Os atendimentos individualizados podem ser realizados por técnicos de nível superior ou por técnicos de nível médio, de acordo com os diferentes fins aos quais estejam voltados, tais como: acolhida de uma família ou indivíduo; escuta e prestação de orientações à família; escuta e encaminhamento da família para a rede socioassistencial ou para outras políticas públicas; resolver problemas relacionados ao recebimento de benefícios; realizar cadastramento ou atualização cadastral do CadÚnico, etc. Também devem ser consideradas como atendimento individualizado as visitas domiciliares realizadas pelos técnicos de nível superior e de nível médio dos CRAS (MDS, 2017, p. 10).

Cabe mencionar que no período da pandemia houve uma ampla dinamização de informações do atendimento remoto nos CRAS com divulgação das linhas telefônicas nos canais de comunicação da Prefeitura.

Apresentaremos a seguir o total de atendimentos particularizados e as especificidades destes atendimentos discriminadas.

Tabela 141 - Volume de atendimentos particularizados realizados nos CRAS – anos de 2016 a 2021

Atendimentos	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Atendimentos Particularizados	52.345	74.966	99.274	98.946	64.725	43.265
Média	4.362	6.247	8.273	8.246	5.394	7.211
Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único	4.182	9.075	15.701	12.914	5.384	3.559
Média	349	756	1.308	1.076	449	593
Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único	12.990	18.370	27.705	24.649	11.518	10.609
Média	1.083	1.531	2.309	2.054	960	1.768
Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC	1.039	1.985	1.900	1.396	879	574
Média	87	165	158	116	73	96
Famílias encaminhadas para os CREAS	203	159	157	153	64	27

Média	17	13	13	13	5	5
Visitas domiciliares realizadas	4.300	10.442	6.066	7.367	3.770	1.926
Média	358	870	506	614	314	321

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA CRAS, 2016 a 2021 (jan. a jun.)

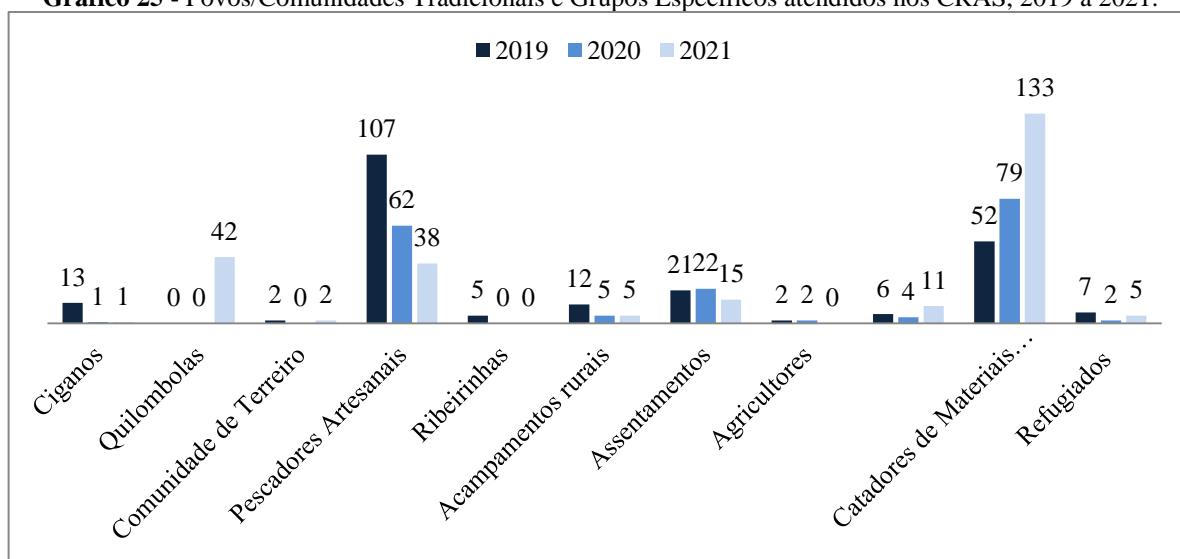
O volume geral de atendimentos particularizados se manteve em 2019 próximo ao de 2018, com uma pequena redução de 3%. Com relação ao número de visitas domiciliares, este foi o único que apresentou uma ampliação em relação às especificidades dos atendimentos (21%). Já no ano de 2020, a média de atendimentos é bem inferior ao ano anterior, em 2019 a média/mês foi de 8.246 enquanto em 2020 esta foi de 5.394. O próprio contexto e as medidas de prevenção da pandemia nos ajudam a compreender tal fenômeno.

A média de 2021 já apresenta um acréscimo em relação ao ano anterior, representando por 7.211/mês.

É importante ressaltar que o alcance a Povos e Comunidades Tradicionais e Grupos Específicos atendidos nos territórios de abrangência dos CRAS, registrou um aumento de 149% em 2019. Foram 177 Grupos Tradicionais e Específicos identificados em 2018 e 227 em 2019.

No ano de 2020 o quantitativo foi de 177, o que dialoga com a redução dos atendimentos de modo geral. Em 2021, estes já se apresentam até o primeiro semestre com 252, sendo o maior quantitativo e média/mês da série histórica em análise.

Gráfico 25 - Povos/Comunidades Tradicionais e Grupos Específicos atendidos nos CRAS, 2019 a 2021.



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA CRAS, 2019 a 2021 (jan. a jun.)

BUSCA ATIVA

A Busca Ativa é uma ação intencional do profissional/equipe técnica, cujo objetivo é ir ao encontro do usuário, na intenção de possibilitar o acesso do mesmo aos serviços socioassistenciais, por exemplo. É por meio dela que também se pode identificar as situações de risco e vulnerabilidade, posto isso ela é estratégica na oferta da proteção social.

No próximo gráfico estão os números de ações de busca ativa realizadas pelos CRAS no município nos anos de 2018 a 2021. É possível identificar uma redução dessa ação no decorrer dos anos.

Tabela 142 - Busca Ativa realizadas pelos CRAS – 2018 a 2021

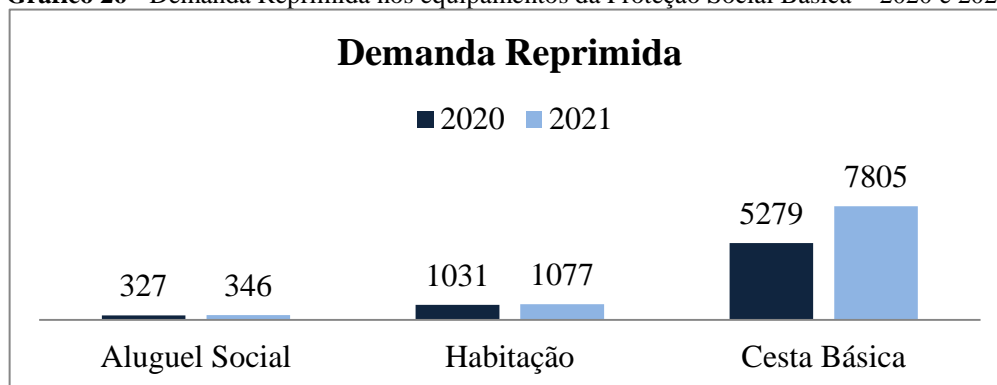
Buscas Ativas	2018	2019	2020	2021
CHATUBA	382	522	20	2
CODIN	1574	791	46	0
CUSTODÓPOLIS	449	337	18	28
ESPLANADA	553	742	207	107
GOYTACAZES	596	564	85	102
JARDIM CARIOCA	1009	769	802	155
JOCKEY	210	345	201	164
MATADOURO	534	257	3	11
MORRO DO COCO	119	77	15	70
PARQUE GUARUS	52	92	31	10
PENHA	430	292	106	39
TRAVESSÃO	658	463	55	9
URURAI	373	256	10	99
TOTAL	6939	5507	1599	796
Média	578	459	133	133

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA CRAS, 2016 a 2021 (jan. a jul.)

DEMANDA REPRIMIDA

Apresentaremos adiante o quantitativo de demanda reprimida para programas habitacionais e benefícios eventuais nos CRAS. Considera-se demanda reprimida o quantitativo de usuários que possuem perfil para acessar determinado benefício ou programa e não o acessam por ausência de vagas, estrutura, dentre outros fatores. Cabe mencionar que no período da pandemia as buscas por tais benefícios se ampliou expressivamente, sobretudo para a cesta básica, registrando uma ampliação de 48% até Junho de 2021, se comparado a Dezembro de 2020.

Gráfico 26 - Demanda Reprimida nos equipamentos da Proteção Social Básica – 2020 e 2021.



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA CRAS, 2020 (dez.) e 2021 (jun.).

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é definido pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais como um:

serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas a seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos no desenvolvimento de capacidades e potencialidades (BRASIL, 2009a).

A capacidade de atendimento pactuada para o município com o MDS é de **2.490** participantes, sendo que 50% dessa meta **1.245** deve atender ao público prioritário para o Serviço.

Segundo a Resolução CIT nº 01/2013 e a Resolução CNAS nº 01/2013, considera-se público prioritário para o atendimento no SCFV crianças e/ou adolescentes e/ou pessoas idosas nas seguintes situações:

- Em situação de isolamento;
- Trabalho infantil;
- Vivência de violência e/ou negligência;
- Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos;
- Em situação de acolhimento;
- Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;
- Egressos de medidas socioeducativas;
- Situação de abuso e/ou exploração sexual;
- Com medidas de proteção do ECA;
- Crianças e adolescentes em situação de rua;
- Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência.

Os dados aqui apresentados foram retirados do Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SISC nos anos citados.

Salienta-se que a análise que aqui será apresentada foi produzida a partir dos SCFV inscritos no SISC. O município de Campos dos Goytacazes, no entanto, possui outros SCFV ofertados pela rede privada que por ainda estarem em processo de reordenamento não constam neste diagnóstico.

Nesse sentido, as tabelas a seguir apresentam o quantitativo de participantes por ciclo, explicitando o percentual de cobertura do serviço, com referência aos anos de 2017 a 2021.

Tabela 143 - Número de participantes por ciclo e percentual de cobertura do serviço - 2017.

Ciclo	Participantes	% de Cobertura
1º CICLO	1912	77%
2º CICLO	705	28%
3º CICLO	834	33%
4º CICLO	931	37%

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA-SCFV

Tabela 144 - Número de participantes por ciclo e percentual de cobertura do serviço - 2018.

Ciclo	Participantes	% de Cobertura
1º CICLO	983	39%
2º CICLO	1050	42%
3º CICLO	1168	47%
4º CICLO	1233	50%

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA-SCFV.

Tabela 145 - Número de participantes por ciclo e percentual de cobertura do serviço - 2019.

Ciclo	Participantes	% de Cobertura
1º CICLO	1305	52%
2º CICLO	1323	53%
3º CICLO	1309	53%
4º CICLO	1353	54%

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA-SCFV.

Tabela 146 - Número de participantes por ciclo e percentual de cobertura do serviço - 2020.

Ciclo	Participantes	% de Cobertura
1º CICLO	1310	53%
2º CICLO	1262	51%
3º CICLO	1244	50%
4º CICLO	1209	49%

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA-SCFV

Tabela 147 - Número de participantes por ciclo e percentual de cobertura do serviço - 2021.

Ciclo	Participantes	% de Cobertura
1º CICLO	992	40%
2º CICLO	979	39%

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA-SCFV

Verifica-se que o ano de 2017 se inicia com um percentual de cobertura maior e sofreu quedas nos ciclos seguintes, tal situação se explica diante de um processo de reordenamento do serviço que permitiu maior qualidade e credibilidade ao trabalho e aos dados no SISC. É possível analisar um aumento progressivo no ano de 2018, chegando a alcançar metade da meta pactuada no 4º ciclo. Durante o ano de 2019 o aumento progressivo deu continuidade, chegando a 54% no último ciclo.

Nos anos de 2020 e 2021, diante do contexto da pandemia é possível observar uma redução gradativa. No entanto, cabe mencionar que o trabalho foi reordenado e vem sendo ofertado de forma continuada com a utilização de grupos virtuais (whatsapp) para encaminhamento de atividades para este segmento, bem como visitas domiciliares para entrega de materiais didáticos e acompanhamento do público, especialmente para os que possuem maior dificuldade de acompanhamento diante deste redesenho da oferta.

ANÁLISE DE DEMANDA E COBERTURA DO SCFV E DO PÚBLICO PRIORITÁRIO

A capacidade de atendimento do SCFV é calculada tendo como base as informações do CadÚnico sobre o quantitativo de pessoas na faixa etária de **0 (zero) a 17 (dezessete) anos e maiores de 60 (sessenta) anos**, de famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo.

A título de informação, o quadro abaixo informa o quantitativo de pessoas inscritas no Cadastro Único (cadastros atualizados nos últimos 24 meses) com perfil para inserção no SCFV. Na última coluna é possível visualizar o percentual de equivalência do quantitativo desse público por território. Isso significa que o território de Goitacazes, por exemplo, possui o maior percentual de público potencial para o SCFV.

A partir do levantamento do Cadastro Único em Maio de 2021 o número de pessoas na faixa etária para SCFV que o município oferta foi de 43.002 pessoas.

O território de Goitacazes em razão de sua extensão consequentemente possui o maior número de pessoas na faixa etária do SCFV, porém merece destaque o território da CODIN pelo segundo maior número de pessoas na faixa etária de crianças/adolescentes entre 7 a 15

anos e o território do Parque Guarus com perfil de adolescentes entre 16 e 17 anos. No que se refere aos idosos estes se destacam em Goitacazes, Parque Guarus e Esplanada.

Tabela 148 - Número de pessoas no CadÚnico por faixa etária - dezembro de 2020.

Território	Entre 7 a 15	Entre 16 a 17	Maior que 60	Total CadÚnico	% Equivalente
Chatuba	1107	244	785	2136	5%
CODIN	2799	600	758	4157	10%
Custodópolis	2087	457	701	3245	8%
Esplanada	1907	425	1035	3367	8%
Goitacazes	3957	865	2092	6914	16%
Jardim Carioca	1815	383	1020	3218	7%
Jockey	1822	430	798	3050	7%
Matadouro	643	182	532	1357	3%
Morro do Coco	1031	289	810	2130	5%
Parque Guarus	2678	627	1175	4480	10%
Penha	1346	297	671	2314	5%
Travessão	2097	471	766	3334	8%
Ururá	2135	506	659	3300	8%
TOTAL	25424	5776	11802	43002	100%
%	59,1%	13,4%	27,4%	100%	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, CadÚnico, dezembro de 2020.

Para o cálculo da cobertura do SCFV em Campos dos Goytacazes foi feito um levantamento por território do número de pessoas inscritas no CadÚnico, com idade para o SCFV. A partir desse resultado verificou-se qual percentual de cada público desse correspondia a cada território. Com esse percentual calculado, o utilizamos como uma base para calcular o valor proporcional da meta pactuada para o município, que caberia a cada território. A meta geral para o município foi de 2.490 participantes. Assim, esse valor foi distribuído por cada território segundo o percentual maior ou menor de público que possuía cadastrado no CadÚnico.

As tabelas a seguir demonstram que o município, de 2019 a 2021, reduziu o quantitativo de cobertura para o SCFV de 54% a 39%, essa redução pode ser analisada de modo territorializado. Os 4 territórios com percentual mais baixo de cobertura em 2019 foram CODIN (22%), Jardim Carioca (28%), Parque Guarus (28%) e Travessão (28%). Já em 2020, estes foram Chatuba (13%), Jardim Carioca (18%) e CODIN (18%). Em 2021, os territórios com menor alcance no 2º ciclo foram Chatuba (14%), CODIN (22%) e Goitacazes (22%).

Cabe mencionar que o Matadouro se destaca, sobretudo pela Fundação Municipal da Infância e Juventude que também oferta o SCFV e embora atenda vários territórios, possui um quantitativo expressivo neste território.

Tabela 149 - Número de participantes no SISC, Dezembro de 2019.

TERRITÓRIO	Meta	NÚMERO DE INSERIDOS NO SISC - 4º CICLO	%
CHATUBA	138	43	31%
CODIN	237	52	22%
CUSTODOPOLIS	188	85	45%
ESPLANADA	214	182	85%
GOITACAZES	383	180	47%
JARDIM CARIOCA	178	49	28%
JOCKEY	163	103	63%
MATADOURO	90	251	279%
MORRO DO COCO	123	59	48%
PARQUE GUARUS	252	70	28%
PENHA	133	109	82%
TRAVESSÃO	172	49	28%
URURAI	219	121	55%
TOTAL	2490	1353	54%

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – SISC – DEZEMBRO, 2019

Tabela 150 - Número de participantes no SISC, Dezembro de 2020.

TERRITÓRIO	Meta	NÚMERO DE INSERIDOS NO SISC - 4º CICLO	%
CHATUBA	127	17	13%
CODIN	247	44	18%
CUSTODOPOLIS	180	77	43%
ESPLANADA	195	175	90%
GOITACAZES	410	191	47%
JARDIM CARIOCA	188	33	18%
JOCKEY	181	96	53%
MATADOURO	80	216	270%
MORRO DO COCO	121	54	45%
PARQUE GUARUS	252	80	32%
PENHA	135	75	55%
TRAVESSÃO	180	59	33%
URURAI	194	92	47%
TOTAL	2490	1209	49%

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – SISC – DEZEMBRO, 2020

Tabela 151 - Número de participantes no SISC, Junho de 2021.

TERRITÓRIO	Meta	NÚMERO DE INSERIDOS NO SISC - 2º CICLO	%
CHATUBA	138	19	14%

CODIN	237	53	22%
CUSTODOPOLIS	188	68	36%
ESPLANADA	214	126	59%
GOITACAZES	383	83	22%
JARDIM CARIOCA	178	46	26%
JOCKEY	163	92	56%
MATADOURO	90	172	191%
MORRO DO COCO	123	42	34%
PARQUE GUARUS	252	75	30%
PENHA	133	71	53%
TRAVESSÃO	172	46	27%
URURAI	219	86	39%
TOTAL	2490	979	39%

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – SISC – JUNHO, 2021

Apresentaremos adiante o percentual de cobertura nos anos de 2019 a 2021 ao público prioritário do SCFV por território de abrangência.

Tabela 152 - Número do Público Prioritário - SISC, Dezembro de 2019.

Território	Meta	NÚMERO DE INSERIDOS NO SISC POR SITUAÇÃO PRIORITÁRIA - 4º CICLO	% de Participação
Chatuba	72	10	14%
CODIN	121	5	4%
Custodópolis	93	1	1%
Esplanada	104	9	9%
Goitacazes	188	20	11%
Jardim Carioca	87	5	6%
Jockey	81	16	20%
Matadouro	44	51	116%
Morro do Coco	62	9	15%
Parque Guarus	129	23	18%
Penha	60	11	18%
Travessão	88	5	6%
Ururá	114	15	13%
Total	1245	180	14%

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – SISC – DEZEMBRO, 2019

Tabela 153 - Número do Público Prioritário - SISC, Dezembro de 2020.

Território	Meta	NÚMERO DE INSERIDOS NO SISC POR SITUAÇÃO PRIORITÁRIA - 4º CICLO	% de Participação
Chatuba	72	3	5%
CODIN	121	2	2%
Custodópolis	93	5	6%

Esplanada	104	9	9%
Goitacazes	188	24	12%
Jardim Carioca	87	3	3%
Jockey	81	13	14%
Matadouro	44	33	83%
Morro do Coco	62	6	10%
Parque Guarus	129	23	18%
Penha	60	5	7%
Travessão	88	5	6%
Ururaí	114	9	9%
Total	1245	140	11%

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – SISC – DEZEMBRO, 2020

Tabela 154 - Número do Público Prioritário - SISC, Junho de 2021.

Território	Meta	NÚMERO DE INSERIDOS NO SISC POR SITUAÇÃO PRIORITÁRIA - 2º CICLO	% de Participação
Chatuba	72	2	3%
CODIN	121	2	2%
Custodópolis	93	5	5%
Esplanada	104	2	2%
Goitacazes	188	19	10%
Jardim Carioca	87	0	0%
Jockey	81	12	15%
Matadouro	44	22	50%
Morro do Coco	62	5	8%
Parque Guarus	129	21	16%
Penha	60	5	8%
Travessão	88	4	5%
Ururaí	114	7	6%
Total	1245	106	9%

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – SISC – JUNHO, 2021

A cobertura do público prioritário ficou em 14% no ano de 2019, em 11% em 2020 e 9% em 2021, em relação à meta pactuada de 1.245. Os territórios com a menor cobertura em 2019 foram Custodópolis (1%), CODIN (4%), Jardim Carioca (6%) e Travessão (6%). Em 2020, os menores percentuais estão nos CRAS, a saber: Codin (2%), Jardim Carioca (3%) e Chatuba (5%). Em 2021 os menores percentuais se distribuem entre: Jardim Carioca (0%), CODIN (2%) e Esplanada (2%).

Cabe ressaltar que o maior quantitativo de situações prioritárias refere-se ao contexto de crianças ou adolescentes fora da escola, ou com defasagem escolar superior a 02 (dois)

anos, representando 71% dos casos prioritários em 2021. Isso sugere um olhar mais atento dos profissionais ao acompanhamento familiar deste grupo prioritário, levando em consideração a articulação com a rede intersetorial e programas como o Mais Educação.

Tabela 155 - Tipo de Situação Prioritária - 2021.

Situação Prioritária	%
Em situação de isolamento	7%
Trabalho infantil	0%
Vivência de violência e/ou negligência	1%
Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos	71%
Em situação de acolhimento	7%
Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto	1%
Egressos de medidas socioeducativas	0%
Situação de abuso e/ou exploração sexual	0%
Com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA	10%
Crianças e adolescentes em situação de rua	1%
Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência	2%
Total	100%

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – SISC – Junho, 2021

A próxima tabela expõe o quantitativo de usuários do SCFV em acompanhamento, por território. Percebe-se que dos 979 usuários do SCFV, 106, fazem parte do público prioritário, todavia, somente 39 estavam em acompanhamento pelo CRAS, CREAS, ou CRAS e CREAS concomitantemente. Em outras palavras, 63% do público prioritário não estava sendo acompanhado.

Tabela 156 - Quantidade de usuários em acompanhamento no SISC-SCFV, Junho de 2020.

TERRITÓRIO	TOTAL					
	USUÁRIOS NO SISC	SITUAÇÃO PRIORITÁRIA	ESTÁ EM ACOMPANHAMENTO			NÃO ESTÁ EM ACOMPANHAMENTO
			CRAS	CREAS	CRAS E CREAS	
CHATUBA	19	2	1	0	0	1
CODIN	53	2	2	0	0	0
CUSTODÓPOLIS	68	5	5	0	0	0
ESPLANADA	126	2	0	0	0	2
GOITACAZES	83	19	2	0	0	17
JD CARIOCA	46	0	0	0	0	0
JOCKEY	92	12	4	0	0	8
MATADOURO	172	22	6	10	1	5

MORRO DO COCO	42	5	4	0	0	1
PQ GUARUS	75	21	1	1	0	19
PENHA	71	5	2	0	0	3
TRAVESSÃO	46	4	0	0	0	4
URURAI	86	7	0	0	0	7
Total	979	106	27	11	1	67

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – SISC – DEZEMBRO, 2020.

O município conta também com o SCFV executado pela Fundação Municipal da Infância e da Juventude (FMIJ), que entre os 979 foi responsável pelo total de 170 participantes entre 6 a 17 anos. Apesar de localizado no território do Matadouro, o Serviço atende a vários territórios (88 dos 170 participantes do SCFV da FMIJ são do Matadouro).

Tabela 157 - Números de participantes da FMIJ no SISC - Junho de 2021.

TERRITÓRIO	Usuários Fundação	Situação prioritária	FMIJ			NÃO ESTÁ EM ACOMPANHAMENTO
			EM ACOMPANHAMENTO CRAS	CREAS	CRAS E CREAS	
CHATUBA	5	0	0	0	0	0
CODIN	17	3	1	0	1	1
CUSTODÓPOLIS	11	2	2	0	0	0
ESPLANADA	2	0	0	0	0	0
GOITACAZES	0	0	0	0	0	0
JD CARIOCA	19	0	0	0	0	0
JOCKEY	20	4	2	2	0	0
MATADOURO	88	11	0	7	0	4
MORRO DO COCO	0	0	0	0	0	0
PARQUE GUARUS	5	1	0	0	0	1
PENHA	3	2	0	1	0	1
TRAVESSÃO	0	0	0	0	0	0
URURAI	0	0	0	0	0	0
TOTAL	170	23	5	10	1	7

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – SISC – JUNHO, 2021.

Quanto à FMIJ, esta possuía 23 participantes em situação prioritária. Desses, 16 estão em acompanhamento, enquanto 7 não estão.

BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Os Benefícios Eventuais são um tipo de proteção social que se caracteriza por sua oferta de natureza temporária para prevenir e enfrentar situações provisórias de vulnerabilidade decorrentes ou agravadas por nascimentos, mortes, vulnerabilidades temporárias e calamidades.

Concedidos em forma de pecúnia, bens ou serviços, buscando garantir as seguranças sociais de acolhida, convívio e sobrevivência aos indivíduos e às famílias com impossibilidade temporária de arcar, por conta própria, com o enfrentamento de situações de vulnerabilidade decorrentes ou agravadas por contingências que causam danos, perdas e riscos, desprotegendo e fragilizando a manutenção e o convívio entre as pessoas. Contingências são entendidas por eventos inesperados e repentinos que podem, momentaneamente, agravar ou levar indivíduos e famílias a vivenciarem situações de vulnerabilidade e insegurança social, ocasionando vivências que impactam seu cotidiano e demandam atenção urgente do poder público, independentemente da renda das pessoas impactadas, como nas situações de calamidade pública.

Somente em 2018, o Ministério do Desenvolvimento Social, publicou o documento “Orientações Técnicas sobre Benefícios Eventuais no SUAS”. Este documento traz à tona a materialização das orientações aos gestores e técnicos do SUAS sobre a regulamentação e a oferta dos benefícios eventuais, seu papel e sua importância nas garantias da política de Assistência Social e do SUAS. Nesse sentido, pudemos observar a necessidade latente de aperfeiçoar a legislação municipal neste campo.

No decorrer do ano de 2021, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social construiu uma Minuta de Projeto de Lei com vistas a Regulamentação dos Benefícios Eventuais, que foi aprovada pelo Conselho Municipal de Assistência Social e pela Câmara Municipal, mediante isso foi sancionada a Lei 9.109 que compila e regulamenta a concessão de benefícios eventuais, prevendo a concessão das seguintes modalidades: Auxílio natalidade, Auxílio funeral, Situações de vulnerabilidade temporária, dentre estas cesta básica, aluguel social e passagens, bem como nos casos de calamidades públicas. Cabe mencionar que até este marco legal os benefícios eventuais auxílio natalidade e de acesso ao transporte através das passagens não estavam sendo concedidos pela gestão municipal nos anos anteriores de análise.

No município de Campos dos Goytacazes os benefícios eventuais abrangem os dois níveis de Proteção – a proteção básica e a proteção especial. Atualmente a gestão destes encontra-se no Departamento de Proteção Social Básica após reordenamento da estrutura organizacional da SMDHS, criando um setor específico para tal gerência. Até 2020 estes estavam fragmentados em diversos setores, com respaldo legal divergente do SUAS, seguindo parâmetros de leis municipais ultrapassadas, que foram criadas num contexto anterior ao SUAS. A exemplo da Lei municipal nº7021 de 2000 que institui o Programa Bolsa Cidadão, que trata do que é chamado hoje de Programa Renda Mínima, Defeso de Água Doce e Defeso de Água Salgada. Outra situação similar é a Lei Municipal nº 8236 de 2011 que norteia a concessão do aluguel social, mas tem um caráter completamente contrário ao que é preconizado pela assistência social, levando à judicialização da demanda para atender às necessidades do usuário que encontra-se na iminência de desabrigo. Com a regulamentação dos benefícios eventuais em 2021, estas legislações foram revogadas.

Abaixo descrevemos o número de Benefícios Eventuais concedidos nos últimos 04 anos de gestão.

BENEFÍCIO EVENTUAL DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA (CESTA BÁSICA E ALUGUEL SOCIAL) E BENEFÍCIO EVENTUAL DE AUXÍLIO FUNERAL

Beneficiários em 2017

VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA CESTA BÁSICA	2.052 cestas entregues (CRAS)
VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA ALUGUEL SOCIAL	256 famílias beneficiadas
AUXÍLIO FUNERAL	649 benefícios

Beneficiários em 2018

VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA CESTA BÁSICA	1.523 (CRAS); 270 (CREAS, média); 150 (SAN, média). Total médio: 1943 cestas entregues
VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA ALUGUEL SOCIAL	277 famílias beneficiadas
AUXÍLIO FUNERAL	704 benefícios

Beneficiários de 2019

VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA CESTA BÁSICA	3.394 (CRAS) 269 (CREAS) 354 (SAN) Total: 4.017 cestas entregues
VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA ALUGUEL SOCIAL	214 famílias inseridas
AUXÍLIO FUNERAL	686 benefícios

Beneficiários de 2020

VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA CESTA BÁSICA	4334 (CRAS) 583 (CREAS) 117 (SAN) Total: 5.034
VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA ALUGUEL SOCIAL	190 famílias inseridas
AUXÍLIO FUNERAL	734 benefícios

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – RMA CRAS e Programas, 2020 (jan. a dez.).

Beneficiários de 2021 – Janeiro a Junho

VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA CESTA BÁSICA	6.101 (CRAS) 499 (CREAS) Total: 6.600
VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA ALUGUEL SOCIAL	167 famílias inseridas
AUXÍLIO FUNERAL	453 benefícios

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – RMA CRAS e Programas, 2021 (jan. a jun.).

Verifica-se que somente a cesta básica apresentou um quantitativo menor no ano de 2018 em relação ao ano de 2017, nos demais benefícios foi registrada uma ampliação no número de concessões. Já em 2019 houve uma ampliação de cestas básicas e uma redução no aluguel social e auxílio funeral. Em 2021 o número de cestas entregues até Junho já é superior a todo ano de 2019 e 2020. Tal situação se relaciona com a pandemia da COVID-19 que acarretou diretamente na ampliação do empobrecimento das famílias, bem como de suas vulnerabilidades e riscos sociais. As médias/mês do aluguel social e do auxílio funeral também são superiores em 2021 até o período de Junho.

Cabe mencionar que os dados do Aluguel Social referem-se ao número de usuários inseridos, no entanto alguns meses de pagamento estão pendentes dos anos de 2019 e 2020.

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA FEDERAL

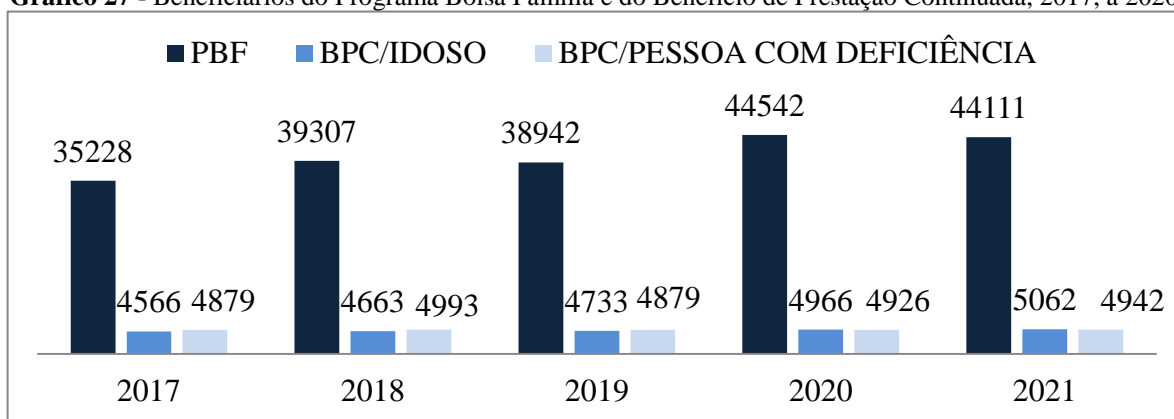
Os principais programas de transferência de renda do Governo Federal são o Programa Bolsa Família – PBF e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), ambos vinculados ao sistema de assistência social brasileiro.

O Programa Bolsa Família (PBF), instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, é uma transferência direta de renda, com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Tem origem na unificação dos seguintes programas de transferência de renda: Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Auxílio-Gás e Bolsa Alimentação, criados de 2001 a 2003.

A principal transferência de renda existente no país, em montante de gasto público, é o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Tal benefício tem sua origem na Renda Mensal Vitalícia (RMV), instituída pela Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974. Com a Constituição Federal de 1988, o benefício tornou-se essencialmente assistencial, sem qualquer natureza contributiva. O atual benefício assistencial está previsto no inciso V do art. 203, da Carta Magna, dispositivo pelo qual se preceitua que seja pago um salário mínimo aos idosos e pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, nos termos da lei. A matéria está regulamentada pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 — Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) —, e o benefício, agora denominado Benefício de Prestação Continuada (BPC), é pago àqueles cuja renda familiar mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo. O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias extremamente pobres (com renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa) ou pobres (com renda mensal de R\$ 89,01 a R\$ 178,00 por pessoa), identificadas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

O gráfico abaixo apresenta a cobertura do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada, no município de Campos dos Goytacazes nos anos de 2017 a 2021.

Gráfico 27 - Beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada, 2017, a 2020.



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, 2017 a 2020.

Observa-se um movimento diferente em 2019, com relação a 2018, onde o número de beneficiários do Programa Bolsa Família reduziu, tal fenômeno se deu diante de uma ampliação na demanda reprimida dada ao fluxo de novas inclusões e ampliação das averiguações cadastrais. Em relação ao Benefício de Prestação Continuada enquanto o quantitativo de idosos beneficiários aumentou, o de pessoas com deficiência também apresentou uma redução.

Já no ano de 2020, é possível observar que em decorrência da pandemia da COVID-19, o Governo Federal reduziu a listagem de demanda reprimida para o Programa Bolsa Família, fazendo com que este ano apresentasse um aumento expressivo de beneficiários, movimento que era não era perceptível nos anos anteriores. O ano de 2021 apresenta uma pequena redução.

O benefício de Prestação Continuada apresentou aumento nos dois segmentos, de idosos e pessoas com deficiência em 2020 e 2021.

Apresentaremos adiante alguns indicadores do Programa Bolsa Família no município e no Brasil, o que nos permite um parâmetro de análise.

Quadro 15 - Síntese PBF - 2017/2018/2019/2020.

2017							
Acompanhamento da Atualização Cadastral		Acompanhamento das condicionalidades de Educação		Acompanhamento das condicionalidades de Saúde		IGD-M	
Média nacional	Município	Média nacional	Município	Média nacional	Município	Média nacional	Município
0,70	0,71	0,93	0,93	0,78	0,81	0,73	0,79
2018							
Acompanhamento da		Acompanhamento das		Acompanhamento das		IGD-M	

Atualização Cadastral		condicionalidades de Educação		condicionalidades de Saúde			
Média nacional	Município	Média nacional	Município	Média nacional	Município	Média nacional	Município
0,70	0,86	0,93	0,92	0,78	0,76	0,73	0,84
<u>2019</u>							
Acompanhamento da Atualização Cadastral		Acompanhamento das condicionalidades de Educação		Acompanhamento das condicionalidades de Saúde		IGD-M	
Média nacional	Município	Média nacional	Município	Média nacional	Município	Média nacional	Município
0,86	0,89	0,93	0,96	0,80	0,80	0,74	0,86
<u>2020</u>							
Acompanhamento da Atualização Cadastral		Acompanhamento das condicionalidades de Educação		Acompanhamento das condicionalidades de Saúde		IGD-M	
Média nacional	Município	Média nacional	Município	Média nacional	Município	Média nacional	Município
0,83	0,86	0,93	0,96	0,80	0,80	0,74	0,87
<u>2021</u>							
Acompanhamento da Atualização Cadastral		Acompanhamento das condicionalidades de Educação		Acompanhamento das condicionalidades de Saúde		IGD-M	
Média nacional	Município	Média nacional	Município	Média nacional	Município	Média nacional	Município
0,83	0,86	0,93	0,96	0,80	0,80	0,74	0,87

Fonte: Relatório do Bolsa Família em seu município, 2017 a 2021.

Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/relatorio-completo.html>

O município demonstra um bom desempenho ficando acima da média nacional em todos os indicadores durante o ano de 2019, somente nas condicionalidades da saúde o município apresentou a mesma média. Em todos os indicadores municipais o ano de 2019 apresentou médias superiores as dos anos anteriores, com exceção das condicionalidades da saúde em 2017.

Em 2020, o município apresentou uma pequena redução em relação a atualização cadastral. Sugere-se que tal fenômeno estabelece relação com as medidas de prevenção em função da pandemia da COVID-19. As demais médias não sofreram alteração, com exceção do IGD-M que apresentou um pequeno aumento em 2020. O ano de 2021 até Maio não apresentou alterações nas médias, conforme Relatório disponibilizado pelo Ministério da Cidadania.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

A Proteção Social Especial tem como objetivo a orientação e acompanhamento às famílias e indivíduos “que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras” (BRASIL, 2004). Em Campos dos Goytacazes é por meio dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), do Centro POP e dos Acolhimentos Institucionais que esse nível de proteção se materializa.

Este capítulo tem como objetivo apresentar dados referentes à execução desses serviços e programas, recorrendo, para tanto, a seguinte fonte de dados: Relatório Mensal de Atendimento (RMA).

Cabe salientar que a variação dos números de um ano para o outro, aqui apresentados, se deu em parte por um trabalho realizado pela Vigilância Socioassistencial ao longo dos anos de 2017 a 2019, voltado para uma orientação mais intensa aos equipamentos para o correto preenchimento dos RMA's.

O município de Campos dos Goytacazes possui 3 CREAS que são responsáveis pela oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e o Serviço de Abordagem Social.

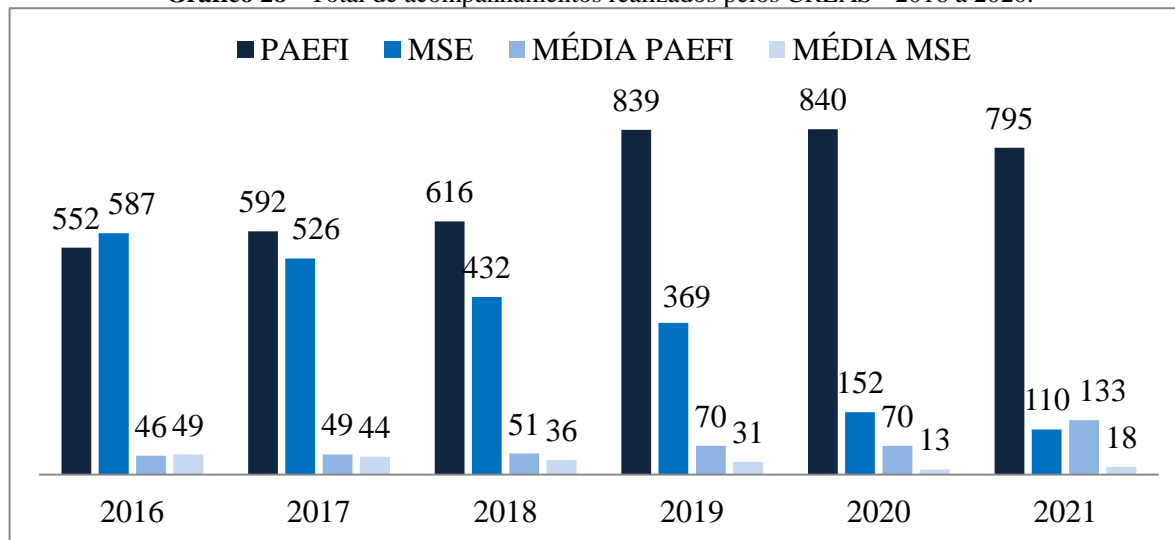
PAEFI: O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

MSE: Com a aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais em 2009, o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) foi caracterizado como serviço socioassistencial de caráter continuado no SUAS.

As medidas de Prestação de Serviços à Comunidade e de Liberdade Assistida são conhecidas como medidas socioeducativas em meio aberto porque não implicam privação de liberdade, mas em restrição de direitos, visando à responsabilização, à desaprovação da conduta infracional e à integração social.

O gráfico abaixo apresenta o quantitativo de acompanhamentos realizados no âmbito do PAEFI e MSE pelos três CREAS do município durante os anos de 2016 a 2021.

Gráfico 28 - Total de acompanhamentos realizados pelos CREAS - 2016 a 2020.



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA CREAS, 2016 a 2020.

É possível observar no PAEFI um aumento progressivo no quantitativo de acompanhamentos realizados, se destacando de modo superior no ano de 2019 quando este apresentou um aumento de 36% em relação ao ano anterior.

O ano de 2020 apresenta média de acompanhamento igual ao ano anterior, 70 casos. Muitas pesquisas vêm apontando que o contexto da pandemia desencadeou na ampliação das violações de direitos, na medida em que o agressor muitas vezes encontra-se no próprio núcleo familiar e, diante das medidas de prevenção, as pessoas permaneceram por mais tempo em casa. Cabe mencionar ainda que, a subnotificação continua sendo algo presente no universo das famílias como abordaremos adiante.

Em 2021, o período de análise compreende somente 06 meses, mas temos um quantitativo próximo ao do ano anterior e uma média superior no âmbito do PAEFI com 133 casos.

Em relação aos acompanhamentos da medida socioeducativa o movimento ocorreu de forma decrescente, chegando a apresentar em 2019 uma redução de 15% em relação ao ano anterior.

Já o ano de 2020 também apresenta os impactos diretos da pandemia no serviço, na medida em que as audiências estiveram suspensas, tendo os CREAS recebido um número muito reduzido de casos encaminhado impactando diretamente no quantitativo de

acompanhamentos no ano, contabilizando 152 casos. O ano de 2021 seguiu apresentando decréscimo, contabilizando até Junho um quantitativo de 110 casos.

Cabe mencionar que não necessariamente o número de adolescentes que cometeram ato infracional e foram encaminhados para o cumprimento de medida socioeducativa tenha apresentado uma redução, na medida em que este dado diz respeito somente aos que foram inseridos em acompanhamento pelos CREAS.

TRABALHO SOCIAL REALIZADO NOS CREAS

Atendimento Técnico

O Caderno de Orientações Técnicas do CREAS aponta que o desempenho do papel dos técnicos exige o desenvolvimento de intervenções mais complexas, as quais demandam conhecimentos e habilidades técnicas mais específicas por parte da equipe, além de ações integradas com a rede.

Nessa direção, algumas situações poderão requerer atendimentos individualizados, enquanto outras demandarão intervenções coletivas com a participação da família ou até mesmo a inclusão em atendimentos em grupo.

O trabalho social especializado ofertado pelo CREAS exige que a equipe profissional seja interdisciplinar, contando com profissionais de nível superior e médio, habilitados e com capacidade técnica para o desenvolvimento de suas funções. Implica, ainda, em maior domínio teórico-metodológico por parte da equipe, intencionalidade e sistematicidade no acompanhamento a famílias/indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos.

No ano de 2020 foram realizados pelos 3 equipamentos 3.996 atendimentos técnicos individualizados (nos serviços do PAEFI e MSE), ressaltando que um mesmo indivíduo/família pode ter sido atendido mais de uma vez no mês de referência.

Tabela 158 - Número de Atendimentos Técnicos Individualizados do PAEFI - 2016 a 2021.

EQUIPAMENTOS	2016			2017			2018			2019			2020			2021		
	PAEFI	MSE	Total	PAEFI	MSE	Total	PAEFI	MSE	Total	PAEFI	MSE	Total	PAEFI	MSE	Total	PAEFI	MSE	Total
CREAS I	690	612	1302	758	638	1396	945	627	1572	1811	744	2555	1391	401	1792	830	148	978
CREAS II	885	854	1739	817	765	1582	1027	808	1835	1355	944	2299	730	422	1152	569	123	692
CREAS III	1589	364	1953	1761	362	2123	1340	205	1545	1158	286	1444	959	93	1052	330	32	362
TOTAL	3164	1830	4994	3336	1765	5101	3312	1640	4952	4324	1974	6298	3080	916	3996	1729	303	2032
Média	416			425			413			525			333			339		

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA CREAS, 2016 a 2021 (jan. a jun.).

Para, além, dos 3.996 atendimentos ofertados no âmbito do PAEFI e da MSE no ano de 2020, os três CREAS ofertaram mais 669 outros atendimentos, distribuídos da seguinte maneira: 147 no CREAS I, 248 no CREAS II e 274 no CREAS III, totalizando assim 4.665 atendimentos em 2020. O comparativo entre os serviços nos respectivos anos nos indica um aumento expressivo de atendimentos no ano de 2019, de 27%. Se analisarmos por serviço em relação a PAEFI o aumento foi de 31%, enquanto em MSE este foi de 20%.

O ano de 2020 apresenta uma média inferior em relação a 2019, neste último a média/mês de PAEFI foi de 360, enquanto a de MSE foi de 165. Já em 2020 as médias foram, respectivamente, 257 e 76.

Em 2021, a média de atendimentos segue próxima ao ano de 2020.

Ainda que estudos apontem a ampliação das violações de direitos no contexto pandêmico isso não resultou diretamente em uma ampliação dos atendimentos e casos recebidos nos CREAS como veremos adiante.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS

A tabela a seguir apresenta a variação do número de famílias em acompanhamento pelo PAEFI entre os anos de 2016 a 2020.

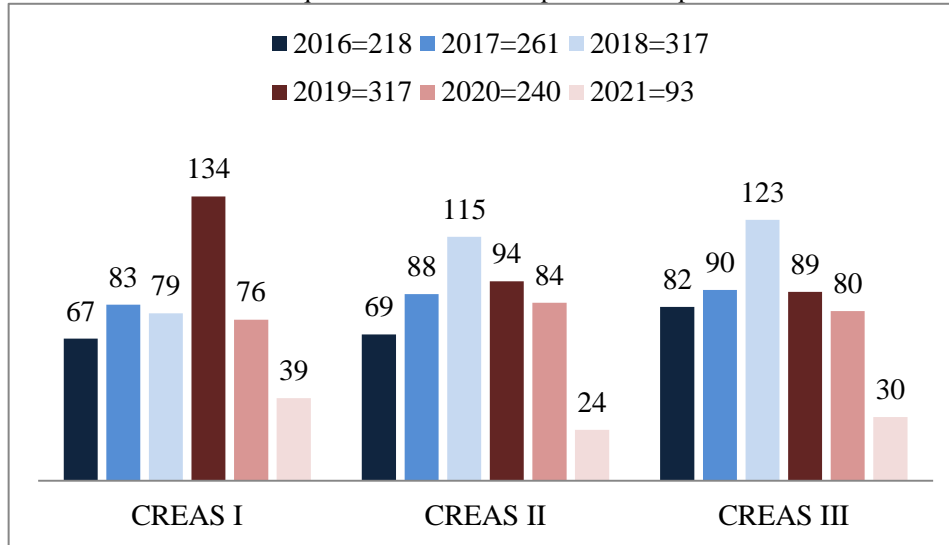
Tabela 159 - Total de Famílias em Acompanhamento pelo PAEFI - 2016 a 2021

Equipamento	2016	2017	2018	2019	2020	2021
CREAS I	235	199	156	243	231	222
CREAS II	159	204	213	324	299	277
CREAS III	158	189	247	272	310	296
TOTAL	552	592	616	839	840	795

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA CREAS, 2016 a 2021 (jan. a jun.)

Do total de 795 famílias/indivíduos acompanhados em 2021, 93 foram casos novos. O gráfico a seguir apresento este indicador na série histórica de acompanhamento do PAEFI.

Gráfico 29 - Casos novos que entraram em acompanhamento pelo PAEFI - 2016 a 2021



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA CREAS, 2016 a 2021 (jan. a jun.)

Entre os equipamentos no ano de 2019 o CREAS I apresentou o aumento de 70% de novas famílias para acompanhamento (em relação a 2018). Os demais CREAS apresentaram um decréscimo, no CREAS II este foi de 18% enquanto no CREAS III este foi de 28%.

Em relação a 2020 todos equipamentos apresentaram redução: CREAS I – 43% , CREAS II – 11% e no CREAS III – 10% , o que possivelmente está relacionado a pandemia e as medidas de restrição. O movimento de redução permaneceu no primeiro semestre de 2021, quando a média é de 16 casos, enquanto em 2020 foi de 20.

O governo federal por meio do RMA busca identificar alguns “perfis” dos casos acompanhados pelo PAEFI. Algumas famílias inseridas em acompanhamento não se enquadram em nenhuma das condições elencadas enquanto outras podem se enquadrar simultaneamente em mais de uma condição. Na tabela a seguir é possível observar esses perfis.

Tabela 160 - Perfil dos novos casos inseridos no acompanhamento do PAEFI – 2016 a 2021

PERFIL DOS NOVOS CASOS	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	101	109	147	123	72	23
Famílias com membros beneficiários do BPC	16	35	25	36	19	8
Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil	9	2	6	10	17	2
Famílias com crianças ou adolescentes em Serviço de Acolhimento	49	66	63	74	35	16
Famílias cuja situação de violência/ violação esteja associada ao uso abusivo de substâncias psicoativas	13	11	46	24	8	2
Famílias com adolescentes em cumprimento de MSE em meio aberto	-	24	15	5	0	0

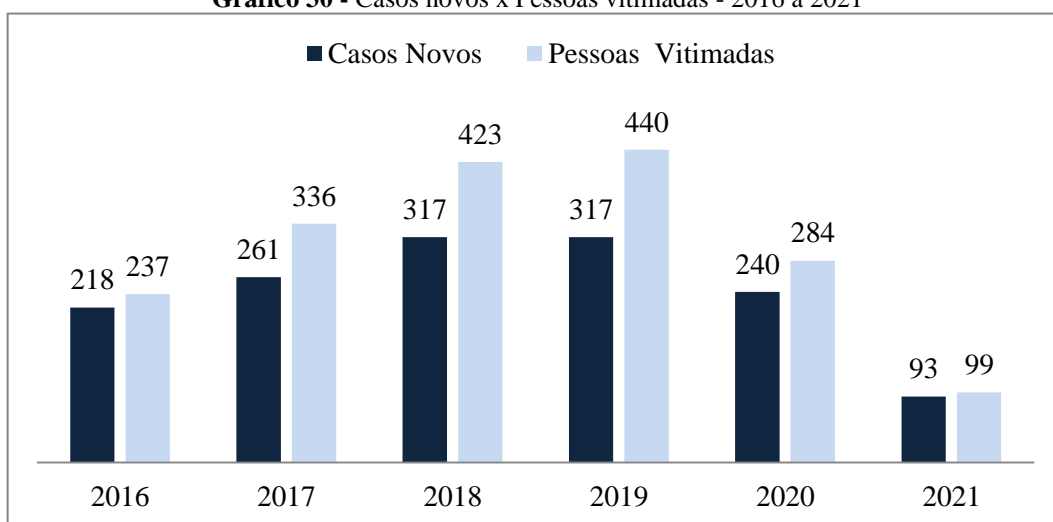
Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA CREAS, 2016 a 2021 (jan. a jun.)

Identifica-se que a maioria das famílias inseridas no acompanhamento do PAEFI em 2020 são beneficiárias do Programa Bolsa Família (72), seguidas das que possuem crianças e adolescentes no serviço de acolhimento (35) e beneficiárias do BPC (19). No entanto, verifica-se que não houve registro de identificação de famílias com adolescentes em situação de cumprimento de MSE e um número reduzido de situação de trabalho infantil (17) e violação vinculada com o uso abusivo de substâncias psicoativas (08). Os mesmos perfis se destacam em 2021.

Tendo como princípio a matricialidade sociofamiliar, cabe ao técnico do PAEFI identificar durante o acompanhamento dos casos (famílias ou indivíduos) o número de vítimas de violência ou violação de direitos na medida que, em um mesmo caso pode haver mais de uma vítima, portanto, o olhar do técnico precisa voltar-se para todos os membros da família.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a proporção entre casos acompanhados e pessoas vitimadas identificadas pelos técnicos dos CREAS.

Gráfico 30 - Casos novos x Pessoas vitimadas - 2016 a 2021



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA CREAS, 2016 a 2021 (jan. a jun.)

Em todos os anos os técnicos dos CREAS identificaram um número superior de pessoas vitimadas, em relação ao número de casos. É expressiva a ampliação de pessoas vítimas de alguma violação a partir de 2017, neste ano este indicador já havia registrado ampliação e está se acirrou nos anos de 2018 e 2019. Nos anos de 2020 e 2021 observamos uma redução, movimento que acompanha o impacto da pandemia mencionado.

Esse dado é interessante, pois demonstra que o trabalho dos técnicos dos CREAS pode se desdobrar no atendimento a diversas outras demandas. Em cada caso acompanhado pode-se identificar e até atender a outras demandas, as quais podem requerer atenção e necessidades específicas. O gráfico abaixo apresentará dados do perfil de sexo e faixa etária das pessoas vitimadas.

Tabela 161- Perfil das pessoas vitimadas que ingressaram no PAEFI em 2020 e 2021.

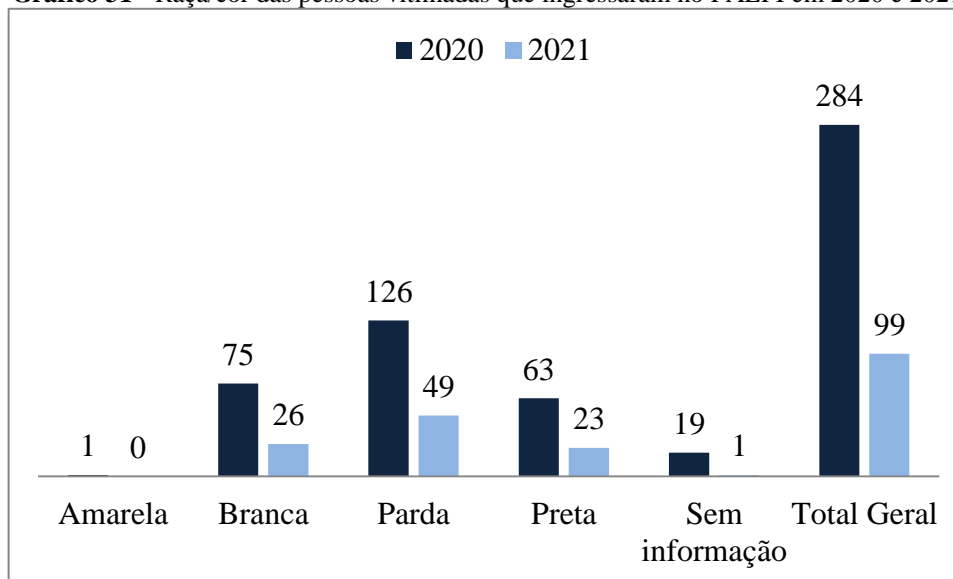
Faixa Etária	2020		2021	
	M	F	M	F
0 a 12 anos	59	58	16	26
13 a 17 anos	29	45	10	24
18 a 59 anos	10	17	4	9
60 anos ou mais	29	37	6	4
Total	284		99	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA CREAS, 2020 e 2021 (jan. a jun.).

A tabela apresentada anteriormente evidencia que o maior grupo de pessoas vitimadas que chega aos CREAS em ambos os anos é formado por crianças de 0 a 12 anos, e adolescentes, de 13 a 17 anos, do sexo feminino. As meninas, nessa faixa etária correspondem, para o ano de 2021, a 66% das vítimas de variadas formas de violência ou violação de direitos, alertando para a necessidade de maior atenção para com esse grupo.

O gráfico abaixo apresenta a distribuição das pessoas vitimadas por raça/cor. Sobressai o segmento de negros (pardos e pretos), em 2020 estes representam 67%, enquanto em 2021 estes somam 73%.

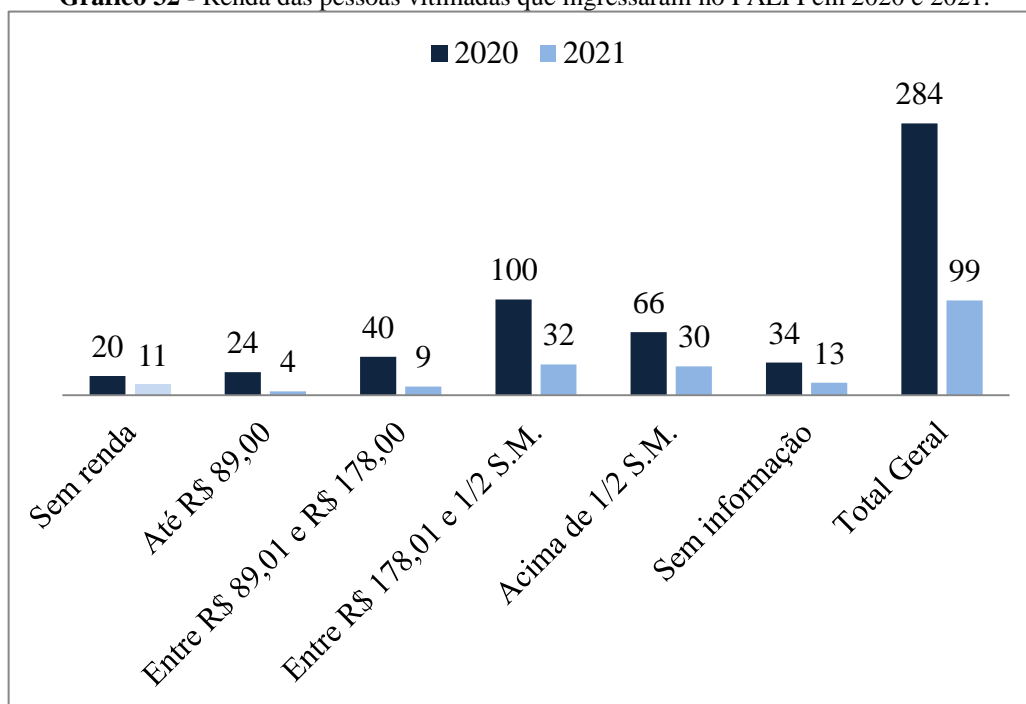
Gráfico 31 - Raça/cor das pessoas vitimadas que ingressaram no PAEFI em 2020 e 2021.



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA CREAS, 2020 e 2021 (jan. a jun.).

O gráfico a seguir apresenta a distribuição por renda das pessoas vitimadas que foram inseridas em acompanhamento pelo PAEFI. Observa-se que se destacam as famílias com renda per capita entre R\$ 178,01 e 1/2 S.M.

Gráfico 32 - Renda das pessoas vitimadas que ingressaram no PAEFI em 2020 e 2021.



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA CREAS, 2020 e 2021 (jan. a jun.).

Uma mesma pessoa pode ser vítima de múltiplas formas de violência. O quadro abaixo apresenta um comparativo entre o total de situações de violência e violação identificadas entre cada grupo atendido, nos territórios dos 03 CREAS do município, nos anos de 2017 a 2021 (jan. a jun.). Cabe mencionar ainda que, uma pessoa pode constar no quantitativo de pessoas vitimadas, mas não corresponder as violações elencadas pelo RMA. Posto isso, o quantitativo de violações pode apresentar diferença do quantitativo de pessoas vitimadas por esta razão.

Chama a atenção, logo à primeira vista, a persistência do elevado número de crianças e adolescentes vítimas de negligência e/ou abandono e o aumento no número mulheres adultas vítimas de violência intrafamiliar.

Os casos de crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica e de trabalho infantil também registraram um aumento significativo em 2019.

Em relação as pessoas idosas e com deficiência vítimas de negligência ou abandono e houve um decréscimo expressivo em 2019. Os demais se mantiveram estáveis ou apresentaram pequenas alterações.

Tabela 162 - Situações de violência e violações identificadas – 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021

SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E VIOLAÇÕES IDENTIFICADAS		2017	2018	2019	2020	2021
Crianças e Adolescentes	Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica)	44	39	57	34	14
	Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual	65	66	69	52	39
	Crianças ou adolescentes vítimas de exploração sexual	0	3	5	3	1
	Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono	141	170	153	78	22
	Crianças ou adolescentes em situação de Trabalho infantil	2	5	13	22	2
Idosos	Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	8	14	19	21	2
	Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono	35	38	28	40	8
Pessoa com Deficiência	Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	1	3	2	1	2
	Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono	16	38	14	13	5
Mulheres Adultas	Mulheres adultas vítimas de violência intrafamiliar	25	40	47	13	9
Tráfico de Pessoas	Pessoas vítimas de tráfico de seres humanos	0	0	0	0	0
Discriminação	Pessoas vítimas de discriminação por orientação sexual	0	0	0	0	0
Situação de Rua	Pessoas em situação de rua	9	1	1	2	0
TOTAL		346	417	408	279	104
MÉDIA MENSAL		29	35	34	23	17

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA CREAS, 2017 a 2021 (jan. a jun.)

Conforme apresenta o quadro, os anos de 2020 e 2021 apresentam as menores média/mês de violações recebidas nos CREAS. Tal fenômeno sugere uma ampliação da subnotificação. Cabe mencionar que, tal razão pode se dar em função de uma ampliação da coerção e do domínio no período da pandemia as pessoas vitimadas, bem como uma dificuldades de acessar os equipamentos da rede de proteção, bem como o sistema judiciário.

Diante deste monitoramento onde se observou essa redução, especialmente no período da pandemia a SMDHS ampliou suas estratégias de comunicação sobre a violação de direitos, dentre as iniciativas estão: ampliação das linhas de atendimento remoto nos CREAS, realização de lives sobre a temática, publicização de materiais sobre as diferentes formas de violência, assim como dinamização das informações dos equipamentos do SUAS e dos contatos para devido acesso.

VIOLAÇÕES POR TERRITÓRIOS

Entre os territórios com maior ocorrência de violência ou violação de direitos identificados pelas pessoas vitimadas inseridas em acompanhamento nos CREAS, destacam-se no ano de 2020 os seguintes territórios: Goitacazes (15%), Esplanada (15%), CODIN (11%) e Parque Guarus (11%). No ano de 2021, temos os seguintes destaques: Parque Guarus (13%), Esplanada (12%) e Goitacazes (12%).

Tabela 163 - Ranking de casos de violências/violações identificadas pelos CREAS – 2020 e 2021

Territórios	2020	2021
Chatuba	9	9
CODIN	31	9
Custodópolis	16	5
Esplanada	42	12
Goitacazes	43	12
Jardim Carioca	11	8
Jockey	13	3
Matadouro	14	3
Morro do Coco	17	5
Parque Guarus	30	13
Penha	13	7
Travessão	3	4
Ururai	26	6
Não possui território de referência no município	1	1
Sem informação	15	2
Total Geral	284	99

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA CREAS, 2020 e 2021 (jan. a jun.).

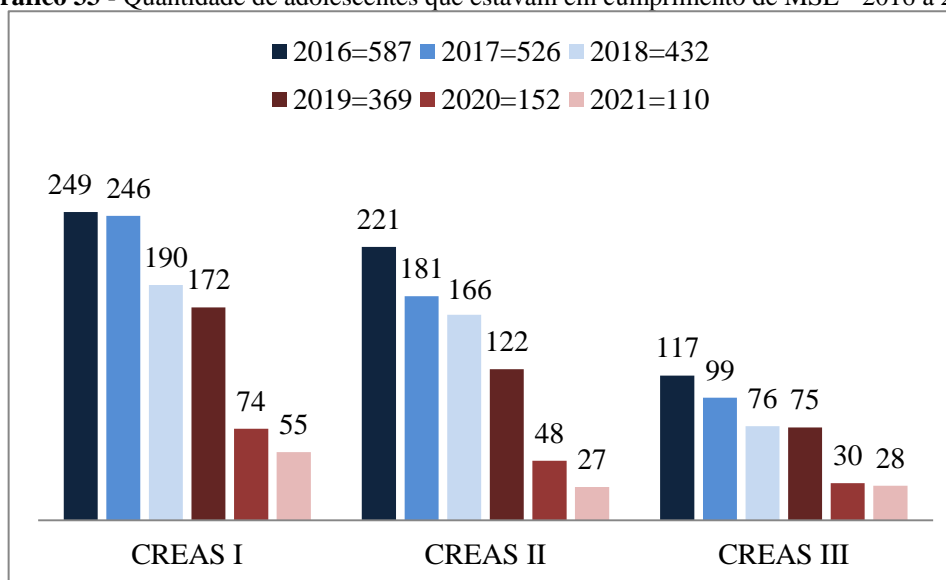
MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

É possível observar um decréscimo do número de adolescentes acompanhados no decorrer dos anos nos três CREAS. Cabe mencionar que a partir de 2017 a Vigilância Socioassistencial iniciou a construção de um novo modelo de coleta de dados deste serviço e dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, tal instrumento foi importante para maior nivelamento conceitual dos dados, na medida em que neste gráfico só devem ser contabilizados os que de fato entraram em acompanhamento e, não, todos que foram encaminhados pela Vara. A redução dos quantitativos estabelece relação com esse alinhamento.

Em especial, os anos de 2020 e 2021, conforme já citado, apresentam os impactos diretos da pandemia no serviço, na medida em que as audiências estiveram suspensas, reduzindo assim o encaminhamento de novos casos aos CREAS em casos pontuais.

De acordo com os dados apresentados, observa-se que o CREAS I atendeu o maior número de adolescentes em cumprimento de MSE nos cinco anos, tal fenômeno estabelece relação com o território de abrangência deste CREAS que abarca o território de Guarus.

Gráfico 33 - Quantidade de adolescentes que estavam em cumprimento de MSE - 2016 a 2021

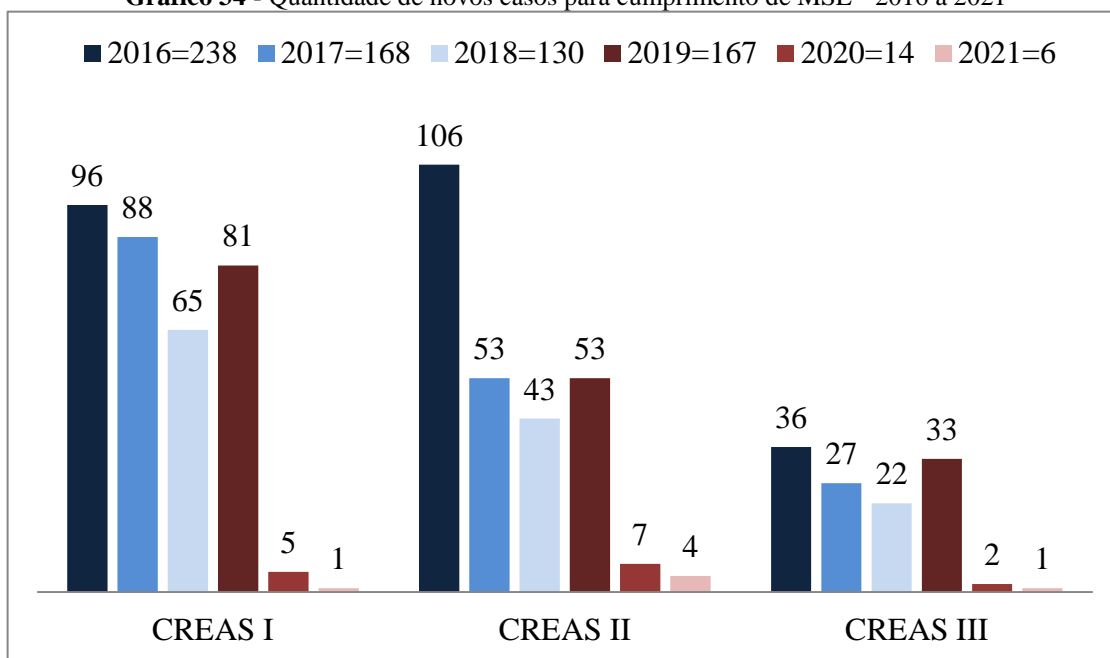


Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA CREAS, 2016 a 2021 (jan. a jun.)

Observa-se que o ano de 2019 voltou a se aproximar do quantitativo de 2017, após ter registrado uma redução expressiva em 2018. Deve-se ressaltar que esse declínio não necessariamente significa que menos adolescentes estão cometendo atos infracionais, também

se deve ao fato da adesão ao acompanhamento e devido cumprimento no CREAS, na medida que os casos novos referem-se aos adolescentes que iniciaram no acompanhamento, não sendo contabilizados os que foram encaminhados, mas não aderiram. Os anos de 2020 e 2021 expressam os impactos já relatados da pandemia.

Gráfico 34 - Quantidade de novos casos para cumprimento de MSE - 2016 a 2021

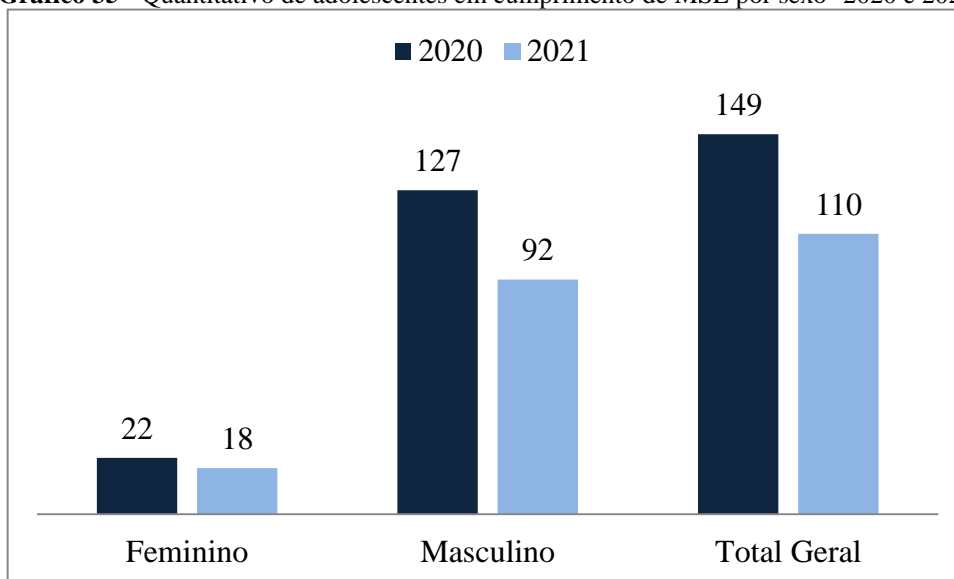


Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA CREAS, 2016 a 2021 (jan. a jun.)

PERFIL ADOLESCENTES

Em relação aos adolescentes que estiveram em acompanhamento do cumprimento da medida socioeducativa pelos CREAS em 2020 e 2021 é possível observar que se destacam os do sexo masculino. Em 2020 o quantitativo sem repetição de adolescentes foi de 149, referente a 152 processos, conforme mencionado, tendo em vista adolescentes desligados que retornaram no mesmo ano.

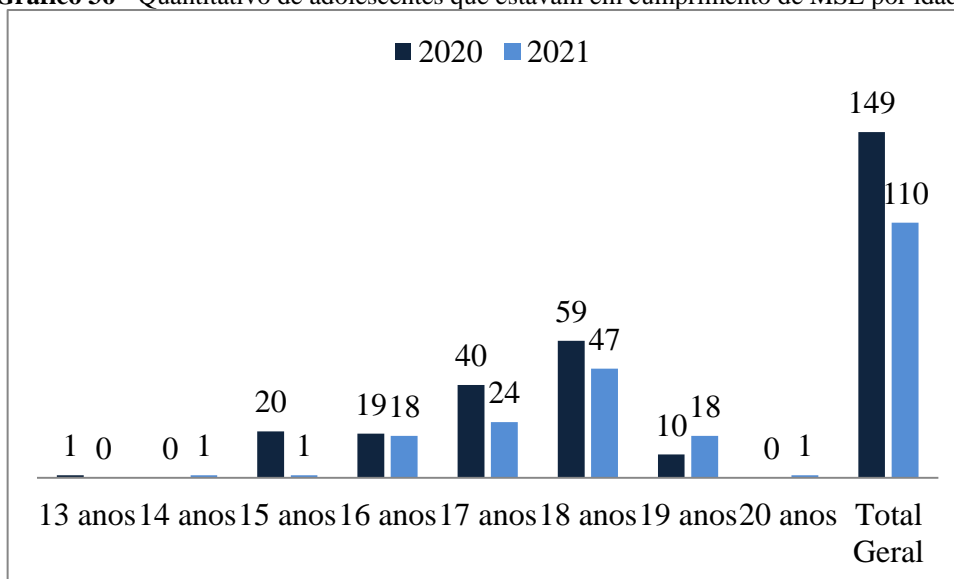
Gráfico 35 - Quantitativo de adolescentes em cumprimento de MSE por sexo- 2020 e 2021.



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA CREAS, 2020 e 2021 (jan. a jun.).

Em relação a idade, destacam-se os adolescentes de 18 anos, em seguida os com 17, conforme pode ser observado adiante.

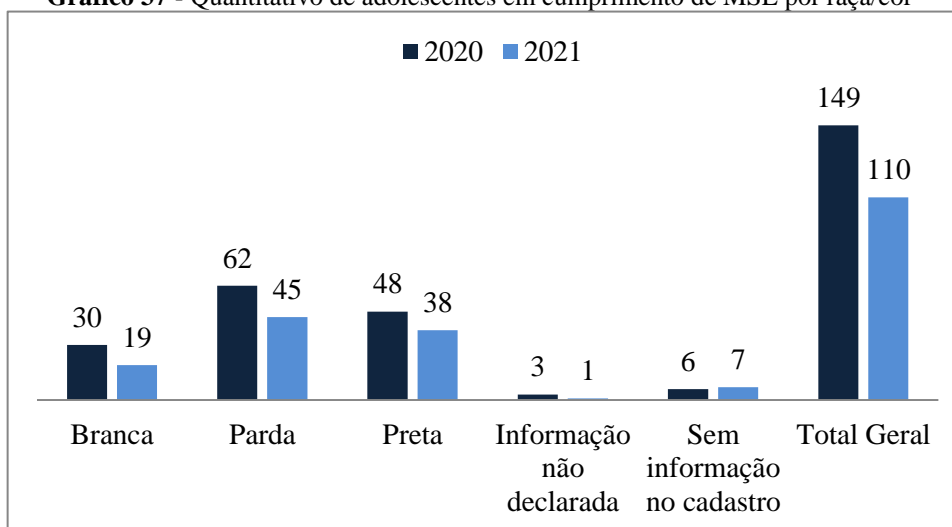
Gráfico 36 - Quantitativo de adolescentes que estavam em cumprimento de MSE por idade-



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA CREAS, 2020 e 2021 (jan. a jun)

No que se refere a distribuição por raça/cor, sobressaem os pardos, em seguida dos pretos e brancos, dado que reforça que as desigualdades sociais inerentes ao país ultrapassam o âmbito econômico e se articulam diretamente às questões étnico-raciais.

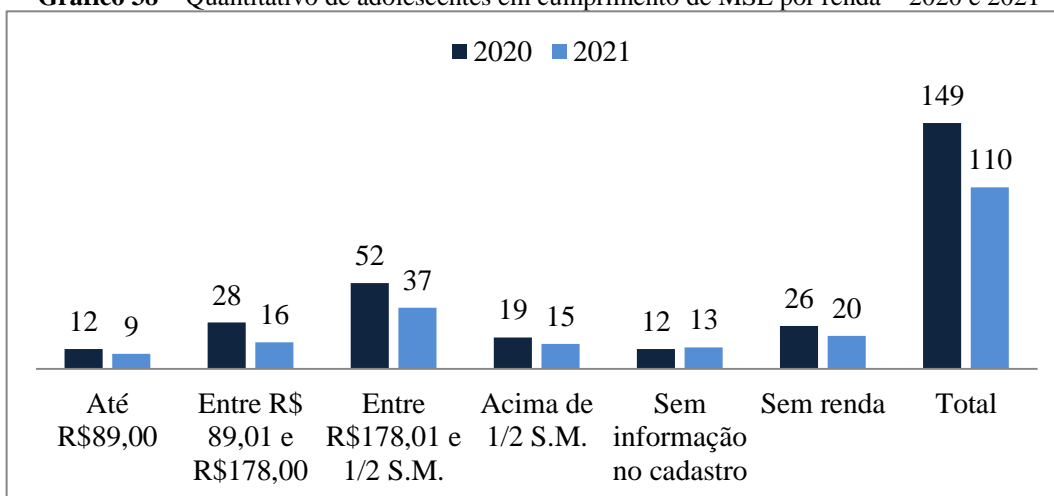
Gráfico 37 - Quantitativo de adolescentes em cumprimento de MSE por raça/cor –



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA CREAS, 2020 e 2021 (jan. a jun)

A distribuição por renda per capita pode ser observada no gráfico a seguir. Sobressai o segmento de R\$ 178,01 a 1/2 salário mínimo em ambos os anos.

Gráfico 38 – Quantitativo de adolescentes em cumprimento de MSE por renda – 2020 e 2021



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA CREAS, 2020 e 2021 (jan. a jun)

A tabela a seguir apresenta a relação de atos infracionais cometidos por território de moradia dos adolescentes acompanhados em 2021, é possível observar que o quantitativo é superior ao de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, tendo em vista que um mesmo adolescente pode ter cometido mais de um ato infracional. A tabela nos permite identificar em quais territórios de moradia, há maior recorrência de determinados atos infracionais praticados.

Tabela 164 - Quantitativo de atos infracionais cometidos por território de moradia dos adolescentes.

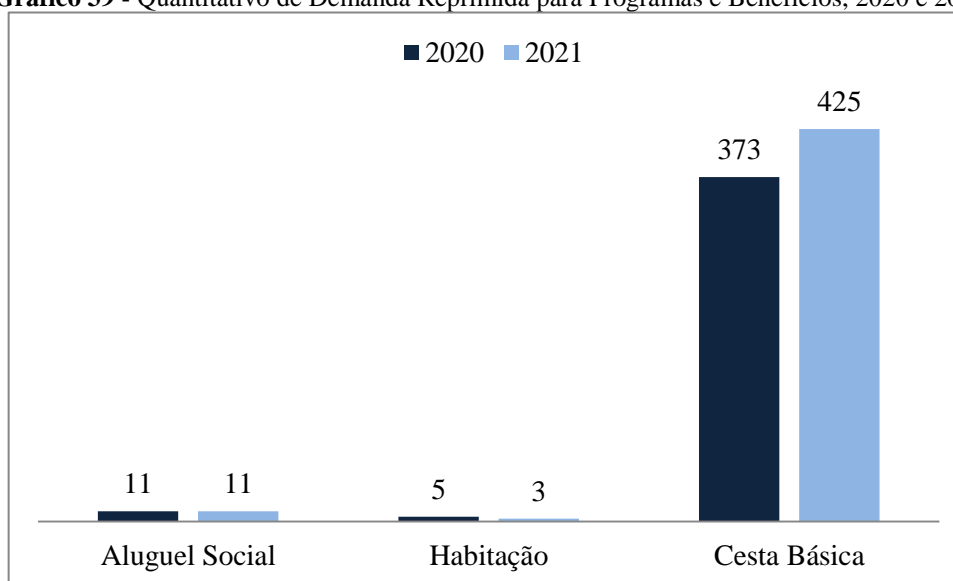
TERRITÓRIOS	Ameaça	Armas	Associação para o tráfico	Dano	Estupro de vulnerável	Furto	Injúria	Homicídio	Lesão corporal	Outros	Porte de Drogas	Receptação	Roubo	Terrorismo	Tráfico	Total Geral
Chatuba	1	1	1	0	0	2	1	1	0	1	1	0	0	0	5	14
CODIN	0	1	2	0	0	0	0	0	1	2	0	1	0	0	11	18
Custodópolis	0	2	2	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	4	11
Esplanada	1	1	4	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	4	12
Goitacazes	0	1	2	0	0	3	0	0	0	0	0	1	0	0	7	14
Jardim Carioca	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	6	11
Jockey	0	0	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3	7
Matadouro	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	1	0	4	8
Morro do Coco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1	3
Parque Guarus	0	0	1	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	3	8
Penha	0	0	1	1	0	1	0	0	1	2	0	0	0	0	2	8
Travessão	0	0	2	0	0	3	0	0	1	0	0	0	0	0	5	11
Ururai	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	5
Não estão referenciados a nenhum território do município	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total Geral	2	7	19	4	2	14	1	1	5	8	4	3	3	1	57	131

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA CREAS, 2021 (jan. a jun.).

DEMANDA REPRIMIDA PARA PROGRAMAS/BENEFÍCIOS

Apresentaremos adiante o quantitativo de demanda reprimida para os programas e benefícios nos CREAS. Conforme já citado considera-se demanda reprimida o quantitativo de usuários que possuem perfil para acessar determinado benefício ou programa e o não acessam por ausência de vagas, estrutura, dentre outros fatores. Cabe mencionar que no período da pandemia as buscas por tais benefícios se ampliou expressivamente, sobretudo para a cesta básica.

Gráfico 39 - Quantitativo de Demanda Reprimida para Programas e Benefícios, 2020 e 2021



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA CREAS, 2020 (Dezembro) e 2021 (Junho).

CENTRO POP

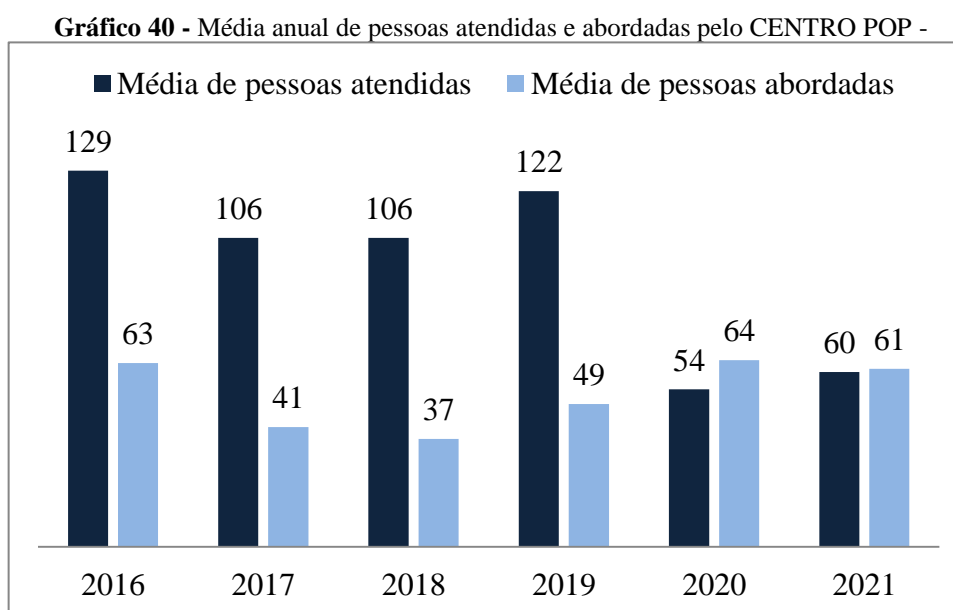
O Centro Pop por meio do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua é o equipamento que materializa a oferta de atenção especial para aqueles que fazem uso das ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Compondo a Proteção Social Especial de Média Complexidade, de acordo com a Tipificação, deve

promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil. Proporciona endereço institucional para utilização, como referência, do usuário. Nesse serviço deve-se realizar a alimentação de sistema de registro dos dados de pessoas em situação de rua, permitindo a localização da/pela família, parentes e pessoas de referência, assim como um melhor acompanhamento do trabalho social (BRASIL, 2009a).

As informações apresentadas nesta seção foram extraídas do Relatório Mensal de Atendimento do equipamento; do CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, e constituem um panorama sucinto acerca da oferta desse serviço especializado no município no ano de 2020.

Conforme já citado anteriormente a diferença entre os quantitativos se deve a um trabalho de nivelamento com as equipes sobre os campos do RMA com o objetivo de aprimoramento dos dados, com vistas a reduzir as duplicidades indevidas de registra e adquirir maior familiaridade com os campos do RMA. No ano de 2019, a Vigilância Socioassistencial elaborou junto a equipe técnica instrumentos de coleta de dados para todos os casos atendidos e abordados, com identificação das duplicidades e um universo amplo de indicadores, o que colaborou para produzir diagnósticos do segmento da população em situação de rua.

O gráfico a seguir apresenta a média/mensal por ano dos casos atendidos e abordados.



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – RMA CENTRO POP, 2016 a 2021 (jan. a jun.)

É possível observar que os anos de 2020 e 2021 se diferem dos demais, onde a média de pessoas abordadas foi superior ao de atendidas. Estes anos apresentam médias inferiores a 2019 no que se refere ao número de pessoas atendidas, sugere-se que a implantação do novo Acolhimento Provisório Manoel Cartucho no período da pandemia ampliando em 50 vagas para essa população foi fundamental para tal situação. Além disso, houve a ampliação do alcance do serviço de Abordagem.

O Serviço Especializado em Abordagem Social é voltado para ida às ruas e identificação de pessoas que estão utilizando espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência e se apresenta como estratégico para mobilização e enfrentamento de possíveis situações de violação de direitos com o devido encaminhamento para a rede.

No período da pandemia, o número de abordagens se ampliou – como apresentaremos adiante - em virtude das orientações quanto às medidas de prevenção da COVID-19 e mobilização para encaminhamento aos acolhimentos do município. Neste período o horário destinado a abordagem também se ampliou, passando a ser ofertado durante todos os dias da semana, inclusive nos finais de semana.

Além disso, houve um aumento das pessoas utilizando a rua como forma de sobrevivência a partir da busca por doações. Os locais de distribuição de alimentos no município registraram números altíssimos de pessoas nas filas o que demandou da Política de Assistência Social a identificação destas pessoas, dos territórios de referência para o planejamento das ações, bem como dinamização das informações acerca da pandemia. Estas abordagens ocorreram de modo especial no Mosteiro da Santa Face tendo como finalidade conhecer as famílias e realizar o mapeamento destas.

Durante o atendimento são identificadas características específicas que esse público apresenta, dentre elas, o uso de crack ou outras substâncias psicoativas ilícitas, a característica de serem migrantes e a presença de doença ou transtorno mental.

A tabela a seguir demonstra que nos anos de 2020 e 2021, dentre as características supracitadas se destacou as pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas, com 55% e 51% dentre as características registradas, uma ampliação em relação a 2019 que havia registrado 44%. O número de migrantes apresentou uma pequena redução entre as características apresentadas, sendo de 44% em 2020 e 47% em 2021. O percentual de pessoas com transtorno mental permaneceu reduzido em relação aos demais.

Tabela 165 - Características específicas das pessoas atendidas – 2017 e 2021

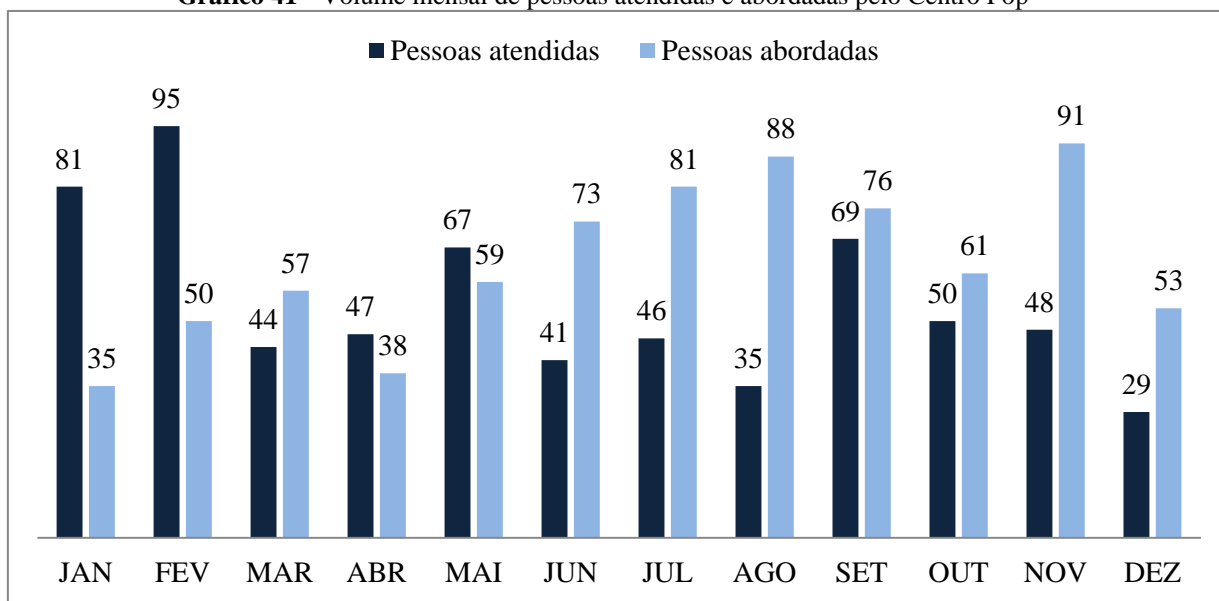
CARACTERÍSTICAS IDENTIFICADAS	2017	2018	2019	2020	2021
Pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas	35%	51%	44%	55%	51%
Migrantes	57%	45%	56%	44%	47%
Pessoas com doença ou transtorno mental	7%	4%	1%	2%	2%

Total	100%	100%	100%	100,0%	100%
--------------	-------------	-------------	-------------	---------------	-------------

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – RMA CENTRO POP, 2017 a 2021 (jan. a jun.)

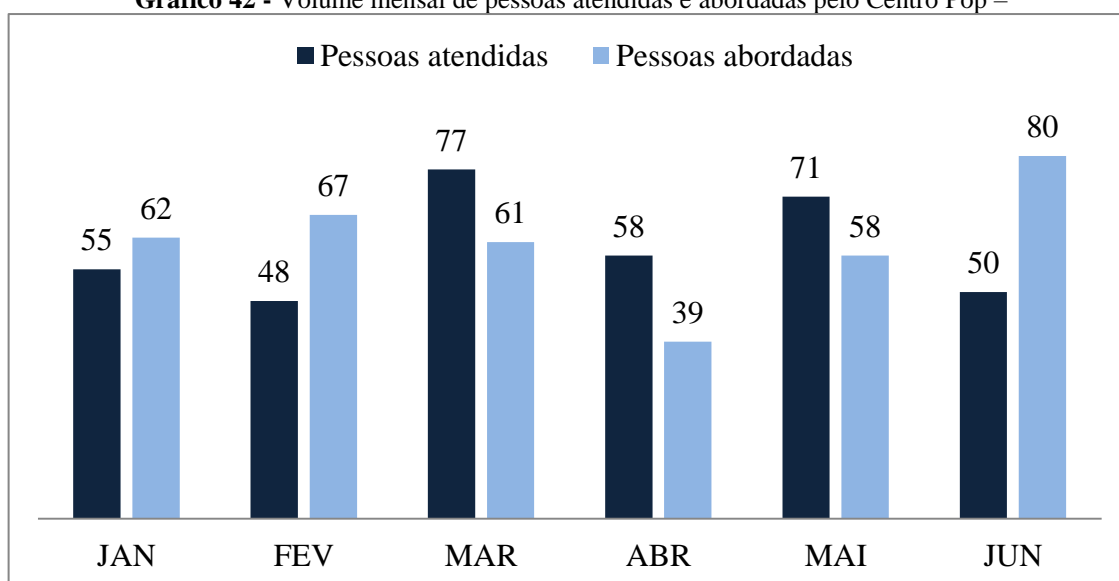
Apresentaremos nos gráficos abaixo o número mensal de pessoas atendidas e abordadas especificamente durante os anos de 2020 e 2021 pelo Centro Pop. Cabe mencionar que um mesmo usuário pode ter sido atendido e abordado em vários meses.

Gráfico 41 - Volume mensal de pessoas atendidas e abordadas pelo Centro Pop –



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – RMA CENTRO POP, 2017 a 2021 (jan. a jun.)

Gráfico 42 - Volume mensal de pessoas atendidas e abordadas pelo Centro Pop –

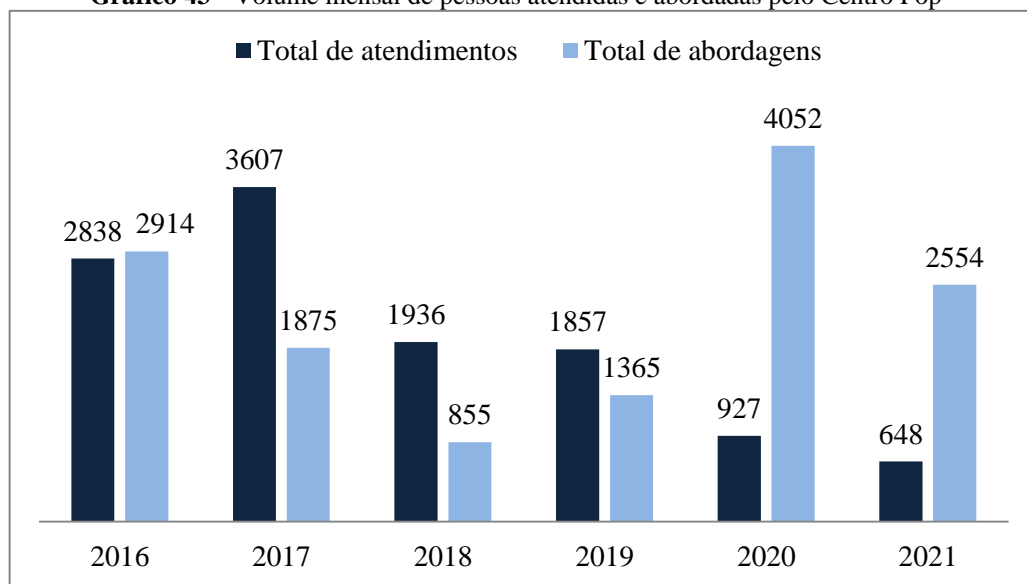


Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – RMA CENTRO POP, 2017 a 2021 (jan. a jun.)

É possível observar que nos meses da pandemia, houve uma redução nas pessoas atendidas e ampliação das pessoas abordadas, conforme já observado.

Identifica-se nos anos de 2019 a 2021 uma ampliação expressiva no número de abordagens realizadas, se comparado ao anterior. No entanto, o número de atendimentos apresentou declínio.

Gráfico 43 - Volume mensal de pessoas atendidas e abordadas pelo Centro Pop –



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – RMA CENTRO POP, 2017 a 2021

Sobre as demandas dos usuários, elas estão expressas na tabela a seguir. São demandas por abrigo, alimentação, entre outros serviços.

Tabela 166 - Solicitações feitas pelos usuários – 2020 e 2021

SOLICITAÇÕES	2020	2021
Por Pernoite	5%	4%
Por Abrigo	24%	17%
Por Passagem (transporte)	3%	4%
Por Tratamento de Saúde	2%	8%
Por Tratamento de Dependência Química	1%	6%
Por Documentação	3%	10%
Por Trabalho	0%	1%
Por Alimentação	26%	24%
Por Capacitação Profissional	0%	0%
Higiene Pessoal	25%	23%
Ligação para Família	10%	2%
Ligação para outros fins	1%	1%
TOTAL	100%	100%

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – RMA CENTRO POP, 2021

A tabela evidencia que a maior demanda foi por alimentação, em seguida, sobressai a demanda por higiene pessoal e abrigo. Cabe mencionar que as solicitações de ligação para famílias também apresenta um percentual expressivo, sobretudo para refletirmos sobre os Planos de Acompanhamento Familiar visando o reestabelecimento de vínculos familiares.

Com relação ao trabalho técnico desenvolvido pela equipe técnica do Centro Pop, a tabela a seguir nos indica a série histórica das atividades desenvolvidas. Acompanhando o movimento até aqui relatado, os anos de 2020 e 2021 apresentam uma redução expressiva diante da adequação dos trabalhos as medidas sanitárias.

Tabela 167 – Trabalho Técnico Desenvolvido – 2020 e 2021

Atividades desenvolvidas	2019	2020	2021
Acolhida/Recepção	307	205	94
Atendimentos Técnicos Grupais	6	1	0
Construção do Plano Individual e/ou Familiar de atendimento	85	5	20
Estudos de Caso	52	23	7
Elaboração de Relatórios e/ou prontuários	180	78	31
Informação, comunicação e defesa de direitos	386	140	14
Orientação para acesso a documentação pessoal	445	143	104
Mobilização, identificação da família natural, extensa ou ampliada	43	10	4
Palestras	3	1	0
Reuniões com grupos de famílias dos usuários	6	0	0
Visitas Domiciliares	21	1	5
Visitas Institucionais realizadas	0	20	3
Atividades Recreativas	7	2	2
Oficinas e atividades coletivas de convívio e socialização	23	0	3
Visitas Institucionais recebidas	26	9	3
Organização e discussão das rotinas da unidade com os atendidos	153	110	17
Usuários do equipamento que participaram de espaços deliberativos da política de Assistência Social por encaminhamento da equipe técnica	7	0	0
TOTAL	1.750	748	307
Média	146	62	51

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – RMA CENTRO POP, 2019 a 2021 (jan. a jun.).

A tabela a seguir apresenta os fatores desencadeantes. Uma mesma pessoa pode apresentar diversos fatores para a situação de rua. O ano de 2021, mesmo contabilizando até Junho, já apresenta um número superior de motivos. Entre os principais fatores que

motivaram a situação de rua dessa população os vínculos fragilizados ou rompidos, seguido do desemprego se destacam.

Tabela 168 - Fatores desencadeantes para a situação de rua – 2020 e 2021.

FATORES DESENCADEANTES	2020	%	2021	%
Desemprego	223	35%	233	37%
Transtorno Psiquiátrico	11	2%	5	1%
Uso de substâncias psicoativas	157	25%	149	23%
Vínculos familiares fragilizados ou rompidos	231	36%	235	37%
Risco de vida	11	2%	9	1%
Outros fatores	1	0%	5	1%
Total	634	100%	636	100%

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – RMA CENTRO POP, 2020 e 2021 (jan. a jun.).

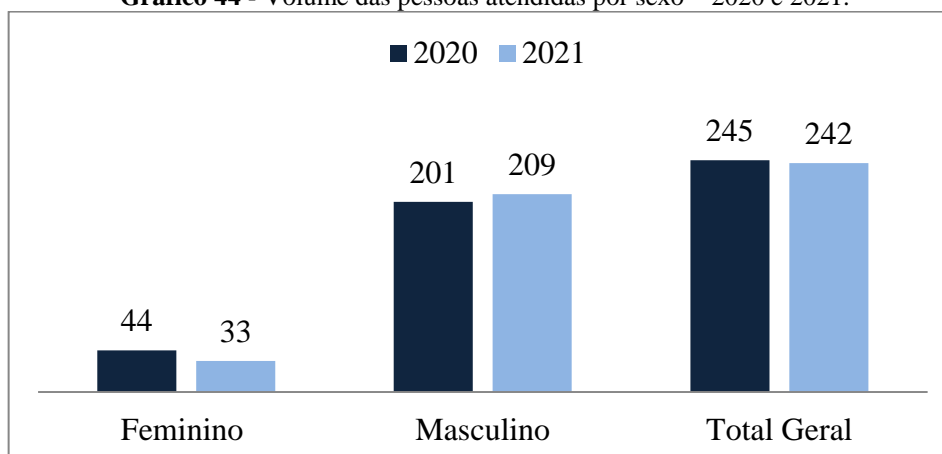
A partir de reuniões da Vigilância Socioassistencial com os técnicos do equipamento foi identificada certa fragilidade no registro das ações no dia a dia, o que acabou por tornar os dados superestimados e por vezes subestimados. Nesse sentido, esteve em andamento durante o ano de 2019 um trabalho mais próximo com essa equipe, objetivando a formação continuada, bem como a maior apropriação do instrumento de coleta de dados, inclusive com a criação de novos instrumentos.

PERFIL POP RUA

Apresentaremos adiante o perfil das pessoas atendidas pelo Centro Pop, optou-se por trabalhar com este público tendo em vista que parte dos usuários abordados posteriormente vão ao Centro Pop para realizar o atendimento. Cabe mencionar que cada pessoa foi contabilizada uma única vez ainda que tenha sido atendida diversas vezes durante o ano.

O gráfico abaixo apresenta a distribuição por sexo dos usuários atendidos, é possível observar que o ano de 2021 até Junho apresenta um quantitativo próximo de pessoas que passaram pelos serviços do Centro Pop se comparado a todo o ano de 2020, o que pode nos sugerir um maior alcance deste equipamento ao seu público, bem como um acirramento deste fenômeno no município. O sexo masculino se destaca entre a população em situação de rua no município.

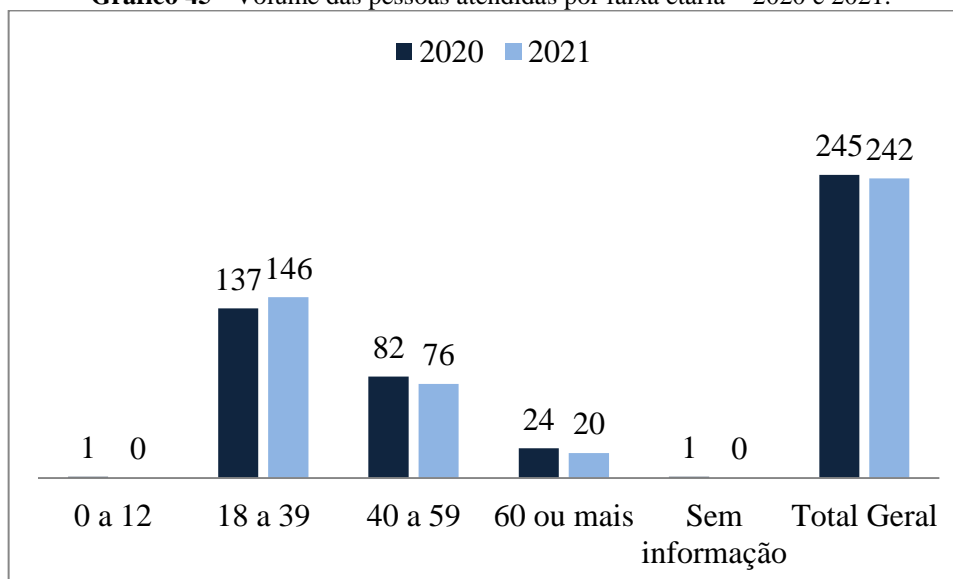
Gráfico 44 - Volume das pessoas atendidas por sexo – 2020 e 2021.



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – RMA CENTRO POP, 2020 e 2021 (jan. a jun.).

Em relação a faixa etária dos usuários atendidos, destacam-se as relacionadas a idades produtivas, sendo elas de 18 a 39 e 40 a 59 anos, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

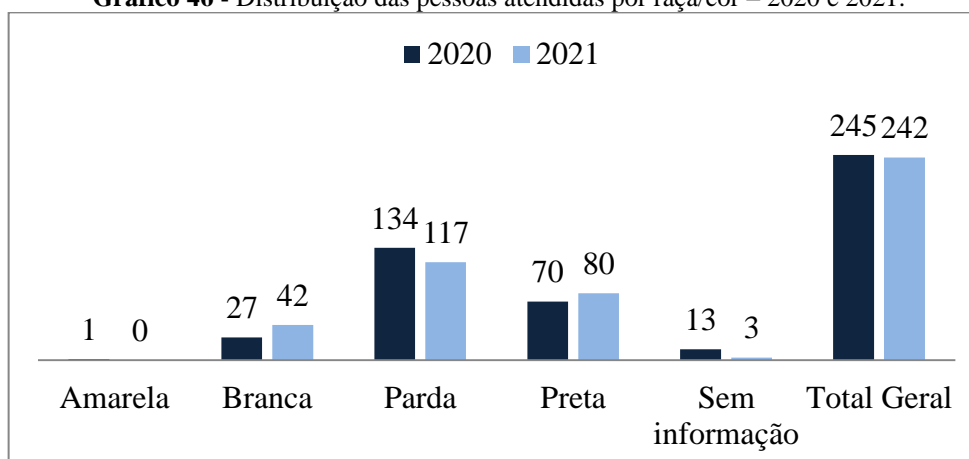
Gráfico 45 - Volume das pessoas atendidas por faixa etária – 2020 e 2021.



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – RMA CENTRO POP, 2020 e 2021 (jan. a jun.).

O gráfico a seguir apresenta a distribuição das pessoas atendidas segundo auto-declaração da raça/cor. Destacam-se as pessoas pardas, seguidas das pretas em ambos os anos.

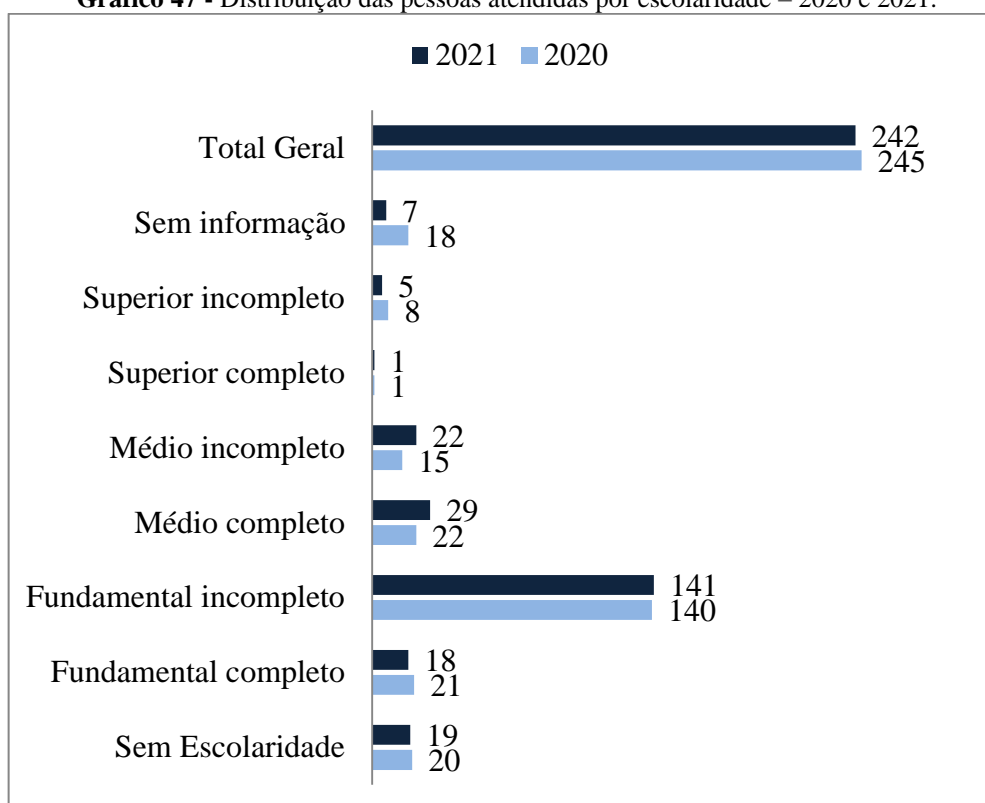
Gráfico 46 - Distribuição das pessoas atendidas por raça/cor – 2020 e 2021.



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – RMA CENTRO POP, 2020 e 2021 (jan. a jun.).

No que tange a escolaridade, é possível observar uma baixa escolaridade entre o público atendido, sobressaindo o ensino fundamental incompleto.

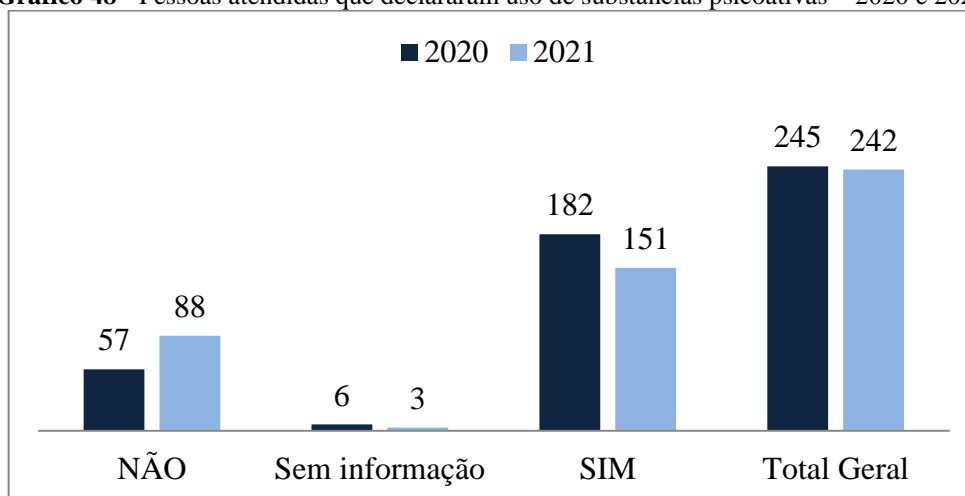
Gráfico 47 - Distribuição das pessoas atendidas por escolaridade – 2020 e 2021.



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – RMA CENTRO POP, 2020 e 2021 (jan. a jun.).

O gráfico a seguir apresenta o volume mensal de pessoas que declararam fazer uso de substâncias psicoativas, cabe mencionar que o uso não significa necessariamente a dependência, tendo em vista que só um profissional da saúde pode atestar tal situação.

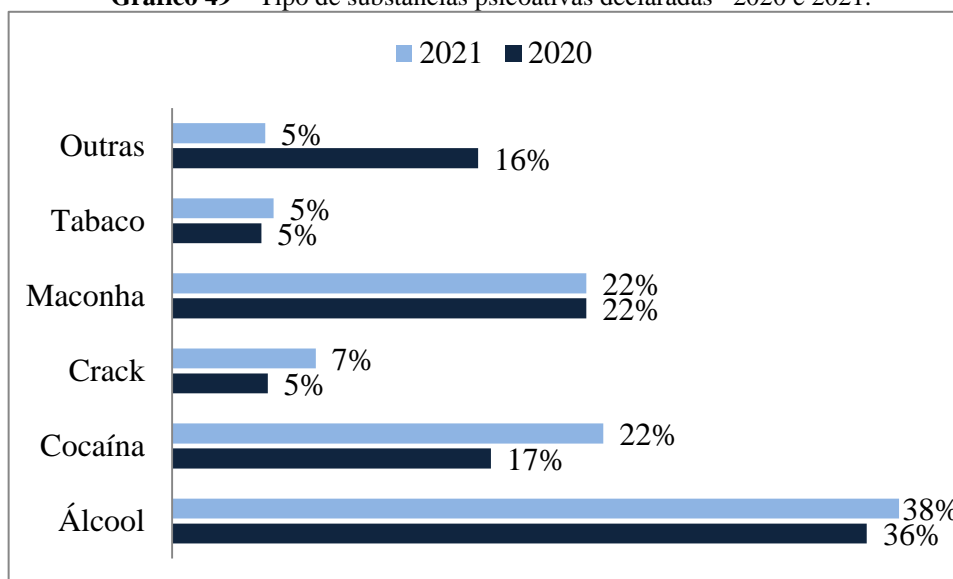
Gráfico 48 - Pessoas atendidas que declararam uso de substâncias psicoativas – 2020 e 2021.



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – RMA CENTRO POP, 2020 e 2021 (jan. a jun.).

As principais substâncias declaradas de uso desse segmento serão apresentadas no gráfico a seguir.

Gráfico 49 – Tipo de substâncias psicoativas declaradas– 2020 e 2021.



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – RMA CENTRO POP, 2020 e 2021 (jan. a jun.).

POP RUA NO CADÚNICO

Em 2011 o MDS elaborou uma cartilha com orientações para a inclusão da população em situação de rua no CadÚnico, como estratégia para conhecer e traçar políticas específicas para essa população, auxiliando, assim, no acesso aos seus direitos.

A tabela a seguir apresenta a série histórica do número de inclusões no Cadastro Único pelo Centro Pop.

Tabela 169 - Quantitativo de pessoas incluídas no Cadastro Único

Inclusões no Cadastro Único	Quantitativo	Média
2018	41	3,4
2019	53	4,4
2020	21	1,8
2021	4	0,7

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – RMA CENTRO POP, 2018 a 2021 (jan. a jun.).

É possível observar uma redução expressiva no preenchimento do Cadastro Único a partir do ano de 2020 que se intensificou em 2021 com a menor média/mês.

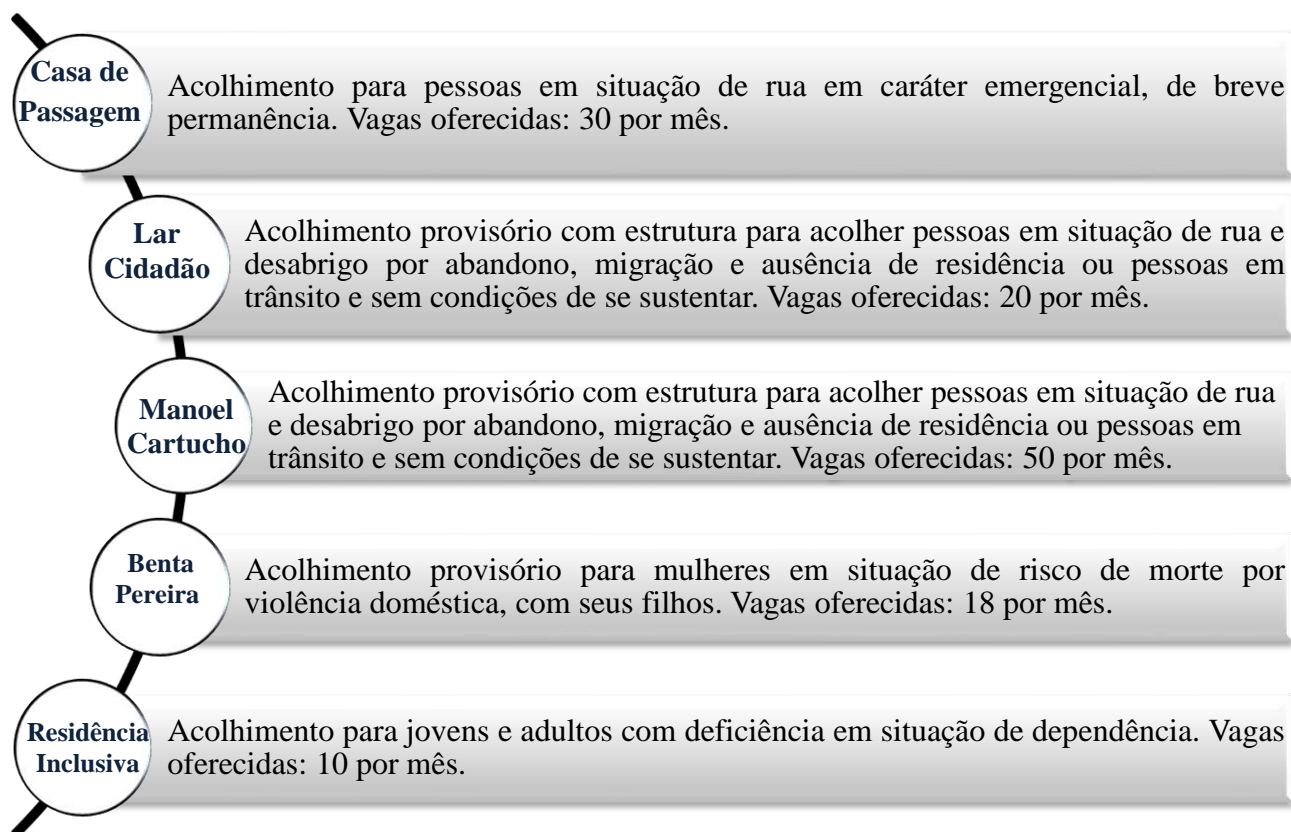
Atualmente no Cadastro Único estão com essa marcação 278, sendo 189 com cadastro atualizado nos últimos 24 meses.

SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADULTOS

A Política Nacional de Assistência Social prevê a oferta de Proteção Social Especial para os indivíduos que, em decorrência de múltiplos fatores, não podem mais contar com a rede de proteção oferecida pela família, e que se encontram em situação de risco pessoal e social (BRASIL, 2005). A Proteção Social Especial é dividida em média e alta complexidade, determinada, principalmente, em função do rompimento ou não do vínculo familiar ou comunitário. (BRASIL, 2013). Os dados a seguir, referem-se aos diferentes equipamentos do município responsáveis por ofertar os serviços da proteção especial de alta complexidade, por meio do acolhimento a pessoas adultas, a saber: Casa de Passagem, Lar Cidadão, Benta Pereira e Residência Inclusiva.

Cabe mencionar que no ano de 2020, em decorrência da pandemia e da necessidade de adoção de medidas de enfrentamento, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social implantou no mês de Março um novo acolhimento para população em situação de rua – Manoel Cartucho - ampliando em 50 vagas essa modalidade no município.

Figura 7 – Acolhimentos para população de rua



Na tabela abaixo constam os quantitativos de novas entradas nos acolhimentos de 2016 a 2021, sendo neste último a análise dos dados até Junho. Cabe mencionar que especialmente nos Acolhimentos de maior rotatividade, como Casa de Passagem e Manoel Cartucho uma mesma pessoa pode apresentar entradas em diferentes meses.

Tabela 170 - Comparação entre o número de novas entradas – 2016 a 2021

ACOLHIMENTO	2016	2017	2018	2019	2020	2021 (Jan.- Jun.)
Casa Benta Pereira	7	8	12	22	11	9
Casa de Passagem	187	152	127	122	85	74
Lar Cidadão	35	22	26	33	29	20
Residência Inclusiva	0	3	0	1	1	0
Manoel Cartucho	-	-	-	-	170	59
Total	229	185	165	178	296	161

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA Acolhimentos, 2016 a 2021

A Casa Benta Pereira, como é possível observar, recebeu em 2019 um número de mulheres vítimas de violência superior à tendência apresentada em anos anteriores. No ano de 2020 é possível perceber uma redução em relação ao ano anterior. Mesmo considerando um período menor de análise, o ano de 2021 já apresenta um quantitativo próximo ao de 2020.

Já a Casa de Passagem manteve em 2021 a redução do número de pessoas atendidas, apresentada em 2020, que estabelece relação com a implantação de um novo acolhimento no município. No entanto, a média de 2021 é superior a 2020. Os acolhimentos Lar Cidadão e Residência Inclusiva apresentaram pouca variação entre o ano de 2020 e anos anteriores. Em 2021, este último acolhimento não recebeu nenhum caso novo diante do fato de já estar atuando além da sua capacidade instalada.

É possível perceber que o novo acolhimento implantado – Manoel Cartucho – foi responsável pelo maior número de novas entradas em 2020, mesmo abarcando um marco temporal menor, isso se explica porque além de ter uma capacidade maior, foi o acolhimento que teve que criar estratégias para construir vínculo em um período tão curto e explicar as medidas de prevenção em função da pandemia, tais como fluxo de entrada-saída, este contexto desencadeou em uma ampla movimentação, especialmente nos primeiros meses.

A tabela abaixo apresenta o número de pessoas que estiveram acolhidas em 2020 e no primeiro semestre de 2021 por Acolhimento, sem repetição, bem como a média.

Tabela 171 - Quantitativo geral de pessoas acolhidas, 2020 e 2021

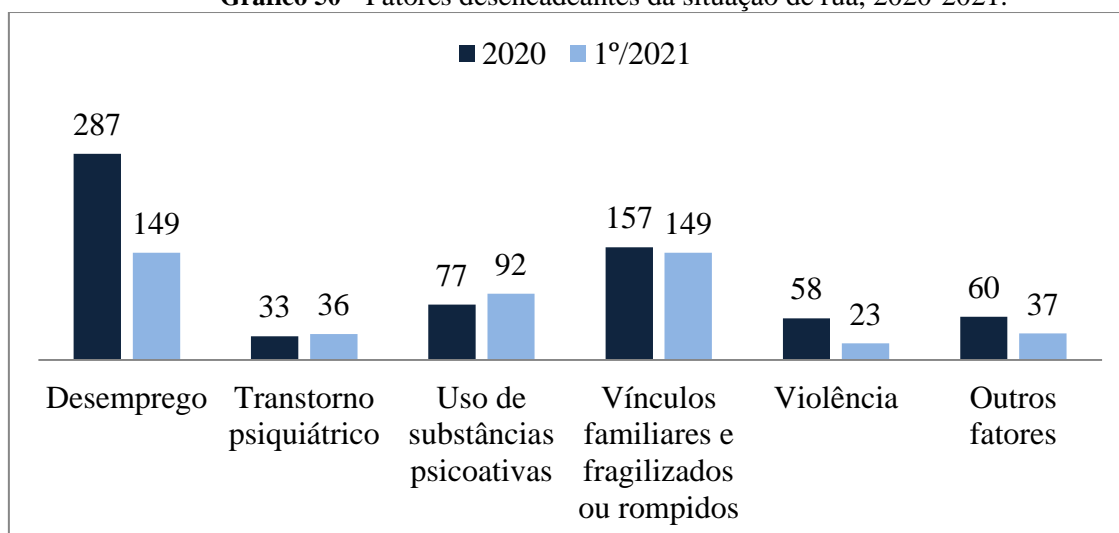
Acolhimento	2020	2021
		(Jan.-Jun.)
BENTA PEREIRA	13	10
CASA DE PASSAGEM	98	77
LAR CIDADÃO	40	35
MANOEL CARTUCHO	164	93
RESIDÊNCIA INCLUSICA	13	11
Total Geral	328	226

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA Acolhimentos, 2020 e 2021 (jan. a jun.)

O gráfico a seguir apresenta o quantitativo de fatores desencadeantes para situação de rua declarados pelos acolhidos da Casa de Passagem, Lar Cidadão e Manoel Cartucho. É importante destacar que uma mesma pessoa pode ter registrado vários fatores para a situação de rua.

Em relação a estes, os Acolhimentos para população em situação de rua no geral registram o desemprego como o principal, seguido de vínculos familiares fragilizados ou rompidos e uso de substâncias psicoativas.

Gráfico 50 - Fatores desencadeantes da situação de rua, 2020-2021.



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA Acolhimentos, 2020 e 2021 (jan. a jun.)

Identificou-se que nesses três acolhimentos há o registro de pessoas idosas ou com deficiência beneficiárias do BPC. Trata-se de um número pequeno, porém já aponta que existe um perfil de usuário sendo acolhido, o qual não equivale ao perfil do público alvo dos acolhimentos. Os idosos, por exemplo, deveriam ser acolhidos em unidade própria, como o acolhimento de longa permanência, o qual é preparado para o atendimento das demandas

específicas de tal público. No entanto, o município não possui a oferta direta deste serviço, apenas cofinanciada pela Organização da Sociedade Civil - Asilo do Carmo.

A respeito deste último, é importante ressaltar que no final do ano de 2019, a equipe do Departamento de Proteção Social Especial estabeleceu junto à entidade cofinanciada, uma Central de Regulação de Vagas, responsável por avaliar e encaminhar os casos para o Asilo do Carmo. Tal fluxo também envolve o encaminhamento pelo CREAS e o acompanhamento dos casos por este equipamento.

A seguir é apresentado o quadro das médias de casos atendidos nos anos de 2017 ao primeiro semestre de 2021 e da movimentação de pessoas nos acolhimentos. Vale destacar que uma mesma pessoa pode entrar e sair do acolhimento mais de uma vez por mês, ou até no ano.

A tabela adiante apresenta a média mensal aproximada de casos atendidos em cada acolhimento por ano.

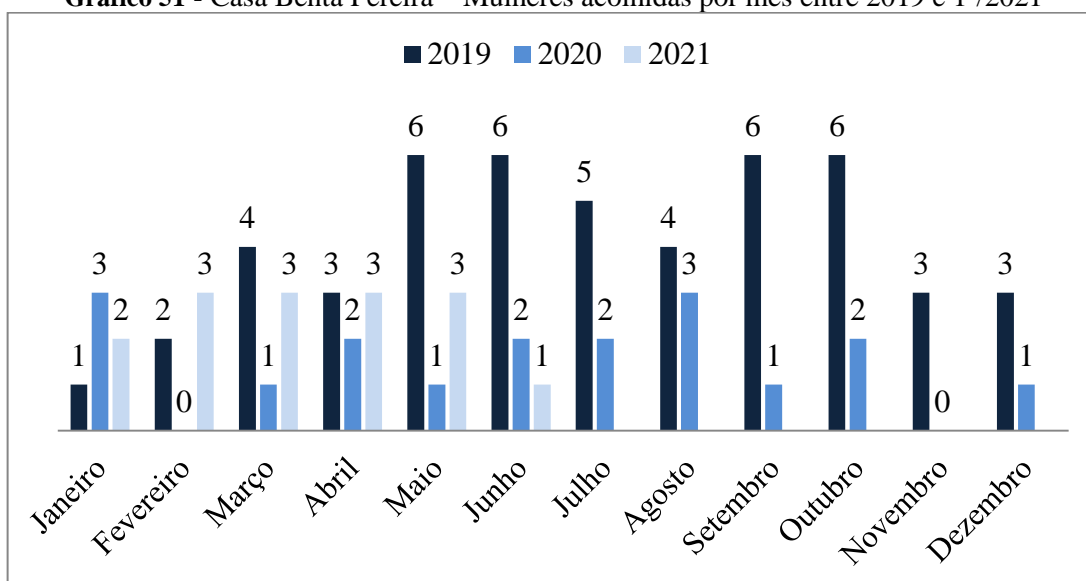
Tabela 172 - Média/mês de acolhidos – 2017 a 2021 (jan. a jun.)

Acolhimentos	2017	2018	2019	2020	2021 (Jan.-Jun.)
Benta Pereira	2	2	4	2	3
Residência Inclusiva	9	10	11	12	11
Casa de Passagem	31	29	33	25	30
Lar Cidadão	16	18	21	20	23
Manoel Cartucho	-	-	-	67	52

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS. Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos, 2017 a 2021 (jan. a jun.)

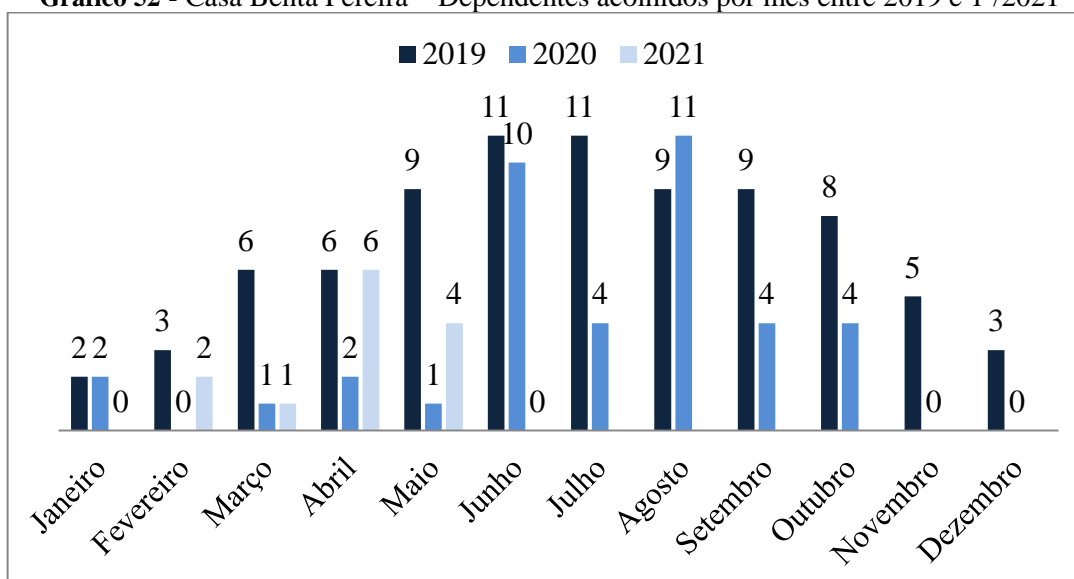
Apresentaremos adiante o movimento mensal dos acolhimentos de 2019 a Junho de 2021. Em relação à Casa Benta Pereira, percebe-se que o número de mulheres acolhidas variou ao longo de 2020 e do primeiro semestre de 2021 entre 1 e 3 por mês. Em 2019 o número máximo por mês foi de 6. A unidade também acolheu dependentes dessas mulheres, chegando ao quantitativo máximo de 11. A unidade oferece 18 vagas por mês.

Gráfico 51 - Casa Benta Pereira – Mulheres acolhidas por mês entre 2019 e 1º/2021



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA Benta Pereira, 2019, 2020 e 2021

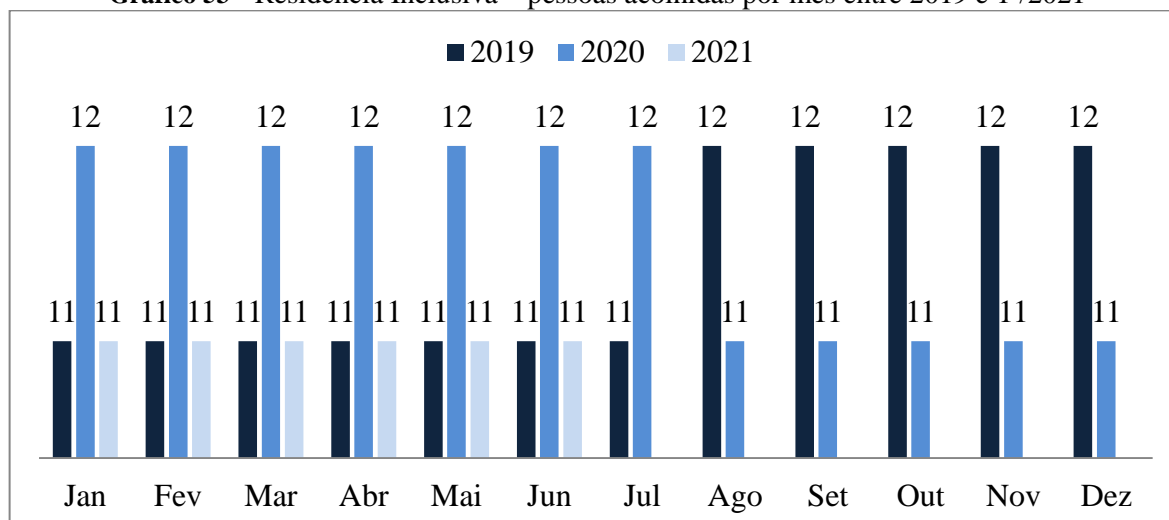
Gráfico 52 - Casa Benta Pereira – Dependentes acolhidos por mês entre 2019 e 1º/2021



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA Benta Pereira, 2019, 2020 e 2021

A Residência Inclusiva por sua vez atendeu 12 pessoas no ano de 2020 e 11 nos anos de 2019 e no primeiro semestre de 2021 – valor superior a capacidade instalada de 10 vagas.

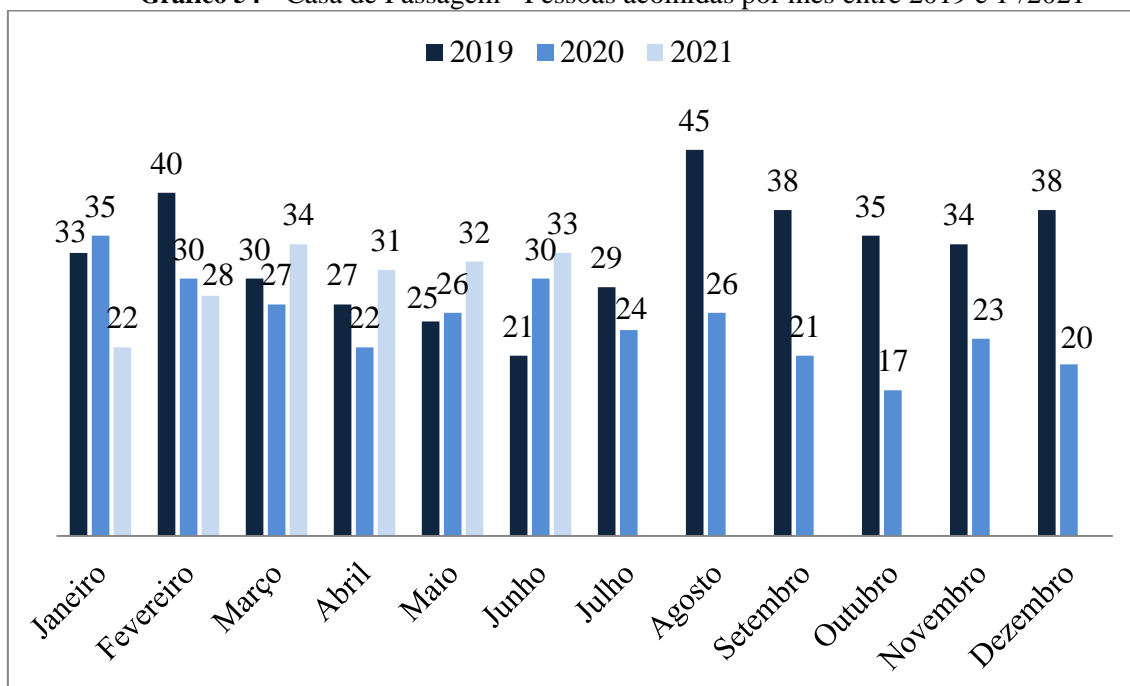
Gráfico 53 - Residência Inclusiva – pessoas acolhidas por mês entre 2019 e 1º/2021



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – RMA Residência Inclusiva, 2019, 2020 e 2021

Na Casa de Passagem o número de pessoas acolhidas oscilou entre 17 e 45 no decorrer dos anos de 2019, 2020 e 1º/2021. É importante esclarecer que mesmo o gráfico apresentando número de acolhidos acima de 30 não significa necessariamente que excedeu a capacidade de acolhimento, pois alguns usuários podem acessar o serviço durante o mês inteiro, como também há casos em que as pessoas permanecem apenas alguns dias.

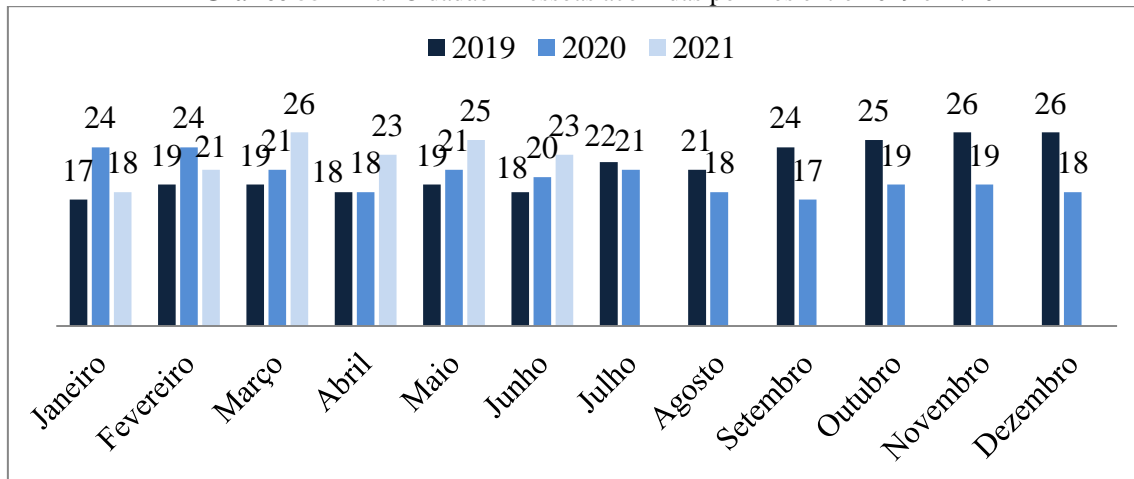
Gráfico 54 - Casa de Passagem - Pessoas acolhidas por mês entre 2019 e 1º/2021



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA Casa de Passagem, 2019, 2020 e 2021

Passando aos acolhimentos no Lar Cidadão, observa-se que a variação no referido período foi entre 17 e 26 usuários.

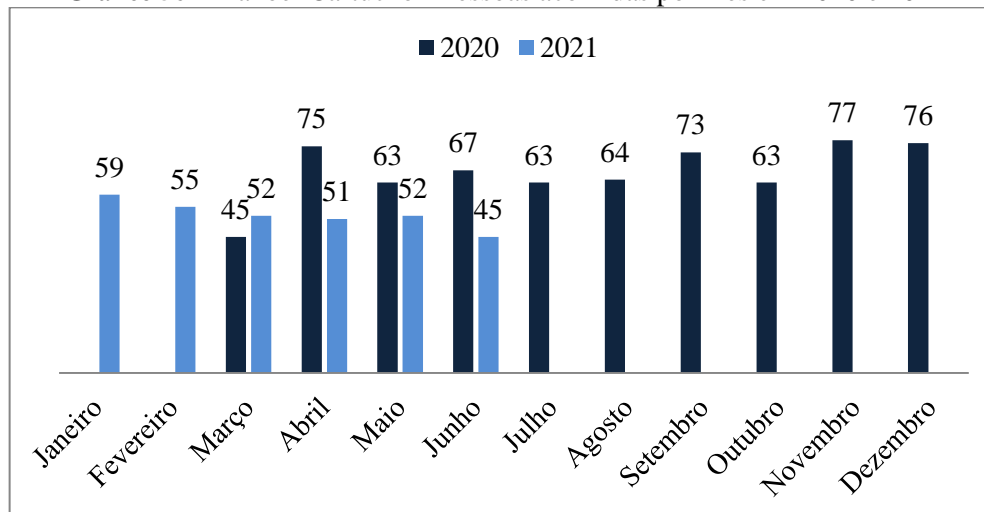
Gráfico 55 – Lar Cidadão - Pessoas acolhidas por mês entre 2019 e 1º/2021



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA Lar Cidadão, 2019, 2020 e 2021

Apresentaremos adiante o movimento do Acolhimento Manoel Cartucho durante o ano de 2020 e primeiro semestre de 2021. Conforme mencionado, este acolhimento foi implantado em Março de 2020 como medida de enfrentamento da SMDHS a pandemia, com vistas a diminuir o fluxo de pessoas na rua, especialmente a população em situação de rua, segmento extremamente vulnerável ao coronavírus. Observa-se um fluxo intenso neste Acolhimento. Conforme observado na Casa de Passagem em alguns meses o número de usuários que passaram pelo Acolhimento foi maior que a sua capacidade, isso ocorre diante dos desligamentos que foram sendo realizados durante o mês, disponibilizando novas vagas.

Gráfico 56 - Manoel Cartucho - Pessoas acolhidas por mês em 2020 e 2021



Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - RMA Manoel Cartucho, 2020 e 2021

PERFIL – ACOLHIMENTO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Apresentaremos adiante os dados referentes ao perfil dos usuários atendidos pelos Acolhimentos para pessoas em situação de rua no ano de 2020 e primeiro semestre de 2021. Tal Serviço é composto por três Unidades, a saber: Casa de Passagem, Lar Cidadão e Manoel Cartucho.

A distribuição por sexo pode ser observada na tabela seguinte, sobressai o segmento de homens nos acolhimentos. Ressalta-se que apenas a partir de 2021 o instrumento de coleta de dados passou a contar com a identificação das pessoas transgêneros, o que justifica a ausência do dado em 2020.

Tabela 173 - Quantitativo de acolhidos nos acolhimentos por gênero

GÊNERO	2020	2021 (Jan.- Jun.)
Feminino	65	32
Masculino	236	168
Transgênero	-	5
Sem informação	1	0
TOTAL	302	205

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS. Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos, 2020 e 2021.

Em relação a faixa etária, observa-se um segmento expressivo de 25 a 59 anos que representam 68% e 74% do público em 2020 e 1º/2021, respectivamente. Além disso, destaca-se o segmento de idosos, que já possuem perfil para um Acolhimento específico. No entanto, ainda não há a oferta direta deste serviço, apenas cofinanciada. Em relação ao público 0 a 17 anos estes são referentes, sobretudo, às famílias acolhidas na Casa de Passagem.

Tabela 174 - Quantitativo de acolhidos nos acolhimentos por faixa-etária

FAIXA ETÁRIA	2020	2021 (Jan.- Jun.)
0 a 17	14	7
18 a 24	32	19
25 a 59	206	152
60 ou mais	45	27
Sem informação	5	0
TOTAL	302	205

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS. Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos, 2020 e 2021

No que tange à raça/cor, os dados indicam uma predominância de negros com percentuais de 76% e 72%. Conforme orienta o IBGE, tal dado é calculado a partir da soma de pretos e pardos em cada período analisado.

Tabela 175 - Quantitativo de acolhidos nos acolhimentos por raça/cor

RAÇA/COR	2020	2021 (Jan.-Jun.)
Branca	73	58
Parda	151	86
Preta	78	61
TOTAL	302	205

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS. Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos, 2020 e 2021

A distribuição pela renda per capita pode ser observada no quadro a seguir, com destaque para os quantitativos expressivos de pessoas sem renda, que representam 81% e 71% dos usuários atendidos.

Tabela 176 - Quantitativo de acolhidos nos acolhimentos por renda

RENDA	2020	2021 (Jan.-Jun.)
Sem renda	248	146
Até R\$ 89,00	0	3
Entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00	14	25
Entre R\$ 178,01 e 1/2 S.M.	14	11
Acima de 1/2 S.M.	21	18
Sem informação	5	2
TOTAL	302	205

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS. Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos, 2020 e 2021

A tabela a seguir permite analisar os benefícios socioassistenciais recebidos pelos usuários. A informação estabelece vínculo com os dados anteriormente apresentados acerca da renda, na medida que muitos acolhidos apresentam perfil para inclusão em benefícios socioassistenciais, especialmente no Programa Bolsa Família.

Tabela 177 – Benefícios recebidos pelos acolhidos

BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS	2020	2021 (Jan.-Jun.)
Aluguel social	0	0
Renda mínima	2	1
Defeso	0	0
Bolsa Família	75	48
BPC	18	17
Minha Casa, Minha Vida	1	0
Morar Feliz	3	1

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS. Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos, 2020 e 2021

No que se refere à territorialização dos usuários atendidos pelos Acolhimentos, observa-se o número expressivo da ausência de informação nos dois períodos apresentados. Dentre os territórios identificados pelos acolhidos, em 2020 se evidencia Goitacazes, Jardim Carioca e Custodópolis. Já no primeiro semestre de 2021, os destaques são Chatuba, Pq. Guarus e Penha.

Tabela 178 – Territorialização dos acolhidos

Territórios	2020	2021 (Jan.-Jun.)
Chatuba	7	9
CODIN	6	6
Custodópolis	11	4
Esplanada	7	5
Goitacazes	13	7
Jardim Carioca	10	3
Jockey	4	6
Matadouro	9	3
Morro do Coco	0	1
Parque Guarus	8	9
Penha	3	8
Travessão	4	5
Ururáí	4	5
Sem informação	140	63
Não possui território de referência	76	71
Total Geral	338	205

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS. Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos, 2020 e 2021

**PERFIL – PESSOAS ACOLHIDAS NA CASA DA MULHER BENTA
PEREIRA**

Os dados a seguir se referem ao perfil das pessoas atendidas na Casa da Mulher Benta Pereira no ano de 2020 e primeiro semestre de 2021.

Em relação a faixa etária, observa-se uma predominância entre 30 a 59 anos, que representa 77% e 80% do público em 2020 e 1º/2021, respectivamente.

Tabela 179 - Quantitativo de mulheres atendidas por faixa-etária, 2020 e 2021.

FAIXA ETÁRIA	2020	2021 (Jan.- Jun.)
18 a 24	1	1
25 a 29	2	1
30 a 59	10	8
TOTAL	13	10

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS. Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos, 2020 e 2021

No que tange à raça/cor, destacam-se as mulheres negras. Conforme orienta o IBGE, tal dado é calculado a partir da soma de pretos e pardos em cada período analisado.

Tabela 180 - Quantitativo de mulheres atendidas por raça/cor, 2020 e 2021.

RAÇA/COR	2020	2021 (Jan.-Jun.)
Branca	3	2
Parda	7	5
Preta	3	3
TOTAL	13	10

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS. Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos, 2020 e 2021

A distribuição pela renda per capita pode ser observada no quadro a seguir, com destaque o quantitativo de mulheres na extrema pobreza, que representam 85% e 70% das usuárias atendidas, nos anos respectivos. Destaca-se este valor é resultado dos dados referentes às famílias sem renda aliado ao quantitativo de até R\$89,00.

Tabela 181 - Quantitativo de mulheres nos acolhimentos por renda, 2020 e 2021.

RENDA	2020	2021 (Jan.-Jun.)
Sem renda	11	6
Até R\$ 89,00	0	1
Entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00	0	1
Entre R\$ 178,01 e 1/2 S.M.	1	0
Acima de 1/2 S.M.	0	1
Sem informação	1	1
TOTAL	13	10

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS. Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos, 2020 e 2021

A tabela a seguir permite analisar os benefícios socioassistenciais recebidos pelas mulheres atendidas. A informação estabelece vínculo com os dados anteriormente apresentados acerca da renda, uma vez que a maioria das mulheres atendidas nos períodos indicados apresenta perfil para inclusão em benefícios socioassistenciais, especialmente no Programa Bolsa Família.

Tabela 182 – Benefícios recebidos pelas mulheres atendidas, 2020 e 2021.

Benefícios socioassistenciais	2020	2021 (Jan.-Jun.)
Bolsa Família	7	2
BPC	0	1
Morar Feliz	2	0

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS. Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos, 2020 e 2021

No que se refere à territorialização dos usuários atendidos pelos Acolhimentos, observa-se o número expressivo de mulheres que não possuem território de referência no município, estas em sua maioria são oriundas de outros municípios ou não possuem referência de residência. O território da CODIN se destacou no somatório dos anos, seguido de Parque Guarus e Esplanada.

Tabela 183 – Territorialização das mulheres atendidas, 2020 e 2021.

Territórios	2020	2021 (Jan.-Jun.)
Chatuba	0	1
CODIN	2	1
Custodópolis	1	0
Esplanada	1	1
Goitacazes	0	1
Jardim Carioca	1	0
Jockey	1	0
Matadouro	1	0
Parque Guarus	2	0
Não possui território de referência no município	4	5
Sem informação	0	1
Total Geral	13	10

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS. Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos, 2020 e 2021

Dentre as violências, em 2020 se destacaram a “ameaça em razão de violência doméstica e familiar” e “violência física”, totalizando 12 casos cada. No primeiro semestre de 2021, sobressaíram “violência física” e “violência psicológica” com 10 casos. Cabe mencionar que uma mesma mulher pode relatar distintas formas de violência vivenciadas.

Tabela 184 – Motivos de acolhimento, 2020 e 2021.

MOTIVO DE ACOLHIMENTO	2020	2021 (Jan.-Jun.)
Em situação de risco de morte	8	7
Em situação de ameaça em razão de violência doméstica e familiar	12	9
Em situação de violência física	12	10
Em situação de violência psicológica	10	10
Em situação de violência sexual	3	3
Em situação de violência moral	7	9
Em situação de violência patrimonial	7	7
Total Geral	59	55

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS. Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos, 2020 e 2021

Nos períodos analisados, o motivo de desligamento que se destaca é a forma voluntária, com 5 casos. Além disso, em 2020, a reinserção familiar também aparece que o mesmo quantitativo.

Tabela 185 – Motivos de desligamento, 2020 e 2021.

MOTIVO DE DESLIGAMENTO	2020	2021 (Jan.-Jun.)
Com reinserção familiar	5	1
Com reinserção social	2	1
De forma voluntária	5	5
Por inadaptação ao serviço	0	3
Total Geral	12	10

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS. Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos, 2020 e 2021

Com relação aos dependentes das mulheres atendidas pela Casa Benta Pereira, contabilizaram-se 39 em 2020, enquanto no 1º/2021 foram 13. Nos dois períodos, o perfil que se destaca é de crianças pardas, na faixa etária de 05 a 12 anos, do sexo masculino e escolaridade referente ao Ensino Fundamental incompleto.

PERFIL – PESSOAS ACOLHIDAS NA RESIDÊNCIA INCLUSIVA

Os quadros a seguir indicam o perfil dos usuários atendidos pela Residência Inclusiva no ano de 2020 e no primeiro semestre de 2021, cabe mencionar que diante da violação atendida estes usuários se mantêm por mais tempo no serviço, não havendo assim muito impacto no perfil nos anos analisados.

A distribuição por gênero pode ser observada na tabela seguinte e sobressai o segmento de mulheres na Residência Inclusiva.

Tabela 186 - Quantitativo de acolhidos por gênero, 2020 e 2021.

GÊNERO	2020	2021 (Jan.- Jun.)
Feminino	8	7
Masculino	5	4
TOTAL	13	11

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS. Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos, 2020 e 2021.

Em relação à faixa etária, observa-se uma predominância entre os jovens que, conforme indica o Estatuto da Juventude, compreende a faixa etária de 14 a 29 anos.

Tabela 187 - Quantitativo de acolhidos por faixa-etária, 2020 e 2021.

FAIXA ETÁRIA	2020	2021 (Jan.- Jun.)
18 a 24	5	4
25 a 29	5	5

30 a 49	2	2
60 anos ou mais	1	0
TOTAL	13	11

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS. Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos, 2020 e 2021

No que tange à raça/cor, destacam-se as pessoas pardas, com o quantitativo de 7 acolhidos nos períodos analisados.

Tabela 188 - Quantitativo de acolhidos por raça/cor, 2020 e 2021.

RAÇA/COR	2020	2021 (Jan.-Jun.)
Branca	2	1
Parda	7	7
Preta	4	3
TOTAL	13	11

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS. Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos, 2020 e 2021

A Residência Inclusiva é um serviço destinado a jovens e adultos com deficiência em situação de dependência. Dessa forma, o quadro a seguir apresenta quantitativo de acolhidos em 2020 e 1º/2021 por deficiência. Ressalta-se que um acolhido pode apresentar mais de uma deficiência.

Tabela 189 - Quantitativo de acolhidos por deficiência, 2020 e 2021.

DEFICIÊNCIAS	2020	2021
Deficiência Visual	1	0
Deficiência Auditiva	0	0
Deficiência Motora	1	1
Deficiência Intelectual	11	10
Transtorno Psiquiátrico	4	3

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS. Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos, 2020 e 2021.

A distribuição de renda dos acolhidos indica que a maioria está “acima de ½ S.M.”.

Tabela 190 - Quantitativo de acolhidos por renda, 2020 e 2021.

RENDA	2020	2021 (Jan.-Jun.)
Sem renda	2	1
Acima de 1/2 S.M.	11	10
TOTAL	13	11

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS. Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos, 2020 e 2021

Tal fato ocorre uma vez que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é contabilizado no cálculo da renda per capita. O quadro a seguir demonstra os benefícios Socioassistenciais os quais os acolhidos estão inseridos.

Tabela 191 – Benefícios Socioassistenciais recebidos, 2020 e 2021.

Benefícios socioassistenciais	2020	2021 (Jan.-Jun.)
Bolsa Família	2	1
BPC	10	9

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS. Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos, 2020 e 2021

No que se refere à territorialização dos usuários atendidos, observa-se o número expressivo de ausência de informação.

Tabela 192 – Territorialização dos acolhidos, 2020 e 2021.

Territórios	2020	2021 (Jan.-Jun.)
Custodópolis	1	1
Jockey	2	2
Sem informação	10	8
Total Geral	13	11

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS. Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos, 2020 e 2021

Dentre os motivos de acolhimento estão a “ausência de condições para autossustentabilidade e/ou retaguarda familiar”, “vínculos familiares fragilizados ou rompidos” e “negligência e/ou violência”. Esclarece-se que um acolhido pode apresentar mais de uma razão para a inserção na Residência Inclusiva, além disso, é importante ressaltar que 9 dos acolhidos são provenientes do Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes.

Tabela 193 – Motivos de acolhimento, 2020 e 2021.

MOTIVO DE ACOLHIMENTO	2020	2021 (Jan.-Jun.)
Ausência de Condições para autossustentabilidade e/ou retaguarda familiar	12	11
Vínculos familiares fragilizados ou rompidos	13	11
Negligência e/ou violência	11	9
Total Geral	36	31

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS. Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos, 2020 e 2021

O quadro a seguir apresenta os motivos para desligamento da instituição ora analisada. Ressalta-se que no primeiro semestre de 2021 não ocorreram desligamentos.

Tabela 194 – Motivos de desligamento, 2020 e 2021.

MOTIVO DE DESLIGAMENTO	2020	2021 (Jan.-Jun.)
Outros Motivos	1	0
Transferidos para outra instituição	1	0
Total Geral	2	0

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS. Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos, 2020 e 2021

SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Serviço de Acolhimento institucional para crianças e adolescentes no município de Campos dos Goytacazes/RJ é ofertado pela Fundação Municipal de Infância e da Juventude, no entanto, tendo em vista que o Órgão Gestor da Política de Assistência Social é a SMDHS, cabe a esta Secretaria monitorar e avaliar a oferta, por meio da Vigilância Socioassistencial.

Em 2017 a Vigilância Socioassistencial em conjunto com o Departamento de Serviço Social da UFF Campos e FMIJ/CRCA elaborou um Sistema de Monitoramento e Avaliação dos acolhimentos para crianças e adolescentes. A construção durou cerca de 1 ano, tendo a participação efetiva dos técnicos dos acolhimentos. Desde 2018 os registros vêm sendo feitos seguindo esse novo formato e são apresentados a seguir.

A tabela apresenta as médias de atendimento a crianças e adolescentes por Unidade de Acolhimento no ano de 2020 e no primeiro semestre de 2021. Em ambos os períodos, os Acolhimentos que apresentam as maiores médias são LARA, Aconchego e Portal da Infância.

Tabela 195 – Média de crianças e adolescentes por Unidade de Acolhimento, 2020 e 2021.

Acolhimento	2020	1º/2021
ACONCHEGO	25	18
CATIVAR	13	7
CONVIVER	7	7
DESPERTAR	22	16
LARA	26	20
PEQUENO	10	9
JORNALEIRO		

PORTAL DA INFÂNCIA	27	19
RENASCER	18	15
Total Geral	148	110

Fonte: Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos de Crianças e Adolescentes, 2020 e 2021.

Observa-se que o maior quantitativo de acolhidos se encontra na faixa etária entre 12 e 17 anos.

Tabela 196 - Médias de acolhidos por faixa-etária, 2020 e 2021.

Faixa-etária	2020	1º/2021
0 a 3	23	20
4 a 11	44	28
12 a 17	75	55
18 ou mais	6	7
Total Geral	148	110

Fonte: Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos de Crianças e Adolescentes, 2020 e 2021.

Considerando a distribuição por sexo, a próxima tabela indica um quantitativo mais elevado de acolhidos do sexo masculino em relação ao feminino, com média de 77 em 2020 e 57 no primeiro semestre de 2021.

Tabela 197 - Média de acolhidos por sexo, 2020 e 2021.

Sexo	2020	1º/2021
Feminino	71	53
Masculino	77	57
Total Geral	148	110

Fonte: Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos de Crianças e Adolescentes, 2020 e 2021.

No que tange à raça/cor, a tabela abaixo apresenta a distribuição dos acolhidos indicando uma predominância de pretos e pardos no espaço institucional. Tais dados reforçam que as desigualdades sociais inerentes ao país, bem como ao município, ultrapassam o âmbito econômico e se articulam diretamente às questões étnico-raciais.

Tabela 198 - Média de acolhidos por raça-cor, 2020 e 2021.

Raça/Cor	2020	1º/2021
Branco	34	21
Pardo	52	39
Preto	63	49
Total Geral	148	110

Fonte: Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos de Crianças e Adolescentes, 2020.

A tabela a seguir apresenta a média de distribuição territorial dos acolhidos, em que o território do CRAS Esplanada se destaca nos dois períodos analisados.

Tabela 199 – Média de territorialização dos acolhidos, 2020 e 2021.

Território	2020	1º/2021
Chatuba	4	2
CODIN	15	11
Custodópolis	8	4
Esplanada	27	20
Goitacazes	15	8
Jardim Carioca	12	12
Jockey	2	0
Matadouro	10	11
Morro do Coco	2	1
Parque Guarus	21	14
Penha	5	3
Travessão	8	6
Ururáí	10	7
Não possui	2	3
Outros	9	7

Fonte: Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos de Crianças e Adolescentes, 2020 e 2021.

Verifica-se na tabela a seguir um número expressivo de famílias que estão em condição de extrema pobreza, com médias referentes a 38 e 25, respectivamente. Destaca-se que o valor apresentado da extrema pobreza é resultado dos valores referentes às famílias sem renda aliado ao quantitativo de até R\$89,00.

Tabela 200 – Média da renda familiar per capita dos acolhidos atendidos, 2020 e 2021.

Renda per capita	2020	2021
Sem renda	25	15
Até R\$89,00	13	10
Entre R\$ 89,01 e R\$178,00	15	5
Entre R\$178,01 e 1/2 S.M.	30	24
Acima de 1/2 S.M.	16	18
DPF	27	7
NI	23	31
Total Geral	148	110

*DPF – Destituição do Poder Familiar **NI – Não informado

Fonte: Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos de Crianças e Adolescentes, 2020 e 2021.

O quadro abaixo apresenta os motivos dos acolhimentos, em que se observa tal situação sob dois olhares, ou seja, um registrado pela Guia de Acolhimento¹⁷ e outro baseado na avaliação da equipe técnica da Unidade de Acolhimento.

Nota-se que, em ambas as formas de identificação do motivo de acolhimento, a Negligência se destaca como o principal motivo, seguido de “abandono pelos pais ou responsáveis”.

Quadro 16 - Motivos para o acolhimento de crianças/adolescentes atendidos, 2020 e 2021.

Motivo da Guia para o acolhimento	2020		2021	
	Motivo da Guia	Identificação da equipe	Motivo da Guia	Identificação da equipe
Abandono pelos pais ou responsáveis	9	19	7	9
Abuso sexual/ suspeita de abuso sexual	8	6	5	5
Abusos físicos ou psicológicos contra C/A	3	2	1	0
Carência de recursos materiais da família ou responsáveis	1	0	0	0
Conflitos no ambiente familiar	5	9	3	4
Criança acolhida com Genitora menor de 18 anos	6	7	4	4
Em razão de sua conduta	9	9	3	3
Entrega Voluntária	0	2	0	1
Não informado	29	0	2	0
Guarda ou tutela para família extensa mal sucedida	0	1	0	0
Guarda ou tutela para terceiros mal sucedida	0	1	0	1
Negligência	40	62	20	26
Orfandade	1	1	0	0
Outros ¹⁸	27	14	19	9
Pais ou responsáveis dependentes químicos ou alcoólatras	5	5	4	4
Responsável impossibilitado de cuidar por motivos de doença	1	1	0	1
Risco de vida na comunidade	6	9	5	6
Situação de rua	7	8	6	5
Transferência de outro regime de atendimento	1	1	0	0
Uso prejudicial de drogas e/ou álcool pela criança ou adolescente	0	1	0	1
Total Geral	158	158	79	79

Fonte: Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos de Crianças e Adolescentes, 2020 e 2021.

¹⁷ “Art. 101, §3 – Crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhados às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamentais ou não, por meio de uma Guia de Acolhimento, expedida pela autoridade judiciária, na qual obrigatoriamente constará, dentre outros: I - sua identificação e a qualificação completa de seus pais ou de seu responsável, se conhecidos; II - o endereço de residência dos pais ou do responsável, com pontos de referência; III - os nomes de parentes ou de terceiros interessados em tê-los sob sua guarda; IV - os motivos da retirada ou da não reintegração ao convívio familiar.” (BRASIL, 2009, s.p.)

¹⁸ Merece esclarecimento o quantitativo significativo no quesito “outros”. Nesse caso, justifica-se que os motivos elencados para inserção do acolhido na Unidade não estão contemplados no RMA.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E DE EMERGÊNCIAS

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais estabelece, no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, a oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, destinado a promover apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas. O Plano Municipal de Assistência Social do município de Campos dos Goytacazes, com vigência entre 2018 e 2021, também aponta para a necessidade de estruturação e efetivação da oferta desse serviço no município, fundamentada em produções de caráter acadêmico e técnicas elaboradas nos anos recentes acerca da manifestação dessas situações em âmbito local (BERNARDO et.al, 2015; SIQUEIRA, 2015; VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, 2018).

O que tais produções revelam é que situações de calamidade pública e emergências têm dimensões sócio históricas e não apenas físicas ou naturais e que, por essa razão, podem e devem ser objetos de ações preventivas, interdisciplinares e intersetoriais, pois são indicativas de vulnerabilidade e ameaça à população. Em Campos, tais situações são agudizadas pelas inundações, alagamentos e deslizamentos de terra, que apesar de tratados como episódicos ou atípicos, mostram-se como recorrentes criando, portanto, uma previsibilidade dos mesmos, o que implica a possibilidade de planejamento para seu enfrentamento e até mesmo o impedimento da concretização desses processos que se desdobram em perdas materiais, mas também simbólicas, emocionais e morais (casas, móveis, documentos, familiares e amigos, renda).

Somente entre 2017 e 2020 foram identificadas pelo menos 04 situações de grande repercussão, em diferentes localidades, que demandaram intervenção por parte do poder público – Morro do Coco, março de 2018; Rio Preto, novembro de 2019; Três Vendas, janeiro de 2020 e Santo Eduardo, outubro de 2020.

O trabalho social ofertado pela SMDHS nessas situações tem se direcionado para o cadastramento das famílias atingidas, encaminhamento das famílias para acolhimentos provisórios e concessão de benefícios eventuais, dentre eles cestas básicas, colchonetes, cobertores e água. Para além destes, o acompanhamento das famílias e atendimentos com vistas a fornecer uma rede de apoio.

Todavia tais iniciativas carecem de estruturação, com previsão de fluxos e protocolos de atuação, até mesmo para que todos os trabalhadores do SUAS no município tenham condições de atuar e que as respostas efetivamente atendam às necessidades das famílias e indivíduos afetados.

Em nível nacional estão sendo estruturadas neste momento as Diretrizes para a atuação da Assistência Social em contextos de Emergência Socioassistencial a partir de 6 eixos: 1) Gestão Legal, Administrativa e Orçamentária; 2) Vigilância Socioassistencial; 3) Trabalho Social com Famílias e Indivíduos; 4) Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda; 5) Acolhimento; e 6) Articulação e Intersetorialidade. Em nível municipal o que se tem até o momento é a indicação da temática no Plano Municipal de Assistência Social – 2018 a 2021, já mencionado, e o estabelecimento nele de uma meta que envolve a instituição de uma comissão intersetorial para estudo e planejamento das ações em contexto de desastre socioambiental e o início da interlocução com as pastas envolvidas para construção do Plano Municipal referente a execução do serviço.

O trabalho da Assistência Social em conjunto com tais órgãos e setores, pode potencializar as ações desenvolvidas pelo grupo, uma vez que nas chamadas fases de emergência e pós-emergência sempre se recorre à atuação da assistência social, e que essa se estrutura a partir da lógica territorial, tendo conhecimento privilegiado acerca de outros riscos e vulnerabilidades vivenciadas pelas populações na perspectiva antes abordada, de que essas situações se constroem no espaço e no tempo, e não resultam somente de eventos climáticos considerados atípicos.

PROGRAMAS

BPC ESCOLA

O Programa BPC na Escola é o Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e foi criado por meio da Portaria Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007. Considerando que o Programa é intersetorial, constituindo-se em um importante mecanismo para fomentar a inclusão socioeducacional, a ampliação das aquisições para construção de autonomia e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, tendo por objetivo a garantia do acesso e da permanência na escola, por meio de ações articuladas da área de saúde, educação, assistência social e direitos humanos.

Durante o período de 2017 a Agosto de 2021 houve a reestruturação do Comitê Gestor e foram preenchidos 563 questionários no BPC Escola com a finalidade de identificar as barreiras que impedem ou dificultam o acesso e a permanência na escola dos beneficiários com até 18 anos. Em outros 204 questionários a entrevista não foi realizada, mesmo com tentativas.

Durante o ano de 2020 e 2021 não foram desenvolvidas atividades por este Comitê Gestor, sendo objeto da gestão atual a retomada destas.

ACESSUAS

O Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS Trabalho) busca a autonomia das famílias usuárias da Política de Assistência Social, por meio da integração ao mundo do trabalho. A meta pactuada para o município é de alcance a 800 usuários. Até Agosto de 2021 foram lançados no Sistema do ACESSUAS 420 usuários, distribuídos entre os grupos desenvolvidos nos CRAS e CREAS. Cabe mencionar que outros usuários também foram alcançados, mas não concluíram o número mínimo de participações nas atividades conforme prevê a metodologia do Programa e, portanto, não foram inseridos no SIS Acessuas.

Durante o ano de 2020, em função da pandemia e pelas características próprias do Programa este esteve suspenso até o mês de Setembro. No mês de Outubro de 2020, em

parceria com o SCFV e seus usuários foram desenvolvidas oficinas remotas com os adolescentes. Cabe mencionar que o contexto da pandemia também foi abordado em articulação ao mundo do trabalho, como apresentaremos adiante.

Em 2021 as atividades estão sendo retomadas a partir do segundo semestre, respeitando as condições sanitárias vigentes diante do serviço ser ofertado de forma coletiva e as equipes estão no movimento de lançamento no Prontuário SUAS para posterior registro no SIS Acessuas. As oficinas estão sendo ministradas pela equipe técnica do Departamento de Programas e Projetos em parceria com outros órgãos públicos e privados.

PETI

O PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – é um “conjunto de ações que têm o objetivo de retirar crianças e adolescentes menores de 16 anos do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos” (MDS, 2015).

De acordo com Diagnóstico apresentado pelo MDS, Campos dos Goytacazes aparece como um dos municípios prioritários, o que significa que requer maior atenção em decorrência do contexto municipal.

O acompanhamento do programa se faz a partir de 5 eixos: informação e mobilização, identificação, proteção social, defesa e responsabilização e monitoramento. Nesta seção serão apresentados os dados referentes a tais eixos, tendo como fonte de informação o Sistema de Monitoramento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (SIMPETI).

EIXOS

Durante o ano de 2020, o número atividades foi reduzido diante do contexto da pandemia. No entanto, cabe mencionar que os acompanhamentos aos indivíduos identificados permaneceram, assim como as abordagens para novas identificações. Foram registradas no SIMPETI um total de 17 atividades, todas referentes ao eixo Informação e Mobilização cuja atividade esteve relacionada a produção, distribuição de materiais de comunicação/educativos (cartaz, folder, cartilhas, livros, revistas, jornais, vídeos, programas de rádio, mídias sociais, etc).

Diante do contexto atípico de 2020, apresentaremos adiante as atividades realizadas em 2019.

As ações do primeiro eixo - Informação e Mobilização - têm como objetivo sensibilizar atores sociais diversos, de modo a contribuir para a efetivação de ações de erradicação do trabalho infantil. Em 2019, o maior volume de ações deste eixo se concentrou na Produção, distribuição de materiais de comunicação/educativos (cartaz; folder; cartilhas, livros, revistas, jornais, vídeos, programas de rádio, mídias sociais, ...) e na realização de eventos (debates, passeatas, atividades culturais, entre outros) sobre o enfrentamento ao trabalho infantil. Apresentaremos adiante o quantitativo de ações de cada eixo.

Tabela 201 - Eixo Informação e Mobilização - ações de 2019 a 2021.

INFORMAÇÃO E MOBILIZAÇÃO	2019	2020	2021
Constituição de um grupo de trabalho intersetorial envolvendo a rede de prevenção e erradicação do trabalho infantil visando a elaboração de uma Agenda Intersetorial.	0	0	0
Realização de reuniões de articulação com Secretaria Municipal, Conselho Tutelar, Superintendência Regional do Trabalho, Ministério Público, Ministério Público do Trabalho.	2	0	3
Realização de reuniões de articulação com Conselhos setoriais (Assistência Social, Saúde, Educação), Conselhos de Diretos da Criança e do Adolescentes, Sindicatos, Associações, Cooperativas, Organizações da Sociedade Civil e Movimentos Sociais.	0	0	0
Capacitação das equipes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS sobre o enfrentamento ao trabalho infantil.	1	0	0
Realização de eventos (debates, passeatas, atividades culturais, entre outros) sobre o enfrentamento ao trabalho infantil.	5	1	1
Realização de campanhas sobre o enfrentamento ao trabalho infantil no dia 12 de junho ou em outras datas por meio de rádio, tv, jornais, revistas, redes sociais, carro de som e outros meios de comunicação.	3	0	0
Produção, distribuição de materiais de comunicação/educativos (cartaz; folder; cartilhas, livros, revistas, jornais, vídeos, programas de rádio, mídias sociais, ...).	46	16	7
Divulgação dos canais de denúncia de situações de trabalho infantil (Disque 100 e outros canais oficiais).	0	0	1
Outras ações de informação e mobilização.	1	0	0
Total	58	17	12

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – SIMPETI, 2019 a 2021.

Os trabalhos que se concentram no Eixo Identificação visam fortalecer ações que promovam a identificação de trabalho infantil. O Censo do IBGE 2010 apontou que o município de Campos dos Goytacazes apresentava 1.382 crianças e adolescentes entre 10 e 15

anos ocupados. Comparando os dados do CENSO com os do CadÚnico, percebe-se uma diferença bastante considerável em relação à identificação de trabalho infantil.

As ações desenvolvidas em 2018 em prol da identificação de trabalho infantil concentraram-se nas ações de busca ativa, como aponta o quadro abaixo. No entanto, é possível observar um número de ações reduzido neste âmbito.

Tabela 202 - Eixo Identificação - ações de 2019 a 2021.

IDENTIFICAÇÃO	2019	2020	2021
Levantamento de ações de busca ativa e identificação realizadas pelas equipes do SUAS.	4	0	0
Realização de diagnóstico socioterritorial municipal visando a constituição de orientações para ações intersetoriais (mapeamento da rede, levantamento de equipamentos e serviços, principais incidências de trabalho infantil, entre outros).	0	0	1
Realização de diagnósticos complementares específicos com foco na incidência local (comunidades tradicionais, agricultura familiar, piores formas).	0	0	1
Capacitação das equipes do Cadastro Único para registro das situações de trabalho infantil no formulário de cadastramento.	0	0	1
Levantamento do registro de situações de trabalho infantil no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único.	0	0	1
Utilização das informações de sistemas para subsidiar busca ativa: CadÚnico, Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN), Sistema de Informação do Trabalho Infantil (SITI), do Ministério de Trabalho e Emprego, entre outros.	1	0	0
Outras ações de identificação de situações de trabalho infantil.	2	31	0
Total	7	31	4

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – SIMPETI, 2019 a 2021.

O Eixo da Proteção Social intenciona a realização de ações tanto entre os serviços socioassistenciais, quanto em articulação com a rede intersetorial, buscando a consolidação de um atendimento integral.

O SCFV é um dos serviços que podem realizar atendimento a essas crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. No ano de 2019 apenas 04 das crianças/adolescentes inseridos registraram essa situação prioritária.

Em 2019 as ações de Proteção Social voltaram-se mais para a articulação de ações intersetoriais.

Tabela 203 - Eixo Proteção Social - ações de 2019 a 2021.

PROTEÇÃO SOCIAL	2019	2020	2021
Articulação com os serviços de abordagem, PAEFI/CREAS e PAIF/CRAS para potencializar os encaminhamentos de famílias em situação de trabalho infantil na rede de proteção social.	0	0	0
Articulação com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV para potencializar os encaminhamentos de crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho infantil.	1	0	0
Definição de fluxo/protocolos de atendimento das situações de trabalho infantil.	7	0	1
Articulação de ações intersetoriais específicas voltadas para o enfrentamento das piores formas de trabalho infantil.	2	0	0
Outras atividades proteção social a crianças e adolescentes e famílias em situação de trabalho infantil.	1	0	0
Total	11	0	1

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – SIMPETI, 2019 a 2021.

O Eixo da Responsabilização objetiva o fortalecimento do Controle Social. Esse foi o Eixo com o menor quantitativo de ações realizadas em 2019 junto ao eixo de monitoramento.

Tabela 204 - Eixo Responsabilização - ações de 2019 a 2021.

DEFESA E RESPONSABILIZAÇÃO	2019	2020	2021
Articulação com órgãos de fiscalização para o desenvolvimento de ações de responsabilização das empresas e cadeias produtivas que fazem uso de trabalho infantil.	1	0	0
Outras atividades de Defesa e Responsabilização.	3	0	0
Total	4	0	0

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – SIMPETI, 2019 a 2021.

O Eixo de Monitoramento tem por finalidade a construção de indicadores para o acompanhamento dos trabalhos. As principais ações executadas em 2019 foram o acompanhamento dos registros do RMA e o monitoramento das ações de busca ativa.

Tabela 205 - Eixo Monitoramento - ações de 2019 a 2021.

MONITORAMENTO	2019	2020	2021
Acompanhamento de informações sobre atendimento familiar no Registro Mensal de Atendimento- RMA.	3	0	0
Monitoramento de ações de busca ativa voltadas as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e suas famílias.	1	0	0
Total	4	0	0

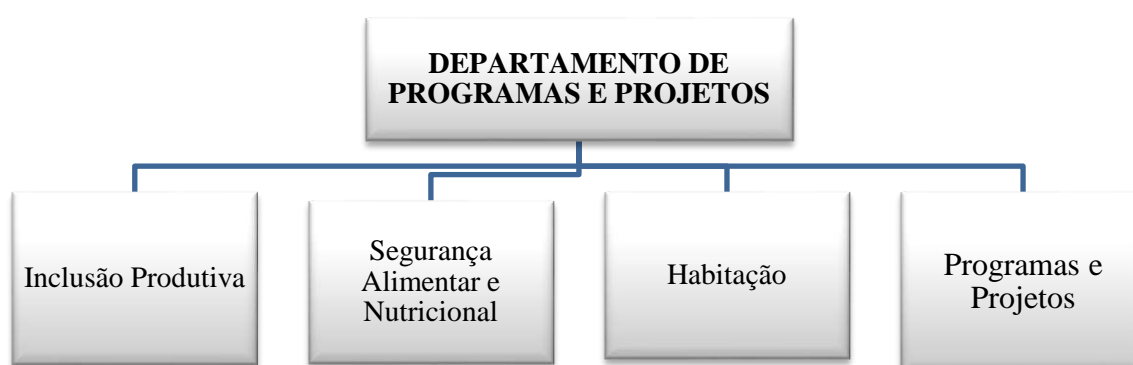
Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – SIMPETI, 2019 a 2021.

Em Julho de 2020, a Vigilância Socioassistencial em conjunto com a Coordenação do Programa criou um modelo de Relatório Mensal de Atendimento específico para o PETI, no entanto as equipes ainda estão na fase de aprimoramento do preenchimento neste instrumento.

DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS

Este capítulo descreve as atividades desenvolvidas no município no âmbito dos Programas e Projetos. É importante mencionar que este Departamento é responsável pela oferta de outras políticas públicas, para além da Política de Assistência Social e dos seus serviços tipificados. Pertencem a esse Departamento, os seguintes setores:

Figura 8 – Setores



PROJETOS

O Departamento de Programas e Projetos esteve envolvido diretamente durante os anos de 2019 e 2020 com as reuniões de Mobilização Social da Praça CEU - hoje nomeada Pracinha da Cultura - e com o acompanhamento das obras desta unidade. Ao todo, foram feitas 11 reuniões, dentre estas 07 de mobilizações com oficinas e outras 06 reuniões extras. Cabe mencionar que estas atividades são fundamentais para despertar o sentimento de pertencimento da comunidade e a consciência sobre o impacto deste Projeto no território.

Durante o ano de 2020 as atividades se direcionam para concluir as exigências da Caixa Econômica Federal em relação a Obra e a documentação final para devida inauguração.

Em 2021, as atividades relacionadas a esse Projeto se distribuem da seguinte forma:

Tabela 206 – Trabalho Desenvolvido na Pracinha da Cultura.

Trabalho Técnico Desenvolvido	
Visitas técnicas	10
Reuniões com a comunidade	4

Mobilização/organização comunitária/social	1
Articulação com parceiros do primeiro setor	7
Articulação com parceiros do segundo e terceiro setor	10
Monitoramento e avaliação das ações implementadas	0
Reuniões com o Conselho Gestor	5
Reuniões com representantes do poder público, privado e OSCs	0
Rodas de Conversas	0
TOTAL	37

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – DPP, 2021.

Destacam-se as visitas técnicas e articulações intersetoriais.

Outros projetos também estão em elaboração pelo Departamento. No primeiro semestre de 2021 estão em planejamento e/ou execução outros 6 projetos relacionados as seguintes pastas: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Social, Secretaria de Educação, Fundação Oswaldo Lima, Fundação de Esportes e Sest/Senat.

Além deste trabalho, foram mapeadas 30 Organizações da Sociedade Civil para identificação e captação de possíveis parcerias.

PROGRAMAS

O Programa ACESSUAS trabalho conta com uma supervisão técnica pela Gestão do SUAS, onde as informações já foram apresentadas, mas a execução direta é realizada pela equipe do Departamento de Programas e Projetos. Durante o primeiro semestre do ano de 2021, essa equipe tem se dedicado a pensar a retomada das atividades diante do contexto pandêmico, realizando as articulações necessárias para a implementação do mesmo. O ACESSUAS é planejado em articulação a Inclusão Produtiva que abordaremos a seguir.

INCLUSÃO PRODUTIVA

A Inclusão Produtiva tem como objetivo incentivar e contribuir para a emancipação das famílias de forma sustentável, oferecendo cursos, oficinas e qualificação profissional aos usuários da SMDHS, principalmente nos segmentos de artesanato, beleza e alimentação.

Além dos cursos, outras ações são implementadas no sentido de garantir a geração de renda e potencializar a arte e o saber-fazer local. Durante os anos de 2020 e primeiro semestre de 2021 as atividades estiveram suspensas em razão da pandemia, essa equipe tem se dedicado a pensar a retomada das atividades diante do contexto pandêmico, conforme apresenta a tabela adiante.

Tabela 207 – Trabalho Desenvolvido na Inclusão Produtiva.

Atividades Desenvolvidas	TOTAL
Reuniões externas	7
Reuniões internas	42
Oficinas	27
Parcerias estabelecidas com o setor público	4
Parcerias estabelecidas com o setor privado	2
TOTAL	82

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – DPP, 2021.

SAN

Segundo o Relatório Anual de Atendimento do SAN (2019), o objetivo deste é implementar no município a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, reestruturar e ampliar a rede de SAN e reduzir o número de famílias em risco nutricional e insegurança alimentar.

O SAN representa a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja cultural, ambiental, econômica e socialmente sustentável. As principais atividades estão apresentadas a seguir.

Tabela 208 – Trabalho Desenvolvido pelo SAN.

Atividades Desenvolvidas	TOTAL
Ação Social	1
Reuniões externas	7
Reuniões internas	5
Visitas técnicas	10
Organização de Eventos	1
Total	24

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS – DPP, 2021.

Em relação aos anos de 2020 e 2021, especialmente os trabalhos de Educação Alimentar e Nutricional - uma vertente importante da Segurança Alimentar e Nutricional - sofreram os impactos diretos da pandemia, tendo em vista que sua oferta é em articulação as atividades coletivas dos equipamentos socioassistenciais.

Nas atividades externas do SAN também sobressaem atividades como reuniões do COMSEA e da CAISAN.

HABITAÇÃO

Esta seção apresentará dados referentes a Política Habitacional ofertada pela SMDHS, a saber, “Morar Feliz” e “Minha Casa, Minha Vida”, tais Programas pertencem especificamente a Política de Habitação, ainda que estabeleçam relação com a Assistência Social.

Programa Morar Feliz:

O Programa compreendia a construção e/ou concessão de moradias em espaços de convivência comum, compondo os chamados condomínios residenciais populares, destinados a famílias de baixa renda que residissem no Município de Campos dos Goytacazes há pelo menos 05 (cinco) anos, e que estivessem previamente cadastradas junto a Secretaria Municipal da Família e Assistência Social, atualmente Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.

No ano de 2018 houve a concessão de 72 habitações no Condomínio João Batista. O trabalho do setor também esteve voltado principalmente para o acompanhamento das famílias que já se encontravam residindo nos condomínios residenciais.

O ano de 2018 fechou com o total de 6202 beneficiários. Nos anos de 2019, 2020 e 2021 este programa não teve alteração em nenhum mês.

Programa Minha Casa Minha Vida:

O Programa Minha Casa Minha Vida visa a auxiliar a compra da casa própria, ao facilitar as condições de financiamento. As famílias de baixa renda que estão no Cadastro Único pagam prestações reduzidas para adquirir seu imóvel.

Uma das modalidades do Programa se destina a famílias inscritas no Cadastro Único com renda familiar mensal de até R\$ 1.600,00 (habitação urbana) e a famílias de agricultores familiares, também inscritas no Cadastro, com renda familiar anual de R\$ 15 mil a 60 mil (habitação rural). Nos dois casos, a família não pode possuir outro imóvel. No caso do município, não foi oferecida habitação rural.

No ano de 2018 não houve novas concessões de habitações pelo referido Programa, fechando com o total de 1496 famílias já beneficiadas.

No ano de 2019 foram iniciados os novos cadastros, avaliações para o referido Programa e o sorteio com a divulgação dos contemplados, mas não foram concedidas as casas nesse ano, na medida em que o processo seguiu para 2020.

O setor segue no ano de 2021 trabalhando nas pendências indicadas pela Caixa Econômica Federal e o município de Campos dos Goytacazes encontra-se aguardando a entrega de 772 casas no bairro Jardim Aeroporto neste ano que atrasou em virtude da Ocupação destas casas por outras famílias, movimento nomeado de “Ocupação Novo Horizonte”.

REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SUAS

Este capítulo apresenta informações sobre as atividades desenvolvidas pela Rede Socioassistencial Privada do SUAS, setor responsável pelo reconhecimento das Entidades Socioassistenciais, além do acompanhamento e articulação com as Organizações da Sociedade Civil.

Na assistência social, as organizações sociais têm participação expressiva, o que mostra como é relevante o apoio às entidades e sua integração com a rede pública municipal para a garantia da oferta dos serviços através da Política Municipal de Assistência Social. Portanto, é essencial dialogar e estabelecer uma relação de maior proximidade com as entidades socioassistenciais, potencializando o seu atendimento ao público da assistência social.

De acordo com o Marco Regulatório das OSCs, dado pela Lei 13.019/2014, são entidades privadas aquelas que não possuem fins lucrativos e que desenvolvem ações de interesse público. Essas organizações atuam na promoção de direitos e de atividades nas áreas de saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia, desenvolvimento agrário, assistência social e moradia, entre outras, tendo importância histórica quando se trata de apoio à proteção social.

As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) reconhecidas pela Assistência Social executam serviços de caráter público. Elas podem receber recursos públicos ou obter recursos por outras fontes (doações de terceiros, rendimentos financeiros, eventos, etc.).

Existem três níveis de reconhecimento de entidades no SUAS, cada uma com um benefício específico para a entidade.

1º NÍVEL: Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

O primeiro nível, a inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, é a autorização de funcionamento na política de assistência social. *A inscrição também é pré-requisito para o acesso aos demais níveis de reconhecimento, como o CNEAS e o CEBAS.*

2º NÍVEL: Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social - CNEAS

O segundo nível de reconhecimento é obtido por meio do cadastramento no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS). Esse nível de reconhecimento permite à entidade realizar parcerias com o órgão gestor municipal, receber recursos por meio de emendas parlamentares e a torna apta para adquirir o CEBAS. Dessa forma, para sua vinculação ao SUAS, as organizações devem comprovar, cumulativamente, possuir a inscrição no Conselho Municipal (ou Distrital) de Assistência Social e o registro no CNEAS.

O CNEAS também é uma ferramenta de gestão, que armazena informações sobre as organizações e ofertas socioassistenciais com atuação no território nacional, de responsabilidade da administração pública, que permite a aproximação entre o Estado e a sociedade civil, possibilitando o acompanhamento do atendimento aos usuários da política e reconhecendo a importância das organizações no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.

A Gestão Pública de Assistência Social – Secretarias de Assistência Social são as responsáveis pelo CNEAS. Compete aos órgãos gestores municipais e suas equipes técnicas cadastrar e manter atualizadas as informações no CNEAS referente a todas as organizações de assistência social e aquelas que possuam atuação em outras áreas, mas também executam ofertas socioassistenciais, inscritas nos conselhos de assistência social do seu território.

Dessa forma, para preenchimento do sistema é necessário o diálogo contínuo com o Conselho Municipal de Assistência Social e a realização de visitas técnicas às organizações.

A Diretoria de Gestão do SUAS – Rede Socioassistencial Privada da SMDHS é o setor responsável por cadastrar e manter atualizadas as informações no CNEAS, no âmbito do município de Campos dos Goytacazes, referente a todas as organizações de assistência social e aquelas que possuam atuação em outras áreas, mas também executam ofertas socioassistenciais, inscritas no CMAS.

No âmbito do Município de Campos dos Goytacazes são 18 entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social e no CNEAS.

3º NÍVEL: Certificação de Entidades Beneficentes da Assistência Social - CEBAS

O terceiro nível de reconhecimento das OSCs no SUAS, é obtido por meio do acesso à Certificação de Entidades Beneficentes da Assistência Social (CEBAS), regulado pela Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009 e Decreto 8.242 de 23 de maio de 2014. O CEBAS possibilita à entidade a isenção de contribuições sociais.

A Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) é um importante mecanismo de parceria público-privada, para ampliar a cobertura e melhoria dos serviços socioassistenciais. Com a Certificação CEBAS, entidades que ofertam serviços de Assistência Social podem ter acesso a importantes mecanismos de financiamento de suas atividades.

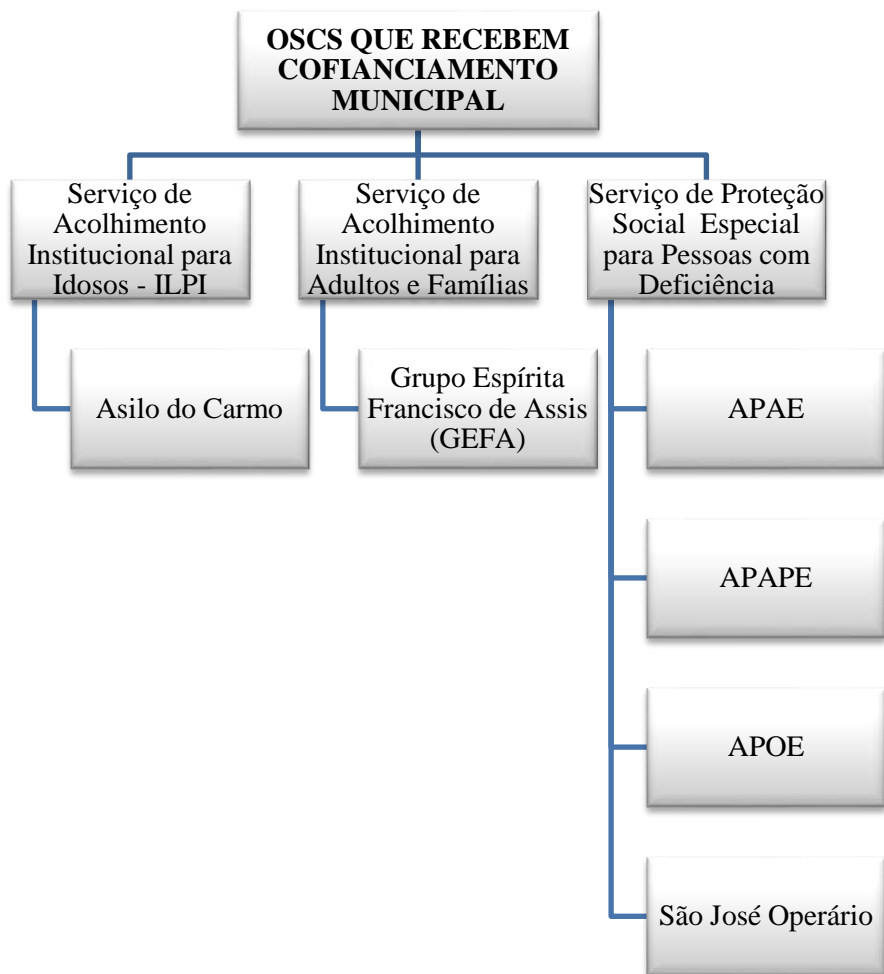
➤ Entidades/Instituições parceiras:

Atualmente a SMDHS possui parceria com 06 entidades que ofertam serviços nas seguintes esferas: proteção social especial para pessoas com deficiência, acolhimento

institucional para idosos em ILPI e acolhimento institucional para adultos e famílias em situação de rua, todos conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais: Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

A seguir o leitor poderá visualizar as informações referentes a cada entidade:

Figura 9 - Entidades



A renovação das parcerias com as entidades que prestam Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência e suas famílias ocorreu em março de 2021; a renovação das parcerias dos serviços de acolhimento institucional para idosos em ILPI e acolhimento institucional para adultos e famílias em situação de rua ocorreu em abril de 2021, após publicação de justificativa de dispensa de chamamento público.

Do ponto de vista jurídico, a Lei Federal 13.019/14 define as regras gerais aplicáveis às parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, sendo regulamentada no município de Campos dos Goytacazes através do Decreto nº 371/2019, e

ambas preveem, como regra, que a formalização das parcerias seja precedida de chamamento público. Contudo, a legislação federal, em seu art. 30, inciso VI, bem como o Decreto Municipal, em seu art. 6º, inciso IV, permitem que tal regra seja excepcionada por tratar-se de entidade que executa programa de assistência social, desde que seja previamente cadastrada pelo órgão gestor da respectiva política, como é o caso das nossas OSCs.

Importante destacar que as entidades já há muito desenvolvem suas atividades em parceria com o Município de forma satisfatória, com capacidade técnica e operacional condizentes como o serviço prestado, atingindo as metas estabelecidas nos períodos anteriores, não havendo conhecimento de fatos que impeçam sua continuidade.

Ademais, ressalte-se que a interrupção dos referidos serviços acarretaria enorme prejuízo aos usuários dos serviços, cujas necessidades devem ser resguardadas pelo poder público.

Portanto, considerando o relevante e essencial papel desempenhado pelas OSC's cofinanciadas pelo Município e alicerçada em permissivo legal, justificou-se a celebração de parceria entre este Município e as OSC's que prestam o serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência e suas famílias e os serviços de acolhimento institucional para idosos em ILPI e acolhimento institucional para adultos e famílias em situação de rua, pelo período de 09 meses e 08 meses respectivamente, para viabilizar a continuidade das ações em 2021, nos termos dos Planos de Trabalho apresentados e dispensado o prévio chamamento público.

Cumprido destacar que conforme Resolução do CMAS nº 03/2020, este Conselho aprovou a renovação dos Convênios.

Destaca-se que neste ano, foi pactuado com a instituição Associação Mantenedora do Asilo Nossa Senhora do Carmo a transferência dos recursos mensais conforme a meta alcançada em cada mês, ou seja, o quantitativo de idosos acolhidos. Ou seja, caso a instituição alcance a meta de acolhimento dos 60 idosos, recebe o valor integral, caso contrário, recebe o valor proporcional ao quantitativo de idosos acolhidos. Para tanto, são levados em consideração os seguintes documentos: o relatório mensal encaminhado pela Central de Regulação de Vagas para Instituição de Longa Permanência e o relatório mensal de cumprimento do objeto encaminhado pela própria instituição cofinanciada. Em ambos os documentos constam o quantitativo de idosos acolhidos em cada mês.

➤ **Monitoramento da Execução dos Serviços executados pelas OSCs e procedimento de Prestação de Contas:**

Com o estabelecimento da Instrução Normativa nº 001 de 2020 da Secretaria Municipal de Transparência e Controle, que disciplina os procedimentos de execução e prestação de contas das parcerias firmadas entre a sociedade civil e a administração pública direta e indireta no âmbito do Município de Campos dos Goytacazes e o decreto municipal nº 371/2019 que regulamenta a aplicação da lei federal nº 13.019/14, com suas respectivas alterações, foi instituída a Comissão de Monitoramento e Avaliação, responsável por monitorar; avaliar o cumprimento do objeto das parcerias; apresentar proposta de aprimoramento dos procedimentos, bem como homologar os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação. Na SMDHS, a equipe da Comissão é formada por três técnicas e as visitas às entidades, ocorrem trimestralmente, com prévio agendamento, conforme preconizado nas normativas citadas.

A execução e prestação de contas passou a ser realizada pelo órgão concedente, aquele responsável pela transferência dos recursos financeiros ou pela descentralização dos créditos orçamentários destinados à execução do objeto da parceria. Ou seja, a coordenação, análise e emissão de parecer dos processos de prestação de contas dos convenientes passou a ser feita diretamente pelo SMDHS através da Rede Privada.

A SMDHS tem desempenhado esforços no direcionamento, monitoramento, supervisão e avaliação da atuação das Organizações da Sociedade Civil, com vistas ao atendimento de suas necessidades e expectativas.

Importante destacar que todo o trâmite de recebimento de recursos das conveniadas, nos últimos anos passou a ocorrer na gestão do SUAS, com conseqüente recebimento e análise dos planos de trabalho, em consonância com a Lei 13.019/14.

O quadro a seguir ilustra os detalhamentos das parcerias.

Quadro 17 - Detalhamento das parcerias estabelecidas com organizações da sociedade civil

OSCs	SERVIÇO OFERTADO	PÚBLICO ALVO	META PACTUADA	VALOR DO REPASSE
<u>Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE:</u>	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias – Média Complexidade	Pessoas com deficiência.	179 Usuários/mês	R\$ 72.796,09 mensal.
<u>Associação de Pais de Pessoas Especiais do Norte e Noroeste-APAPE:</u>	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias – Média Complexidade	Pessoas com deficiência.	118 Usuários/mês	R\$ 47.988,24 mensal.

<u>Associação de Proteção e Orientação aos Excepcionais-APOE:</u>	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias – Média Complexidade	Pessoas com deficiência.	274 usuários/ mês	R\$ 111.430,32 mensal.
<u>Serviço de Assistência São José Operário:</u>	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias – Média Complexidade	Pessoas com deficiência.	132 usuários/ mês	R\$ 53.601,24 mensal.
<u>Associação Mantenedora do Asilo Nossa Senhora do Carmo</u>	Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos – Alta Complexidade	Idosos.	60 usuários/ mês	R\$ 54.450,00 mensal.
<u>Grupo Espírita Francisco de Assis-Casa de Passagem Albergue Francisco de Assis</u>	Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias – Casa de Passagem – Alta Complexidade	População em situação de rua.	11 usuários/ pernoite	R\$ 13.068,00 mensal.

Fonte: Planos de Trabalho das Entidades, 2021.

➤ **Chamamento Público:**

No ano de 2021, no dia 16 de novembro, após 6 anos sem chamamento público, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social publicou cinco editais para seleção de entidades de assistência social visando a celebração de parcerias, através de Termo de Colaboração, para o financiamento de 889 vagas no âmbito do Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiências e suas famílias; unidade de acolhimento institucional de longa permanência para idosos dependentes de ambos os sexos; unidade de acolhimento institucional de longa permanência para idosos independentes de ambos os sexos; acolhimento na modalidade Casa de Passagem ofertada a pessoas adultas, do gênero masculino, em situação de rua e acolhimento em República para Jovens de 18 a 21 anos, do gênero masculino.

O chamamento público para realização de parceria através de termo de colaboração representa um marco no amadurecimento da gestão da política de Assistência Social no município, além de legitimar as Organizações da Sociedade Civil (OSC) como entidades prestadoras de serviços, demarcando sua relevância dentro da política pública, uma vez que as mesmas precisam estar devidamente regulamentadas.

A comissão de seleção é composta por representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social e Conselho Municipal de Assistência Social.

A seguir, uma síntese dos editais:

EDITAL Nº 01/2021:

Processo seletivo, mediante CHAMAMENTO PÚBLICO, visando a seleção de entidades de assistência social, com vista à celebração de parceria para o financiamento de 772 vagas do Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência e suas famílias, em Centro Dia ou em Unidades Referenciadas, conforme previsto na resolução n.109/2009 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais).

EDITAL Nº 02/2021:

Processo seletivo, mediante CHAMAMENTO PÚBLICO, visando a seleção de instituição de assistência social, com vista à celebração de parceria, para o financiamento de 35 vagas destinadas ao desenvolvimento de ações previstas na Política de Assistência Social - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, em unidade de acolhimento institucional em ILPI para idosos DEPENDENTES de ambos os sexos, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, especialmente, pela ausência de referências familiares, e em situação de acolhimento institucional, em consonância com o previsto na Resolução CNAS n.º 109, de 11.11.2009 – Tipificação Nacional de Serviços.

EDITAL Nº 03/2021:

Processo seletivo, mediante CHAMAMENTO PÚBLICO, visando a seleção de instituição de assistência social, com vista à celebração de parceria, para o financiamento de 25 vagas destinadas ao desenvolvimento de ações previstas na Política de Assistência Social - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, em unidade de acolhimento institucional em ILPI para idosos INDEPENDENTES de ambos os sexos, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, especialmente, pela ausência de referências familiares, e em situação de acolhimento institucional, em consonância com o previsto na Resolução CNAS n.º 109, de 11.11.2009 – Tipificação Nacional de Serviços.

EDITAL Nº 04/2021:

Processo seletivo, mediante CHAMAMENTO PÚBLICO, visando a seleção de entidade de assistência social, com vista à celebração de parceria, para o financiamento de 12 vagas destinadas ao desenvolvimento de ações previstas na Política de Assistência Social, no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, na modalidade Acolhimento Institucional – Casa de Passagem ofertada a pessoas adultas, do gênero masculino, em situação de rua, em consonância com o previsto na Resolução CNAS n.º 109, de 11.11.2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

EDITAL Nº 05/2021:

Processo seletivo, mediante CHAMAMENTO PÚBLICO, visando a seleção de entidade de assistência social, com vista à celebração de parceria, para o financiamento de 10 vagas destinadas ao desenvolvimento de ações previstas na Política de Assistência Social, no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, na modalidade Acolhimento em República para Jovens de 18 a 21 anos, do gênero masculino, em consonância com o previsto na Resolução CNAS n.º 109, de 11.11.2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Após a CF/88, a assistência social começou a ser entendida como uma política pública de garantias de direitos a qualquer cidadão que dela necessitar. As pessoas passaram a ser vistas como detentoras de direitos que o Estado deve garantir. Assim iniciou o processo de substituição das políticas assistencialistas que se vinculavam aos governos eleitos por uma política pública de Estado, não contributiva e destinada a qualquer pessoa que dela precise. A inclusão da assistência social no sistema de seguridade social, conjuntamente com a saúde e previdência, contribuiu para o seu estabelecimento como política pública, tendo em vista que se deixou de admitir os atendimentos e programas temporais, com prazo limitado.

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) reforça o disposto na CF/88 ao estabelecer as mesmas diretrizes constitucionais e acrescenta de forma clara que essa política pública deverá ser de responsabilidade do Estado, desvinculando a assistência social das situações de descontinuidade e de vinculação a programas político-partidários. A assistência ganha uma conotação estatal atemporal que deverá nortear a criação e execução dos programas, projetos, benefícios e serviços, que não poderão ser mais vistos em separado, de forma segmentada e não articulada.

O artigo 30 da LOAS estabelece como condição para os repasses de recursos aos municípios, estados e Distrito Federal a criação e funcionamento de:

- Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil;
- Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social; e
- Plano de Assistência Social.

Foi determinada, ainda, como condição para transferência de recursos do FNAS aos estados e municípios a comprovação de recursos próprios destinados à assistência social, alocados em seus respectivos fundos de assistência social. Esse dispositivo reafirma a importância do cofinanciamento dos serviços e programas, que se efetua por meio de transferências automáticas entre os fundos de assistência social e de alocação de recursos próprios nesses fundos nas três esferas de governo. Além disso, a LOAS prevê que os estados e municípios responsáveis pela utilização dos recursos dos fundos de assistência social devem exercer o controle e o acompanhamento dos serviços e programas por meio dos respectivos órgãos de controle.

Assim, o financiamento já estava definido na norma como uma transferência legal a ser realizada por meio de repasses fundo a fundo, que deveriam ser contínuos e ininterruptos, tendo em vista a natureza continuada destes. Entretanto, o que estava previsto nas normas não ocorria concretamente nas ações no campo de atuação da assistência social. Desse modo, tomando por base as deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2003, que tinha como objetivo central em sua agenda a criação de um sistema único com estruturas matriciais, como a territorialização e hierarquização das atenções por nível de proteção social. A proteção social foi dividida em proteção social básica e especial, sendo a última subdividida em outros dois níveis: proteção social especial de média complexidade e alta complexidade. A implantação do SUAS, que foi delineado de forma mais robusta a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 e na Norma Operacional Básica de 2005. A PNAS estabeleceu que o SUAS seria pautado pela descentralização política e administrativa, sem perder a unidade nacional da política pública e as especificidades locais. O sistema deveria possibilitar a participação da sociedade em cada momento da estruturação e execução dos programas, serviços, benefícios e projetos. A nova diretriz trazida pelo sistema prevê uma organização diferenciada, tendo como base em alguns parâmetros.

Dessa forma, o novo sistema rompe com as práticas anteriores de centralização do financiamento da assistência social que seguiam uma lógica de ação genérica e segmentada, com atendimentos pontuais e sem acompanhamento. Assim, surge um conceito novo para transferência de recursos.

Ao buscar a implementação do SUAS e de suas novas formas de gestão, financiamento e controle social, foi necessária a reformulação da Norma Operacional Básica (NOB). Em 2005, o Conselho Nacional de Assistência Social aprovou a nova NOB-SUAS, que trouxe bases sólidas para a implementação do sistema (revisado em 2012 – NOBSUAS 2012).

Nesse sentido, o SUAS foi criado como sistema público não contributivo, descentralizado e participativo da política pública de assistência social. Ele consolida um modelo de gestão descentralizada com alguns pontos estruturantes, entre outros o financiamento.

Em termos de financiamento, o SUAS se organiza nos seguintes tipos:

- Serviços e Atividades continuadas, que visam à melhoria da vida da população. São ações voltadas para as necessidades básicas dos cidadãos, observando os objetivos e diretrizes estabelecidos em lei. A PNAS prevê seu ordenamento em

rede de acordo com os níveis de proteção social: básica e especial, de média e alta complexidade.

- Programas e Ações integradas e complementares com objetivos, prazo e área de abrangência definidos para incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais. Não são ações continuadas.
- Projetos Destinados às pessoas em situação de pobreza, são investimentos econômicos e sociais que buscam subsidiar técnica e financeiramente iniciativas para garantir capacidade produtiva e de gestão para a melhoria das condições gerais de subsistência, a elevação da qualidade de vida e a preservação do meio ambiente, em articulação com as demais políticas públicas. De acordo com a PNAS/2004, esses projetos integram o nível de proteção social básica. Contudo, podem voltar-se às famílias e pessoas em situação de risco, público-alvo da proteção social especial.
- Benefícios:
- Benefício de Prestação Continuada (BPC): provido pelo governo federal, consiste no repasse de um salário mínimo mensal ao idoso (com 65 anos ou mais) e à pessoa com deficiência que comprovem não ter meios para suprir sua subsistência ou de tê-la suprida por sua família. Esse benefício compõe o nível de proteção social básica, sendo seu repasse efetuado diretamente ao beneficiário.
- Benefícios Eventuais: têm como objetivo o pagamento de auxílio por natalidade, morte ou para atender necessidades originadas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e em casos de calamidade pública.
- Transferência de Renda: programas de repasse direto de recursos dos fundos de assistência social aos beneficiários como forma de acesso à renda, de combate à fome, à pobreza e outras formas de privação de direitos que levem à situação de vulnerabilidade social, criando possibilidades para a emancipação, o exercício da autonomia das famílias e indivíduos atendidos e o desenvolvimento local.

O modelo de gestão do SUAS preconiza a organização das ações por nível de proteção social: básica ou especial, que são desdobradas em pisos de acordo com os serviços a eles vinculados, refletindo a forma como ocorre o cofinanciamento federal.

- Pisos na Assistência Social: O piso é uma forma de organização dos serviços ofertados a determinado público-alvo. O valor que será repassado aos estados e municípios é calculado a partir de critérios para a oferta dos serviços. Com base nesses critérios, os pisos são calculados e os municípios recebem recursos para executar os respectivos serviços.
- Blocos de Financiamento: Para tornar mais ágil a execução dos recursos, foi criado o conceito de blocos de financiamento, que visa dar maior liberdade ao gasto do recurso no mesmo nível de proteção. Por exemplo, para todos os serviços da proteção social básica haverá apenas uma conta a ser gerenciada, com a possibilidade de realocar recursos de um serviço para outro dentro do mesmo bloco. O repasse financeiro por blocos de financiamento está previsto no Decreto nº 7.788/2012 e na NOBSUAS/2012.

No entanto, com o advento da Portaria MC nº2362/2019, que estabelece procedimentos a serem adotados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social decorrentes do monitoramento da execução financeira e orçamentária realizada pelo Fundo Nacional de Assistência Social para promover a equalização do cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual, o cofinanciamento federal vem sofrendo um contingenciamento em torno de 56%. Abaixo ilustramos o quadro do financiamento federal atualmente.

Quadro 18 - Quadro. Cofinanciamento Federal, 2021

<u>BLOCOS</u>	<u>PISOS COFINANCIAMENTO FEDERAL</u>	<u>Nº DA CONTA CORRENTE</u>	<u>VALOR PACTUADO DA PARCELA</u>	<u>VALOR DA PARCELA PRATICADO EM 2021</u>	<u>REDUÇÃO EM PERCENTUAL %</u>	<u>OBSERVAÇÕES</u>
BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	SCFV	969834	68.475,00	27.910,44	59,3%	PORTARIA Nº 113/2015
	PISO BÁSICO FIXO – CRAS	969834	108.000,00	44.053,62	59,3%	PORTARIA Nº 113/2015
BLOCO IGD PBF	IGD-PBF	969796	161.427,53(teto)	107.003,82	NÃO ENTROU NA REGRA DO CONTINGENCIAMENTO	-
BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - PAEFI	1015192	26.000,00	10.601,54	59,3%	PORTARIA Nº 113/2015
	PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - MSE	1015192	17.600,00	7.176,43	59,3%	PORTARIA Nº 113/2015
	PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE – ABORDAGEM SOCIAL	1015192	15.000,00	6.116,28	59,3%	PORTARIA Nº 113/2015
	PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE – CENTRO POP	1015192	13.000,00	5.300,77	59,3%	PORTARIA Nº 113/2015
	PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE	1015192	21.209,10	8.648,05	59,3%	PORTARIA Nº 113/2015
	PISO DE ALTA COMPLEXIDADE II – RESIDÊNCIA INCLUSIVA	1015192	10.000,00	4.077,52	59,3%	PORTARIA Nº 113/2015
	PISO DE ALTA COMPLEXIDADE II – ACOLHIMENTO POP RUA	1015192	10.000,00	4.077,52	59,3%	PORTARIA Nº 113/2015
	PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I – ACOLHIMENTO PARA CRIANÇA/ADOLESCENTE	1015192	65.000,00	26.503,86	59,3%	PORTARIA Nº 113/2015
	PISO DE ALTA	1015192	9.000,00	3.669,77	59,3%	PORTARIA Nº 113/2015

	COMPLEXIDADE I – BENTA PEREIRA					
PROGRAMA	ACESSUAS TRABALHO	969753	120.000,00	-	-	NÃO HÁ PREVISÃO DE CONTINUIDADE DO COFINANCIAMENTO DO PROGRAMA
PROGRAMA	AEPETI	969788	8.300,00	-	-	NÃO HÁ PREVISÃO DE MANUTENÇÃO DO COFINANCIAMENTO DO PROGRAMA
PROGRAMA	BPC ESCOLA	96977X	80,00	-	-	DEPENDE DO Nº DE QUESTIONÁRIOS LANÇADOS NO SISTEMA(R\$40,00 POR QUESTIONÁRIO APLICADO)
PROGRAMA	CNEAS	969761	800,00	-	-	DEPENDE DO Nº DE QUESTIONÁRIOS LANÇADOS NO SISTEMA(R\$50,00 POR QUESTIONÁRIO APLICADO)
BLOCO DA GESTÃO DO SUAS	IGDSUAS		15.569,75	10.907,00	30%	AS PARCELAS ESTÃO SUSPENSAS, DEVIDO AO SALDO EM CONTA SER SUPERIOR A 12 PARCELAS

Fonte: Gestão do SUAS e FMAS da SMDHS, 2021

Atualmente o financiamento federal, conforme Portaria MC nº580/2020 dispõe sobre as transferências de recursos pelo Ministério da Cidadania - MC, na modalidade fundo a fundo no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS oriundos de:

- I - cofinanciamento federal de serviços, programas, projetos socioassistenciais e os do Bloco da Gestão;
- II - emenda parlamentar;
- III - programação orçamentária própria; e
- IV - outros que vierem a ser indicados no âmbito do SUAS.

Os recursos do cofinanciamento federal dos serviços, programas e projetos socioassistenciais repassados pelo FNAS de forma regular e automática, na modalidade fundo a fundo, aos fundos de assistência social dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O MC poderá repassar aos entes federativos recursos oriundos de emenda parlamentar ou de programação orçamentária própria, na modalidade de repasse fundo a fundo. O MC poderá repassar aos entes federativos recursos oriundos de emenda parlamentar ou de programação orçamentária própria, que são recursos inseridos no Orçamento Geral da União - OGU por iniciativa do MC.

O Cofinanciamento Estadual é respaldado pela Lei Estadual nº 7966/2018:

Art. 31 “Fica instituída a modalidade “Fundo a Fundo” para a transferência de recursos do Fundo Estadual para os Fundos Municipais de Assistência Social, de acordo com as exigências da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e nos termos do Decreto Estadual nº 42.725, de 29 de novembro de 2010, e da Resolução SEASDH nº 340, de 2 de maio de 2011.

§3º O Plano de Ação do cofinanciamento estadual é o instrumento de gestão que apresenta, anualmente, o planejamento de cada município para utilização dos recursos do Fundo Estadual de Assistência Social recebidos pelos Fundos Municipais.”

“**Art. 32** O Estado do Rio de Janeiro cofinanciará na modalidade de repasse Fundo a Fundo os serviços, de caráter continuado no âmbito do SUAS, a concessão dos benefícios eventuais, no que couber, e o aprimoramento a gestão municipal na forma de incentivo.

“**Art. 33** A transferência de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social aos Fundos Municipais para cofinanciamento aos serviços continuados no âmbito do SUAS será operada por meio dos blocos de financiamento de proteção social básica e de proteção social especial e de gestão e terá por referência os valores definidos pela esfera federal para cada serviço e/ou estudos de custos disponíveis.”

O modelo de gestão do SUAS estabelece o financiamento compartilhado entre os três entes federativos. Isto significa que são obrigatórias as transferências de recursos financeiros entre os entes por meio de repasses fundo a fundo.

Conforme a Norma Operacional do SUAS/2012, o financiamento é partilhado entre a União, os Estados, o e os Municípios. Nesse sentido, o Município de Campos dos Goytacazes, cofinancia a Política Pública de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social – FNAS.

A tabela a seguir demonstra o orçamento do FNAS ao longo dos últimos anos.

Quadro 19 - Orçamento do FMAS, 2013 a 2021

ANO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
RECURSO MUNICIPAL	69.712.280,08	41.600.000,00	46.374.400,00	33.658.000,00	29.864.900,00	12.945.923,64	40.305.876,46	18.343.377,65	14.678.807,00
RECURSO ESTADUAL	824.760,00	0,0	1.368.769,60	1.269.000,00	1.164.021,85	1.318.680,00	1.318.680,00	1.537.500,97	1.371.720,00
RECURSO FEDERAL	6.244.145,09	6.303.787,52	7.473.072,38	7.475.871,47	7.593.385,08	7.326.102,88	7.307.419,09	10.788.126,13	3.373.985,36 (ATÉ NOV.2021)
TOTAL	76.781.185,17	47.903.787,52	55.216.241,98	42.402.871,47	38.622.306,93	21.590.706,52	48.931.975,55	30.669.004,70	19.424.512,40

Fonte: Gestão do SUAS e FMAS da SMDHS, 2021

A tabela a seguir demonstra a **despesa da SMDHS** ao longo dos últimos anos.

Quadro 20 - Quadro. Execuções Financeiras do FMAS, 2013 a 2021

ANO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
FMAS	75.793.092,38	45.050.000,00	55.624.400,00	37.314.400,00	38.824.900,00	54.912.730,36	48.281.510,61	27.271.836,76	10.093.829,28 (até nov. 2021)

Fonte: Gestão do SUAS e FMAS da SMDHS, 2021

Historicamente, a equipe da Diretoria de Gestão do SUAS foi convidada a elaborar o Plano Plurianual 2022/2025 do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, tendo a oportunidade de planejar o orçamento para o período, de forma coerente, visando atender as principais demandas identificadas no diagnóstico socioterritorial, a fim de estabelecer estratégias para o enfrentamento das vulnerabilidades e riscos da população pobre e extremamente pobre do município. Um aspecto importante, foi que conseguimos vincular à Unidade Gestora (UG) do FMAS somente os programas orçamentários relacionados à assistência social. Os programas orçamentários da Diretoria de Programas e Projetos que não caracterizam-se como de política de assistência social e as subsecretarias subordinadas a SMDHS, foram vinculados à Unidade Gestora (UG) da SMDHS. Ou seja, a partir do próximo ano, teremos clareza do orçamento planejado e realizado pelo FMAS, exclusivo para os serviços, benefícios, programas e projetos da assistência social.

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto no artigo 165 da Constituição Federal que estabelece, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública organizado em programas, estruturado em ações, que resultem em bens e serviços para a população. O PPA tem duração de quatro anos, começando no início do segundo ano do mandato do chefe do poder executivo e terminando no fim do primeiro ano de seu sucessor, de modo que haja continuidade do processo de planejamento. Nele constam, detalhadamente, os atributos das políticas públicas executadas, tais como metas físicas e financeiras, públicos-alvo, produtos a serem entregues à sociedade, etc...

A seguir apresentamos a previsão orçamentária contida no PPA 2022/2025 da SMDHS/FMAS.

Quadro 21 - Previsão Orçamentária do DPSB no PPA 2022/2025

DPSB								
	META FÍSICA				VALOR			
AÇÃO	PERÍODO				PERÍODO			
	2022	2023	2024	2025	2022	2023	2024	2025
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS	14	16	17	18	10.732.530,80	11.086.404,80	11.454.433,80	11.837.183,90
MANUTENÇÃO DAS EQUIPES VOLANTES	3	3	3	3	157.248,00 (ESTADO)	163.537,00 (ESTADO)	170.079,43 (ESTADO)	176.882,61 (ESTADO)
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - SCFV	2490	2490	2490	2490	821.700,00 (FEDERAL)	821.700,00 (FEDERAL)	821.700,00 (FEDERAL)	821.700,00 (FEDERAL)
MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	89.528	98.208	107.756	118.258	14.956.372,00	15.062.374,40	15.663.230,70	16.288.121,20
IMPLANTAÇÃO DE NOVOS CRAS	1	2	1	1	145.052,30 (ESTADO E FEDERAL)	290.104,60 (ESTADO E FEDERAL)	435.456,90 (ESTADO E FEDERAL)	580.209,20 (ESTADO E FEDERAL)

IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	2.244	3.702	4.073	7.467	5.385,60	8.884,80	9.775,20	17.920,80
IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	2600	2600	2600	2600	195.000,00	195.000,00	195.000,00	195.000,00

Fonte: Gestão do SUAS, PPA, 2022-2025

Quadro 22 - Previsão Orçamentária do DPSE no PPA 2022/2025

DPSE								
	META FÍSICA				VALOR			
AÇÃO	PERÍODO				PERÍODO			
	2022	2023	2024	2025	2022	2023	2024	2025
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – CREAS E CENTRO POP	4	4	4	4	2.730.222,73	2.789.617,47	2.851.388,41	2.915.629,98
MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ABORDAGEM SOCIAL	4	4	4	4	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00

IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	6	7	7	7	6.175.265,69	6.365.060,32	6.562.446,74	6.767.768,60
---	---	---	---	---	--------------	--------------	--------------	--------------

Fonte: Gestão do SUAS, PPA, 2022-2025

Quadro 23 - Previsão Orçamentária da Gestão do SUAS no PPA 2022/2025

GESTÃO DO SUAS								
	META FÍSICA				VALOR			
AÇÃO	PERÍODO				PERÍODO			
	2022	2023	2024	2025	2022	2023	2024	2025
VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	1	1	1	1	74.854,56	74.854,56	74.854,56	74.854,56
GESTÃO DO TRABALHO	1	1	1	1	74.854,56	74.854,56	74.854,56	74.854,56
REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA	6	6	6	6	3.991.133,92	4.150.779,28	4.316.810,45	4.489.482,87

PROGRAMAS DO SUAS	4	4	4	4	10.000,00	10.400,00	10.816,00	11.248,64
ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO SUAS	1	1	1	1	74.854,56	74.854,56	74.854,56	74.854,56

Fonte: Gestão do SUAS, PPA, 2022-2025

Quadro 24 - Previsão Orçamentária do Controle Social no PPA 2022/2025

CONTROLE SOCIAL								
AÇÃO	META FÍSICA				VALOR			
	PERÍODO				PERÍODO			
	2022	2023	2024	2025	2022	2023	2024	2025
GARANTIA DA ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E CONSELHO DA MULHER	4	4	4	4	2.022,00	228.400,73	237.536,76	247.038,23
REALIZAÇÃO DE CONFERÊNCIA MUNICIPAL	2	2	2	2	30.266,56	31.477,23	32.736,32	34.045,77

Fonte: Gestão do SUAS, PPA, 2022-2025

Quadro 25 - Previsão Orçamentária do IGDM-PBF no PPA 2022/2025

IGDM - PBF								
	META FÍSICA				VALOR			
AÇÃO	PERÍODO				PERÍODO			
	2022	2023	2024	2025	2022	2023	2024	2025
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	1	1	1	1	1.650.916,08	1.997.608,44	2.197.369,20	2.417.106,12

Fonte: Gestão do SUAS, PPA, 2022-2025

Nessa nova perspectiva a gestão municipal se compromete a :

- Cofinanciar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito local;
- Executar os recursos federais e estaduais transferidos para a melhoria da gestão, dos serviços, dos programas e dos projetos de assistência social em âmbito local;
- Zelar pela boa e regular execução dos recursos transferidos pela União, executados direta ou indiretamente, inclusive no que tange à prestação de contas;
- Efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral e demais benefícios eventuais regulamentados;
- Executar os projetos de enfrentamento da pobreza;
- Articular, propor, coordenar e monitorar a política de assistência social;
- Financiar o custeio do pagamento dos benefícios eventuais com base nos critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);
- Atender às ações socioassistenciais de caráter de emergência;
- Elaborar e cumprir o plano de providências, no caso de pendências e irregularidades do Município junto ao SUAS, aprovado pelo CMAS e pactuado na CIB;
- Realizar o preenchimento do sistema de cadastro de entidades e organizações de assistência social previsto no inciso XI do art. 19 da LOAS; e
- Normatizar, em âmbito local, o financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social ofertados pelas entidades vinculadas ao SUAS.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A produção de um Sistema de Monitoramento e Avaliação deste Plano se faz primordial para garantir que o mesmo seja apreendido e tenha suas metas perseguidas pelos atores responsáveis. O SUAS ainda é um sistema em consolidação e, mediante principalmente aos ataques que os direitos sociais vêm sofrendo, torna-se latente a necessidade de cada vez mais qualificarmos nosso trabalho pautando-o não somente na vontade política, mas também no uso de metodologias, instrumentos e estratégias que garantam efetivo avanço da política de assistência social em âmbito municipal. Nessa perspectiva, o referido sistema será composto pelos seguintes elementos:

- Para o efetivo cumprimento do processo de monitoramento e avaliação deste Plano será constituída uma Comissão Mista, com representantes da Gestão do SUAS e da Vigilância Socioassistencial que se reportarão as Diretorias para avaliações periódicas.

- A Comissão contará com um instrumento de Monitoramento e Avaliação. A observação de tal instrumento antes da definição das estratégias de monitoramento é importante, pois o mesmo possui a relação dos indicadores, suas respectivas fontes de informação e os responsáveis por fornece-las. Tal instrumento consta como apêndice deste Plano.

- A Comissão é responsável pela atualização do Plano quando se fizer necessário. Ao cronograma de trabalho deve ser incluído, portanto, um período para análise da necessidade de alteração.

- Em relação ao monitoramento, tal comissão é encarregada de anualmente monitorar o andamento do alcance das metas propostas, para identificar as dificuldades e pensar estratégias. Para tanto, será preciso a criação de um cronograma de trabalho com definição clara das atividades necessárias, prazos e responsáveis.

- Em relação à avaliação, este sistema é composto por um processo contínuo (avaliação de processo), sendo responsabilidade da Comissão anualmente realiza-la. Compõe o sistema também a avaliação ex-post, a qual deverá ser realizada ao final do período de vigência deste Plano.

- As estratégias de Monitoramento e Avaliação da Comissão podem ser baseadas em visitas aos equipamentos, realização de reuniões com equipes técnicas e usuários, solicitação de relatórios à coordenações, dentre outros.

- É de responsabilidade da Comissão a sistematização das informações ao longo do ano, a fim de subsidiar a produção dos relatórios anuais, os quais deverão ser disponibilizados a todos que tiverem interesse. Além disso, anualmente a Comissão deverá realizar a apresentação deste relatório ao CMAS.

- O monitoramento e avaliação se pautaram nos critérios de Eficiência (utilização, dentro do previsto, dos recursos programados para alcance dos objetivos), Eficácia (alcance das metas propostas, independente dos custos dispendidos) e Efetividade (grau de alcance dos resultados esperados, transformando de fato a situação pretendida).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, M. V.; VOLIC, C. Aproximações ao conceito de negligência. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 83, p. 147-156, set. 2005.

BERNARDO, A.N; AZEREDO, L.F.S; CÔRTEZ, T. L. Rede Socioassistencial: contribuições para o debate sobre desastres relacionados com a água. In: SIQUEIRA, A. M. M. et.al. (Orgs.). **Riscos de desastres relacionados à água**. Aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos. São Carlos: RiMa, 2015, v.1, p. 335-353.

BRASIL. **Orientações Técnicas para Elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento**. Brasília: MDS, 2018a.

_____. **Termo de Aceite e Compromisso dos municípios e do Distrito Federal**. Brasília: MDS, 2018b.

_____. **Manual de Instruções Registro Mensal de Atendimentos CRAS**. Brasília: MDS, 2017.

_____. **Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Articulação necessária na Proteção Social Básica. Brasília: MDS, 2016a.

_____. **Caderno de Orientações Técnicas para a execução do Serviço de medidas socioeducativas em meio aberto**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, Distrito Federal: 2016b.

_____. **Curso de Introdução à Atualização em Vigilância Socioassistencial do SUAS**. - Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016c.

_____. **Programa de Erradicação do trabalho Infantil (PETI)**. 2015a. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve/programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-peti>>. Acesso em Junho de 2018.

_____. **Medidas Socioeducativas**. 2015b. Disponível em:<<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servico-de-protecao-social-a-adolescentes-em-cumprimento-de-medida-socioeducativa-de-liberdade-assistida-la-e-de-prestacao-de-servicos-a-comunidade-psc>>. Acesso em Junho de 2018.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 13, de 13 de maio de 2014. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: CNAS, Reimpressão, 2014a.

_____. **Lei Nº 13.019, de 31 de julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil[...]. Brasília, 2014b.

_____. **Diversidade no Cadastro Único. Respeitar e Incluir.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014c.

_____. **Resolução nº18, de 15 de julho de 2013.** Dispõe acerca das prioridades e metas específicas para a gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, para o quadriênio 2014-2017, pactuadas pela Comissão Intergestores Tripartite – CIT. Conselho Nacional de Assistência Social: Brasília, 2013a.

_____. **Boletim da Secretaria Nacional de Assistência Social.** Vigilância Socioassistencial. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2013b.

_____. **Caderno Orientações Técnicas sobre o PAIF**, vol. 2: Trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. Brasília: MDS, 2012a.

_____. **Resolução nº 7, de 10 de setembro de 2009.** Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012b.

_____. **Guia de Cadastramento de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012c.

_____. **Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012.** Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Brasília: CNAS, 2012d.

_____. Ministério da Integração Nacional. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 24 DE AGOSTO DE 2012e. http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=822a4d42-970b-4e80-93f8-dae395a52d1&groupId=301094. Acesso em 15/06/2018.

_____. **Caderno Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011a.

_____. **Orientações técnicas: Centro de Referência especializado para População em situação de Rua e serviço especializado para Pessoas em situação de Rua.** Brasília. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011b.

_____. **NOB SUAS 2010:** Aprimoramento da Gestão e Qualificação dos Serviços Socioassistenciais. Minuta de Consulta Pública. Brasília, 2010a.

_____. **Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 ago. 2010b.

_____. **Resolução nº 109, de 11 de Novembro de 2009.** Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009a.

_____. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009b.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009** que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF, 2009c.

_____. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.** Brasília: MDS, 2009d.

_____. **Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006.** Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS. Brasília: CNAS, 2006a.

_____. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Brasília – DF, 2006b.

_____. **Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.** Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil, 2006c.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004.** Brasília: MDS, 2005a.

_____. **Norma Operacional Básica/SUAS.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005b.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.** “ECA”. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil, 1990.

BRITO, C. I. **Uma abordagem sócio histórica do Movimento de Pescadores e Pescadoras artesanais Brasil (mpp).** 2016. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL – SMDHS. **Relatório Mensal de Atendimento dos CRAS, CREAS, Centro POP, Acolhimentos, OSCs - Referência: 2016, 2017.** Campos dos Goytacazes/RJ: Vigilância Socioassistencial, 2017a.

_____. **Plano Plurianual vigência de 2018-2021.** Campos dos Goytacazes/RJ: 2017b.

_____. SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SMFAS. **Plano Municipal de Assistência Social 2014 a 2017.** Campos dos Goytacazes/RJ: SMFAS, 2014.

COSTA, Antonio C. Gomes da. **Mais que uma lei.** São Paulo, Instituto Ayrton Senna, 1997.

COUTO, B. R; YAZBEK, M. C.; SILVA; M. O. S. e; RAICHELIS, R..A. (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** São Paulo: Cortez, 2010. p. 32-65.

CRUZ, José Luis Vianna da. Introdução. In.: PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO, Romeu e (Org.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense**: da cana-de-açúcar aos *royalties* do petróleo. Campos dos Goytacazes/RJ: WTC Editora, 2004.

_____. Emprego, crescimento e desenvolvimento econômico: notas sobre um caso regional. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 29-39, jan./abr. 2003.

_____. Mercado de Trabalho e exclusão em Campos/RJ. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v.18, n.3, p.159-178. set./dez. 1992.

_____. Análise do perfil ocupacional da população de baixa renda de Campos/RJ. In: PIQUET, R. (Org.). Acumulação e pobreza em Campos dos Goytacazes. Rio de Janeiro: Edições PUBLIPUR/UFRJ, 1986.

DITTY, J. M.. **Sustentabilidade justa e a pesca marinha artesanal no município de Campos dos Goytacazes (RJ) frente à implantação de um mega empreendimento portuário e industrial**. 2013. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes.

FARIA, T. Configuração do Espaço Urbano da Cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades velhas estruturas. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA: DO LABIRINTO DA SOLIDÃO AO ESPAÇO DA SOLIDARIEDADE. 5. **Anais...** São Paulo, p. 78-99, 2005

GAIGER, L.. Sentido e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, G. et al (orgs.). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis/RJ: Vozes. 2000.

_____.A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: síntese de indicadores. 2015 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento: Rio de Janeiro, 2016. 108p

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE CIDADES. **Panorama Campos dos Goytacazes**. 2017. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>>. Acesso em Dez. 2017.

_____. **Censo 2010**. Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>>. Acesso em jan. de 2018;

_____. **Brasil em Síntese**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?codmun=330100>>. Acesso em jan de 2018.

_____. Infográficos: Despesas e receitas orçamentárias e PIB. 2016. **Disponível em:** <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=330100&search=rio-de-janeiro|campos-dos-goytacazes|info%EF1ficos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>>. Acesso em Fevereiro de 2018.

IPEA. **Atlas da Violência no Brasil**. IPEA e FBSP, 2017.

MALAGODI, Marco Antonio Sampaio; SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata. Enchentes, Vulnerabilidade e Remoção em Campos dos Goytacazes (RJ). In.: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS. 06. **Anais...** 18 a 21 de setembro de 2012, Belém – PA.

MARTINELLI, M. L. O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 57, p. 133-148, 1998.

Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. **Anuário brasileiro de desastres naturais**: 2013. Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. – Brasília: CENAD, 2014.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Processo de responsabilização das famílias no contexto dos serviços públicos: notas introdutórias. In: SARMENTO, H. B. M. (Org.). **Serviço Social: questões contemporâneas**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

MIOTO, Regina Célia Tamasso, NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Sistematização, Planejamento e Avaliação das ações dos Assistentes Sociais no Campo da Saúde. In: Mota, Ana Elizabeth (et. Al.), (orgs.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo. Cortez. 2006, p. 273-303

NETO, José Colaço D e VALPASSOS, Carlos Abraão Moura. (2006) **DIFERENTES PERCEPÇÕES DA NATUREZA: AS INTERVENÇÕES POLITÉCNICAS, A FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL E PESCADORES ARTESANAIS NA LAGOA FEIA**. Trabalho de mestrando apresentado ao curso de Antropologia (PPGA-UFF). Pesquisador Associado do LeMetro/IFCS/UFRJ. 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT); BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Diagnóstico intersetorial municipal: desenvolvimento das ações estratégicas**. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Brasília: MDS, 2017.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas a la dicotomia publico/privado. **Revista Paidós**, Barcelona. 1996.

PIQUET, R. (org.). Norte Fluminense: mudanças e incertezas na era do petróleo. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador/BA, ano 6, n. 9, 2004.

_____. **Acumulação e Pobreza em Campos**. Rio de Janeiro: Edições PUBLIPUR/UFRJ, 1986.

PIQUET, R.; CRUZ, J. L. V.; VILANI, R. M. (Orgs.). **O desafio da abundância: 10 anos do Boletim Petróleo, Royalties e Região**. Rio de Janeiro: Garamond: FAPERJ, 2013.

PIQUET, R.; RIBEIRO, A.C.T. **O desenvolvimento urbano em questão**: Textos didáticos. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2001.

POSTER, M. **Teoria crítica da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social - Vigilância Socioassistencial. Relato de Estudo de Campo. Campos dos Goytacazes, Março de 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/campos-dos-goytacazes_rj>. Acesso em: Jan. de 2018.

RANDOLPH, R. **Estrutura e Dinâmica do emprego em Campos**. In: PIQUET, R. (Org.). **Acumulação e pobreza em Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro: Edições PUBLIPUR/UFRJ, 1986.

RIBEIRO, Rafaela Machado. **O negro e seu mundo**: Vida e trabalho no pós-Abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Campos dos Goytacazes/RJ. 2012.

RIO DE JANEIRO - DEPARTAMENTO DE RECURSOS MINERAIS – DRM/RJ. **Mapa de localização dos setores de Risco Iminente a escorregamentos no município de Campos dos Goytacazes – RJ**. Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico. 2012. Disponível em: <<http://www.drm.rj.gov.br/index.php/downloads/category/24-contedo-carta-de-risco>>. Acesso em junho de 2018.

RIO DE JANEIRO – SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO. **Ficha técnica municipal**: Campos dos Goytacazes. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://www.saude.rj.gov.br/informacao-sus/fichas-tecnicas-municipais>>. Acesso em janeiro de 2018.

ROCHA, V.O. **População em Situação de Rua e seu lugar na política de Assistência Social e na PNISPSR: para repensar seu lugar**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso-TCC (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SIENA, M. **A atenção social nos desastres**: uma análise sociológica das diversas concepções de atendimento aos grupos sociais afetados. Tese Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

SILVA, M. O. da S. e. **Pobreza, Desigualdade e Política Pública: caracterizando e problematizando a realidade brasileira**. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, jul./dez. 2010.

SILVA, Roberto Cezar Rosendo Saraiva da; CARVALHO, Ailton Mota de. **Formação econômica da Região Norte Fluminense**. In.: PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO,

Romeu e (Org.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense**: da cana-de-açúcar aos *royalties* do petróleo. Campos dos Goytacazes/RJ: WTC Editora, 2004.

SPOSATI, A. **Territorialização e desafios à gestão pública inclusiva**: o caso da assistência social no Brasil . XIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Buenos Aires, Argentina, 4 - 7 nov. 2008

SIQUEIRA, A. M. M. et al. Relatório do Projeto Cartografia socioambiental e mapeamento de áreas sujeitas a inundações no Norte Fluminense/RJ. Campos dos Goytacazes. NESA/UFF. 2015.

VALENCIO, N. (org.). **Sociologia dos Desastres** – Construção, interfaces e perspectivas no Brasil – Vol. III. São Carlos: RiMa Editora, 2012.

VALENCIO, Norma Felicidade L. S. et all. Chuvas no Brasil: representações e práticas sociais. **Política e Sociedade**, Santa Catarina, n. 7, 2005.

VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J. (orgs). **Sociologia dos Desastres** – construções, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2009.

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES –UCAM. **Info Royalties** – petróleo, royalties e região. Disponível em: <<https://royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/>>. Acesso em: Fev. de 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, Brasília, v. 2, n. 3, jan/jun. 2001, p. 33-40.

APÊNDICE I – AVALIAÇÃO DAS METAS DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – VIGÊNCIA: 2018 / 2021

As tabelas a seguir apresentam as sínteses gerais do alcance das metas do PMAS em relação aos anos de 2018 a 2021.

Tabela 209 – Síntese das Metas do Plano Municipal de Assistência Social da Gestão do SUAS - 2018.

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO	GESTÃO DO SUAS	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	DEP. DE HABITAÇÃO	DEP. DE PROGRAMAS E PROJETOS	TOTAL	TOTAL GERAL %
Metas atingidas	5	0	0	0	0	5	33%
Metas não atingidas	8	0	0	1	1	10	67%
Total geral	13	0	0	1	1	15	100%

Fonte: Elaborado pela Vigilância Socioassistencial da SMDHS, 2021.

Tabela 210 – Síntese das Metas do Plano Municipal de Assistência Social da Gestão Social da Gestão do SUAS – 2019.

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO	GESTÃO DO SUAS	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	DEP. DE HABITAÇÃO	DEP. DE PROGRAMAS E PROJETOS	TOTAL	TOTAL GERAL %
Metas atingidas	22	4	15	1	7	49	37%
Metas não atingidas	34	10	17	11	12	84	63%
Total geral	56	14	32	12	19	133	100%

Fonte: Elaborado pela Vigilância Socioassistencial da SMDHS, 2021.

Tabela 211 - Síntese das Metas do Plano Municipal de Assistência Social da Gestão do SUAS – 2020.

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO	GESTÃO DO SUAS	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	DEP. DE HABITAÇÃO	DEP. DE PROGRAMAS E PROJETOS	TOTAL	TOTAL GERAL %
Metas atingidas	15	1	8	0	2	26	30%
Metas não atingidas	21	7	15	4	13	60	70%
Total geral	36	8	23	4	15	86	100%

Fonte: Elaborado pela Vigilância Socioassistencial da SMDHS, 2021.

Tabela 212 - Síntese das Metas do Plano Municipal de Assistência Social da Gestão do SUAS – 2021.

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO	GESTÃO DO SUAS	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	DEP. DE HABITAÇÃO	DEP. DE PROGRAMAS E PROJETOS	TOTAL	TOTAL GERAL %
Metas atingidas	19	0	7	0	3	28	35%
Metas não atingidas	13	7	16	4	12	53	65%
Total geral	32	7	23	4	15	81	100%

Fonte: Elaborado pela Vigilância Socioassistencial da SMDHS, 2021.

*Os anos que estão representados na avaliação abaixo por -, significam que a referida meta não estava prevista para aquele período.

AVALIAÇÃO DAS METAS DO PLANO MUNICIPAL 2018-2021

GESTÃO DO SUAS

Meta 1	Situação do Município			
Aprovação da Lei Municipal do SUAS.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

A discussão e elaboração de Lei Municipal foi iniciada, no entanto não houve a conclusão e aprovação da mesma.

Meta 2	Situação do Município			
Fixação de repasse de 5% do orçamento anual do município para a Assistência Social	2018	2019	2020	2021
	-	-	Não	Não

Meta 3	Situação do Município			
Realização de 01 estudo sobre possibilidades de adequação do número de famílias cadastradas no Cadastro Único, ao número de CRAS existentes.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 4	Situação do Município			
Implantação e manutenção do CRAS na Praça CEU.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Houve a inauguração da Praça CEU em Dezembro de 2020, mas não houve a implantação do CRAS.

Meta 5	Situação do Município			
Estudo da viabilidade técnica para a implantação e manutenção do CRAS Farol.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Sim	Sim

Indicação do CRAS Farol a partir da extensão territorial do CRAS Goitacazes, número de famílias referenciadas, bem como da distância das famílias residentes no Farol e

adjacências para acessar esse serviço público. Possuem emendas parlamentares em tramitação para essa finalidade.

Meta 6	Situação do Município			
Estudo da viabilidade técnica para a implantação e manutenção de 01 ILPI.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Sim	Sim

Realizado em parceria com a Vigilância Socioassistencial. Concluído o Estudo e identificado a ausência de condições orçamentárias vigentes para execução direta deste serviço.

Meta 7	Situação do Município			
Estudo da viabilidade técnica para implantação e manutenção de 01 Centro Dia – Pessoa com Deficiência.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Condições orçamentárias que dificultam o encaminhamento da questão. Condução pela Gestão em 2021 de um Chamamento Público para cofinanciamento do serviço.

Meta 8	Situação do Município			
Estudo da viabilidade técnica para implantação e manutenção de 01 Residência Inclusiva.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Sim	Sim

Realizado em parceria com a Vigilância Socioassistencial um estudo sobre a projeção de casos oriundos dos acolhimentos de crianças e adolescentes e da atual capacidade instalada. A indicação da demanda foi realizada, mas por condições orçamentárias há a dificuldade no encaminhamento da questão.

Meta 9	Situação do Município			
Realização de chamamento público para celebração de parceria com entidades e organizações da sociedade civil.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Não houve a adesão dessa proposição pelo Órgão Gestor, tendo em vista que se entende que há possibilidade da inexigibilidade pela realidade do município.

O Chamamento Público está em discussão e formulação no ano de 2021.

Meta 10	Situação do Município			
Solicitação de recursos para aquisição de veículos.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Processos em andamento para ampliação dos veículos em 2021.

Meta 11	Situação do Município			
Manutenção de todos os veículos da SMDHS com a revisão em dia.	2018	2019	2020	2021
	Não	Não	Não	Não

Meta 12	Situação do Município			
Manutenção do trabalho de aprimoramento da articulação entre CRAS e CREAS.	2018	2019	2020	2021
	Não	Não	Não	Sim

Reuniões de alinhamento para construção do fluxo PAIF e PAEFI.

Meta 13	Situação do Município			
Construção e aprimoramento de fluxograma entre os equipamentos da SMDHS e as OSCS.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Sim

Essa meta foi iniciada com a implantação da Central de Regulação de Vagas entre DPSE e Asilo do Carmo e no decorrer do ano de 2021 será alcançada em todos os serviços cofinanciados. Reuniões iniciadas em 2021 de alinhamento para construção do fluxo OSCS e equipamentos da SMDHS.

Meta 14	Situação do Município			
Regulamentação da Lei Federal N° 13.204, de 2015, em âmbito municipal.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 15	Situação do Município			
Criação e manutenção da ouvidoria da assistência social articulada ao Sistema de Garantia de Direitos, Delegacias, entre outras.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Meta 16	Situação do Município			
Criação do Fórum Permanente de discussão dos trabalhadores (as) e usuários do SUAS.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 17	Situação do Município			
Criação do Plano Municipal da Primeira Infância.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

No ano de 2019 a SMDHS passou a compor uma Comissão para elaboração do Plano Municipal da Primeira Infância, mas em função da pandemia as atividades foram interrompidas, haja vista que estava prevista a construção do diagnóstico a partir da escuta das crianças nas escolas. Esta comissão foi retomada em 2021.

Meta 18	Situação do Município			
Implementação e manutenção do Programa Cartão Cooperação.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Meta 19	Situação do Município			
Concessão dos benefícios eventuais auxílio natalidade, auxílio funeral, cesta básica e aluguel social regularmente.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Sim	Sim

Concluído. Regulamentação dos Benefícios Eventuais em 2021.

Meta 20	Situação do Município			
Implantação e manutenção de um sistema informatizado para toda a rede socioassistencial.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Meta 21	Situação do Município			
	2018	2019	2020	2021
Indicação de orçamento e recursos financeiros para aquisição de imóvel próprio para funcionamento dos seguintes equipamentos: 2 CREAS, 2 Abrigos (Lar Cidadão e Benta Pereira), 1 nova Residência Inclusiva, 1 Casa de Passagem, 5 CRAS (04 existentes e 01 novo), 1 novo ILPI, 1 Centro Dia para pessoas com deficiência.	-	Não	-	-

Condições orçamentárias que dificultam o encaminhamento da questão.

Meta 22	Situação do Município			
	2018	2019	2020	2021
Solicitação de recursos para manutenção, reforma e adequação das unidades públicas da SMDHS.	Não	Sim	Sim	Sim

Realizado através do planejamento de obras e de recursos de emendas parlamentares.

Meta 23	Situação do Município			
	2018	2019	2020	2021
Solicitação de recursos para material permanente, material de consumo, segurança do patrimônio e gêneros alimentícios de unidades públicas existentes e a serem implantadas.	-	Sim	Sim	Sim

As metas 21 a 23 foram alcançadas diante das emendas parlamentares que estão em tramitação pela SMDHS. A meta 21 segue com a indicação de não tendo em vista que não abrangeu todos equipamentos listados.

Meta 24	Situação do Município			
	2018	2019	2020	2021
Produção de Estudo sobre as principais localidades de difícil acesso no município.	-	-	Sim	-

Concluído. Estudo sobre equipes volantes.

Meta 25	Situação do Município			
	2018	2019	2020	2021
Realização de 1 Seminário da Rede de atendimento aos Acolhimentos de Crianças e Adolescentes.	Não	-	-	-

Meta 26	Situação do Município			
Criação de um Grupo Intergestor para o Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes.	2018	2019	2020	2021
	Não	-	-	-

Meta 27	Situação do Município			
Construção do Plano de Ação em rede para o serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 28	Situação do Município			
Formação do Grupo Gestor Local para o BPC na Escola.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	-	-

Meta 29	Situação do Município			
Aplicação de questionário do BPC na Escola de forma continuada de acordo com a demanda local.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Sim	Sim

Meta 30	Situação do Município			
Indicação dos equipamentos e/ou serviços que necessitam de reordenamento.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Foi realizada apenas a indicação de alguns equipamentos pontuais.

Meta 31	Situação do Município			
Finalização do processo de reordenamento de todos os acolhimentos para crianças e adolescentes.	2018	2019	2020	2021
	Não	-	-	-

Meta 32	Situação do Município			
Alinhamento da Casa Benta Pereira à demanda de atendimento de mulheres vítimas de violência fazendo o diálogo entre o SUAS e as Políticas de Atendimento a Mulher.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

A meta foi reavaliada, não passando a fazer parte do Plano de Ação da SMDHS.

Meta 33	Situação do Município			
Realização anual da Mostra de Estágio.	2018	2019	2020	2021
	Sim	Sim	Não	Não

Nos anos de 2018 e 2019 houve a Mostra de Estágio, mas no ano de 2020 e 2021 não ocorreu diante da pandemia.

Meta 34	Situação do Município			
Gestão da oferta de vagas de estágio da SMDHS pela Gestão do Trabalho.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Sim	Sim

A gestão da oferta de vagas de estágio foi feita pela Gestão do Trabalho até 2021, a partir deste ano a gestão de vagas para estágio passou a ser de responsabilidade do RH em diálogo com a Gestão do Trabalho.

Meta 35	Situação do Município			
Realização de 1 processo seletivo para a SMDHS, garantindo no orçamento do município recursos necessários para compor o quadro de profissionais de acordo com a demanda e a legislação do SUAS.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 36	Situação do Município			
Criação da comissão de debate sobre o Processo Seletivo Simplificado (PSS) dos Acolhimentos de Crianças e Adolescentes.	2018	2019	2020	2021
	Não	-	-	-

Meta 37	Situação do Município			
Construção de um novo edital de PSS para o serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 38	Situação do Município			
Criação de um GT com representante do jurídico, responsável por debater e emitir parecer sobre viabilidade legal de realização de processos seletivos para cargos que já existam no plano de Cargos e salários.	2018	2019	2020	2021
	Não	-	-	-

Meta 39	Situação do Município			
Realização de Processo Seletivo Simplificado para cargos que já constam no plano de cargos e salários para os Acolhimentos de Crianças e Adolescentes.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 40	Situação do Município			
Emissão de parecer do Jurídico sobre possibilidade de inserção do assistente administrativo no PSS para os Acolhimentos de Crianças e Adolescentes.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 41	Situação do Município			
Realização de capacitação das equipes de Abordagem Social de forma continuada.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim.	Sim	Sim

Meta 42	Situação do Município			
Realização de ao menos 2 capacitações anuais sobre os serviços especializados para as equipes técnicas.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Sim	Sim

No ano de 2019 houve a Capacitação em Abordagem Social, SICON e Prontuário SUAS. Em 2020 houve a oferta para Residência Inclusiva, Abordagem e Abrigos. Em 2021, iniciaram-se as capacitações introdutórias em diálogo ao Plano de Educação Permanente.

Meta 43	Situação do Município			
Realização de 2 capacitações anuais para os profissionais do Ensino Médio.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Meta 44	Situação do Município			
Realização de dois encontros sobre Prontuário SUAS (FÍSICO E ONLINE).	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 45	Situação do Município			
Realização de um encontro sobre gestão do território.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 46	Situação do Município			
Realização de um encontro sobre o SUAS.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 47	Situação do Município			
Realização de um encontro sobre o acompanhamento familiar.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	-	-

O alcance dessa meta ocorreu a partir da mediação da Gestão do Trabalho para os trabalhadores do SUAS participarem de um Projeto de Extensão na UFF com tal temática.

Meta 48	Situação do Município			
Implantação e funcionamento do Núcleo de Educação Permanente.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Não	Sim

Meta 49	Situação do Município			
Construção e desenvolvimento do Plano Municipal de Educação Permanente.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Sim

O Plano estava em processo de elaboração em 2020.

Meta 50	Situação do Município			
Continuidade do Projeto Piloto de cuidado à saúde dos trabalhadores (as) dos CRAS.	2018	2019	2020	2021
	Sim	Sim	-	-

Meta 51	Situação do Município			
Realização de pesquisa sobre questões relacionadas a saúde mental do trabalhador dos CRAS.	2018	2019	2020	2021
	-	-	Não	-

Meta 52	Situação do Município			
Realização de 1 Encontro entre o SUAS e o Sistema de Justiça a cada ano.	2018	2019	2020	2021
	Sim	Sim	Não	Não

Trabalho afetado pela pandemia.

Meta 53	Situação do Município			
Encontros semestrais entre as redes socioassistencial e intersetorial.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Meta 54	Situação do Município			
Realização de um encontro anual da Vigilância Socioassistencial para as equipes técnicas do SUAS.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Não	Não

Em virtude da pandemia, no ano de 2020 não foi possível realizar o Seminário da Vigilância Socioassistencial. Agendado para ser realizado em 2021.

Meta 55	Situação do Município			
Realização de encontros semestrais com as equipes do SUAS.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Sim	Sim

Meta 56	Situação do Município			
Instituição de uma Comissão responsável por monitorar e avaliar as metas do PMAS.	2018	2019	2020	2021
	Sim	-	-	-

Foi estabelecida a Comissão junto ao CMAS, no entanto ela não desenvolveu atividades em conjunto, mas o monitoramento foi realizado exclusivamente da Vigilância.

Meta 57	Situação do Município			
Atualização do PMAS de acordo com as necessidades identificadas por novos Diagnósticos Socioterritoriais.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Não houve demanda de atualização do Diagnóstico Socioterritorial por uma situação desencadeada, nos anos seguintes, os diagnósticos foram produzidos em outros documentos.

Meta 58	Situação do Município			
Liberação de relatório sobre o processo de monitoramento das metas do PMAS.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Sim	Sim

Houve uma mudança na metodologia, no ano de 2019 as metas foram avaliadas em reuniões com as Diretorias. Nos demais anos, para além das reuniões, o relatório foi desenvolvido no Relatório de Gestão e neste documento.

Meta 59	Situação do Município			
Atualização do diagnóstico socioterritorial de forma continuada.	2018	2019	2020	2021
	Sim	Sim	Sim	Sim

Meta 60	Situação do Município			
Estabelecimento de parceria com outras instituições municipais para acesso a dados.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 61	Situação do Município			
Inserção da Pesquisa Hemerográfica no Processo de Trabalho do setor.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Meta 62	Situação do Município			
Construção de um Sistema de Monitoramento e Avaliação municipal do SUAS.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	-	-

Todos os equipamentos da SMDHS são monitorados atualmente. Os instrumentos de coleta de informação foram revisados e as bases de dados ampliadas. Os instrumentos são digitalizados, assim como todas as bases.

Meta 63	Situação do Município			
Implantação do Sistema de Notificação de Violações de Direitos	2018	2019	2020	2021
	-	-	Não	-

Meta 64	Situação do Município			
Produção de, ao menos, 2 estudo temáticos em uma perspectiva informativa e formativa, ao ano.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Sim	Sim

Meta 65	Situação do Município			
Instituição de uma Comissão intersetorial para estudo e planejamento das ações em contexto de desastre ambiental.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Houve uma reunião de aproximação com a UFF, através do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais, mas não houve a composição da Comissão Intersetorial.

Meta 66	Situação do Município			
Elaboração de um instrumento de registro e informação sobre demanda atendida e demanda reprimida para as OSC'S.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	-	-

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Meta 67	Situação do Município			
Realização de pesquisa com os usuários e técnicos sobre o acompanhamento familiar no PAIF.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 68	Situação do Município			
Direcionamento de 30% das vagas dos cursos oferecidos pela FMIJ para os (as) adolescentes do SCFV dos CRAS.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Meta 69	Situação do Município			
Estabelecimento de Termo de Compromisso do SCFV com o Programa Mais Educação.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Não se obteve resposta da Secretaria Estadual de Educação.

Meta 70	Situação do Município			
Abertura de novas unidades de SCFV de acordo com análise permanente da demanda pelo serviço.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Não	Não

Devido à pandemia de COVID-19, as atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no ano de 2020, estão sendo realizadas exclusivamente de forma remota, com atividades online, com os grupos já existentes. No entanto, no ano de 2019 teve a abertura de unidades nas seguintes localidades: Fazendinha e mais uma localidade em Tocos. Em 2021 não abriu novas unidades por conta da pandemia

Meta 71	Situação do Município			
Implementação de uma Lei específica para o Programa Renda Mínima.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 72	Situação do Município			
Implementação de uma Lei específica para o Programa Defeso Municipal.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 73	Situação do Município			
Alcançar percentuais progressivos de beneficiários do Programa Defeso Municipal no Cadastro Único.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Não	Não

O programa Defeso Municipal foi suspenso no ano de 2020, devido ao Auxílio Emergencial.

Meta 74	Situação do Município			
Ampliar o percentual de cadastro das famílias de pescadores artesanais no Cadastro Único, progressivamente.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Não	Não

O programa Defeso Municipal foi suspenso no ano de 2020, devido ao Auxílio Emergencial.

Meta 75	Situação do Município			
Ampliação de 3 vagas por equipamento (CRAS e CREAS)	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 76	Situação do Município			
Realização de um diagnóstico sobre as mulheres trabalhadoras de apoio à pesca.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 77	Situação do Município			
Realização de diagnóstico específico para os Grupos Tradicionais e Específicos nos territórios.	2018	2019	2020	2021
	-	-	Sim	-

Realizado pela Vigilância Socioassistencial.

Meta 78	Situação do Município			
Ampliação progressiva dos acompanhamentos realizados às famílias que são público prioritário do SCFV.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

No ano de 2019 a meta foi quase alcançada, tendo em vista que era previsto alcançar 40% do público prioritário e alcançou 36% no último ciclo. No ano de 2020 devido às restrições de trabalho causadas pela pandemia de COVID-19 este trabalho foi afetado.

Meta 79	Situação do Município			
Realização de busca ativa aos idosos com potencial perfil para BPC.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Nos anos de 2020 e 2021 devido às restrições de trabalho causadas pela pandemia de COVID-19 este trabalho foi afetado, priorizou-se a busca ativa dos beneficiários do BPC sem Cadastro Único.

Meta 80	Situação do Município			
Realização de busca ativa às famílias extremamente pobres sem benefício.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Não	Não

A realização de busca ativa foi interrompida no ano de 2020 devido à pandemia de COVID-19.

Meta 81	Situação do Município			
Realização de pesquisa sobre a dinâmica de articulação dos CRAS com a rede socioassistencial e intersetorial.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Meta 82	Situação do Município			
Realização de 01 reunião mensal com os CREAS.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Sim	Não

Meta 83	Situação do Município			
Realização de 12 reuniões intersetoriais da Media Complexidade para construção de fluxos intersetoriais.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	-	-

Meta 84	Situação do Município			
Revisão do atual fluxo dos CREAS com os acolhimentos de crianças e adolescentes.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	-	-

Trabalho concluído com a nota técnica 01/2019.

Meta 85	Situação do Município			
Realização de encontros de avaliação semestral do fluxo dos CREAS com os acolhimentos de crianças e adolescentes.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Sim	Sim

Meta 86	Situação do Município			
Realização de 01 estudo sobre as questões que envolvem as violações aos idosos acompanhados pelo PAEFI.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 87	Situação do Município			
Realização, ao menos uma vez no mês, de uma atividade coletiva para as famílias do PAEFI e os adolescentes e jovens em cumprimento de MSE.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Não	Não

Trabalho afetado pela pandemia de COVID-19 no ano de 2020 e 2021.

Meta 88	Situação do Município			
Realização de 01 levantamento anual das temáticas que despertam maior interesse dos usuários acompanhados, para subsidiar o planejamento de ações coletivas.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Meta 89	Situação do Município			
Criação de fluxo de atendimento socioeducativo envolvendo toda a rede.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	-	-

Meta 90	Situação do Município			
Pactuação entre a SMDHS e a SMECE para assegurar aos adolescentes a vaga escolar mesmo em período não comum de matrícula (início dos semestres).	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Meta 91	Situação do Município			
Garantir aos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas a equidade no acesso à cultura por meio da ida a espaços como teatro, pontos turísticos e outras produções culturais.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Meta 92	Situação do Município			
Pactuação com entidades que ofertam ações de caráter socioeducativo para reserva de vagas aos adolescentes e jovens em MSE.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Não	Não

A pactuação existe, mas a oferta do serviço no ano de 2020 foi afetada pela pandemia de COVID-19.

Meta 93	Situação do Município			
Estabelecer cronograma do GT SUAS e Justiça com pautas específicas de MSE.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 94	Situação do Município			
Pactuação de que haja uma representação do CREAS no Grupo de Trabalho para discussão das famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 95	Situação do Município			
Criação e utilização de Fluxo interno para aproximação e identificação das famílias dos usuários do Centro Pop.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Sim	Sim

Meta 96	Situação do Município			
Criação e utilização de fluxo com a rede socioassistencial e intersetorial para trabalho com as famílias dos usuários do Centro Pop.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Sim	Sim

Meta 97	Situação do Município			
Implantação e manutenção da abordagem noturna do PETI.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Sim	Sim

Meta 98	Situação do Município			
Mapear os territórios com maior incidência de trabalho infantil.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	-	-

Meta 99	Situação do Município			
Articulação com o Conselho Tutelar para ações em conjunto com a abordagem em eventos específicos.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Sim	Sim

Em eventos específicos ocorre a articulação, no entanto é difícil a comunicação com conselho tutelar. As demandas são apresentadas ao CT, mas por vezes eles não comparecem às ações cotidianas.

Meta 100	Situação do Município			
Criação de um Grupo de Trabalho para discussão e aprimoramento sobre o fluxo de atendimento à situações de Trabalho Infantil.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Meta 101	Situação do Município			
Elaboração anual de um Plano de Ação para enfrentamento às situações de Trabalho Infantil.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não
Meta 102	Situação do Município			
Implementação e manutenção do CEAM com atendimento 24 horas.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Meta 103	Situação do Município			
Atualização e aprovação de novo Regimento Interno para a Casa de Passagem.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 104	Situação do Município			
Disponibilização do acesso à internet para todos os usuários que tenham interesse em buscar inserção no mercado de trabalho.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Sim	Sim

Meta 105	Situação do Município			
Alcance de 80% dos usuários do Lar Cidadão participando das atividades coletivas promovendo o despertar da construção dos projetos de saída das ruas.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Não	Não

Meta 106	Situação do Município			
Realização de supervisão técnica com os cuidadores da Residência Inclusiva com reunião a cada 02 meses visando melhoria do serviço prestado.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Sim	Sim

Meta 107	Situação do Município			
Realização de supervisão técnica permanente com as equipes da Proteção Social Especial de 15 em 15 dias, e 1 vez por mês com todas as equipes juntas.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

A supervisão é realizada, porém a periodicidade foi reajustada.

Meta 108	Situação do Município			
Resolutividade de no mínimo 70% das demandas encaminhadas pelos Acolhimentos de Crianças e Adolescentes, por setor (CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Saúde e Educação).	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Em andamento com grupo intergestor.

Meta 109	Situação do Município			
Produção de novo fluxo de trabalho comum a todos os acolhimentos de crianças e adolescentes.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Concluído 1ª versão do fluxo out/2019.

Meta 110	Situação do Município			
Cada acolhimento para Crianças e Adolescentes, realizar um encontro a cada dois anos com a comunidade	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	Não

Meta 111	Situação do Município			
Cada Acolhimento realizará ao menos uma assembléia com os acolhidos a cada semestre, para tratar de questões ligadas ao preconceito.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Meta 112	Situação do Município			
Realização de acompanhamento sistemático da reintegração familiar de crianças e adolescentes.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Meta 113	Situação do Município			
Aprimoramento do fluxo de atendimento da articulação entre CREAS, CRAS, Conselhos Tutelares e unidades de acolhimento, a partir de reuniões sistemáticas.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Em andamento. Reuniões da rede a cada 2 meses.

Meta 114	Situação do Município			
Articulação das unidades de acolhimento com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte a fim de compreender o que gera a distorção idade-série entre os adolescentes.	2018	2019	2020	2021
	-	-	Não	-

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS HABITACIONAIS

Meta 115	Situação do Município			
Implantação e manutenção do Programa Habitacional Municipal para Reforma.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Meta 116	Situação do Município			
Ser contemplado no edital de chamamento público do Programa Federal Cartão Reforma.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Não houve chamamento por parte do Governo Federal.

Meta 117	Situação do Município			
Revisão dos critérios do Aluguel Social levando em consideração a vulnerabilidade social, com avaliação técnica.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Foi iniciado em 2019, mas não teve continuidade; O setor jurídico acabou considerando as determinações judiciais ou com laudo da Defesa Civil. Em 2021 passou para Coordenação de Benefícios eventuais e foi efetivado com a Lei de Regulamentação dos Benefícios Eventuais.

Meta 118	Situação do Município			
Elaboração de diagnóstico referente às demandas de urbanização da comunidade Margem da Linha.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 119	Situação do Município			
Realização do acompanhamento da comunidade residente no condomínio São João Batista.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	-	-

Meta 120	Situação do Município			
Elaboração de um Plano de Trabalho Intersetorial para acompanhamento do pós-ocupação nos Conjuntos Habitacionais.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Meta 121	Situação do Município			
Realização de 04 reuniões com os CRAS e 03 com os CREAS para construção do fluxo.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 122	Situação do Município			
Reunião semestral para avaliação do fluxo referente a meta anterior.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Meta 123	Situação do Município			
Apresentação às universidades da proposta de produção de diagnóstico em relação às questões que envolvem a não permanência das famílias nos Conjuntos Habitacionais.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 124	Situação do Município			
Realização de contato com a EMHAB para definir prioridades e estratégias, em articulação com os demais órgãos correlatos para regularização fundiária.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 125	Situação do Município			
Planejamento em conjunto com a Procuradoria de um Plano de Ação viável, do ponto de vista legal, para as famílias que residem no Programa Morar Feliz em situação irregular.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 126	Situação do Município			
Atualização dos cadastros habitacionais dos beneficiários do Programa Morar Feliz.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Não foi realizado por falta de equipe.

Meta 127	Situação do Município			
Redigir uma Minuta de contrato visando regulamentar o Minha Casa, Minha Vida, para ser encaminhada ao Gabinete do Prefeito.	2018	2019	2020	2021
	Não	-	-	-

DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS

Meta 128	Situação do Município			
Implementação de novos cursos na Inclusão Produtiva de acordo com as demandas e perfil dos usuários.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	-	-

Meta 129	Situação do Município			
Realizar 01 estudo com os usuários dos cursos da Inclusão Produtiva visando identificar os motivos da evasão.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 130	Situação do Município			
Verificar viabilidade técnica para criação de vale-transporte para os usuários da Inclusão Produtiva.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 131	Situação do Município			
Atendimento a 100% das demandas por educação pública, apresentadas pelos participantes dos cursos.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Sim	Não

Não houve evasão por motivo de falta de creche ou escola para os filhos.

Em 2021 foi suspenso em função da pandemia.

Meta 132	Situação do Município			
Organização de um banco de dados para Inclusão Produtiva.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	-	-
Meta 133	Situação do Município			
Estabelecimento de parcerias público-privadas para inclusão dos usuários no mercado de trabalho.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Não	Sim

Trabalho inviabilizado no ano de 2020 devido à pandemia de COVID-19, que interrompeu os cursos oferecidos pelo DPP.

Em andamento em parceria com Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo em 2021.

Meta 134	Situação do Município			
Legalização de 50 Microempreendedores individuais a cada ano.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Não	Não

A parceria firmada com o Sebrae para capacitar os usuários acerca da legalização do Microempreendedor Individual foi interrompida no ano de 2020 pela pandemia de COVID-19.

Em 2021 está em andamento em parceria com Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Meta 135	Situação do Município			
Produção de levantamento com as cooperativas já existentes para melhor planejamento da implantação do Centro de Economia Popular e Solidária.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 136	Situação do Município			
Construção e manutenção do Centro de Economia Popular e Solidária.	2018	2019	2020	2021
	-	-	Não	Não

Diante da mudança do organograma da Prefeitura, a Economia Solidária não está mais no âmbito da SMDHS, pertencendo atualmente a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Meta 137	Situação do Município			
Criação da lei de implementação do Programa de Segurança Alimentar no município.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	-	-

Meta 138	Situação do Município			
Criação dos critérios de acesso ao Restaurante Popular.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

Meta 139	Situação do Município			
Implantação e manutenção do Restaurante Popular com licitação de empresa terceirizada.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Sim

Meta 140	Situação do Município			
Implantação de 01(uma) UADAF - unidade de apoio à distribuição de alimentos da agricultura familiar.	2018	2019	2020	2021
	-	-	-	Não

Meta 141	Situação do Município			
Estudo da viabilidade da distribuição de suplementos alimentares específicos e cestas básicas a crianças recém nascidas em situação de insegurança alimentar e suas famílias.	2018	2019	2020	2021
	-	-	Não	-

Meta 142	Situação do Município			
Implantação de um Banco de Alimentos.	2018	2019	2020	2021
	-	-	-	Não

Meta 143	Situação do Município			
Manutenção do trabalho de Educação Alimentar e Nutricional.	2018	2019	2020	2021
	-	Sim	Sim	Sim

Meta 144	Situação do Município			
Criação de um Plano de Trabalho para o setor de Direitos Humanos.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	-	-

A Assessoria de Direitos Humanos deixou de fazer parte desta Diretoria no ano de 2019. Diante da mudança do organograma da Prefeitura, a responsabilidade atual é da Superintendência de Direitos Humanos e Igualdade Racial.

Meta 145	Situação do Município			
Realização de uma capacitação anual sobre a temática dos direitos humanos.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

A Assessoria de Direitos Humanos deixou de fazer parte desta Diretoria no ano de 2019. Diante da mudança do organograma da Prefeitura, a responsabilidade atual é da Superintendência de Direitos Humanos e Igualdade Racial.

Meta 146	Situação do Município			
Implementação da Praça CEU.	2018	2019	2020	2021
	Não	-	-	-

A inauguração foi realizada em Dezembro de 2020, mas as atividades ainda não foram iniciadas em função da pandemia. Previsão de implementação: Julho/2021.

Meta 147	Situação do Município			
Criação do Centro de Cidadania LGBT	2018	2019	2020	2021
	-	-	Não	-

O Centro foi criado em 2021.

Meta 148	Situação do Município			
Criação de um centro de apoio de reabilitação aos homens agressores	2018	2019	2020	2021
	-	-	Não	-

Meta 149	Situação do Município			
Capacitação anual para os profissionais da rede de atendimento à mulher vítima de violência.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Meta 150	Situação do Município			
Realização de reuniões trimestrais com a rede de atendimento à mulher vítima de violência.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Diante da mudança do organograma da Prefeitura, a responsabilidade atual das metas 149 e 150 é da Subsecretaria de Direitos da Mulher.

Meta 151	Situação do Município			
Realização de visitas às instituições de privação de liberdade e mapear quais são os principais problemas enfrentados pelos sujeitos.	2018	2019	2020	2021
	-	-	-	Não

Meta 152	Situação do Município			
Realização de uma capacitação anual em direitos humanos para os profissionais das instituições de privação de liberdade.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Meta 153	Situação do Município			
Realização de uma capacitação anual em direitos humanos para as famílias dos usuários atendidos pelas OSC'S para pessoas com deficiência.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Meta 154	Situação do Município			
Estabelecer Plano de Trabalho para aproximação e identificação das violações de direitos humanos a Povos e Comunidades Tradicionais.	2018	2019	2020	2021
	-	Não	Não	Não

Diante da mudança do organograma da Prefeitura, a responsabilidade atual das metas 151 a 154 é da Subsecretaria de Direitos Humanos e Igualdade Racial.

APÊNDICE II - METAS DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – VIGÊNCIA: 2022 / 2025

GESTÃO DO SUAS

PROBLEMA	META		PERÍODO			
			2022	2023	2024	2025
Ausência de uma normativa da Política de Assistência em âmbito local.	1	Elaborar a Lei Municipal do SUAS.	x	-	-	-
Dificuldade na execução financeira dos cofinanciamentos.	2	Planejar e Executar a Programação de Saldos do Cofinanciamento Federal e Estadual.	x	x	x	x
	3	Planejar e Executar a Reprogramação de Saldos do Cofinanciamento Federal e Estadual.	x	x	x	x
Necessidade de aprimoramento do SUAS.	4	Implementar, acompanhar e avaliar a gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.	x	x	x	x
	5	Regular as ações de gestão do SUAS e as relações entre os entes públicos e as entidades e organizações de Assistência Social	x	x	x	x
	6	Participar da definição de normas e padrões sobre a qualidade de serviços socioassistenciais prestados aos usuários.	x	x	x	x

	7	Prestar apoio técnico as Diretorias, na organização na execução de ações referentes ao SUAS.	X	X	X	X
	8	Reavaliar anualmente os Fluxos e Protocolos de Trabalhos Construídos.	X	X	X	X
Necessidade de aprimoramento do SUAS.	9	Reavaliar anualmente as ofertas dos serviços e as demandas por reordenamento.	X	X	X	X
	10	Coordenar anualmente junto as Diretorias estudos de levantamento de demandas relacionadas a bens permanentes e custeio.	X	X	X	X
	11	Coordenar anualmente junto as Diretorias estudos de levantamento de manutenção dos equipamentos socioassistenciais.	X	X	X	X
	12	Coordenar a construção de Planos no âmbito da Política de Assistência Social.	X	X	X	X
	13	Implantar e manter um sistema informatizado para toda a rede socioassistencial.	-	X	X	X
Necessidade de aprimorar a integração entre serviços, programas e benefícios.	14	Construir um Fluxo e Protocolo de Atendimento junto aos CRAS e CREAS em relação aos Benefícios Eventuais.	X	-	-	-

Dificuldade no acesso de vagas e diálogo entre os equipamentos da população em situação de rua.	15	Construir um Fluxo e Protocolo de Atendimento entre o Centro Pop e os acolhimentos para população em situação de rua.	x	-	-	-
Necessidade de alinhar a prática profissional com a supervisão acadêmica.	16	Realizar anualmente a Mostra de Estágio.	x	x	x	x
Necessidade de aprimorar o diálogo do SUAS com o Sistema de Justiça.	17	Realizar anualmente o Encontro SUAS Justiça.	x	x	x	x
Necessidade de garantir vínculos de trabalho estáveis.	18	Produzir estudo técnico para subsidiar a realização de Concurso Público no âmbito da SMDHS.	x	-	-	-
Equipes defasadas nos equipamentos.	19	Produzir estudo técnico a respeito da necessidade de contratação dos profissionais para compor o quadro funcional	x	x	x	x
Sistematização de capacitação permanente.	20	Alcançar 90% dos trabalhadores do SUAS na capacitação permanente.	70%	80%	90%	90%
Baixa participação e engajamento das equipes nas capacitações realizadas.	21	Ampliar em 50% a participação dos trabalhadores nas ações de capacitação.	30%	35%	40%	50%

Necessidade de aprimoramento do SUAS.	22	Realizar Supervisão técnica nos equipamentos públicos do SUAS.	X	X	X	X
Aprimorar o diálogo entre os trabalhadores do SUAS e a gestão pública.	23	Criação do Fórum Permanente de discussão dos trabalhadores (as) e usuários do SUAS.	-	X	-	-
Necessidade de incorporação de todos profissionais do SUAS no processo de monitoramento de vulnerabilidades e riscos sociais.	24	Realizar um encontro anual da Vigilância Socioassistencial para as equipes técnicas do SUAS.	X	X	X	X
	25	Realizar encontros semestrais com as equipes do SUAS para incorporação de coordenações e técnicos no monitoramento e avaliação de indicadores.	X	X	X	X
	26	Construir nos Relatórios Mensais de Atendimento painéis de indicadores sobre a oferta de padrões dos serviços.	X	-	-	-
Tornar o PMAS um instrumento de gestão e direcionamento das ações.	27	Monitorar e avaliar as metas do PMAS em diálogo com as diretorias.	X	X	X	X
	28	Liberar relatórios sobre o processo de monitoramento das metas do PMAS.	X	X	X	X

Ampliação de vulnerabilidades e riscos sociais presentes nos territórios.	29	Atualizar o diagnóstico socioterritorial de forma continuada.	X	X	X	X
Necessidade de dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pela Vigilância Socioassistencial.	30	Produzir, ao menos, 2 Boletins Informativos, ao ano.	X	X	X	X
Ausência de coleta de dados primários pela equipe da Vigilância Socioassistencial.	31	Desenvolver, ao menos, 01 estudo de campo, ao ano.	X	X	X	X
Fluidez da população em situação de rua no município.	32	Realizar anualmente o CENSO da população em situação de rua no município.	X	X	X	X
Fragilidade de indicadores de violações de direitos para além dos recebidos nos equipamentos socioassistenciais.	33	Implantar o Sistema de Notificação de Violações de Direitos.	X	-	-	-
Dificuldade de atualização anual do CNEAS.	34	Cadastrar e manter atualizadas as informações no Cadastro Nacionais de Entidades de Assistência Social - CNEAS	X	X	X	X
Inexistência de Chamamento Público no estabelecimento de parcerias com as OSCs.	35	Realizar Chamamento Público para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil.	X	X	X	X
Necessidade de reordenamento das ofertas ao SUAS.	36	Realizar apoio técnico as OSCs com ofertas socioassistenciais.	X	X	X	X
Necessidade de ampliação do diálogo com as OSCs.	37	Realizar anualmente um Seminário com as OSCs que ofertam serviços socioassistenciais inscritas no CMAS e CNEAS.	X	X	X	X

Ampliação da incidência de trabalho infantil.	38	Garantir equipe exclusiva para o Serviço de Abordagem Social.	x	x	x	x
	39	Acompanhar 100% das famílias em situação de trabalho infantil.	x	x	x	x
	40	Identificar no Cadastro Único 100% das crianças e adolescentes em acompanhamento nos CREAS em situação de trabalho infantil.	x	x	x	x
	41	Atender 100% das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no SCFV.	x	x	x	x
	42	Realizar abordagem social todos os dias da semana.	x	x	x	x
	43	Desenvolver de modo periódico campanhas para enfrentamento ao trabalho infantil.	x	x	x	x
	44	Ampliar as localidades de realização do trabalho de abordagem social.	x	x	x	x
	45	Realizar encontros semestrais com o Conselho Tutelar para avaliação do Fluxo de Trabalho Infantil.	x	x	x	x
	46	Implantar o Programa de Transferência de Renda aos usuários em situação de trabalho infantil.	-	x	-	-

Barreiras para o acesso a Escola dos beneficiários do BPC.	47	Aplicar de modo periódico todos questionários de barreiras do BPC na Escola.	x	x	x	x
	48	Ampliar o acompanhamento familiar ao público do BPC na escola com perfil.	50%	60%	70%	80%
	49	Garantir a execução dos trabalhos do Grupo Gestor do BPC na escola.	x	x	x	x
	50	Construir fluxo sobre o atendimento intersetorial ao BPC na Escola.	x	-	-	-
	51	Reavaliar anualmente o fluxo de atendimento ao BPC na Escola.	-	x	x	x
Beneficiários do BPC sem Cadastro Único.	52	Realizar de modo periódico busca ativa para identificar usuários do BPC sem Cad Único.	x	x	x	x
	53	Alcançar 100% dos usuários do BPC inscritos no Cadastro Único.	x	x	x	x
Ausência de fluxo de encaminhamento dos beneficiários do BPC ao mercado de trabalho.	54	Construir fluxo para encaminhamento ao mercado de trabalho dos beneficiários do BPC.	x	-	-	-
	55	Reavaliar anualmente o fluxo de encaminhamento ao mercado de trabalho dos beneficiários do BPC.	-	x	x	x

Instabilidade de manutenção do Programa pelo Governo Federal.	56	Garantir a manutenção do Programa ACESSUAS Trabalho com recurso próprio.	x	x	x	x
Ausência de parcerias formais no âmbito do ACESSUAS TRABALHO.	57	Estabelecer parcerias com entidades que atuam no encaminhamento ao mercado de trabalho para os usuários do ACESSUAS Trabalho.	x	x	x	x

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

PROBLEMA	META	PERÍODO				
		2022	2023	2024	2025	
Número de CRAS insuficiente para atender as demandas	58	Adequar o número de CRAS ao quantitativo de famílias referenciadas.	14	16	17	18
Equipe insuficiente para desenvolvimento dos serviços.	59	Adequar as equipes de referência dos CRAS aos serviços ofertados.	7 profissionais de nível superior (assistente social e psicólogo)	7 profissionais de nível superior (assistente social e psicólogo)	7 profissionais de nível superior (assistente social e psicólogo)	7 profissionais de nível superior (assistente social e psicólogo)

	60	Adequar as equipes de nível médio nos CRAS.	6 profissionais de nível médio	6 profissionais de nível médio	6 profissionais de nível médio	6 profissionais de nível médio
	61	Garantir equipe responsável pela segurança dos CRAS (guarda/vigia).	x	x	x	x
Ampliação da extrema pobreza e pobreza no município.	62	Implantar o Programa de Transferência de Renda "Cartão Goitacá"	5000	-	-	-
	63	Manter o Programa de Transferência de Renda "Cartão Goitacá"	x	x	x	x
Necessidade de ampliação do alcance do PAIF.	64	Alcançar 10% no acompanhamento familiar do PAIF dentre as famílias referenciadas ao Cadastro Único.	4%	6%	8%	10%
Extensão territorial do município e a necessidade de ampliação do alcance da PSB.	65	Garantir as equipes volantes no âmbito da PSB.	3	3	3	3
	66	Garantir profissionais exclusivos para cada equipe volante.	4 profissionais (02 de nível de superior e 02 de nível médio)	4 profissionais (02 de nível de superior e 02 de nível médio)	4 profissionais (02 de nível de superior e 02 de nível médio)	4 profissionais (02 de nível de superior e 02 de nível médio)

Necessidade de ampliação do alcance da PSB.	67	Implantar e Manter o Programa Criança Feliz.	2600	2600	2600	2600
Necessidade de aprimorar a integração entre serviços, benefícios e programas.	68	Reavaliar anualmente o Fluxo e Protocolo de Atendimento entre os equipamentos e os beneficiários dos Benefícios Eventuais.	-	x	x	x
	69	Reavaliar trimestralmente os beneficiários do Aluguel Social em situação de vulnerabilidade social.	x	x	x	x
	70	Reavaliar semestralmente os beneficiários do Aluguel Social em situação de determinação judicial vinculada a vulnerabilidade social.	x	x	x	x
	71	Reavaliar anualmanete os beneficiários do Aluguel Social em situação de determinação judicial e defesa civil.	x	x	x	x
	72	Garantir a concessão regular dos Benefícios Eventuais (Aluguel Social, Auxílio Funeral, Auxílio Natalidade, Cestas Básicas e Passagens).	x	x	x	x
Impossibilidade de garantia de moradia.	73	Ampliar a concessão do benefício eventual Aluguel Social.	300	350	400	480
Necessidade de potencializar a socialização dos saberes e o resgate do coletivo, base sobre a qual os membros tendem a expressar-se e identificar-se, apropriando-se de	74	Ampliar o desenvolvimento de trabalhos coletivos no âmbito da PSB.	x	x	x	x

suas histórias, de suas competências, de seus saberes, desenhando novas possibilidades e reescrevendo suas vidas.	75	Efetivar o acompanhamento coletivo das famílias no âmbito do PAIF.	x	x	x	x
Aprimorar a intersectorialidade no SUAS.	76	Executar Programas de Interlocação com o Mundo do Trabalho nos CRAS de modo regular com estabelecimento de parcerias com a rede.	x	x	x	x
Aprimorar a Gestão dos territórios da Política de Assistência Social.	77	Desenvolver anualmente um Plano de Trabalho sobre Gestão do Território no âmbito dos CRAS.	x	x	x	x
Prédios comprometidos para realização do SCFV.	78	Garantir a execução do SCFV em todos os CRAS com espaço físico adequado.	x	x	x	x
	79	Estabelecer parcerias através de busca ativa no território para ampliação dos polos do SCFV.	x	x	x	x
Equipe insuficiente para desenvolvimento dos serviços.	80	Adequar a equipe de referência do SCFV para o desenvolvimento de oficinas.	10 facilitadores	10 facilitadores	10 facilitadores	10 facilitadores
Rotatividade das equipes e necessidade de aperfeiçoamento e atualização.	81	Criação de uma agenda de atualizações para os profissionais que atuam no SCFV, em temas relativos ao cotidiano de suas ações como por exemplo: LGBTQIA+, Sexualidade, drogas lícitas e ilícitas, jovem e o mercado de trabalho, prevenção ao suicídio, prevenção ao abuso sexual, prevenção, territórios vulneráveis e violentos, conceito de território e jogos e brincadeiras.	x	x	x	x

Necessidade de ampliar os polos do SCFV para garantir o acesso a diferentes localidades.	82	Abertura de 01 Unidade no Cras da Chatuba (IPS ou Parque Aurora).	-	-	x	-
	83	Abertura de 04 unidades no Cras da Codin (KM8, Novo Eldorado, Santa Rosa e Codim).	x	-	-	-
	84	Abertura de 02 unidades no Cras Jardim Carioca (Parque Prazeres e Presidente Vargas).	-	-	x	-
	85	Abertura de 04 unidades no Cras Goitacazes (Saturnino e Poço Gordo).	-	-	x	-
	86	Abertura de 02 unidades no Cras Jockey (Campo Novo ou Venda Nova, Cambaíba e Novo Jockey).	x	-	-	-
	87	Abertura de 02 unidades no Cras de Travessão (Guandu e Brejo Grande).	-	x	-	-
	88	Abertura de 04 unidades no Cras da Ururaí (Tapera, Pernambuco, Ibitioca e Serrinha).	-	x	-	-
	89	Abertura de 02 unidades no Cras da Penha (Fazendinha e Parque Imperial).	-	x	-	-
Necessidade de ampliar a oferta do SCFV para diferentes públicos.	90	Abertura de Unidades para atendimento do SCFV para adultos de 18 a 59 anos.	3	3	3	4
Percentual reduzido de alcance do SCFV diante da meta pactuada.	91	Alcançar a meta prevista para o SCFV.	1750	2000	2250	2490

	92	Alcançar a meta de público prioritário para o SCFV.	500	800	1000	1245
Necessidade de ampliar o alcance do PAIF a públicos prioritários.	93	Acompanhar o público prioritário do SCFV.	30%	50%	70%	100%
Aprimorar a intersectorialidade no SUAS.	94	Visitar 100% das escolas que tenham crianças e adolescentes do SCFV em defasagem.	x	x	x	x
	95	Encaminhar 30% dos adolescentes para instituições que desenvolvam programas de aprendizagem.	x	x	x	x
Rotatividade das equipes e necessidade de aperfeiçoamento e atualização.	96	Utilizar o recurso do IGD para realização de capacitações no âmbito do Cadastro Único.	x	x	x	x
	97	Capacitar anualmente a equipe do Cadastro Único (Caixa Econômica, Ministério da Cidadania), entre cursos de atualizações, aperfeiçoamento e Reuniões de equipe.	x	x	x	x
Dificuldade no acesso ao Cadastro Único por moradores de localidades distantes.	98	Garantir na composição da equipe volante o Cadastrador do Cadastro Único.	x	x	x	x
Redução da média de atualização cadastral diante do contexto pandêmico e do atendimento de públicos fora do perfil do Cadastro Único.	99	Alcançar média de atualização cadastral do Cadastro Único.	90%	92%	94%	95%

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

PROBLEMA	META		PERÍODO			
			2022	2023	2024	2025
Funcionamento dos CREAS I e II em prédios alugados	100	Construir um prédio próprio para o CREAS I.	-	x	-	-
	101	Construir um prédio próprio para o CREAS II.	-	-	x	-
CREAS II imóvel não apropriado para o atendimento;	102	Mudar sede do CREAS II para um melhor atendimento aos usuários.	x	-	-	-
Equipe insuficiente para desenvolvimento dos serviços.	103	Adequar as equipes de nível superior dos CREAS aos serviços ofertados.	11 profissionais de nível superior (assistente social, psicólogo e advogado)	11 profissionais de nível superior (assistente social, psicólogo e advogado)	11 profissio nais de nível superior (assisten te social, psicólog o e advogad o)	11 profissio nais de nível superior (assistent e social, psicólog o e advogad o)
Equipe insuficiente para desenvolvimento dos serviços.	104	Adequar as equipes de nível médio dos CREAS aos serviços ofertados.	7 profissionais de nível médio	7 profissionais de nível médio	7 profissio nais de nível médio	7 profissio nais de nível médio

Ampliação do quantitativo de encontros de MSE	105	Estabelecer parcerias para tornar os encontros de MSE mais atrativos nos aspectos socioculturais.	x	x	x	x
Necessidade de ampliar o acesso ao Cadastro Único.	106	Garantir o acesso ao Cadastro Único nos 03 CREAS.	x	-	-	-
Prontuário SUAS eletrônico, Acesso ao CAD Único e demais acessos necessários ao Plano de Acompanhamento Familiar	107	Garantir o registro de 100% dos casos acompanhados nos CREAS em sistemas informatizados, tais como o Prontuário SUAS Eletrônico.	70%	80%	90%	100%
Ausência de encontros coletivos no âmbito dos serviços.	108	Ampliar o desenvolvimento de trabalhos coletivos e acompanhamentos grupais no âmbito das violações de direitos atendidas nos CREAS.	x	-	-	-
Execução da Abordagem Social somente em 02 equipamentos.	109	Manter a execução do Serviço de Abordagem Social nos 3 CREAS.	x	x	x	x
Dificuldade na execução do Fluxo de Abordagem Social.	110	Realizar encontros semestrais para avaliação do Fluxo do trabalho de Abordagem Social envolvendo CREAS, Centro Pop e Conselho Tutelar.	x	x	x	x
Dificuldade na execução do Fluxo de PAEFI com a rede.	111	Realizar encontros semestrais para avaliação do fluxo de PAEFI com a rede intersetorial.	x	x	x	x
Dificuldade na execução do Fluxo de MSE com a rede.	112	Realizar encontros semestrais para avaliação do fluxo de MSE com a rede intersetorial.	x	x	x	x

Baixa participação dos usuários nas reuniões em grupo.	113	Atingir 80% da presença das pessoas convidadas para os eventos desenvolvidos nos CREAS.	x	x	x	x
Ausência de espaço adequado para lavar a roupa dos usuários no Centro Pop.	114	Adequar o Centro Pop conforme preconiza as orientações técnicas do serviço garantindo a realização de higiene dos usuários.	x	-	-	-
Quantidade de banheiro externos insuficiente.	115	Construção de mais um banheiro externo para uso dos usuários do Centro Pop respeitando a divisão por sexo.	x	-	-	-
Equipe insuficiente para desenvolvimento dos serviços.	116	Adequar a equipe de nível superior do Centro Pop aos serviços ofertados.	7 profissionais de nível superior (assistente social, psicólogo e pedagogo)	7 profissionais de nível superior (assistente social, psicólogo e pedagogo)	7 profissionais de nível superior (assistente social, psicólogo e pedagogo)	7 profissionais de nível superior (assistente social, psicólogo e pedagogo)
Equipe insuficiente para desenvolvimento dos serviços.	117	Adequar a equipe de nível médio do Centro Pop aos serviços ofertados.	5 profissionais de nível médio	5 profissionais de nível médio	5 profissionais de nível médio	5 profissionais de nível médio

Insuficiência de segurança	118	Garantir equipe responsável pela segurança do Centro Pop.	x	x	x	x
Ausência de realização de trabalhos coletivos nos moldes de oficinas.	119	Desenvolver trabalhos coletivos nos moldes de oficinas no Centro Pop.	x	-	-	-
Ausência do acompanhamento continuado dos casos.	120	Reordenar o Serviço Especializado para Pessoa em Situação de Rua ofertado no Centro Pop.	x	-	-	-
Dificuldade no acesso de vagas e diálogo entre os equipamentos da população em situação de rua.	121	Reavaliar Anualmente o Fluxo e Protocolo de Atendimento entre o Centro Pop e os acolhimentos para população em situação de rua.	-	x	x	x
Dificuldade de marcação de consulta e exames, bem como na saúde mental	122	Construir um Fluxo e Protocolo de Atendimento entre o Centro Pop e os equipamentos da saúde e saúde mental.	x	-	-	-
Dificuldade de marcação de consulta e exames, bem como na saúde mental	123	Reavaliar anualmente o Fluxo e Protocolo de Atendimento entre o Centro Pop e os equipamentos da saúde e saúde mental.	-	x	x	x
Demanda reprimida para Residência Inclusiva	124	Construir mais uma Residência Inclusiva para atendimento da demanda reprimida.	-	x	-	-

Inexistência do Serviço de Acolhimento na modalidade de República para Jovens no município	125	Implantar o Serviço de Acolhimento na modalidade de República para Jovens.	x	-	-	-
Ausência de Acolhimento exclusivo para mulheres em situação de rua	126	Implantar Unidade de Acolhimento exclusivo para mulher em situação de rua	x	-	-	-
Ausência de prédios próprios para oferta do Serviço de Acolhimento.	127	Construir uma Casa de Passagem.	-	x	-	-
Vagas insuficientes nos acolhimentos para atender as demandas	128	Ampliar a cobertura de atendimento no serviço de acolhimento institucional.	140	-	-	-
Necessidade de aprimoramento do serviço.	129	Reordenar o Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em situação de rua.	x	-	-	-
Necessidade de otimizar os recursos destinados e a qualidade da alimentação no Acolhimento Manoel Cartucho.	130	Implantar uma Cozinha Industrial no Abrigo Manoel Cartucho para melhoria na qualidade da alimentação para pessoas em situação de rua.	x	-	-	-
Ausência de realização de trabalhos coletivos nos moldes de oficinas.	131	Implantar Oficinas de Convívio e socialização nos equipamentos que atendem a população em situação de rua.	x	x	x	x

Baixa ou nenhuma escolaridade dos acolhidos.	132	Desenvolver de modo continuado ações de alfabetização nos acolhimentos em parceria com a Educação.	x	x	x	x
Desemprego	133	Estabelecer parcerias para qualificação profissional visando a reinserção ao mercado de trabalho, buscando a autonomia financeira.	x	x	x	x
O imóvel atual da Residência Inclusiva não atende a equivalência do perfil dos residentes\usuários.	134	Mudar o local de funcionamento da Residência Inclusiva adequando-o as orientações técnicas do serviço.	x	-	-	-
Falta computador com impressora na Residência Inclusiva	135	Adquirir materiais permanentes, tais como computador e impressora para execução dos trabalhos na Residência Inclusiva.	x	-	-	-
Falta de materiais didáticos, pedagógicos, esportivos artesanais e de papelaria. Não existem materiais no equipamento para serem trabalhados. Pois o trabalho é feito de forma manuscrita, sem materiais de apoio. Falta de materiais concretos.	136	Estabelecer parcerias para o desenvolvimento de atividades socioculturais e de convivência familiar e comunitária com os acolhidos da Residência Inclusiva.	x	x	x	x

Carência de computador e impressora	137	Adquirir materiais permanentes, tais como computador, impressora e armários para guarda dos pertences no âmbito da execução dos trabalhos no Manoel Cartucho.	x	-	-	-
Necessidade de aparelho telefônico	138	Adquirir Aparelho Telefônico para o Manoel Cartucho.	x	-	-	-
Falta de funcionário para atuação na área de apoio (segurança) Numero 4	139	Garantir equipe responsável pela segurança dos Acolhimentos.	x	x	x	x
Necessidade de ampliar as ações de convivência comunitária.	140	Desenvolver horta comunitária nos acolhimentos.	x	x	x	x
Equipes insuficientes para desenvolvimento dos trabalhos.	141	Adequar e manter as equipes dos acolhimentos segundo preconiza a NOBRH.	x	-	-	-
Necessidade de mudança de endereço pelo menos a cada 2 anos	142	Trocar endereço da Casa Benta Pereira ao menos a cada dois anos.		x		x
Necessidade de equipamentos de segurança em funcionamento (câmeras, cerca elétrica e outros)	143	Instalar no Acolhimento Benta Pereira equipamentos de segurança, tais como câmeras, cerca elétrica e outros.	x	-	-	-

Necessidade de materiais pedagógicos, brinquedos, sala de multimídia, canal fechado de desenhos com programas infantis, parquinho e alimentação voltada para crianças.	144	Adquirir para o Benta Pereira materiais pedagógicos e lúdicos, bem como sala de multimídia, canal fechado de desenhos com programas infantis, parquinho e alimentação voltada para crianças para melhorar a qualidade do atendimento voltado a crianças e adolescentes.	x	x	x	x
Necessidade de aprimorar a articulação e definição de papéis entre os atores da rede de atendimento a mulher.	145	Implantar um GT – Grupo de trabalho entre o SUAS X Política Municipal de Mulheres	x	-	-	-
Necessidade de aprimorar a articulação e definição de papéis entre os atores da rede de atendimento a mulher.	146	Reavaliar Anualmente o Fluxo de Atendimento a Mulher.		x	x	x
Dificuldade no fluxo de regulação de vagas junto a ILPI.	147	Reformulação da nota técnica que regulamenta o serviço de acolhimento para idosos e da central de regulação de vagas.	x	-	-	-
Dificuldade no fluxo de regulação de vagas junto a ILPI.	148	Encontros semestrais para avaliação do fluxo que regulamenta o serviço de acolhimento para idosos e da central de regulação de vagas.	x	x	x	x

Acompanhamento familiar dos idosos acolhidos no Abrigo Institucional.	149	Garantir 100% dos idosos acolhidos na ILPI nos acompanhamento dos CREAS;	x	x	x	x
Acompanhamento dos jovens e adultos acolhidos da Residência Inclusiva.	150	Garantir 100% dos acolhidos na Residência Inclusiva nos acompanhamento dos CREAS visando a reintegração familiar/social;	x	x	x	x

DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS

PROBLEMA	META	PERÍODO				
		2022	2023	2024	2025	
Em razão da baixa taxa de acompanhamento das famílias prioritárias referenciadas nos serviços socioassistenciais nos CRAS e CREAS do município e da baixa resolutividade das políticas de Educação e Saúde, que gera o agravamento da vulnerabilidade social e por conseguinte o aumento dos casos de violações de direitos a que essas famílias estão expostas em seu território e a ampliação do estrangulamento social e econômico causado pela pandemia. Para tanto,	151	Mapear e produzir um levantamento anual das OSC's existentes nos territórios dos CRAS no município de Campos dos Goytacazes (RJ).	x	x	x	x
	152	Construir a rede de parceiros do terceiro setor através das organizações da sociedade civil organizada com o objetivo de complementar a oferta dos serviços prestados pela municipalidade.	10	15	20	25
	153	Prestar assessoria jurídica de forma continuada às Organizações da Sociedade Civil com vistas a sua regulamentação para inscrição nos Órgãos competentes.	x	x	x	x

a necessidade de potencialização da parceria com o Terceiro Setor, que se perfaz de suma importância para a efetivação das metas de acompanhamento das famílias em vulnerabilidade ou risco social e das finalidades preconizadas pela política SUAS.	154	Criar junto as demais pastas do Governo o Projeto "Campos Solidário"	x	x	x	x
	155	Criar e manter grupo de trabalho junto às secretarias e subsecretarias do poder público para implementação, desenvolvimento, monitoramento e avaliação das ações do Campos Solidário;	x	x	x	x
Considerando que o Município de Campos dos Goytacazes possui um quantitativo de 45.000 (quarenta e cinco mil) famílias vivendo em situação de pobreza ou de extrema pobreza e do crescente aumento do desemprego gerado pela pandemia, que agravou a precarização do trabalho e desproteção social, emergindo, assim, a necessidade urgente de qualificação profissional e imperiosidade da compra governamental como instrumento indispensável para a efetivação dos fins propostos.	156	Executar a parceria com o Ministério Público do Trabalho para implantação de oficinas no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltadas para a área de Beleza.	x	x	x	x
	157	Oferta de forma continuidade de oficinas no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para qualificação profissional	5	5	5	5
	158	Garantir que as concessionárias de serviço público e demais parceiros ofertem 5% de suas vagas de emprego a população em situação de rua.	5%	5%	5%	5%
	159	Oferta de forma continuidade de oficinas no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para qualificação profissional direcionadas à população em situação de rua visando a interface com o Programa Acolhe Campos.	5	5	5	5

	160	Apoiar o acesso e a permanência dos usuários nos cursos ofertados por meio do Projeto Somos Todos Iguais.	x	x	x	x
	161	Formalizar parcerias com a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, Subsecretaria de Qualificação e Emprego, Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca, Secretaria de Meio Ambiente e Secretária Municipal de Saúde com enfoque a Saúde mental e consultório na rua.	x	x	x	x
	162	Criação do Comitê Intersetorial para a implantação da Casa dos Saberes.	x	-	-	-
	163	Implementar parceria com o SEST/SENAT, com a oferta de cursos na modalidade EAD para o público da Inclusão Produtiva e População em Situação de Rua.	x	x	x	x
A problemática da segregação socioespacial dos bairros periféricos de Campos dos Goytacazes, como Santa Rosa, Eldorado, Terra Prometida, Ceasa, Novo Eldorado, Boa Vista, Custodópolis e bairros do entorno, gera a necessidade de desenvolver atividades de natureza cultural, recreativa, socioeducativa, esportiva, de lazer, socioassistencial, agrícola, tecnológica e/ou de	164	Coordenar as ações de funcionamento da Pracinha da Cultura nos quesitos: equipe, instalação predial, equipamentos e mobiliários e demais trabalhos intersetoriais desenvolvidos.	x	x	x	x
	165	Criar hortas comunitárias e o desenvolvimento de práticas ambientais juntamente com a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca e Coordenação do SAN.	x	x	x	x

qualificação profissional.	166	Promover a execução de trabalhos intersetoriais possibilitando a integração das políticas de cultura, esportes e assistência social, podendo ser agregadas também as áreas de saúde, educação, juventude, inclusão produtiva e agricultura.	x	x	x	x
	167	Desenvolver cursos socioculturais livres, tais como: Musicalização, teatro e Dança.	3	3	3	3
	168	Promover o acesso da população a cultura, através da exibição de filmes, apresentações teatrais e musicais, dentre outras.	x	x	x	x
A problemática da segregação socioespacial dos bairros periféricos de Campos dos Goytacazes, como Santa Rosa, Eldorado, Terra Prometida, Ceasa, Novo Eldorado, Boa Vista, Custodópolis e bairros do entorno, gera a necessidade de desenvolver atividades de natureza cultural, recreativa, socioeducativa, esportiva, de lazer, socioassistencial, agrícola, tecnológica e/ou de qualificação profissional.	169	Ofertar os serviços do CRAS de forma integrada ao funcionamento dos demais espaços que compõem a pracinha.	x	x	x	x
	170	Estabelecer parceria com a Fundação Municipal de Esporte para promover o acesso a atividades esportivas na pracinha.	x	x	x	x
	171	Promover o acesso à leitura e à cultura, através de espaço da Biblioteca, destinado ao atendimento, por meio do seu acervo, áreas e serviços.	x	x	x	x

	172	Promover o acesso a inclusão digital, realizada por meio de cursos e treinamentos com uso de computador e internet, bem como com o uso livre em horários em que não esteja destinado a atividades de formação.	x	x	x	x
	173	Garantir a efetivação da gestão intersetorial devendo ser compartilhada com a Comunidade e com a Sociedade Civil Organizada, por meio do Grupo Gestor.	x	x	x	x
Considerando o inquérito realizado pela Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), em dezembro de 2020, através do projeto Vigisan, 55 % (Cinquenta e cinco por cento) da população brasileira se encontravam em estado de insegurança alimentar e 19% (dezenove por cento) passavam fome. Esses dados obtidos a nível nacional, não estão distantes da realidade vivida pelo Município de Campos dos Goytacazes, reforçando a necessidade do fortalecimento de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.	174	Implantar e manter o Banco Municipal de Alimentos.	x	x	x	x
	175	Implantar Cozinhas Comunitárias.	1	2	3	4
	176	Implantar o Restaurante do Povo.	x	x	x	x
	177	Realizar estudo para estabelecimento de parceria visando a aquisição de alimentos da agricultura familiar para o Restaurante do Povo.	x	-	-	-
	178	Construir e implementar o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.	x	x	x	x
	179	Desenvolver o Projeto Saber Culinário nas Escolas Públicas em parceria com o Programa Saúde na Escola.	10%	20%	30%	40%

	180	Desenvolver o Programa de Educação Alimentar e Nutricional nos equipamentos socioassistenciais.	x	x	x	x
	181	Desenvolver o Projeto Mão na Massa nos equipamentos socioassistenciais e Banco de Alimentos.	x	x	x	x
	182	Desenvolver o Projeto Oficina Show nos equipamentos socioassistenciais e Banco de Alimentos.	x	x	x	x
O Município dispõe de uma estrutura operacional para habitação subdimensionada às suas demandas. Pretende-se, com o presente Programa, promover o rearranjo da estrutura responsável pela gestão da Política Habitacional, de forma a torná-la compatível com as necessidades do Município e aperfeiçoar sua capacidade de gestão, planejamento e articulação intersorrial.	183	Promover o mapeamento das áreas e moradias e identificação de famílias que vivem em condições de ausência de habitabilidade em regiões urbanas e rurais através da realização de um Censo Habitacional.	x	x	x	x
	184	Firmar parcerias com faculdades, institutos e com órgãos públicos e privados dispendo de serviço de assistência técnica para elaboração de diagnósticos e projetos que objetivem a qualidade do morar.	2	2	2	2
	185	Desenvolver o PDST-Plano de Desenvolvimento Socioterritorial no Conjunto Habitacional Novo Horizonte do Programa Minha Casa Minha Vida.	x	x	-	-

	186	Contruir banco de dados responsável pelo armazenamento das informações dos Conjuntos Habitacionais desenvolvidos pelo município.	-	x	-	-
	187	Implantar um sistema informatizado capaz de auxiliar a equipe técnica no gerenciamento, identificação e monitoramento da situação habitacional do Município.	-	x	-	-
	188	Monitorar o sistema informatizado – Implementar rotinas para utilização do Sistema Informatizado como instrumento de planejamento, monitoramento e controle dos programas de provisão e qualificação realizados no âmbito habitacional.	-	x	x	x
	189	Implantar o Cartão Reforma Municipal.	-	x	-	-

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

PROBLEMA	META		PERÍODO			
			2022	2023	2024	2025
Ausência de um Guarda Civil Municipal/Vigia/Segurança com perfil para trabalhar com crianças e adolescentes, para proteção de risco.	190	Garantir equipe responsável pela segurança da Central de Regulação de Vagas e Supervisão técnica.	x	x	x	x
A inexistência de um fluxo de porta de entrada referente à medida protetiva de acolhimento.	191	Regulamentar o fluxo de entrada ao Acolhimento entre os atores do Sistema de Garantia de Direitos.	x	-	-	-
Ausência do Estudo Diagnóstico Prévio.	192	Elaborar fluxo para realização do estudo diagnóstico anterior a medida do afastamento do convívio familiar.	x	-	-	-
Necessidade de adequação do Serviço de Acolhimento Institucional conforme prevê as Orientações Técnicas;	193	Concluir o processo de Reordenamento nas unidades de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.	x	-	-	-
Ausência de registro de dados em instrumento de coleta de dados oficial.	194	Construir o Relatório Mensal de Atendimento da Central de Regulação de Vagas e Supervisão técnica.	x	-	-	-
Alto índice de acolhimento por negligência.	195	Desenvolver um Grupo de Trabalho responsável por refletir e discutir sobre o conceito de negligência entre os atores do Sistema de Garantia de Direitos.	x	-	-	-

Ausência de materiais necessários para a execução do serviço.	196	Produzir anualmente pela Gestão da FMIJ estudos de levantamento de demandas relacionadas a bens permanentes e custeio nos Acolhimentos.	x	x	x	x
Ausência de manutenção nas Unidades de Acolhimento.	197	Produzir anualmente pela Gestão da FMIJ estudos de levantamento de manutenção dos acolhimentos.	x	x	x	x
Necessidade de aprimorar a articulação com a rede e os fluxos de atendimento.	198	Realizar anualmente o Encontro dos Acolhimentos com a Rede Intersectorial e Socioassistencial.	x	x	x	x
Prédios que não atendem ao serviço ofertado.	199	Realizar a mudança de prédio dos Acolhimentos Cativar e Conviver.	x	-	-	-
Ausência de veículos suficientes para atender a demanda.	200	Produzir um estudo sobre a demanda por aquisição de veículos de acordo com a demanda dos acolhimentos.	x	-	-	-
Necessidade de aprimorar o acompanhamento as famílias.	201	Avaliar anualmente a Nota Técnica SMDHS 01/2019 relacionada ao acompanhamento familiar das crianças e adolescentes acolhidas e reintegradas.	x	x	x	x
Necessidade de garantir o princípio da convivência comunitária.	202	Estabelecer parcerias para garantir espaços de convívio e socialização dos acolhidos em espaços públicos e privados, nas áreas culturais, esportivas e de lazer.	x	x	x	x
Necessidade de garantir o princípio da autonomia.	203	Estabelecer parcerias para garantir reserva de vagas para os acolhidos nas entidades que ofertam cursos profissionalizantes.	x	x	x	x
Recorrência das saídas não autorizadas.	204	Reavaliar anualmente o Fluxo de Saídas Não Autorizadas.	x	x	x	x

Mães de acolhidos e adolescentes acolhidas que foram ou ainda são vítimas de violência doméstica	205	Estabelecer parceria com o CEAM para trabalhar a temática da violência a mulher no âmbito das famílias com crianças e adolescentes acolhidas.	x	-	-	-
---	-----	---	---	---	---	---